INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: A Intervenção Eco-Social

Daniela Oliveira Duarte Freitas

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Helena Belchior-Rocha
Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: A Intervenção Eco-Social

Daniela Oliveira Duarte Freitas

Doutoramento em Serviço Social

Orientadora:
Doutora Helena Belchior-Rocha
Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

Daniela Oliveira Duarte Freitas

Doutoramento em Serviço Social

Júri:
Doutora Elsa Justino (Presidente)
Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutor Fernando Relinque Medina
Professor Associado na Universidade Pablo Olavide

Doutora Hermínia Júlia de Castro Fernandes Gonçalves
Professora Associada, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro

Doutora Carla Cristina Graça Pinto
Professora Associada, Universidade de Lisboa

Doutor Jorge Ferreira
Professor Catedrático, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Doutora Helena Belchior-Rocha
Professora Auxiliar, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa

Dezembro, 2025

Ao meu marido e às gerações futuras.

Agradecimento

Agradeço a todos os que de forma direta ou indireta contribuíram para a concretização da presente tese de doutoramento, em especial:

À minha família:

Ao Paulo, pela cumplicidade e suporte incondicional.

À minha orientadora e professores:

À Professora Doutora Helena Belchior Rocha, pelo caloroso acolhimento, orientação e oportunidades de crescimento pessoal, académico e profissional.

À Professora Doutora Elizabeth Reis, pelas horas dedicadas na cuidadosa e pormenorizada revisão metodológica.

Ao Professor Doutor Jorge Ferreira, pela saudável provocação e desafio na delimitação do tema da tese.

Aos restantes professores do ISCTE que me acompanharam neste percurso e pesquisa, pelos momentos de aprendizagem, partilha, reflexão e discussão.

Aos participantes da pesquisa:

A todos os entrevistados e elementos do painel Delphi, pela generosidade e dedicação do seu tempo. Pelas partilhas, conhecimentos e experiências que tornaram esta pesquisa possível.

Resumo

Partindo da premissa de que a crise ambiental agrava desigualdades sociais e exige respostas holísticas, esta tese doutoral explora a integração da sustentabilidade na prática comunitária em Portugal. Teoricamente alicerçada na abordagem eco-social, o estudo procura analisar e sistematizar as dimensões da sustentabilidade presentes nas práticas de intervenção comunitária, de forma a compreender e enquadrar a dimensão eco-social na intervenção do Serviço Social.

Metodologicamente, a tese combina pesquisa documental, entrevistas semiestruturadas com profissionais comunitários e o método Delphi, para a validação de uma escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária. Os resultados revelam práticas inovadoras que integram os três pilares da sustentabilidade, destacando-se consciencialização socioambiental, proteção e cuidado do ambiente; iniciativas de economia circular e solidária; capacitação comunitária e reforço do capital social. Apesar disso, identificaram-se dificuldades e obstáculos à sustentabilidade, como a curta duração dos projetos comunitários, a insustentabilidade financeira da intervenção comunitária e a burocracia excessiva.

Esta tese contribui para o avanço científico ao sistematizar práticas de intervenção eco-social e ao propor um instrumento de avaliação da sustentabilidade em contextos comunitários. Além disso, reforça a necessidade de reformular a formação em Serviço Social, incorporando perspetivas ecológicas e promovendo competências para uma prática profissional crítica, participativa e alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Em síntese, este trabalho defende que o Serviço Social tem um papel crucial na transição para sociedades mais justas e resilientes, através de uma intervenção que integre justiça social e ambiental como eixos de atuação indissociáveis.

Palavras-chave: Serviço Social; Sustentabilidade; Desenvolvimento Sustentável; Intervenção Comunitária; Intervenção Eco-Social, Programa Bairros Saudáveis.

Abstract

Based on the premise that the environmental crisis exacerbates social inequalities and demands holistic responses, this doctoral thesis explores the integration of sustainability into community practice in Portugal. Theoretically grounded in the eco-social approach, the study seeks to analyze and systematize the dimensions of sustainability present in community intervention practices, aiming to understand and frame the eco-social dimension within Social Work intervention.

Methodologically, the thesis combines documentary research, semi-structured interviews with community professionals, and the Delphi method to validate a sustainability scale for community intervention. The results reveal innovative practices that integrate the three pillars of sustainability, highlighting socio-environmental awareness, environmental protection and care; circular and solidarity economy initiatives; community empowerment, and the strengthening of social capital. Nevertheless, challenges and obstacles to sustainability were identified, such as the short duration of interventions, financial unsustainability, and excessive bureaucracy.

This thesis contributes to scientific advancement by systematizing eco-social intervention strategies and practices and by proposing an instrument to assess sustainability in community contexts. Additionally, it reinforces the need to reformulate Social Work education, incorporating ecological perspectives and promoting skills for a professional practice that is critical, participatory, and aligned with the Sustainable Development Goals. In summary, this work argues that Social Work plays a crucial role in the transition toward fairer and more resilient societies through interventions that integrate social and environmental justice as inseparable axes of action.

Keywords: Social Work; Sustainability; Sustainable Development; Community Intervention; Eco-Social Intervention; Healthy Neighborhoods Program.

Índice

Agradecimento vii

Resumo ix

Abstract xi

Índice de Figuras xvii

Índice de Quadros xix

Glossário de Siglas e Abreviaturas xxi

INTRODUÇÃO 1

PARTE I – FUNDAMENTOS TEORICOS E OPÇÕES METODOLOGICAS

Capítulo 1 – Antropoceno e o Futuro da Humanidade: Papel do Serviço Social na Transição para a Sustentabilidade 13

1.1. Relação do Serviço Social e o Ambiente 24

1.1.1. Abordagens Ecológicas no Serviço Social 32

1.1.2. A Abordagem Eco-Social 40

1.2. A Intervenção Eco-Social na Promoção da Sustentabilidade 42

1.2.1. Intervenção Eco-Social na Intervenção Comunitária 48

Capítulo 2 – Enquadramento Metodológico e Desenho da Pesquisa 53

2.1. Natureza da Pesquisa e Métodos Científicos 53

2.2. Desenho da Pesquisa 55

2.3. Campo Empírico, Universo e Amostra 58

2.3.1. Primeiro Momento da Pesquisa: Análise de Práticas Comunitárias 59

2.3.2. Segundo Momento da Pesquisa: Criação de Escala de Indicadores 64

2.4. Técnicas de Recolha e Análise dos Dados 65

2.4.1. Pesquisa Documental 67

2.4.2. Entrevista-Semiestruturada 69

2.4.3. Método Delphi 73

2.5. Código de Ética 79

2.6. Limitações do Estudo 81

PARTE II – RESULTADOS E DISCUSSÃO

Capítulo 3 – Sustentabilidade na Intervenção Comunitária em Portugal 87

3.1. Conceito de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária e a sua Promoção 87

3.1.1. Promoção de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária 92
3.2. Conceito de Sustentabilidade Social na Intervenção Comunitária 100
3.3. Profissionais Comunitários na Promoção de Sustentabilidade 105

Capítulo 4 – Estratégias Locais de Desenvolvimento Sustentável 117
4.1. Práticas de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária 120
4.1.1. Práticas Ambientais 120
4.1.2. Práticas Sociais 124
4.1.3. Práticas Económicas 131
4.1.4. Práticas em Contexto Urbano e Rural 136
4.2. Participação, Governança e Sustentabilidade 139
4.3. Métodos e Estratégias na Intervenção Comunitária 149
4.3.1. Monitorização e Avaliação na Intervenção Comunitária 153

Capítulo 5 – Sustentabilidade na Intervenção Comunitária 161
5.1. A Sustentabilidade da própria Intervenção Comunitária: O que fica da intervenção? 161
5.1.1. Obstáculos à Sustentabilidade sentidos na Intervenção Comunitária em Portugal 165
5.2. Escala de Sustentabilidade Eco-Social para a Intervenção Comunitária 173
5.2.1. Tecido Social Forte e Governança Participativa 177
5.2.2. Educação, Cultura e Tecnologia 179
5.2.3. Economia Circular e Estratégias Alimentares 180
5.2.4. Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar 181
5.2.5. Recursos Naturais e Cultura Ambiental 182
5.2.6. Reflexões sobre a escala proposta 183

CONCLUSÕES FINAIS 189
FONTES 197
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 199
ANEXOS 213
Anexo A – Lista dos Projetos admitidos no âmbito do PBS 215
Anexo B – Email template de convite para Entrevista Semiestruturada 221
Anexo C – Email template de convite para participar no Delphi 223
Anexo D – Grelha de análise documental (PBS) 225
Anexo E – Processo de Codificação (PBS) 227
Anexo F – Guião de Entrevista Semiestruturada 233
Anexo G – Consentimento informado (Entrevista Semiestruturada) 237

Anexo H – Debriefing da Entrevista Semiestruturada 239
Anexo I – Grelha de análise documental (Entrevista Semiestruturada) 241
Anexo J – Processo de Codificação (Entrevista Semiestruturada) 243
Anexo K – Consentimento informado (Método Delphi) 257
Anexo L – Questionário da 2ª ronda (Método Delphi) 259
Anexo M– Análise da consistência interna - 2ªronda (Método Delphi) 273
Anexo N – Questionário da 3ª ronda (Método Delphi) 275
Anexo O – Debriefing do Método Delphi 289
Anexo P – Análise da consistência interna -3ªronda (Método Delphi) 291
Anexo Q – Instrumento completo (Escala) 293

Índice de Figuras

Figura 1.1 – Limites Planetários: Zona segura e fronteiras ultrapassadas 20
Figura 1.2 – Abordagens Ecológicas no Serviço Social e Abordagem Eco-Social 40
Figura 1.3 – Intervenção Eco-social: perspetiva macro, meso e micro 45
Figura 2.1 – Modelo de Análise 57
Figura 2.2 – Momentos da Pesquisa 58
Figura 2.3 – Candidatura submetidas e candidaturas selecionadas para financiamento no PBS 60
Figura 2.4– Questões 1ª Ronda (Método Delphi) 78
Figura 3.1 – Componentes fundamentais da Sustentabilidade Social na Intervenção Comunitária 101

Índice de Quadros

Quadro 1.1 – Lista Cronológica das principais iniciativas e eventos internacionais sobre o clima e desenvolvimento sustentável 15
Quadro 1.2 – Lista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015) 16
Quadro 1.3 – Lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030) 17
Quadro 1.4 – Formas de incluir a dimensão ambiental e ecológica nos planos curriculares de Serviço Social 28
Quadro 2.1 – Amostras da Pesquisa 59
Quadro 2.2 – Amostra da Análise de Práticas de Sustentabilidade – Projetos 62
Quadro 2.3 – Caracterização Sociodemográfica dos Profissionais Entrevistados - Amostra da Análise de Práticas de Sustentabilidade 63
Quadro 2.4 – Resumo Amostras Primeiro Momento da Pesquisa 64
Quadro 2.5 – Nº de Especialistas por Critério de Inclusão 65
Quadro 2.6 – Nº de Especialistas do painel Delphi por Área Profissional 65
Quadro 2.7 – Relação entre Questões de Investigação, Objetivos e Técnicas de Recolha de Dados 66
Quadro 2.8 – Técnicas de recolha e de análise de dados em cada momento da pesquisa 67
Quadro 2.9 – Publicações e comunicações no âmbito da pesquisa doutoral 70
Quadro 2.10 – Dimensões e Categorias de Análise em função dos Objetivos 71
Quadro 2.11 – Caracterização das Rondas (Método Delphi) 77
Quadro 2.12 – Dimensões de sustentabilidade resultantes da 1ª ronda 78
Quadro 3.1 – Eixos de Intervenção do PBS 88
Quadro 3.2 – Elementos facilitadores / potenciadores de sustentabilidade na intervenção comunitária 92
Quadro 4.1 – Identificação e combinação das áreas de intervenção dos projetos do PBS 117
Quadro 4.2 – Quadro Geral - Ordenação das ações enquadradas nos pilares da Sustentabilidade 120
Quadro 4.3 – Ações enquadradas no pilar Ambiental 120
Quadro 4.4 – Ações enquadradas no pilar Social 124
Quadro 4.5 – Ações enquadradas no pilar Económico 131
Quadro 4.6 – Número de projetos por tipo de território 136
Quadro 4.7 – Atividades desenvolvidas nos territórios urbanos 137
Quadro 4.8 – Atividades desenvolvidas nos territórios rurais 138
Quadro 4.9 – Destinatários das práticas de sustentabilidade 140
Quadro 4.10 – Destinatários por tipo de território (Urbano e Rural) 141

Quadro 4.11 – Momentos de Participação da comunidade no projeto 143
Quadro 4.12 – Métodos e Estratégias de Intervenção 149
Quadro 4.13 – Monitorização e Avaliação da Intervenção Comunitária 154
Quadro 5.1 – Obstáculos à sustentabilidade das Intervenções Comunitárias 166
Quadro 5.2 – Níveis e Secções da Escala de Sustentabilidade Eco-Social 174
Quadro 5.3 – Fundamentos da Escala de Sustentabilidade Eco-Social 174
Quadro 5.4 – Itens da Secção Tecido Social Forte e Governança Participativa 178
Quadro 5.5 – Itens da Secção Educação, Cultura e Tecnologia 179
Quadro 5.6 – Itens da Secção Economia Circular e Estratégias Alimentares 180
Quadro 5.7 – Itens da Secção Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar 181
Quadro 5.8 – Itens da Secção Recursos Naturais e Cultura Ambiental 182
Quadro 5.9 – Itens com consenso <67% na Secção Tecido Social Forte e Governança Participativa 184
Quadro 5.10 – Itens com consenso <67% na Secção Recursos Naturais e Cultura Ambiental 185
Quadro 5.11 – Relação entre a escada de sustentabilidade eco-social e os ODS 187

Glossário de Siglas e Abreviaturas

COP - Conferência das Partes

COVID-19 – Doença provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2

IASSW – International Association of Schools of Social Work

ICSW – International Council on Social Welfare

IFSW- International Federation of Social Workers

IPSS – Instituições de Solidariedade Social

NEET – Não estudam, não estão em empregado e não estão em formação

NUTS II – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (nível II)

ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONGD's – Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento

PBS – Programa Bairros Saudáveis

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

UC – Unidade Curricular

INTRODUÇÃO

Vivemos tempos conturbados: tempos de desafios globais e locais, de oportunidades e de mudança. Os recentes e intermitentes conflitos geopolíticos que, a par da destruição de várias formas de vidas e património, provocam migrações forçadas, agravam contextos de desigualdades socioeconómicas e contribuem para o aumento do sentimento de insegurança e incerteza. A falta de entendimento e cooperação internacional afetam a governança global de um planeta que é comum e a resolução de problemas transnacionais e transcontinentais, como a crise climática e ecológica. As alterações climáticas, a perda de biodiversidade, a poluição generalizada e a escassez de recursos (água, solo fértil) é uma realidade transversal a todo o planeta, embora afete desproporcionalmente os mais vulneráveis (Boetto, 2017; Dominelli, 2013; Philip & Reisch, 2015).

A crise climática e ecológica tem sido associada à era Antropoceno, caracterizada pela supremacia e domínio do Homem, sobretudo o Homem económico e do capitalismo, face ao ambiente natural e restantes espécies (Harari, 2017). Esta relação dominante do Homem sobre todos as espécies e recursos do planeta e o seu comportamento poluidor e consumista têm provocado alterações climáticas e ecológicas específicas. A delapidação de recursos finitos, aumentos de temperatura, degelo dos polos, subida do nível de água, acidificação dos oceanos, poluição atmosférica, dos solos e águas e desertificação dos solos são alguns exemplos dessas alterações e têm sido apontadas como alterações marcantes no planeta, configurando, portanto, uma nova era: Antropoceno.

Esta nova era considerada a origem da crise climática e ecológica remete a Humanidade para um processo de questionamento e reflexividade sobre o percurso e o propósito do Homem no planeta, bem como, sobre os impactos diretos e indiretos na qualidade de vida das sociedades e das gerações atuais e futuras. A ideia de que o planeta enfrenta uma situação limite confronta a Humanidade sobre a responsabilidade das suas ações, no curto e longo prazo, não só do ponto de vista ambiental e ecológico, mas também das consequências sociais e económicas dessas ações (Moreno & Conversi, 2017). Desde os anos 50 do século passado surgiu uma preocupação mundial sobre a crise ecológica, reforçada posteriormente, pelo relatório "Limites do Crescimento" do Clube de Roma, que alertou para a necessidade de definição de limites ao uso de recursos naturais, permitindo um desenvolvimento económico sem causar mais danos ecológicos, assente numa perspetiva de ecodesenvolvimento (Romeiro, 2012). Este relatório defendia que o ambiente e o desenvolvimento (económico) não podem ser dissociados antes, devem ser equacionados em prol do equilíbrio socioeconómico e da sustentabilidade ecológica (Moreno & Conversi, 2017).

A era Antropoceno tornou clara a indissociável interdependência entre o bem-estar do Homem e o bem-estar do planeta. Para satisfação das suas necessidades, a Humanidade recorreu aos recursos do planeta. Mas alguns limites têm sido ultrapassados (Stockholm Resilience Centre, 2025) e os sinais de alerta e consequências desses limites planetários impõe restrições à qualidade de vida e bem-estar do Homem, embora atinja de forma desproporcional diferentes regiões e pessoas no planeta (Boetto, 2017; Dominelli, 2013; Philip & Reisch, 2015). Neste ciclo vicioso de utilização do planeta para crescimento económico das sociedades, satisfação de necessidades e consumo, impactos e consequências sociais, ambientais e económicas retornam ao Homem e às sociedades, afetando a sua qualidade de vida e bem-estar (Bailey, Hendrick & Palmer, 2018). Deste modo, torna-se evidente a ligação entre a dimensão económica, ambiental e social, referida e estudada por diversas áreas e ciências, como por exemplo, a ética, a antropologia, a ciência política, o direito, a economia, a sociologia, a geografia, a psicologia e, também, o Serviço Social. Cada uma destas áreas procura contribuir (teórica e profissionalmente) em prol do equilíbrio entre a esfera social, económica e ambiental, de modo que as necessidades de desenvolvimento económico e social sejam satisfeitas, sem comprometer as necessidades dos territórios e as necessidades físicas do ambiente/planeta, alcançando sustentabilidade.

Etimologicamente o conceito de sustentabilidade deriva do latim *sustentare* que significa sustentar, manter e apoiar para que persista, remetendo para um estado de permanecia em determinada condição, que tende a perdurar com o passar do tempo ou um método de recolha ou uso de um recurso, de modo que o mesmo não se esgote, nem se danifique de forma permanente e irreversível (Neden, Townsend &Zuchowski, 2018). Do ponto de vista da crise climática e ecológica, o conceito de sustentabilidade remete para um ideal de equilíbrio entre o Homem e a natureza, assente em três grandes áreas, ou como nas palavras de Sachs (2015) três grandes pilares: o ambiente, o social e o económico. Para o autor, a sustentabilidade depende destes pilares e, por isso, defende que os mesmos não podem ser dissociados antes, devem ser equacionados em prol do equilíbrio social, da sustentabilidade global e do desenvolvimento sustentável.

Sobre o conceito de sustentabilidade são ainda referidos por Sachs (2000) sete aspectos fundamentais e interligados entre si, para um desenvolvimento equilibrado das comunidades, regiões e planeta. O primeiro, os aspetos ecológicos, que respeitam ao conjunto de comportamentos e tecnologias que visam o cuidado e proteção ambiental e a preservação dos recursos naturais, minimizando impactos nos ecossistemas. O segundo refere-se a aspetos políticos que potenciam a sustentabilidade, ou seja, democracias representativas, maior descentralização do poder e autonomia local, permitindo a adequação de políticas e a ativação/revitalização do espaço comunitário. O terceiro diz respeito aos aspetos espaciais/territoriais da sustentabilidade, nomeadamente ao equilíbrio entre territórios rurais e urbanos, prevenindo assimetrias graves e a sobrelotação das zonas urbanas, ao equilíbrio de migrações e ao uso dos territórios, mais especificamente, práticas agrícolas adotadas, limpeza e cuidado das

florestas e industrialização descentralizada. O quarto reporta-se aos aspetos culturais, que respeitam e valorizam as especificidades locais, a diferença e a diversidade. Os restantes tês aspetos estão diretamente relacionados com os pilares da sustentabilidade. Deste modo, os aspetos sociais associam-se por exemplo, à participação social, à redução de desigualdades sociais e à melhoria da qualidade de vida da população. Os económicos referem-se ao equilíbrio entre tendências e padrões de produção e consumo, bem como, a regularização do fluxo dos investimentos e o acesso à ciência e tecnologia. Por fim, os aspectos ambientais, estão relacionados com a conservação geográfica e equilíbrio dos ecossistemas, mas também com a erradicação da pobreza e da exclusão, respeito aos direitos humanos e ambientais e integração social, uma vez que o autor assume este aspeto da sustentabilidade como o elemento integrador de todos os aspetos anteriores. Ou seja, é no ambiente que todos os outros aspetos da sustentabilidade ocorrem e se desenrolam, por meio de processos complexos, na busca de um desenvolvimento sustentável.

O conceito de desenvolvimento sustentável foi introduzido em 1987 pelo relatório Brundtland (World Commission on Environment and Development, 1987) e trouxe uma nova reflexão sobre a necessidade de equilibro entre Homem e natureza. Mais que satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer o equilíbrio entre os pilares da sustentabilidade, é necessário garantir que as gerações futuras tenham condições para satisfazer de forma equilibrada as suas próprias necessidades. Deste modo, o conceito de desenvolvimento sustentável, colocou na agenda política internacional o conceito de equidade e justiça intergeracional. Mais que garantir a satisfação de todas as pessoas que atualmente vivem no planeta, independentemente da região em que residem, emerge a consciência e a necessidade de garantir que as gerações que, entretanto, irão nascer e viver neste planeta, tenham o mesmo nível de recursos, condições e oportunidades que atualmente existem.

Nesta perspetiva intra e intergeracional de sustentabilidade, a crise ecológica representa um desafio ainda mais complexo e requer uma consciência global de direitos e princípios (ambientais, sociais e económicos) aliada a uma ação coletiva, que visa o desenvolvimento económico prudente, eficiente e sustentável, que se coadune com justiça, equidade e coesão social, bem como, com o equilíbrio ecológico (Romeiro, 2012).

Para o Serviço Social, a crise ecológica representa um desafio e uma oportunidade de questionamento crítico dos seus valores e práticas. Vários autores defendem que, enquanto área de conhecimento e profissão de intervenção na realidade social, o Serviço Social deve integrar uma perspetiva sistémica e crítica da intervenção, que simultaneamente deve inclui uma dimensão social e ambiental/ecológica (Alston, 2015; Alvarelo, 2017; Coates & Gray, 2012; Crawford et al, 2015; Jones, 2010; Pardeck, 1988; Quintina-Ramirez, 2019; Zapf, 2010). Inclusive, algumas entidades internacionais de Serviço Social, como por exemplo a International Association of Schools of Social Work (IASSW) e a International Federation of Social Workers (IFSW) reafirmam o compromisso do Serviço Social com os

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estas instituições destacam ainda a importância de formar profissionais para intervir em situações de crise climática e catástrofe natural, por considerarem que problemas sociais preexistentes, como a pobreza estrutural, desigualdades sociais e insegurança alimentar e hídrica, são exacerbadas por eventos naturais e climáticos catastróficos (Alston, 2015). Deste modo, a experienciação destes eventos por indivíduos que já experienciam problemas sociais, agrava a sua vulnerabilidade, pois possuem poucos recursos para se adaptarem, deslocarem ou desenvolver novas estratégias de subsistência (Alston, 2015, Dominelli, 2013; Philip & Reisch, 2015). Para fazer face às crises ambientais é necessário compreender os contextos sociais e, junto dos cidadãos traçar uma linha de equilíbrio entre a natureza e o Homem, assente no respeito pelo planeta e pelo futuro (Bookchin, 1982; Boff, 2017).

Do ponto de vista teórico, a dimensão ecológica e ambiental tem sido incluída no Serviço Social, sobretudo por meio de abordagens ecológicas, desde os anos 70 (Ungar, 2002). A ecologia surge ligada à biologia e estuda a relação entre os seres vivos e o seu ambiente. De acordo com a Teoria Ecológica do Desenvolvimento Humano proposta por Bronfenbrenner (1997), o ambiente ecológico funciona como um conjunto de sistemas interdependentes, onde cada sistema é uma extensão do anterior. Estes sistemas são compostos por estruturas formais e informais, dinâmicas e independentes que têm como ponto central o indivíduo, no qual exercem influência durante toda a sua vida. Este modelo tradicional de ecologia focava-se no reconhecimento da relação entre os sujeitos e o ambiente, e na adaptação do indivíduo ao ambiente.

A nova ecologia, fundamentada nas obras de autores como Bookchin e Naess, propõe uma reconceituação radical da relação entre humanos e natureza, que critica a dominação exercida no ambiente por sistemas capitalistas e reconhece o valor intrínseco de todos os seres e a necessidade de uma consciência ecológica que transcenda o antropoceno. Para Bookchin (1980), a ecologia social representa uma alternativa ao modelo de desenvolvimento atual, que procura responder aos problemas ambientais e sociais de forma conjunta, pois são indissociáveis. Esta nova abordagem ecológica enfatiza a interdependência, a justiça social e a sustentabilidade, desafiando estruturas de poder e promovendo uma visão holística e emancipatória do bem-estar humano e ambiental (Ungar, 2002).

Atualmente, esta nova ecologia é transversal em várias áreas das ciências sociais, humanas, políticas, económicas e tem subjacente a ideia de desenvolvimento e sustentabilidade. Procuram a relação entre o indivíduo e o ambiente de forma a promover o desenvolvimento em cada domínio da vida em sociedade, sem prejudicar a sustentabilidade de todas as formas de vida (Rocha, 2015). No domínio das ciências sociais a ecologia social propõe um modelo de desenvolvimento onde o ser humano e a natureza convivem em equilíbrio e respeito mútuo.

Esta conceção ecológica no Serviço Social tem sido abordada com ênfase crítica, no sentido de perceber de que forma os problemas ambientais produzem e acentuam problemas sociais ou, pelo

contrário, de que forma a questão ambiental pode potenciar o desenvolvimento social (o ambiente ao serviço do social de forma sustentável, na promoção de emprego por exemplo), mas também perceber de que modo as situações ambientais podem ser colmatadas através da mudança social: consciencialização e alteração dos padrões culturais de desenvolvimento baseados apenas na lógica de mercado e consumo materialista (Moreno & Conversi, 2017). Faz todo o sentido falar da perspetiva ecológica no Serviço Social, pois ambas as áreas procuram as causas para problemas estruturais da sociedade contemporânea (problemas ambientais e sociais), numa perspetiva crítica face ao atual modelo de desenvolvimento económico). De acordo com Howe (1987) e com os fundamentos da abordagem ecológica, o indivíduo está em constante interação e transação com o meio ambiente e, por isso, o Serviço Social crítico deve propor ações integradas, que transcendam o domínio individual e contemplem os diferentes sistemas que constituem a realidade social onde nos desenvolvemos.

Do ponto de vista prático, autores como Matthies et al. (2019), têm pesquisado e refletido sobre intervenções, analisando se e de que forma as dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e económica) estão a ser conciliadas e trabalhadas, especialmente a nível comunitário. Estas pesquisas a intervenções que potencialmente contribuem para a promoção de sustentabilidade são um contributo fundamental, para a discussão e aprofundamento científico do conhecimento dentro do Serviço Social, sobre a sua relação com a sustentabilidade em termos práticos.

A título de exemplo, Matthies et al. (2019) dedicaram-se a analisar como as dimensões da sustentabilidade se articulam em inovações eco-sociais, ou seja, em "inovações sociais que combinam objetivos ecológicos e sociais" (p. 2). Ao examinarem 50 iniciativas eco-sociais em cinco países europeus, os investigadores verificaram que, embora com ênfases distintas, todos os projetos integraram, de forma explícita ou implícita, os três pilares da sustentabilidade. Alguns projetos destacaram-se pela sua orientação social, outros pela dimensão ambiental, e outros ainda pela sustentabilidade económica, mas sempre com interconexões claras entre estas áreas. Este estudo reforça a ideia de que as inovações eco-sociais, ao adotarem uma abordagem holística, conseguem responder de maneira integrada e equilibrada aos desafios complexos da sustentabilidade, demonstrando que a sinergia entre os pilares é essencial para o sucesso de qualquer iniciativa nesta área.

À semelhança dos autores acima, a presente tese procura trazer um contributo científico que prioriza o tema da sustentabilidade dentro do Serviço Social, num domínio de análise da intervenção comunitária. Com o objetivo de analisar e sistematizar as dimensões da sustentabilidade presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal Continental, a presente tese traz algumas conclusões e reflexões pertinentes para o Serviço Social, em especial, para a formação dos assistentes sociais e para uma prática profissional que, simultaneamente intervém na realidade social e busca desenvolvimento sustentável. A motivação para um trabalho doutoral em Serviço Social com este tema resulta

de uma preocupação pessoal profunda com as questões da sustentabilidade, nomeadamente com a urgência de transformar hábitos e padrões de consume e modos de vida.

Para além da motivação individual, surgiram questões profissionais, na altura pertinentes e inquietantes: *Qual o papel do assistente social na promoção da sustentabilidade? Como pode o Serviço Social promover desenvolvimento sustentável?* Estas interrogações suscitaram a curiosidade e o aprofundamento pelo tema da sustentabilidade e a sua relação com o Serviço Social, dando origem a um encadeamento de passos que conduziram à presente pesquisa e tese doutoral. Como profissional de Serviço Social, tornou-se imperativo compreender se e de que forma as práticas comunitárias integram e potenciam as dimensões ambientais, sociais e económicas da sustentabilidade, contribuindo para uma intervenção mais holística, justa e transformadora.

A par da inicial motivação pessoal, a revisão da literatura agudizou a motivação de contribuir numa área recente dentro do Serviço Social. A reduzida publicação sobre a prática do Serviço Social no domínio da promoção de sustentabilidade e, nem sempre assente numa base empírica (Bexell et al, 2018) levantou, também, algumas curiosidades e questões: *Será que a prática profissional dos assistentes sociais em Portugal incorpora uma preocupação e ações condutoras ao desenvolvimento sustentável? A nível comunitário como serão essas práticas?* De facto, perceber como o tema da sustentabilidade tem sido abraçado na intervenção comunitária e contribuir para a produção de conhecimento teórico-prático nesta área, constituíram os alicerces motivacionais da presente tese.

Durante todo o percurso doutoral foram feitas escolhas teóricas e metodológicas, as quais consideraram-se como sendo as mais adequadas para a produção de conhecimento neste domínio. A presente tese assenta na análise e avaliação de sustentabilidade como um quadro de referência que integra ações ambientais, económicas e sociais, especialmente em contexto de intervenção comunitária. Enquadrada metodologicamente no paradigma interpretativo, a presente investigação de natureza descritiva pretendeu responder às seguintes perguntas de investigação:

- A sustentabilidade social e ecológica está presente em projetos de desenvolvimento comunitário a nível local?
- A prática de intervenção comunitária dos assistentes sociais tem como objetivo a sustentabilidade social e ecológica?
- Os assistentes sociais participam com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável?
- A avaliação dos projetos de intervenção comunitários baseia-se numa escala de indicadores de sustentabilidade sociais e ecológicos?

Como se pode verificar, optou-se por orientar o tema de pesquisa à intervenção comunitária, por considerar-se que é o campo de atuação do Serviço Social com maior potencial para se promover sustentabilidade de forma integrada e holística, assente numa ação coletiva e de bem-estar comum e global (Crawford et al., 2015; Rambaree, Powers, & Smith, 2019a; Schmitz et al., 2012). Comunidades locais empoderadas, com valores coletivos e conhecimentos científicos podem desempenhar um papel ativo na transformação dos seus sistemas sócio ecológicos, através de ações e soluções locais que visam preencher lacunas entre políticas governamentais e necessidades locais (Charles, et al, 2020).

Do ponto de vista metodológico, foram definidos objetivos que, de um modo geral procuram analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal e, de um modo específico procuram:

- Interpretar e enquadrar o conceito de sustentabilidade social e ecológica na prática do Serviço Social.
- Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.
- Comparar o contexto e as práticas de intervenção socioambiental e territorial em comunidades urbanas e rurais.
- Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.
- Elaborar uma escala de indicadores de sustentabilidade social e ecológica para a intervenção comunitária.

Para responder a todas as questões de investigação e cumprir todos os objetivos optou-se pela utilização de diferentes métodos, recorrendo a múltiplas fontes de dados e de métodos de recolha dos mesmos. De acordo com Creswell (2014), os investigadores podem utilizar várias fontes de dados, tais como entrevistas, observações, documentos e informações audiovisuais, em vez de se basearem numa única fonte de dados, desde que, em seguida, os analisem, dando-lhes sentido em categorias ou temas que abrangem todas as fontes. Os métodos de recolha de dados utilizados nesta pesquisa doutoral foram: a pesquisa documental, a entrevista semiestruturada e método Delphi. A utilização de cada método procurou responder às questões de investigação e aos objetivos específicos inicialmente definidos, fornecendo uma base empírica informada sobre práticas promotoras de sustentabilidade em Portugal (continental). De forma muito sucinta, a recolha de dados propriamente dita iniciou-se com a pesquisa documental dos projetos selecionados para financiamento no âmbito do Programa Bairros Saudáveis (PBS), com o fito de identificar práticas de sustentabilidade em projetos de intervenção comunitária. A análise dos mesmos permitiu ter uma visão geral das práticas comunitárias em Portugal

continental e possibilitou a realização de entrevistas a profissionais comunitários envolvidos nos projetos, bem como a posterior triangulação dos dados. Da revisão da literatura e da análise dos primeiros resultados verificou-se a inexistência ou parca instrumentalização da avaliação da intervenção comunitária, pelo que se considerou justificável a criação de uma escala de sustentabilidade. Neste sentido, recorreu-se ao método Delphi com o intuito de recolher informação e validar a construção de uma escala, através da opinião e consenso de um conjunto de especialistas.

O rigor metodológico e a credibilidade da pesquisa foram assegurados pela aprovação do Conselho de Ética do ISCTE-IUL, bem como pelo cumprimento dos princípios éticos estipulados pela mesma entidade, devidamente descritos no capítulo de enquadramento metodológico.

Do ponto de vista estrutural, a presente tese encontra-se organizada em duas partes, constituídas por um total de cinco capítulos. Ao longo dos capítulos existem tabelas, figuras e esquemas, devidamente legendados, identificados e numerados, que auxiliam a compreensão e leitura do texto apresentado, correspondendo uma apresentação visual das ideias chave e dos resultados.

A Parte I, intitulada Fundamentos Teóricos e Opções Metodológicas abrange os capítulos relacionados especificamente com as escolhas teóricas e metodológicas que sustentaram a pesquisa e permitiram a concretização dos objetivos propostos.

O capítulo 1, começa com uma reflexão sobre o enquadramento histórico do conceito de "ambiente" no Serviço Social, seguida de uma explanação sobres diferentes abordagens teóricas da crise ecológica e do ambiente nesta área. Este capítulo encerra com uma apresentação específica sobre a abordagem eco-social e sobre a intervenção eco-social, que serviu de base teórica da presente pesquisa.

O capítulo 2 descreve detalhadamente sobre natureza e desenho da pesquisa e sobre os métodos utilizados, justificando a sua utilização, bem como, sobre todos os procedimentos e cuidados éticos tidos em consideração. Este capítulo encerra com uma apresentação das limitações e obstáculos sentidos no decurso do processo metodológico e de recolha de dados.

Na Parte II, intitulada de Resultados e Discussão encontram-se descritos os resultados, de forma fluída e detalhada, organizados em 3 capítulos que respondem aos 5 objetivos específicos.

No Capítulo 3, foram descritos e discutidos os resultados referente ao conceito de sustentabilidade no geral e, sustentabilidade social e ecológica em específico, no contexto da intervenção comunitária. Este capítulo termina com uma reflexão sobre os profissionais comunitários envolvidos nos projetos analisados e, sobre a necessidade de formar assistentes socias consciente e capazes de promover sustentabilidade, através da sua prática profissional.

O capítulo 4 detalha e demonstra exemplo de práticas e ações presentes na intervenção comunitária, que se relacionam com os pilares da sustentabilidade (social, ambiental e económico). Ainda neste capítulo foi feita uma descrição e reflexão sobre os métodos de intervenção, monitorização e

avaliação, utilizados nos projetos que promoveram mais ações simultâneas nos pilares da sustentabilidade.

No capítulo 5, último capítulo do presente trabalho, foram explorados os resultados sobre a sustentabilidade da própria intervenção comunitária desenvolvidas no PBS, bem como, os principais obstáculos à sustentabilidade das ações implementadas, sentidos pelos profissionais comunitários entrevistados. Este capítulo encerra com a apresentação dos resultados da aplicação do método Delphi, de onde resultou a construção da escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária.

Na leitura da presente tese doutoral, especialmente nos capítulos 3, 4 e 5 salienta-se que nas citações dos resultados analisados deve entender-se "Participante x" como participante da entrevista; "Especialista x" como um elemento do painel no método Delphi e, nas citações que resultam da análise documental optou-se por colocar o nome do respetivo projeto.

PARTE I

Fundamentos Teóricos e Opções Metodológicas

CAPÍTULO 1

ANTROPOCENO E O FUTURO DA HUMANIDADE: PAPEL DO SERVIÇO SOCIAL NA TRANSIÇÃO PARA A SUSTENTABILIDADE

O Antropoceno tem sido popularizado para demarcar uma nova era geológica, caracterizada pela influência dominante da atividade humana no planeta, que tem transformado sem precedentes e, em alguns casos de forma irreversível, os sistemas ecológicos. A origem desta nova era tem sido associada ao aumento dos gases de efeito estufa e a explosões nucleares, pelas mudanças tendencialmente irreversíveis, as quais se intensificaram devido ao crescimento populacional e consumo desenfreado de massas (Moreno & Conversi, 2017). A emissão de gases de efeito estufa (dióxido de carbono, metano e outros gases) é frequentemente sugerida como a causa do aumento das temperaturas e, como consequência da ação humana em processos de industrialização e uso de combustíveis fósseis para produção de energia para fins industriais, urbanos e domésticos (Dominelli, 2011). Desde a revolução industrial, exploração massiva dos combustíveis fósseis, progresso tecnológico e expansão do capitalismo, a humanidade conheceu novas formas de produzir energia, de se deslocar, novos hábitos de consumo e novas necessidades, às quais se acostumou, afastando-se gradualmente da natureza (Philip & Reisch, 2015). As consequências deste distanciamento e padrão de crescimento, desenvolvimento e consumo têm provocado mudanças climáticas severas e uma crise ecológica que pode comprometer o futuro da humanidade. Florestas estão a perdem a sua capacidade de absorver as emissões de carbono com o aumento da temperatura e os oceanos estão a tornar-se mais ácidos com o aumento das emissões de carbono e da temperatura da água, comprometendo a sua flora e fauna. Num planeta onde a qualidade do ar, da água e a fertilidade dos solos está comprometida, emerge a necessidade de uma resposta coletiva face à crise ecológica instalada.

Não são só as situações de conflito e guerra que afetam a missão coletiva de combater a crise climática e ecológica atual. O capitalismo e a globalização, em especial a globalização económica tem sido associada como um obstáculo à implementação de uma ação coletiva e robusta alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2015-2030 (ODS) da Organização das Nações Unidas (Nações Unidas, 2015). A globalização pode ter um lado positivo, associado à época dos descobrimentos (1500-1700), onde vários conhecimentos, produtos, hábitos e tradições passaram a ser trocados, impulsionando o crescimento económico. De facto, do ponto de vista económico, a globalização redi-

mensionou e revolucionou o mercado transacional, onde bens e pessoas se deslocam por todo o mundo (Alston, 2015). Do outro lado da moeda, em nome do progresso e crescimento económico podem existir multinacionais que se sediam em locais onde a mão de obra é mais barata, onde os sistemas de proteção social são menos desenvolvidos e as imposições fiscais à poluição são menos apertadas e penalizadoras, facilitando o lucro e perpetuando-se desigualdades sociais e ambientais (Besthorn, 2015; Cahill, 2002). Países e populações mais desfavorecidos são duplamente prejudicados. Do ponto de vista social, os direitos são por vezes negligenciados ou escassos e, do ponto de vista ambiental, veem-se obrigados a viver e lidar com a poluição industrial sediada em seus territórios e com a delapidação dos recursos naturais existentes (Bailey, et al., 2018). A dicotomia “ambiente ou crescimento" facilitou a exploração de recursos naturais das maneiras mais lucrativas e menos sustentáveis, transferindo os custos sociais para populações vulneráveis em diversos locais do globo. Deste modo, direitos humanos e preservação ecológica e ambiental têm sido subjugados ao capitalismo e à globalização, exigindo enormes sacrifícios de determinados países e comunidades em troca de ganhos económicos (Philip & Reisch, 2015).

Embora seja frequente e fácil a tentativa de responsabilizar os países mais desenvolvidos e industrializados pela crise ecológica atual, eles são também produtores de soluções tecnológicas que procuram reduzir e minimizar os impactos ambientais. Deste modo, procurar resolver a crise ecológica com base na responsabilização dos países mais poluentes, tem resultado apenas em impasses e retrocessos. O atual cenário de crise ecológica exige que se ponha de lado o atirar de culpas entre países poluidores e não-poluidores e a adoção de uma abordagem assente num propósito comum, que procura soluções para todas as nações, para benefício de todos os povos e seus ambientes (Dominelli, 2011).

Várias iniciativas internacionais e até mundiais surgiram desde os anos 50 do século passado, com o objetivo de alertam e agir face à crise climática e ecológica. Para Cahill (2002) a cooperação global é indispensável e esta deve incluir políticas sociais, ambientais e laborais comuns, evitando os efeitos nefastos de um mercado económico globalizado. Com especial destaque, nas iniciativas mundiais por um planeta saudável e sustentável, a Organização das Nações Unidas tem assumido um papel fundamental no desenvolvimento de ações em parceria e globais, que procuram promover o bem-estar de todos os cidadãos, a erradicação de todas as formas de opressão, privação, exclusão e a promoção do crescimento e dignidade humana, sem descurar a emergente proteção do planeta e o combate à crise climática. De forma sumaria e sucinta, o quadro 1.1. pretende apresentar o conjunto das principais iniciativas internacionais que se realizaram nas últimas décadas, em torno da crise climática e ecológica, ambiente e desenvolvimento sustentável promovidas, na sua maioria pelas Nações Unidas.

Quadro 1.1. – Lista Cronológica das principais iniciativas e eventos internacionais sobre o clima e desenvolvimento sustentável

PRINCIPAIS INICIATIVAS E EVENTOS INTERNACIONAIS	
Ano	**Evento e Local**
1968	Clube de Roma: Criação do Clube de Roma e conceito de ecodesenvolvimento
1972	Conferência de Estocolmo: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano
1983	Criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento
1987	Nosso Futuro Comum (Relatório Brundtland): Publicação do Relatório Brundtland.
1992	Rio 92: Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Brasil) Agenda 21
1995	Primeira Conferência das Partes (COP) – COP-1 (Berlim, Alemanha)
1996	COP-2 (Genebra, Suíça)
1997	COP-3 no Japão - Protocolo de Kyoto: Tratado Internacional para Redução de Gases de Efeito Estufa
1998	COP-4 (Buenos Aires, Argentina)
1999	COP-5 (Bonn, Alemanha): Lançamento do Pacto Global da ONU
2000	COP-6 (Haia, Holanda e Bonn, Alemanha) – 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
2001	COP-7 (Marrakesch, Marrocos)
2002	Conferência para o Desenvolvimento Sustentável – Rio+10 (Johanesburgo) COP-8 (Nova Délhi, Índia)
2003	COP-9 (Milão, Itália)
2004	COP-10 (Buenos Aires, Argentina)
2005	COP-11 (Montreal, Canadá)
2006	COP-12 (Nairóbi, Quénia)
2007	COP-13 (Bali, Indonésia)
2008	COP-14 (Poznan, Polónia)
2009	COP-15 (Copenhague, Dinamarca)
2010	COP-16 (Cancún, México) Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Biológica: Protocolo de Nagoya
2011	COP-17 (Durban, África do Sul)
2012	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) COP-18 (Doha, Catar)
2013	COP-19 (Varsóvia, Polônia)
2014	COP-20 (Lima, Peru)
2015	Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável: 17 ODS COP-21 – 1º Acordo Universal de Paris, França
2016	COP-22 (Marrakech, Marrocos) - Ratificação do Acordo de Paris e início da sua implementação
2017	COP-23 (Bonn, Alemanha)
2018	COP-24 (Katowice, Polónia)
2019	COP-25 (Madrid, Espanha) Pacto Ecológico Europeu (European Green Deal): com o objetivo de tornar a Europa climaticamente neutra até 2050 (Bruxelas, Bélgica)
2021	COP-26 (Glasgow, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte) - Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com foco em acelerar ações para o cumprimento do Acordo de Paris e ODS2030.
2022	COP-27 (Sharm el-Sheikh, Egito) Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com ênfase em financiamento climático, perdas e danos
2023	Conferência da ONU (Organização das Nações Unidas) sobre a Água, em Nova Iorque COP28 (Dubai, Emirados Árabes Unidos) Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com foco em balanço global dos esforços climáticos e transição energética
2024	COP29 (Baku, Azerbaijão) Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com foco em novas metas de financiamento climático (pelo menos 1,3 biliões/ano até 2035)
2025	COP30 no Brasil: Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, com foco em ações climáticas globais e implementação dos acordos internacionais (acordo em triplicar financiamento para países em desenvolvimento).

Fonte: Romeiro 2012; United Nations Framework Convention on Climate Change, s.d.

De todas estas iniciativas salienta-se alguns eventos mundiais sobre o tema do clima e desenvolvimento sustentável, nomeadamente os Objetivos do Milénio; o Acordo de Paris; os ODS; o Pacto Ecológico Europeu e a COP 30.

No relatório "Limites do Crescimento" produzido pelo Clube de Roma, o tema de desenvolvimento sustentável surgiu com o nome de ecodesenvolvimento, procurando criticar os modelos de crescimento económico, impulsionados por um pós-guerra. Apesar do forte progresso e crescimento económico de alguns países, a grande maioria permanecia pobre e com enormes dificuldades de iniciar um processo de crescimento económico sustentado (Romeiro, 2012). Com a criação da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento foi produzido o conhecido Relatório Brundtland, intitulado de "Nosso Futuro Comum". Este relatório considerava que o risco ambiental do crescimento económico devia ser levado a sério, e introduziu o conceito desenvolvimento sustentável, significando, aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas necessidades (World Commission on Environment and Development,1987). O relatório defendia ainda que o desenvolvimento sustentável podia ser alcançado com um conjunto de políticas capazes de, simultaneamente, garantir o crescimento económico, aliado ao acesso a direitos sociais básicos (segurança económica, acesso à saúde e educação) e a redução do impacto do aumento da produção e do consumo sobre o meio ambiente (Romeiro, 2012).

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, adotados em setembro de 2000, na Declaração do Milénio proposta pelas Nações Unidas, configuraram um compromisso internacional de erradicar e minimizar problemas mundiais graves, bem como promover igualdade, educação e qualidade de vida e respeito pelo meio ambiente, conforme consta no quadro 1.2.

Quadro 1.2. Lista dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (2000-2015)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO	
Objetivo 1	Acabar com a fome extrema e a pobreza
Objetivo 2	Universalizar a educação básica
Objetivo 3	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres
Objetivo 4	Reduzir a mortalidade na infância
Objetivo 5	Melhorar a saúde materna
Objetivo 6	Combater a HIV/Aids, a malária e outras doenças
Objetivo 7	Garantir Sustentabilidade Ambiental
Objetivo 8	Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento

Fonte: United Nations (2015).

De acordo com o Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (United Nations, 2015) foram alcançados importantes avanços até 2015, principalmente contra a pobreza e a desigualdade. Entre as conquistas mais significativas, destacam-se a redução para metade da pobreza extrema mundial; diminuição da desnutrição; aumento da taxa de matrícula no ensino primário para 91% nas

regiões em desenvolvimento, e a queda de 45% na mortalidade materna. No entanto, o relatório também evidencia desigualdades persistentes, como o acesso desigual a serviços básicos entre populações rurais e urbanas, a vulnerabilidade de mulheres e grupos marginalizados, e os impactos devastadores de conflitos e mudanças climáticas, que ameaçam reverter os progressos alcançados. Perante a constatação de desafios mundiais críticos que ainda persistiam, surge em 2015, a Agenda 2030 e os ODS, como uma resposta a esses desafios, propondo um modelo de desenvolvimento que integra as dimensões económica, social e ambiental.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas, juntamente com 193 Estados Membros definiu a Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (conforme quadro 1.3.), que sucedem os Objetivos do Milénio e expandem a sua abrangência e interdependência: dimensão social, ambiental e económica rumo à sustentabilidade para a humanidade e para o planeta.

Quadro 1.3. Lista dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2015-2030)

OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)	
Objetivo 1	Erradicar a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares
Objetivo 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável
Objetivo 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades
Objetivo 4	Garantir educação inclusiva, equitativa e de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos
Objetivo 5	Alcançar a igualdade de género e empoderar todas as mulheres e meninas
Objetivo 6	Garantir disponibilidade e uso sustentável da água e saneamento para todos
Objetivo 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos
Objetivo 8	Promover o crescimento económico, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos
Objetivo 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação
Objetivo 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles
Objetivo 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis
Objetivo 12	Assegurar padrões de consumo e produção sustentáveis
Objetivo 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança global do clima e seus impactos
Objetivo 14	Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos
Objetivo 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, travar e reverter a degradação da terra e travar a perda de biodiversidade
Objetivo 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis
Objetivo 17	Fortalecer a implementação dos objetivos e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Nações Unidas, 2015.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas, define os 17 ODS e recomenda o desenvolvimento de ações em parceria e globais, que promovam o bem-estar de todos os cidadãos, com todo o esforço de erradicação de todas as formas de opressão, privação, exclusão e, promoção do crescimento e dignidade humana, sem descurar a emergente proteção do ambiente/natureza e o combate às alterações climáticas. De acordo com o

Relatório sobre o Desenvolvimento Sustentável 2025 (United Nations, 2025a), milhões de pessoas passaram a ter acesso a infraestrutura e serviços essenciais como educação, saúde, água, eletricidade e conetividade/internet. Apesar dos progressos já verificados, ainda existem milhões de pessoas em situações de enorme e complexa fragilidade, vulnerabilidade e desigualdade. Das metas acordadas em 2015, apenas 35% estão no caminho certo para serem cumpridas até 2030. Quase metade das metas (47%) avança a um ritmo lento e insuficiente, e 18% das metas registaram retrocesso, especialmente devido a conflitos e guerras, vulnerabilidades estruturais e limitações fiscais em muitas regiões do mundo. Para gerar impactos transformadores nos próximos anos, foram destacadas seis áreas prioritárias de intervenção, nomeadamente, sistemas alimentares (ODS 2); acesso à energia (ODS 7); transformação digital (ODS 9); educação (ODS 4); empregos e proteção social (ODS 8) e ação climática e biodiversidade (ODS 13 e ODS 15).

Também em 2015, na COP 21, realizada em dezembro, foi adotado por 196 países o Acordo de Paris, que estabeleceu um compromisso coletivo para limitar o aumento da temperatura média global abaixo de 2°C em relação aos níveis pré-industriais, com esforços para não ultrapassar 1,5°C. Esse limite é considerado crucial para evitar os piores impactos das mudanças climáticas, como eventos extremos, elevação do nível do mar e perda de biodiversidade. Este acordo enfatizou ainda necessidade de se fortalecer a capacidade de adaptação dos países, especialmente os mais vulneráveis, comprometendo os países mais desenvolvidos no financiamento de ações de mitigação e adaptação em países em desenvolvimento. Embora o Acordo de Paris tenha estabelecido uma estrutura importante para a ação climática global, sua eficácia depende da ação concreta e coordenada de todos os países, bem como do cumprimento dos compromissos financeiros e da atualização das metas climáticas.

O Pacto Ecológico Europeu, surge em 2019 como uma estratégia europeia de resposta ao apelo urgente dos cidadãos, em especial dos jovens, à ação climática. Este pacto tem como objetivo central tornar a Europa climaticamente neutra até 2050, através da transição para uma economia sustentável, da redução das emissões de gases com efeito de estufa em pelo menos 55% até 2030 e da promoção de um crescimento económico dissociado da degradação ambiental. Para cumprir este objetivo a União Europeia estabeleceu um plano para transformar a Europa, assente em alguns domínios específicos de intervenção: clima, energia, transportes, indústria, agricultura, investigação e inovação e financiamento regional, que visa a proteção de trabalhadores e sociedades mais vulneráveis (Comissão Europeia, 2019). De acordo com o relatório de resultados do Pacto Ecológico Europeu (Comissão Europeia, 2024) a Europa deu passos importantes no caminho da transição para a sustentabilidade e neutralidade climática. Foram aprovadas leis e metas vinculativas que visam reduzir emissões em 55% até 2030 e 90% até 2040; duplicar a produção de energia solar e evitar a deslocalização industrial, através da criação de taxas de carbono em importações. Foram investidos 275 mil milhões de euros

em fundos verdes (NextGenerationEU e REPowerEU), e 19,7 mil milhões de euros no Fundo para uma Transição Justa. Olhando especificamente para estes fundos, o NextGenerationEU visou a recuperação económica da União Europeia, através do financiamento de investimentos verdes e a transição ecológica, incluindo energias renováveis, eficiência energética e inovação. O fundo REPowerEU surgiu como um complemento do NextGenerationEU, focado em acelerar a independência energética da União Europeia face aos combustíveis fósseis russos, através de investimentos em energias renováveis, eficiência energética e diversificação de fornecedores de energia. Já o Fundo para uma Transição Justa apoiou trabalhadores e regiões mais vulneráveis e afetadas pelas alterações climáticas, e financiou projetos inovadores na área do hidrogénio verde, economia circular e biodiversidade, alinhando crescimento económico com sustentabilidade.

A COP 30 realizou-se em novembro de 2025, em Belém no Brasil, focada nos progressos e compromissos das nações unidas sobre a limitação do aumento da temperatura global (1,5°C), combate às mudanças climáticas e apoio a regiões mais vulneráveis. De acordo com o relatório preliminar deste encontro (United Nations, 2025b), alguns compromissos foram alcançados, em diversos eixos, nomeadamente ao nível da transição energia, industrial e de transporte (energias limpas, indústria verde, combustíveis sustentáveis e mobilidade limpa); da proteção de florestas, oceanos e biodiversidade (financiamento para proteger e restaurar zonas florestais, iniciativas de proteção de áreas marinhas e produção de energia renovável oceânica); da transformação da agricultura e sistemas alimentares (agricultura regenerativa com práticas de agroecologia e agrofloresta, diminuição do desperdício alimentar, redução de emissões de metano e recuperação dos solos); resiliência urbana e infraestruturas (adaptação climáticas de edifícios e gestão da água, garantindo o acesso a água potável) e, por fim, ao nível do desenvolvimento humano e social (capacitação e criação de empregos verdes, prevenção de riscos climáticos na saúde e proteção social climática). Transversalmente a estes eixos, foram alcançados acordos e compromissos respeitantes ao financiamento climático e inovação tecnológica que incentivam o desenvolvimento de projetos e ações de combate às mudanças climáticas e seus impactos. De salientar que este financiamento assenta numa lógica intrageracional de apoio e suporte a nações climaticamente mais vulneráveis e menos desenvolvidas. De acordo com o mesmo relatório persistem desafios e algumas limitações, sobretudo ao nível da necessidade de aumentar o financiamento para adaptação climática de todas as nações e para uma transição justa de trabalhadores e comunidades dependentes dos combustíveis fósseis. Apesar da pressão de mais de 80 países, não foi possível estabelecer um compromisso claro para a eliminação progressiva dos combustíveis fósseis e, apenas 10 países estabeleceram um compromisso de combate à desinformação e promoção de integridade da informação climática, potenciando o conhecimento e a capacitação dos seus cidadãos nas temáticas relacionadas com as alterações climáticas e as ações de combate às mesmas. Em Portugal, mantem-se o desafio de acelerar políticas

nacionais de descarbonização, especialmente em setores ainda dependentes de fontes não renováveis.

Com uma consciência mais presente da crise ecológica atual, incitada por ações e políticas económicas, assentes no paradigma Antropoceno (Hirvilammi, & Helne, 2014), urge a necessidade de respeitar os limites do planeta, permitindo que este se regenere, bem como, o desenvolvimento de respostas sustentáveis, que integram a dimensão ambiental, social e económica. De acordo com Rockström e seus colegas (2009) os limites planetários dizem respeito às fronteiras do planeta Terra, ou seja, definem limites seguros para a atividade humana, garantindo que o planeta permaneça num estado estável, onde a absorção e regeneração ainda são possíveis face à interferência humana. Estes limites planetários estão interligados e têm sido associados a nove processos críticos do sistema terrestre como a perda de biodiversidade, mudanças climáticas, a perturbação dos ciclos biogeoquímicos (nitrogênio e do fósforo, devido ao uso excessivo de fertilizantes e poluição), uso insustentável da terra (desflorestação e urbanização descontrolada), acidificação dos oceanos (devido à absorção de CO_2), uso excessivo de água doce, degradação da camada de ozono; aumento de aerossóis atmosféricos e a introdução de novas entidades antropogénicas (plásticos, produtos químicos sintéticos e materiais artificiais). Dos nove limites planetários, sete encontram-se atualmente ultrapassados, o que significa que grande parte das fronteiras planetárias foram transpostas, estando neste momento a humanidade a "operar" fora do espaço operacional seguro em sete dos nove processos críticos do planeta (Stockholm Resilience Centre, 2025), conforme figura 1.1.

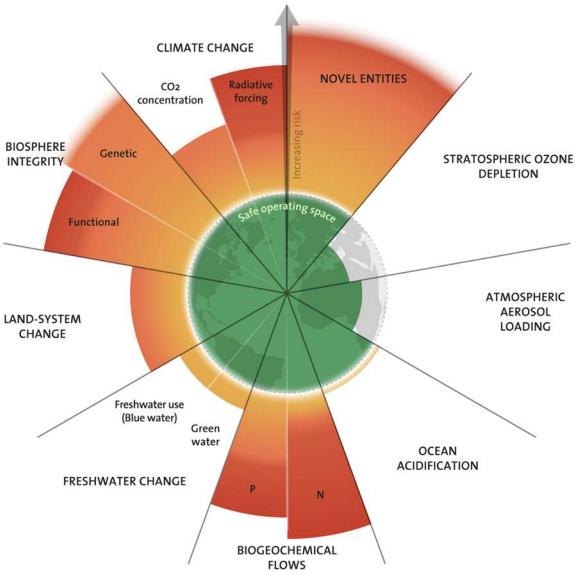


Figura 1.1. Limites Planetários: Zona segura e fronteiras ultrapassadas (Stockholm Resilience Centre, 2025).

A humanidade continua e ultrapassar os limites seguros do planeta, o que sugere que a mesma possa estar a cometer ecocídio, ou seja, de forma mais consciente ou inconsciente, a valorização do capitalismo/materialismo e a desconexão entre a humanidade e a natureza estão a contribuir para a

potencial extinção da humanidade como espécie (Besthorn, 2012; Norton 2012), uma vez que nos sete limites planetários já ultrapassados existe um risco de stress ambiental significativo e um potencial para alterações irreversíveis (Planetary Boundaries Science, 2025). Conforme figura acima, os limites que se encontram nesta situação são:

- Alterações Climáticas (Climate Change): Tanto a concentração atmosférica de CO_2 como a força radiativa antropogénica total no topo da atmosfera excederam em muito os seus níveis seguros. Existe o risco de ondas de calor, secas, enchentes e elevação do nível do mar.
- Integridade da Biosfera (Biosphere Integrity): Crise de extinção em massa. Quase metade das espécies animais do planeta corre risco de extinção. A perda de espécies compromete o equilíbrio de todos os ecossistemas. Tanto na perda de diversidade genética, como na integridade funcional da biosfera, os seus limites seguros encontram-se bastante ultrapassados.
- Mudanças no Solo (Land-System Change): Desmatamento, degradação do solo e perda de área fértil. As áreas florestais remanescentes em todos os três biomas (tropical, boreal e temperado) estão abaixo dos níveis seguros.
- Mudanças na Água Doce (FreshWater Change): As perturbações induzidas pelo ser humano nos fluxos de água azul (água em lagos, rios e reservatórios) e água verde (água no solo disponível para as plantas) excederam o limite seguro. O uso excessivo de água e a poluição por esgoto, agrotóxicos e resíduos industriais têm contaminado rios, lagos e aquíferos.
- Modificação dos Fluxos/Ciclos Biogeoquímicos (Biogeochemical Flows): Consequências na vida aquática, por contaminação de aquíferos e ecossistemas e efeito estufa. Tanto o fluxo global de fósforo para os oceanos como a fixação industrial de azoto (extração de azoto da atmosfera) estão a perturbar os ciclos de nutrientes, bastante além do limite seguro.
- Introdução de Novas Entidades (Novel Entities): A quantidade de substâncias produzidas pelo ser humano libertadas no ambiente (entidades antropogénicas como por exemplo, plásticos, produtos químicos sintéticos e materiais artificiais) está bem acima do limite seguro.
- Acidificação dos Oceanos (Ocean Acidification): Os oceanos ficam cada vez mais ácidos, uma vez que absorvem CO_2 da atmosfera. Com base em dados e atualizações metodológicas recentes, avalia-se, pela primeira vez, que o limite da acidificação dos oceanos foi ultrapassado em 2025, o que afeta a fauna e flora dos mesmos. Os oceanos do mundo ultrapassaram o limite sustentável da acidificação, o que compromete toda a biodiversidade oceânica, pois ameaça organismos imprescindíveis para a cadeia alimentar marinha.

Os dois limites planetários que ainda não foram ultrapassados são:

- Aumento da Carga de Aerossóis Atmosféricos (Atmospheric Aerosol Loading): Os aerossóis são partículas em suspensão que afetam a saúde e interferem nos padrões climáticos. A diferença na carga de aerossóis atmosféricos entre os dois hemisférios da Terra está ainda dentro do espaço operacional seguro do planeta.
- Degradação da Camada de Ozono (Stratospheric Ozone Depletion): Este processo crítico do planeta protege a Terra contra a radiação ultravioleta nociva. A quantidade atual de ozono estratosférico está dentro do espaço operacional seguro, embora os valores ainda estejam abaixo dos níveis de meados do século XX.

A enorme pressão e os potenciais riscos associados aos limites ultrapassados têm incitado um questionamento e intenções globais de reduzir níveis de poluição (ar, água e solos), de proteger os ecossistemas/recursos e de desenvolvimento sustentável, garantindo que o planeta tenha condições para se regenerar e suportar todas as formas de vida, incluindo a humana (Peeters, 2016).

A situação de limite planetário levou Gerst, Raskin & Rockström (2014) a realizar projeções até 2100, com base em três cenários: (1) manutenção das tendências atuais de consumo, crescimento económico e urbano; (2) reforma de políticas (sobretudo ambiental e global) e (3) transição estrutural. Concluíram que o primeiro cenário é insustentável, pois os limites planetários continuaram a ser ultrapassados com a manutenção dos atuais padrões de consumo.

O segundo cenário prevê uma resposta política global coordenada, com adoção de instrumentos como impostos ecológicos, regulação e cooperação internacional, visando cumprir metas ambientais e sociais. Neste cenário, embora se alcance alguma melhoria na equidade e redução da pressão sobre os limites planetários, este cenário depende de uma vontade política sustentada e de uma cooperação sem precedentes entre interesses conflitantes, o que pode ser difícil de concretizar, como se tem verificado perante as guerras e conflitos em curso. Além disso, os recentes esforços para ajustar o modelo económico capitalista às necessidades ecológicas, por exemplo, por meio da reciclagem individual, do consumismo verde, mobilidade verde e da eficiência do combustível, parecem não chegar à origem do problema (Besthorn, 2012). Estes esforços, embora sejam extremamente importantes parecem insuficientes, na missão de manter os limites planetários num espaço e zona de segurança, o que incita um passo adicional.

No terceiro cenário foi projetada uma mudança estrutural profunda, com transformações culturais, tecnológicas e institucionais, onde o bem-estar humano foi redefinido para além do consumo material, priorizando equidade, justiça social e respeito pela natureza (Gerst et al,2014). Este cenário de transição previa a estabilização populacional, redução das desigualdades, adoção massiva de tecnologias renováveis e eficiência de recursos, resultando num futuro resiliente dentro dos limites pla-

netários. Embora ambicioso e sujeito à emergência de um movimento global de cidadãos e de uma governança internacional fortalecida, os autores concluíram que o terceiro cenário é a opção mais robusta para um futuro resiliente, desde que ocorram mudanças profundas em valores, instituições e tecnologias, que privilegiam e integram metas ambientais e sociais de forma abrangente. Embora o aumento da eficiência económica e a redução da pegada ecológica da humanidade sejam essenciais, abordar totalmente o efeito interativo entre os problemas económicos e ecológicos exige uma transformação e transição ideológica, política e material (Besthorn, 2012).

Do ponto de vista teórico e prático, a transição para a sustentabilidade situa-se no domínio dos estudos de transição e no design de transição que fundamenta uma abordagem que procura lidar com os muitos problemas complexos e difíceis, que a sociedade do seculo XXI enfrentam (Irwin & Kossoff, 2025).

Esta abordagem de transição entende que a complexidade dos problemas é transversal, mas que se manifesta de forma específica em cada local. Por isso, defende que a resolução de problemas complexos exige uma prática interdisciplinar que busca catalisar mudanças sistémicas e sociais, através da formulação de uma visão sistémica do problema que possa informar o design de intervenções/soluções sistémicas; da co-criação de visões futuras que possam orientar uma transição de décadas em direção a um futuro desejado, e do envolvimento profundo as partes interessadas. Peeters (2016) defende que o desenvolvimento sustentável é um processo complexo de transição e mudança social.

De braço dado com o compromisso de transição para sociedades mais coesas, justas e sustentáveis está o Serviço Social, enquanto área de conhecimento e profissão de intervenção na realidade social (Dominelli, 2013; Peeters, 2012). As sociedades contemporâneas e globalizadas colocam no Serviço Social importantes desafios e, a questão da sustentabilidade configura um tema bastante emergente, uma vez que as questões ambientais e ecológicas são inseparáveis dos domínios social, económico e afetam a qualidade de vida dos cidadãos (Molyneux, 2010; Rocha & Ferreira, 2017).

É importante encontrarmos o equilíbrio entre a esfera social, económica e ambiental, de modo que as necessidades de desenvolvimento económico e social sejam satisfeitas, sem comprometer as necessidades dos territórios e as necessidades físicas do ambiente, alcançando a sustentabilidade (Marques, 2016; Matthies, 2017; Quintana-Ramírez, 2019). Este é o grande desafio do século XXI e, igualmente do Serviço Social, que deve intervir em conjunto com os cidadãos, comunidades, parceiros locais e decisores políticos, por meio de uma abordagem ecológica, crítica, sistémica e interdisciplinar, que permite construir intervenções coerentes e holísticas, num compromisso com o futuro e com as gerações futuras (Dominelli, 2018; Marques, 2016, Molyneux, 2010; Rocha & Ferreira, 2017).

1.1. Relação do Serviço Social e o Ambiente

O Serviço Social, enquanto área científica de conhecimento, cujo objeto de estudo é a realidade social na sua amplitude complexa, subjetiva e interdependente e, enquanto profissão promotora de desenvolvimento e mudança social tem a sua base teórica no quadro das Teorias Sociais e Humanas. Embora reconheça a importância dos contributos de outras ciências sociais e humanas, cujo objeto de estudo é igualmente a realidade social e o ser humano, o Serviço Social tem o seu próprio quadro teórico e metodológico. No domínio específico da questão ambiental, o Serviço Social sempre reconheceu a influência do meio ambiente na vida dos cidadãos. Provavelmente longe das preocupações com a questão ambiental que temos nos dias de hoje, desde as primeiras produções de conhecimento em Serviço Social desenvolvido pelas pioneiras, que o meio envolvente desempenha um papel importante na intervenção dos assistentes sociais (Krings et al. 2020; Närhi & Matthies, 2016).

Mary Richmond, pioneira no Serviço Social de caso, no início do século XX, salientou a importância de olhar para os sujeitos e para a sua inserção no seu meio ambiente, destacando do ambiente os aspetos sociais e contextos dos sujeitos, ou seja, focando-se apenas no ambiente social (Coates & Gray, 2012; Miller, Hayward &Shaw., 2012; Zapf, 2010).

Jane Addams, também pioneira do Serviço Social nas primeiras décadas do século XX, salientou o ambiente físico e as condições ambientais como elementos importantes do contexto urbano dos sujeitos, sobretudo no contexto comunitário e sociopolítico (Fernandez & Posada, 2020). Mais especificamente, esta pioneira abordava as condições ambientais nas cidades em rápida expansão e industrialização, olhando para problemas ambientais urbanos, como por exemplo, a gestão de resíduos, habitações de baixa qualidade e as ameaças resultantes à saúde pública (Mulvale, 2017). Embora tenha focado a atenção do Serviço Social em aspetos ambientais no contexto de urbanização, persistia a tendência olhar o ambiente físico, exclusivamente como ambiente social (Coates & Gray, 2012; Zapf, 2010). Deste modo, perseverava no Serviço Social a compreensão da pessoa no ambiente, focado no ambiente social, restringindo e limitando o envolvimento dos assistentes sociais com as questões ambientais (Norton, 2012).

Na teoria e prática histórica do Serviços Social perdurou uma abordagem negligente do ambiente natural, assente na incapacidade de expressar ou integrar o ambiente natural de forma coerente (Miller et al., 2012). Esta tendência de olhar para a pessoa no seu meio, apenas contextual e social, em vez de ambiente físico/natureza, pode ter como justificação a inicial preferência académica do Serviço Social em olhar e analisar componentes isolados (por exemplo, indivíduo ou ambiente), em detrimento de uma visão relacional e holística (Zapf, 2010). Além disso, a dominância de modelos terapêuticos e de uma interpretação reducionista do ambiente, limitada ao âmbito social pode ter contribuído

igualmente para a delonga da integração das questões ambientais no Serviço Social (Coates & Gray, 2012).

Embora a profissão esteja centrada na perspetiva pessoa-no-ambiente, desde as pioneiras, o "ambiente" foi reduzido a um ambiente social, resultando na ausência de uma resposta do Serviço Social aos desafios ecológicos contemporâneos, como as alterações climáticas, a degradação dos ecossistemas e a exploração insustentável dos recursos naturais. Ao focar-se quase exclusivamente no ambiente social e descurando do ambiente físico, o Serviço Social adotou uma perspetiva antropocêntrica, de perpetuação da importância da humanidade face ao ambiente natural (Miller et al., 2012; Philip & Reisch, 2015; Schmitz et al., 2012).

No início dos anos 80, surge dentro do Serviço Social um questionamento sobre a sua relação com o ambiente físico/natural, chamando a atenção para a desconexão com um ambiente físico inexplorado (Mulvale, 2017). Falar de ambiente físico ou natural, não diz respeito apenas aos contextos envolventes, onde os sujeitos estão inseridos.

O conceito de ambiente está vinculado à ideia de território e natureza, incluindo todos os elementos naturais e contextos naturais ou construídos. Os elementos naturais referem-se ao conjunto de seres bióticos e abióticos, ou seja, organismos vivos, como por exemplo, plantas, animais, fungos, bactérias e outros microrganismos (bióticos) e componentes não vivos (abióticos) que influenciam a vida dos seres bióticos, incluindo elementos físicos, como água, solo e vento; elementos climáticos, como luz solar, temperatura e humidade; e elementos químicos como oxigénio, dióxido de carbono e nutrientes. Os contextos construídos referem-se a todos os componentes construídos, como infraestruturas e tecnologia. Ou seja, o ambiente é o cenário que sustenta a vida de seres bióticos e abióticos, de maneira natural, e sustenta espaços construídos/transformados pelo ser humano (Quintana-Ramírez, 2019). Falar de natureza remete para o ambiente orgânico onde a maioria dos processos do ecossistema estão presentes (por exemplo, nascimento, morte, reprodução, relações entre espécies). Deste modo, a natureza inclui o espetro de habitats de áreas selvagens, rurais urbanas e jardins. A natureza também se refere a qualquer elemento único do ambiente natural (como plantas, animais, solo, água ou ar) e inclui animais domésticos e de companhia, bem como vasos de plantas, jardins e hortas cultivadas (Bowles et al., 2018).

Os benefícios do ambiente físico/natureza na saúde humana têm sido analisados e documentados, destacando-se impactos positivos no bem-estar emocional, cognitivo, espiritual, físico e social (Alston, 2015).

Heinsch (2012), fez uma revisão de estudos que demonstram estes benefícios e concluiu que a exposição a ambientes naturais, seja por meio de paisagens sobre os diversos elementos da natureza, seja até por interação com animais ou realização de atividades ao ar livre, tem mostrado benefícios ao nível da autoconfiança, redução de stress, melhoria de indicadores cardiovasculares, melhoria em

funções cognitivas e saúde física e alívio de dores. No âmbito social, espaços verdes comunitários e a presença de animais de estimação fomentam interações sociais, atuando como facilitadores de laços comunitários e reduzindo a criminalidade. Perante estes benefícios, a autora desafia os profissionais de Serviço Social a incorporarem elementos naturais em diagnósticos e intervenções, propondo recomendações práticas, para que a natureza seja não apenas um recurso complementar, mas um pilar ativo na promoção do bem-estar integral.

Sem reduzir obviamente a importância dos contextos na compreensão e intervenção na realidade social (nos seus domínios micro, meso e macro), a questão ambiental e ecológica começou a ganhar mais relevância, a partir dos anos 90 (Coates & Gray, 2012). Enquanto área académica e profissional, o Serviço Social começou a incorporar uma nova preocupação na intervenção com os sujeitos: a dimensão ambiental, principalmente nas intervenções com enfoque na interação entre os sistemas de vida individual e o ambiente, onde o sujeito e o meio influenciam-se e adaptam-se mutuamente (Marques, 2016; Rocha & Ferreira, 2017; Belchior Rocha, 2018). O bem-estar social passou a incluir também um estado ecológico e ambiental saudável, criando ligações e pontes entre o Serviço Social, direitos ambientais e sustentabilidade (Mulvale, 2017; Peeters, 2016). Estas conexões têm permitido o desenvolvimento de modelos teóricos e práticos de intervenção, assentes na necessidade de transição ecocêntrica, ampliando o escopo da profissão, estendendo ao compromisso social, um compromisso ambiental e ecológico e de desenvolvimento sustentável (Miller et al., 2012; Power, 2016).

A definição Global de Serviço Social, aprovada em 2014, em assembleia pela International Federation of Social Work e pela International Association of Schools of Social Work refere que:

> Social work is a practice-based profession and an academic discipline that promotes social change and development, social cohesion, and the empowerment and liberation of people. Principles of social justice, human rights, collective responsibility and respect for diversities are central to social work. Underpinned by theories of social work, social sciences, humanities and indigenous knowledges, social work engages people and structures to address life challenges and enhance wellbeing. The above definition may be amplified at national and/or regional levels. (IFSW & IASSW, 2014).

Como se pode verificar na definição global de Serviço Social, salienta princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pela diversidade na promoção de desenvolvimento social, coesão e capacitação das pessoas. Embora deixe em aberto a possibilidade de adequação da definição proposta a cada nação ou região, não é clara nem explicita a alusão ao ambiente físico e natural.

Em Portugal, o Código Deontológico dos Assistentes Sociais (2018) embora não reconheça o ambiente natural como área de intervenção do Serviço Social, a sustentabilidade do ambiente e das comunidades é considerado como um dos princípios éticos desta área profissional, e visa:

> a) Entender a sustentabilidade como um conceito holístico que interrelaciona dimensões ambientais, sociais e económicas;
>
> b) Contextualizar histórica e culturalmente as expectativas e aspirações das pessoas e das comunidades como base para a promoção da sustentabilidade;
>
> c) Defender uma visão global e reconhecer a dependência mútua dos seres humanos, numa visão positiva e de interação destes com o mundo;
>
> d) Contribuir para uma cultura de solidariedade e cooperação entre as nações, fomentando economias de partilha, projetos colaborativos e formas inovadoras de intervir. (Associação dos Profissionais de Serviço Social, 2018, p. 12)

Desta forma, a sustentabilidade do ambiente e das comunidades surge, em Portugal, como princípio ético da prática dos assistentes sociais, abrindo espaço para intervenções integradoras da dimensão social, ambiental e económica, reconhecendo a dependência e interação positiva dos seres humanos com o planeta/ambiente.

Bowles et al. (2018) analisaram três códigos de ética nacionais de Serviço Social, do Reino Unido, Estados Unidos e Austrália, de forma a verificar como as questões da sustentabilidade ambiental estão representadas nestes documentos, ou seja, nos valores e orientações profissionais. Um importante indicador da posição do Serviço Social em relação às mudanças climáticas está na expressão de valores e princípios mantidos em códigos de ética profissional, documentos que também tratam do propósito e escopo da profissão. As conclusões dos autores sugerem que os códigos nacionais (em 2018) ainda não incluam a preocupação com a sustentabilidade ambiental, como uma preocupação profissional central. Assumem que o código australiano salienta alguns termos que podem ser associados ao ambiente, mas efetivamente não abordam diretamente uma abordagem ecológica do Serviço Social. Os autores fazem recomendações para o desenvolvimento da prática ética e argumentam ainda que o organismo profissional internacional de Serviço Social, a IFSW, deve assumir um papel de liderança na defesa da sustentabilidade ambiental, na profissão.

Por falar em instituições internacionais de Serviço Social, IASSW (2018), na sequência da definição dos ODS, reafirmou o compromisso do Serviço Social com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, especialmente no que diz respeito à sustentabilidade ambiental e comunitária. A IASSW destacou a importância de integrar questões como mudanças climáticas, justiça ambiental e resiliência comunitária na educação, pesquisa e prática do Serviço Social,

reconhecendo que as populações mais vulneráveis, como crianças, mulheres, idosos, pessoas com deficiência e migrantes, são as mais afetadas pelos impactos ambientais (McKinnon & Alston, 2016).

Gradualmente, os académicos de Serviço Social têm defendido a inclusão do ambiente na intervenção do Serviço Social, bem como a necessidade de desenvolvimento sustentável, através de uma visão e prática integradora e multidisciplinar que, simultaneamente defende direitos, promove mudança social sustentável e cuida do ambiente/natureza (Alston, 2015). A IASSW (2018), destaca ainda o papel do Serviço Social em advocacy, políticas públicas e parcerias comunitárias para promover a sustentabilidade e dá enfase à necessidade de formação de assistentes sociais capazes de atuar em contextos de desastres naturais e crises climáticas.

Sobre a formação académica de Serviço Social, alguns autores defendem a necessidade de se ajustar os planos curriculares abordando temáticas ecológicas, de sustentabilidade e resiliência ecológica, de modo a incluir a dimensão ambiental e ecológica a par da social (eco-social) (Boddy, et al., 2018; Case, 2017; Cox, et al., 2021; Drolet et al., 2015; Jones, 2018; Rambaree, 2020).

De acordo com Cuadra & Eydal (2018), os planos curriculares de Serviço Social devem espelhar uma abordagem transformadora de valores e de perceção, sobre a relação da pessoa no meio, na busca de bem-estar humano. Para isso, é necessária uma mudança paradigmática nos planos curriculares, sobre o lugar dos humanos no mundo natural, representando muito mais que um ajuste ou acréscimo de conteúdo e prática no Serviço Social (Boetto & Bell, 2015; Boetto, 2017).

Jones (2018), que defende uma transformação nos planos curriculares de Serviço Social, salienta que existem três formas de introduzir a dimensão ambiental e ecológica, conforme quadro 1.4.

Quadro 1.4. Formas de incluir a dimensão ambiental e ecológica nos planos curriculares de Serviço Social

FORMAS DE MUDANÇA NOS PLANOS CURRICULARES DE SERVIÇO SOCIAL
Incorporação em UC existentes
Criação de Novas UC
Transformação do enfoque do plano curricular

A primeira refere-se à incorporação de conteúdo sobre crise ecológica, relação indissociável com o ambiente, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, em algumas unidades curriculares já existentes. Especialmente em contextos académicos, onde a criação de novas unidades curriculares dedicadas exclusivamente ao tema da sustentabilidade não é possível, devido a restrições de tempo/duração do curso ou recursos, a incorporação destes conteúdos é uma estratégia bastante viável (Boddy, et al., 2018). A segunda forma, pressupõe a criação e introdução de novas unidades curriculares específicas sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, nos planos curriculares atuais. Por último, a terceira forma configura uma transformação e reformulação dos planos curriculares, no sentido todas as unidades curriculares traduzirem um novo paradigma ecocêntrico,

como base estrutural da formação em Serviço Social, que tem como pano de fundo um estilo de vida sustentável e de equilíbrio global e, prevê o desenvolvimento de conhecimentos e competências orientados a uma intervenção comunitária integradora, sistémica, holística e promotora da sustentabilidade. Esta terceira abordagem desafia pressupostos modernistas (individualismo e capitalistas) e questiona estruturas dominantes, de poder e opressoras com recurso ao pensamento e reflexão crítica, que visa desconstrução de crenças e valores modernistas e fomenta uma consciência ecológica e uma responsabilidade coletiva.

A mudança transformadora dos planos curriculares de Serviço Social deve assentar em abordagens interdisciplinares de aprendizagem e metodologias que articulam teoria e prática, como estudos de caso, trabalho de campo e projetos comunitários centrados na justiça ambiental e na aplicação dos ODS no contexto de intervenção dos assistentes sociais (Neden et al., 2018), bem como na análise e discussão políticas públicas, de orientações globais e documentos fundamentais/oficiais que promovem uma transição ética e coerente para um paradigma ecocêntrico, como por exemplo os ODS, códigos de ética, normas de prática (Boeto, 2019; Gray, & Coates 2015; Jones 2010; Power, 2016; Rieckmann, 2018). A transformação dos planos curriculares de Serviço Social pressupõe ainda que a formação académica seja uma aprendizagem transformadora (Jones, 2018). No seu núcleo, a teoria da aprendizagem transformadora busca mudar a forma como os estudantes veem e dão significado ao mundo, questionando quadros de referência, pressupostos fixos e até expetativas, de modo que sejam mais críticos, reflexivos e, em última análise, sensíveis a pensamento e ideologias alternativas.

Numa aprendizagem transformadora sobre a crise ecológica, sustentabilidade e desenvolvimento sustentável em Serviço Social, os docentes devem conduzir os estudantes numa reflexão e reavaliação da sua relação com o mundo não humano, onde estes interrogam e problematizam o nível existente de alienação ecológica atual. A promoção de experiências de terreno é igualmente importante para preencher lacunas no conhecimento dos estudantes sobre o mundo não humano, os valores ambientais e culturais, vivências e culturas indígenas e sobre os efeitos e impactos dos processos económicos, como a globalização (Philip & Reisch, 2015; Power, 2016; Rambaree, et al., 2019a). A perspetiva ecológica e de desenvolvimento sustentável deve ser explorada nos planos curriculares, sobretudo em contextos práticos e oficinas de construção de cenários, levando os estudantes de Serviço Social a terem "choques" com a realidade, fazendo-os refletir criticamente e repensar sobre políticas públicas, regulamentações nacionais e internacionais, bem como, sobre práticas profissionais que promovam desenvolvimento sustentável (Crawford, et al., 2015; Power, 2016; Rieckmann, 2018).

A integração de experiências práticas na formação de assistentes sociais é fundamental para o desenvolvimento de competências profissionais. No entanto, no que respeita à orientação e supervisão dos estudantes nestes contextos práticos, pode ser difícil encontrar profissionais no terreno

com conhecimento especializado e capacidade para guiar os estudantes nessa abordagem ecológica e de sustentabilidade (Neden et al., 2018).

Apesar de se assistir a algumas mudanças nos planos curriculares em alguns países, estudos recentes salientam que esta alteração nem sempre envolve uma mudança paradigmática que forneça uma alternativa clara às abordagens modernistas existentes no Serviço Social (Boetto, 2017; Mattocks, et al., 2023; Rambaree, 2020). Incorporar questões ambientais e ecológicas nos planos curriculares existentes, sem discussão crítica e uma abordagem verdadeiramente transformadora da aprendizagem, que se reflita nas perspetivas e valores dos estudantes, não será suficiente para produzir a mudança fundamental necessária (Jones, 2010). Para Nippers & Boddy (2018), a formação académica em Serviço Social deve recorrer a métodos de reflexão crítica que, por um lado, visam analisar os efeitos das alterações climáticas, sobretudo em populações que experienciam múltiplas vulnerabilidades, através de uma postura de advocacy junto dos decisores políticos, e, por outro lado, visam a implementação de ações urgentes de mitigação das alterações climáticas e dos seus efeitos sociais, ambientais e económicos.

A necessidade de desenvolvimento sustentável incita que os planos curriculares de Serviço Social reflitam sobre ações e intervenções que conduzem à mudança transformadora (social e ecológica), que percebe todas as estruturas da vida como interdependentes dentro de uma estrutura ainda maior, promovendo a cidadania global, a valorização da diversidade cultural/indígena e valores sociais e ecológicos relacionados com a sustentabilidade (Boetto, 2017). Rieckmann (2018), defende que temas como, mudanças climáticas, biodiversidade, produção e consumo sustentáveis, justiça global, redução do risco de desastres e erradicação da pobreza são temáticas fundamentais e até prioritárias na formação superior em Serviço Social, uma vez que configuram temas que foram identificados em estudos científicos, experiências sociais e discussões internacionais, como a Agenda 21 e a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. O autor propõe objetivos de aprendizagem específicos para o ODS 13 (ação climática) que visam, não só a compreensão teórica, mas também a avaliação do impacto pessoal, a colaboração em estratégias coletivas e a promoção de políticas públicas sustentáveis, refletindo uma educação transformadora, que desenvolve competências para a ação climática. Neste sentido, uma formação assente nesses temas e objetivos oferece oportunidades para que os futuros assistentes sociais desenvolvam conhecimentos e competências imprescindíveis à transformação necessária para um futuro sustentável. Case (2017) defende ainda, que a formação académica em Serviço Social deve integrar a temática da resiliência comunitária, especialmente enquadrada em projetos que visam o desenvolvimento comunitário, em parcerias com organizações ambientais locais e envolvimento prático dos alunos em iniciativas ecológicas, ligando a resiliência individual e coletiva à adaptação a crises climáticas e desastres naturais, como base para uma prática transformadora face à crise socio-ecológica. Também Cuadra & Eydal (2018), reforçam a necessidade

de formação orientada para a intervenção em situação de desastres ecológicos, numa perspetiva de prevenção, mitigação, resposta e recuperação, promovendo a justiça social e o respeito pela natureza. Ainda há autores que vão mais além, e defendem que a formação académica em Serviço Social deve fundamentar-se em teorias e perspetivas ecológicas, estruturais, sistémicas e radicais/críticas, que forneçam alternativas reais ao modelo económico atual, que destrói o ambiente e, consequentemente agrava problemas sociais (Boetto, 2017; Dominelli, 2014; Ellis, Nappan & O'Donoghue, 2018; Peeters, 2012).

Seja sob que ponto de vista for, a transformação nos planos curriculares de modo a responder aos atuais desafios da sustentabilidade representa uma oportunidade para o Serviço Social desempenhar um papel importante e imprescindível na mudança global, rumo ao desenvolvimento sustentável, tão emergente e aclamado pela Agenda 2030 constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, proposta pela Organização das Nações Unidas (Nações Unidas, 2015). Esta transformação nos planos curriculares permite formar futuros profissionais com valores, conhecimentos e competências para responder ao maior desafio da humanidade, que ameaça o bem-estar do homem e do planeta (Jones, 2018).

Além da literatura reforçar a necessidade de integração do tema da sustentabilidade e dos ODS nos planos curriculares de Serviço Social, sobretudo nas instituições que ainda não o fizeram, a literatura tem-se debruçado igualmente em analisar e avaliar a efetividade dessa inclusão/integração, principalmente nas instituições de ensino em que isso já é uma realidade. Basheer et al. (2025), através de uma revisão sistemática da literatura, da realização de entrevistas semiestruturadas com decisores políticos e da aplicação de um inquérito por questionário a 81 a atores educacionais (estudantes, docentes e pessoal administrativo) exploraram o papel da ecopedagogia e de abordagens interdisciplinares na promoção de uma cultura de sustentabilidade no ensino superior. Concluíram que a integração da sustentabilidade nos currículos, através de cursos obrigatórios e opcionais, programas de pós-graduação e iniciativas de aprendizagem experiencial, é uma estratégia-chave para equipar os estudantes com competências críticas sobre a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Verificaram ainda a existência de alguns desafios, como por exemplo, a falta de comunicação e alinhamento no desenvolvimento de planos estratégicos que integram a sustentabilidade como um todo (planos curriculares, cultura institucional e infraestruturas), de forma que cada entidade superior seja reflexo dos valores e princípios da sustentabilidade. Os obstáculos apontados a uma implementação sistémica da inclusão da sustentabilidade no ensino superior prendem-se com questões relacionadas com investimento/orçamentos, necessidade constante atualização e formação adequada, bem como, com a ausência de uma comunicação alinhada sobre a adoção de práticas inovadoras. Ensinar sobre o tema da sustentabilidade é um projeto complexo e desafiador que envolve a exploração de elementos múltiplos, interdependentes e de desafios sociais, económicos e

ambientais, importantes para todas as áreas académicas e profissionais no geral e, em específico para o Serviço Social. Para docentes de Serviço Social, o desafio é formar alunos com o conhecimento e as habilidades para que se tornarem profissionais eficazes (Drolet et al., 2015), que numa posição privilegiada de proximidade, tenham as capacidades e a competências necessárias para agir local e globalmente, rumo a sociedades e ambientes mais justos e sustentáveis (Alston, 2015).

1.1.1. Abordagens Ecológicas no Serviço Social

É urgente a implementação de ações sustentáveis, que visam o cuidado numa perspetiva de consciencialização ecológica, envolvimento afetivo e responsabilização em relação ao outro, ao futuro do outro e das gerações futuras e claro, em relação ao ambiente/natureza na qual a Humanidade se desenvolve (Boff, 2017).

A visão ecológica reconhece a relação transacional entre as condições ambientais e a condição humana e pressupõe uma rutura com a tradicional prática profissional do Serviço Social, segmentada na intervenção com o indivíduo, a família, o pequeno grupo, a organização e a comunidade (Pardeck 1988). De acordo com Howe (1987) e com os fundamentos da teoria ecológica, o indivíduo está em constante interação e transação com o meio ambiente e, por isso, o Serviço Social deve propor ações integradas, que transcendam o domínio individual e contemplem os diferentes sistemas que constituem a realidade social onde a Humanidade se desenvolve. A importância de considerar o ser humano como parte da natureza e a necessidade de promover desenvolvimento sustentável é transversal a alguns autores de Serviço Social, os quais têm incitado um ajuste conceptual e, consequentemente metodológico, que contempla a interdependência da realidade social com a realidade ambiental e reforça a necessidade de mudança/transição para sociedades mais éticas, sustentáveis e justas (Dominelli, 2018; Rocha & Ferreira, 2017). Este ajuste concetual e metodológico tem sido enquadrado no Serviço Social Ecológico.

A abordagem ecológica no Serviço Social procura compreender como os problemas ambientais geram e agravam questões sociais ou, inversamente, como a questão ambiental pode impulsionar o desenvolvimento social, como a criação de emprego sustentável e, também para explorar de que forma as situações ambientais podem ser mitigadas através da mudança social, nomeadamente pela consciencialização e transformação dos padrões culturais de desenvolvimento, atualmente centrados numa lógica de mercado e consumo materialista (Moreno & Conversi, 2017). A alternativa à crise ecológica, como afirma Bookchin (1982), assenta na consciência social da realidade ambiental e dos impactos globais, logo a perspetiva crítica deve imperar.

O Serviço Social crítico procura compreender as novas questões sociais e propõe ações para a mudança, através do questionamento e consciencialização (individual e coletiva) de situações de desvantagem, dominação, opressão, vulnerabilidade e coerção socialmente instituídas e interiorizadas como normativas (Adams, Dominelli & Payne, 2009). No contexto ecológico, a perspetiva crítica permite, por um lado, compreender reflexivamente a interdependência entre todos os seres vivos e as relações mútuas entre o homem e o ambiente e, por outro lado, informar uma prática intencional e participativa na realidade social, que é complexa e subjetiva.

As discussões ecológicas e ambientais têm sido enquadradas no Serviço Social por meio de duas perspetivas: teórico-sistémica e eco-crítica (Närhi & Matthies, 2016). Na primeira perspetiva, emergente nas décadas de 1970-1980, o ambiente é visto de forma abstrata e técnica, considerando os problemas ecológicos como distúrbios ou erros no funcionamento de um sub-sistema. Esta perspetiva foca-se na adaptação do sujeito e no equilíbrio dos recursos dos sub-sistemas, onde a humanidade é entendida como parte de um sistema holístico, com recursos limitados no planeta Terra.

Na segunda perspetiva, a perspetiva eco-crítica, emergente a partir dos anos 1980, o Serviço Social adota uma visão mais integrada, política e crítica do ambiente, considerando-o como um ambiente natural e holístico. Nesta perspetiva, os seres humanos são vistos como parte dependente de um ambiente natural limitado e os problemas ecológicos são interpretados como uma crise do modelo industrial e de civilização moderna. Esta perspetiva defende que a mudança social e a sustentabilidade são a solução para os problemas ecológicos, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento ecológico, económico e social.

Ao contrário da perspetiva teórico-sistémica, a abordagem eco-crítica assume uma postura política, defendendo a mudança social como estratégia para enfrentar os desafios ambientais e sociais. Esta perspetiva converge com a ideia de que a humanidade deve reconhecer os seus limites ecológicos e promover transformações estruturais na sociedade, transitando para uma sustentabilidade global (planetária, ambiental, social e económica).

Assente nestas duas perspetivas, na teórico-sistémica e eco-crítica, foram conceptualizadas no Serviço Social, desde 1989 algumas abordagens ecológicas, como por exemplo Serviço Social Ecológico; Serviço Social sócio-ecológico; Serviço Social Profundamente Ecológico; Serviço Social Eco-Espiritual e Ecofeminismo; Serviço Social Verde; o Serviço Social Ambiental (Dominelli, 2018; Fernandez & Posada, 2020; Narhi & Mathies, 2016; Rocha, 2015). Todas estas abordagens, não sendo necessariamente divergentes, convergem numa vontade teórica e prática do Serviço Social e configuram uma consciência e contributo desta área profissional face à crise social, ecológica e ambiental atuais, bem como, face ao apelo de desenvolvimento sustentável.

Serviço Social Ecológico

Com raízes nos debates eco-críticos europeus, o Serviço Social Ecológico é uma abordagem geral e abrangente, que procura abarcar a perspetiva da teoria dos sistemas e eco-crítica na análise das questões ecológicas e ambientais no Serviço Social. Esta abordagem enfatiza a relação recíproca entre o ambiente e o bem-estar humano, permitindo, por um lado, compreender reflexivamente a interdependência entre todos os seres vivos e as relações mútuas entre o homem e o ambiente e, por outro lado, intervir através de uma prática intencional e participativa na persecução de desenvolvimento sustentável (Närhi & Matthies, 2016).

O Serviço Social Ecológico apela, a uma postura radical e crítica face à relação entre a pessoa e o ambiente e a uma nova consciência ecológica, que reconhecesse "o ser humano com o ambiente" em oposição ao "ser humano no ambiente", incorporando na base do Serviço Social, novos valores de sustentabilidade, justiça ecológica/ambiental e cidadania global (Jones, 2018). Esta abordagem fomenta a emergente necessidade de transição de uma era antropocêntrica para uma era ecocêntrica e de sustentabilidade, onde os profissionais de Serviço Social desenvolvem a sua prática e missão política e ética, não só no domínio social, mas também, no ecológico, promovendo o bem-estar de todos e a sustentabilidade do planeta (Miller et al., 2012; Power, 2016; Rambaree, 2020). O Serviço Social Ecológico desafia ainda, os profissionais a intervir em crises e desastres naturais, apoiando comunidades vulneráveis e mais expostas a resíduos tóxicos e a crises ecológicas, bem como, deslocados ambientais. Sem descurar o conhecimento ancestral indígena sobre a natureza e os benefícios de atividades assistidas por animais e imergidas em ambientes naturais, a abordagem ecológica defende que o Serviço Social deve formar profissionais despertos para estas temáticas (Besthorn, 2015).

Com base nesta abordagem ecológica, que enfatiza, de forma crítica, o holismo e a interdependência entre o Homem e o ambiente, o Serviço Social tem procurado construir uma base ontológica, epistemológica e metodológica consistente, que fomenta uma mudança transformadora, rumo a um ambiente mais sustentável (Boetto, 2017; Hardcastle, Power & Wenocur, 2019).

Serviço Social Sócio-Ecológico

A abordagem do Serviço Social Socio-Ecológico, foi introduzida por Peeters (2012) e assenta no fundamento que a crise socio-ecológica exige uma resposta transformadora, justa e sustentável. Esta abordagem combina a compreensão da teoria dos sistemas com a perspetiva eco-crítica e reconhece a ligação entre a sustentabilidade e o Serviço Social (Alston, 2015; Närhi & Matthies, 2016). Considerando a teoria dos sistemas, esta abordagem reconhece que a sociedade está inserida no ecossistema e a economia faz parte da sociedade. Assente na perspetiva eco-crítica, a abordagem socio-ecológica

destaca a importância de uma atitude mais humilde em relação ao ecossistema terrestre e coloca a economia num papel de serviço à sociedade.

Para Peeters (2012), é indiscutível a relação de proximidade entre o Serviço Social e a sustentabilidade e apela a que os assistentes sociais assumam uma intervenção transformadora da realidade social, promovendo uma mudança social estrutural que, simultaneamente responde a problemas sociais e ecológicos, pois são indissociáveis. Na verdade, para este autor, os problemas sociais são enquadrados como problemas socio-ecológicos, o que desafia o Serviço Social a desenvolver uma visão e intervenção o mais transformadora possível, em prol do desenvolvimento sustentável. O autor propõe uma prática socio-ecológica que procura promover mudança social transformadora, através de três estratégias fundamentais: empowerment de diferentes atores sociais e redes comunitárias, fortalecimento do capital social e resiliência.

Serviço Social Profundamente Ecológico

A abordagem do Serviço Social Profundamente Ecológico tem raízes na ecologia profunda, fundada pelo falecido filósofo norueguês Arne Naess. Este filosofo distingue ecologia superficial, centrada apenas no impacto ambiental sobre os humanos, de ecologia profunda e ecocêntrica, que defende a justiça ecológica e uma relação de interdependência entre a humanidade e a natureza, transcendendo o Antropoceno (Besthorn, 2012).

A ecologia profunda reconhece o valor intrínseco da natureza, independente dos interesses humanos e defende que o bem-estar humano e planetário estão intrinsecamente relacionados (Norton, 2012; Ungar, 2002). Deste modo, os ecologistas profundos enfatizam a complexa inter-relação de tudo o que existe (tudo é um só e um só é tudo), substituindo a ideologia do crescimento económico pela ideologia da interdependência e da sustentabilidade ecológica (Gray & Coates, 2012). Desenvolver uma consciência e comportamento com base na ecologia profunda pressupõe uma ligação harmoniosa com o mundo natural, no qual os humanos agem e interagem com um sentido profundo da preocupação e ligação com a natureza (Norton, 2012). A essência da humanidade emerge e depende da natureza, elemento unificador de todas as formas de vida, numa teia complexa e interdependente de relações entre seres humanos, não humanos e o planeta (Besthorn, 2012).

A ecologia profunda foi inicialmente enquadrada no Serviço Social por Besthorn (2012) e posteriormente por Coates & Gray (2012), exigindo aos assistentes sociais uma reavaliação de valores e práticas profissionais, de modo a reconhecer a profunda inter-relação entre a humanidade e o ambiente natural e não humano.

Deste modo, o Serviço Social Profundamente Ecológico assenta numa perspetiva eco-crítica, que considera o dogma económico moderno de crescimento contínuo e progresso infinito antropocêntrico como insustentável a longo prazo (Besthorn, 2012). Esta abordagem eco-crítica desafia o Serviço Social a orientar a sua intervenção para uma justiça profundamente ecológica, que inclua todo o planeta, não exclusiva da humanidade (Närhi & Matthies, 2016).

Serviço Social Eco-Espiritual e Ecofeminismo

Com raízes na ecologia profunda surgem, nos anos 1980 e 1990, duas abordagens eco-críticas no Serviço Social: eco-espiritualismo e o ecofeminismo, fundadas na crença que o comportamento de dominação humano sobre a natureza fere profundamente o planeta e coloca em risco a existência da própria espécie humana.

Considerando o planeta como um todo, como um organismo que reage e interage com todos os seres (bióticos e abióticos), o eco-espiritualismo defende que alterações ambientais e os desastres naturais são formas do organismo planetário se autorregular e adaptar, face aos comportamentos dos organismos que nele habitam, sobretudo os seres humanos (Norton, 2012). Deste modo, o Serviço Social eco-espiritual questiona o capitalismo e o crescimento económico e reconhece a necessidade de intervir em prol do bem-estar do planeta, uma vez que o bem-estar humano está intrinsecamente ligado (Närhi & Matthies, 2016). De facto, na abordagem eco-espiritual, o bem-estar planetário surge como uma aspiração do Serviço Social, garantindo a saúde e o equilíbrio de todo o ambiente natural e, consequentemente do ser humano, reconhecendo assim, a profunda (e espiritual) conexão entre pessoa e lugar/ambiente (Zapf, 2010).

A perspetiva eco-espiritual no Serviço Social assenta noutra particularidade. Além de legitimar a necessidade de a humanidade desenvolver uma eco-espiritualidade, esta abordagem defende que as visões e os modos de vida dos povos indígenas devem ser alvo de reflexão, dentro da compreensão e atuação ecológica do Serviço Social (Närhi & Matthies, 2016). Perante os desequilíbrios planetários e as injustiças ambientais, como a discriminação racial na exposição a poluentes ou a exploração de comunidades indígenas pelo setor industrial, o eco-espiritualismo expõe e repudia o comportamento dominante e opressor do Homem económico sobre o planeta e outros seres humanos (Coates & Gray, 2012).

Com base na abordagem eco-espiritual, o Serviço Social deve valorizar a conexão profunda entre o ser humano e o mundo natural, valorizando e abraçando uma visão do mundo indígena no desenvolvimento de respostas sistémicas e transformadoras (Norton, 2012).

Do ponto de vista prático, esta abordagem desafios os assistentes sociais a incluir conhecimentos e práticas não tradicionais e alternativas, que abarcam um sentido de interconexão espiritual com o bem-estar do ambiente/natureza local, bem como, com o mundo indígena, na defesa de direitos ambientais e sociais e em intervenções em situações de desastre natural, promoção de agricultura sustentável, desempenhando papéis de ativistas e educadores comunitários (Coates & Gray, 2012).

Relacionado com o eco-espiritualismo, na medida que reconhece a ligação entre os seres humanos e o ambiente natural, surge o ecofeminismo. Esta abordagem resulta dos movimentos sociais feministas que emergiram nas décadas de 1960 e 1970, e foi, posteriormente, enquadrado no Serviço Social (em 1980), como uma abordagem ecológica e feminista, que estabelece uma ligação entre a opressão da natureza e da mulher e entre a mudança ambiental e social. Através da conexão entre a opressão das mulheres e a exploração da natureza, o ecofeminismo desafia o Serviço Social, sobretudo o comunitário, a adotar uma visão relacional da natureza e das relações de cuidado, que respeita ritmos, diferenças e diversidade na luta contra todas as formas de opressão (Gray & Coates, 2012).

Serviço Social Verde

O Serviço Social Verde foi introduzido por Dominelli (2012, 2014 e 2018), como uma abordagem ecológica que propõe uma redefinição radical da prática profissional, integrando as dimensões social e ecológica como indissociáveis e centrando-se numa perspetiva de justiça ambiental, anti-opressiva e ecocêntrica, que valoriza saberes indígenas e questiona estruturas de poder desiguais. Orientada, sobretudo, para a prática do Serviço Social, a autora desafia os assistentes sociais a intervir na promoção de cuidado ambiental e social, reconhecendo o bem-estar indissociável entre as pessoas e os seus ambientes (flora, fauna e ecossistemas) (Dominelli, 2013).

A perspetiva eco-crítica desta abordagem assenta na luta contra desigualdades estruturais (sociais e ambientais) e na prevenção do impacto desigual e discriminatório dos desastres ambientais globais e locais (Dominelli, 2012). De acordo com Serviço Social Verde, a degradação ambiental (poluição, desertificação, subida do nível do mar) e os desastres naturais (furacões, tsunamis) são agravados por sistemas económicos insustentáveis, que priorizam o lucro em detrimento do bem-estar coletivo e do equilíbrio ecológico, perpetuando assim, um ciclo de injustiça ambiental e social, que afeta desproporcionalmente populações vulneráveis, incluindo povos indígenas (Alston, 2015; Dominelli, 2013; Philip & Reisch, 2015).

Do ponto de vista prático, esta abordagem incentiva os profissionais de Serviço Social a olhar holística e criticamente para o modelo neoliberal e suas consequências sociais e ambientais (a austeridade, a urbanização descontrolada, a industrialização predatória e as crises climáticas) e a

intervirem a nível individual, comunitário e global, através do empowerment, advocacy e construção de resiliência e sustentabilidade local e global (Dominelli, 2012).

A título de exemplo, Dominelli (2013) argumenta que os assistentes sociais possuem um conjunto de conhecimentos e habilidades que lhes permite abordar proativamente estruturas opressivas, por meio da promoção de resiliência e empowerment comunitários em comunidades vulneráveis e do advocacy, garantindo a defesa de direitos humanos e justiça ambiental e ecológica, como o acesso a água potável, habitação digna/eficiente e energias renováveis. De acordo com Lee (2001), o empowerment e o advocacy devem ser combinados em intervenções comunitárias, aliando a capacitação, o empoderamento e a autonomização das comunidades à mediação, defesa e pressão nos setores políticos, sobre os direitos das mesmas. Comunidades empoderadas serão capazes, de em conjunto com os profissionais comunitários, ou de forma autónoma ter conhecimento, capacidade e ferramentas para revindicar pelos seus direitos (Hardcastle et al., 2019).

O Serviço Social Verde defende que os assistentes sociais podem desempenhar um papel ativo na mobilização das comunidades para prevenir e enfrentar a degradação ambiental local, através da consciencialização para preocupações globais a ações locais e promoção da utilização de tecnologias verdes e limpas, que podem satisfazer simultaneamente diversos objetivos, nomeadamente, proteção do ambiente/natureza, geração de empregos, alívio da pobreza e garantia de direitos humanos e justiça social. Atuando como agentes de desenvolvimento comunitário, os assistentes sociais podem liderar campanhas que limitam a poluição do ar, água e solos, enquanto melhoram a qualidade de vida em comunidades desfavorecidas, denunciando práticas industriais insustentáveis e de urbanização descontrolada, que destroem ecossistemas e obriga à migração ecológica, garantindo que o aumento dos padrões de vida não dependa de tecnologias poluentes, mas sim de soluções equitativas e ecologicamente responsáveis (Dominelli, 2012).

O Serviço Social Verde reflete uma expansão da responsabilidade ética profissional, estendendo a prática dos assistentes socais à mitigação das consequências de injustiças e desigualdades ambientais, prevenindo a degradação ambiental e a perpetuação de uma perspetiva antropocêntrica e opressiva (Philip & Reisch, 2015).

Serviço Social Ambiental

O Serviço Social Ambiental foi introduzido por Gray, Coates & Hetherington (2012) convidando os profissionais desta área a ampliarem a noção de ambiente na sua intervenção por meio de uma reflexão baseada na ética ambiental.

Como uma área de estudo, essencialmente não-antropocêntrica, a ética ambiental surge em 1970 e reflete sobre a relação do Homem e o mundo natural, assente em dois princípios. O primeiro considera que a natureza possui valor por si mesma, independentemente da sua utilidade para os seres humanos, ou seja, a natureza tem valor intrínseco não dependendo do Homem, devendo ser respeitada e cuidada pelo seu valor, e não apenas por ser fonte de recursos para os humanos (água, alimentos, matérias-primas). O segundo princípio da ética ambiental defende o respeito intra e intergeracional, ou seja, respeito, responsabilidade e justiça perante as gerações atuais (equidade de todos no acesso a recursos e oportunidades de desenvolvimento) e as gerações futuras (acesso a, pelo menos, os mesmos recursos do presente).

A ética ambiental no Serviço Social questiona e desafia os assistentes sociais a repensarem os seus deveres e responsabilidades, perante o mundo natural e a justiça ambiental.

De acordo com o Serviço Social Ambiental, a profissão deve expandir a sua missão à proteção e cuidado dos elementos naturais pelo seu valor intrínseco, envolvendo-se de um modo geral, em questões geopolíticas estruturais, como mudanças climáticas, degradação ambiental, poluição, agricultura sustentável e proteção da vida selvagem e, não apenas quando estas questões afetam diretamente os humanos (Gray & Coates, 2012).

À medida que a consciencialização da relação entre as crises ambientais e as desigualdades sociais cresce, a abordagem do Serviço Social Ambiental incentiva a uma mudança holística, que valoriza a interdependência entre humanos e natureza e reconhece o meio ambiente como um lugar de importância para o bem-estar humano e como um lugar pertença, que confere identidade e significado. Na verdade, esta abordagem eco-crítica questiona a crença de que a ciência e a tecnologia podem resolver todos os problemas ambientais e destaca a necessidade de uma mudança profunda nos valores e práticas do Serviço Social, passando a incluir valores como sustentabilidade, diversidade e equilíbrio (Gray & Coates, 2015).

De um modo resumido, Gray, et al., (2012) referem que o Serviço Social Ambiental introduz alguns princípios fundamentais à teorização e prática nesta área profissional. O primeiro refere-se a uma ampliação da perspetiva pobre a relação entre o sujeito e o ambiente, passando de uma perspetiva de "pessoa no ambiente" para uma perspetiva de "pessoa com o ambiente". O segundo princípio introduz um novo paradigma de Serviço Social e sociedade, de acordo com os critérios e valores do desenvolvimento sustentável, incluindo uma nova visão de bem-estar humano e planetário. O terceiro princípio remete o Serviço Social para a transição de uma justiça humana para uma justiça ecológica, onde o social e o ambiente se complementam. O quarto princípio defende o desenvolvimento de teoria social crítica na análise do capitalismo atual e seus efeitos sociais e ambientais e, por fim, o Serviço Social Ambiental introduz o princípio da espiritualidade, espaço e lugar, entendendo a natureza como algo sagrado que deve ser protegido e cuidado.

A figura 1.2. apresenta o conjunto das abordagens ecológicas que surgiram no Serviço Social, de acordo com o seu enquadramento nas perspetivas teórico-sistémica e eco-crítica. Além das abordagens ecológicas apresentadas anteriormente, a figura abaixo salienta a abordagem eco-social do Serviço Social, que surge como uma abordagem que integra e agrega todas as abordagens ecológicas anteriores, exigindo do Serviço Social uma transformação eco-social das sociedades em direção a um desenvolvimento mais sustentável.

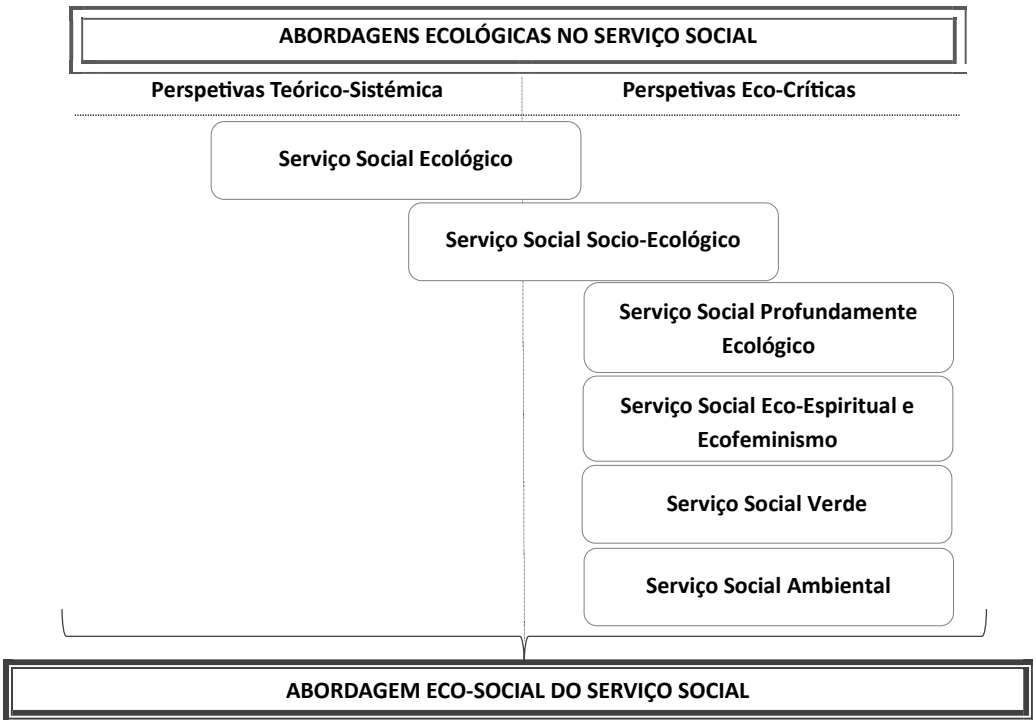


Figura 1.2. Abordagens Ecológicas no Serviço Social e Abordagem Eco-Social (Närhi & Matthies, 2016)

1.1.2. A Abordagem Eco-Social

Assente nas abordagens ecológicas, autores e profissionais de Serviço Social têm defendido e fomentado uma expansão conceptual teórica e prática comummente referida como eco-social (Boetto, 2017; Helne & Hirvilammi, 2017; Molyneux, 2010; Närhi & Matthies, 2018; Peeters, 2012; Belchior Rocha, 2018). Este conceito foi introduzido como resultado da crescente preocupação do Serviço Social com a dimensão ecológica, numa perspetiva eco-sistémica e eco-crítica, que simultaneamente realça a ligação entre os sistemas sociedade e ambiente e questiona a forma de crescimento e modos de vida capitalistas e consumistas (Dominelli, 2010; Helne & Hirvilammi, 2017; Närhi & Matthies, 2018).

A abordagem eco-social funciona como um conceito guardar chuva das diferentes abordagens ecológicas do Serviço Social, uma vez que engloba as perspetivas teórico-sistémicas e eco-críticas, anteriormente apresentadas (Närhi & Matthies, 2016). Mas esta abordagem vai mais além das aborda-

gens ecológicas. Ela tem uma visão verdadeiramente integradora da dimensão social e ecológica, como alicerces fundamentais e indissociáveis, agregando valores de justiça social e ambiental, interligando a luta contra a pobreza, a desigualdade e a opressão à defesa dos ecossistemas, com um olhar crítico sobre as estruturas de poder que perpetuam ambas as crises.

A par da visão integradora da dimensão social e ecológica, esta abordagem essencialmente ecocêntrica, questiona o Serviço Social, que muitas vezes coloca o ser humano no centro (Antropoceno), e defende uma prática eco-social, onde a natureza tem valor intrínseco, independentemente da sua utilidade para os humanos, respeitando conhecimentos e culturas indígenas sobre a relação harmoniosa com a natureza (Besthorn, 2015). Critica também, modelos económicos exploratórios e opressões estruturais, que perpetuam desigualdades sociais e degradação ambiental e propõe uma mudança eco-social das sociedades, que visa a transição para a sustentabilidade local e, consequentemente global (Helne, & Hirvilammi, 2017; Matthies, 2017; Närhi & Matthies, 2018; Norton, 2012, Belchior Rocha, 2018).

A presente tese assenta teoricamente na abordagem eco-social do Serviço Social, uma abordagem interdisciplinar e anti-opressiva, que é ecológica, mas também social, política e transformadora, que procura uma mudança sistémica que beneficia tanto as pessoas como o planeta, por meio de uma consciência global e intervenção eco-social, comprometida com a promoção de sustentabilidade.

À semelhança de outras áreas do conhecimento, o Serviço Social tem um saber-ser (ontologico), um saber-saber (epistemológico) e um saber-fazer (metodológico), aos quais a abordagem eco-social tem vindo a ser integrada, não como uma especialização dentro do Serviço Social, mas como uma postura e lente analítica que deve permear toda a concetualização da prática profissional.

Numa base ontológica (saber-ser), composta por valores, crenças e atitudes, a abordagem eco-social revela-se no modo como o profissional sente e experiência o mundo natural, o que terá influência na sua interação com os indivíduos, grupos, famílias e comunidades com quem trabalha. Profissionais que reconhecem a interconexão de todas as formas de vida e o mundo natural são profissionais capazes de integrar a abordagem eco-social na sua prática, intervindo concomitantemente com os seres humanos e o ambiente natural.

Do ponto de vista epistemológico (saber-saber), relacionado com valores éticos e conhecimentos profissionais, a abordagem eco-social desafia modelos dominantes de crescimento económico e bem-estar e incentiva a uma revisão de princípios éticos e dos fundamentos teóricos do Serviço Social, de modo a incluir uma visão integrada de bem-estar relacional (humano e ambiental), de justiça ambiental e de sustentabilidade. Esta revisão dos conhecimentos e valores é imprescindível para uma intervenção eco-social consciente, informada e alinhada com os valores ecocêntricos e de sustentabilidade.

A essência metodológica (saber-fazer) decorre da base ontológica e epistemológica e refere-se especificamente, às ações, intervenções e estratégias utilizadas pelos profissionais no seu trabalho

diário com indivíduos, grupos, famílias e comunidades. Uma base metodológica eco-social reflete-se em ações e intervenções que reconhecem a interdependência entre o ambiente natural e as dimensões pessoais, individuais, coletivas, comunitárias e políticas da prática profissional. Assente numa base metodológica eco-social, que deriva de uma base ontológica holística (que reflete uma consciência pessoal da relação interconectada entre a humanidade e o mundo natural) e de uma revisão do conceito de bem-estar e dos valores subjacentes, como parte integrante da base epistemológica, os assistentes sociais desempenham um papel importante na identificação e desenvolvimento de estratégias e projetos que visam mudanças transformadoras nas sociedades (Boeto, 2017).

Apesar do incitamento para uma mudança de paradigma e abordagem no Serviço Social, existem relativamente poucos estudos empíricos preocupados com o "como" os assistentes sociais incorporam preocupações sobre a sustentabilidade ambiental e questões ecológicas na sua prática (Bowles, et al., 2018; Power, 2016). O trabalho de pesquisa desenvolvido nesta tese teve especial interesse pela base metodológica, ou seja, no potencial saber-fazer eco-social do Serviço Social: intervenção eco-social. Considerou-se, portanto, que a intervenção eco-social é uma resposta profissional que combina e integra objetivos e ações sociais, ambientais e económicos na construção de sociedades holisticamente sustentáveis. Ao integrar sustentabilidade de forma holística, a intervenção eco-social oferece soluções práticas para desafios sociais, ambientais e económicos.

1.2. A Intervenção Eco-Social na Promoção da Sustentabilidade

A sustentabilidade, como apresentado na parte introdutória da presente tese é constituída por três pilares interrelacionados, o ambiente, o económico e o social (Sachs, 2015).

A sustentabilidade ambiental relaciona-se com a capacidade de manter os ecossistemas saudáveis e equilibrados ao longo do tempo, permitindo ao ambiente suportar a interação/atividade humana, por meio da regeneração. Pressupõe que as atividades humanas, como a produção industrial, a agricultura, o consumo de energia e a urbanização, minimizem a degradação ambiental e preservem a biodiversidade, os solos, a água, o ar e os ecossistemas, garantindo que os recursos naturais sejam utilizados de forma responsável e sem comprometer as necessidades das gerações futuras (Norton, 2012).

A sustentabilidade económica está relacionada com a eficiência e com a estabilização do sistema económico num nível sustentável, onde os recursos naturais são usados com base em parâmetros ecológicos previamente definidos (Romeiro, 2012).

A sustentabilidade social refere-se a um desenvolvimento compatível com a evolução harmoniosa da sociedade civil e do ambiente, permitindo a coabitação e integração de diferentes grupos culturais e sociais, potenciando a melhoria da qualidade de vida de todos, através de um sistema económico eficiente, equitativo e justo. A sustentabilidade social preocupa-se com a forma como os cidadãos e as comunidades vivem e alcançam os seus objetivos, tendo em conta os limites planetários (McGuinn, et al., 2020). O pilar social relaciona-se com um processo de desenvolvimento sustentável que promove uma sociedade equilibrada, entre um estilo de vida adequado ao momento presente e ao futuro, aliando o desenvolvimento económico a uma melhoria efetiva da qualidade de vida da população, que se reflete numa distribuição equitativa do rendimento e melhorias nas áreas da educação, saúde, habitação, emprego e bem-estar geral. A sustentabilidade social relaciona-se ainda com as pessoas e com o funcionamento dos sistemas sociais, como por exemplo as famílias, comunidades, instituições educativas, instituições de saúde, instituições políticas, etc (Sachs, 2000). Na abordagem eco-social o conceito de sustentabilidade, em última instância, diz respeito à preservação da biodiversidade e do mundo natural, como parte da sobrevivência humana, enquanto elemento dependente da mesma e, refere-se a uma intenção de bem-estar generalizado e ao equilíbrio social, ambiental e económico para as gerações atuais e as futuras (Schmitz et al., 2012).

O desafio da sustentabilidade conduziu no Serviço Social a um reajuste de valores e princípios nos profissionais que defendem e desenvolvem a intervenção eco-social na sua prática diária. Boeto (2019) apresenta os fundamentos da intervenção eco-social, essenciais à transição para a sustentabilidade. Valores como justiça ambiental e ecológica representam um dos fundamentos da intervenção eco-social, que enfatizam uma relação interdependente e profunda com o ambiente natural e reconhecem que as alterações climáticas e a degradação ambiental afetam desproporcionalmente populações marginalizadas (Dominelli, 2013). Estes valores fundamentam na intervenção eco-social, uma prática profissional política que se coaduna com a promoção simultânea de justiça social, ecológica intra e intergeracional, potenciando a distribuição justa dos impactos e dos benefícios socioambientais (Boeto, 2019). Peeters (2012) fornece uma análise aprofundada dos princípios do desenvolvimento sustentável, incluindo o respeito pelos limites ecológicos, priorizando os pobres e o respeito pela diversidade, argumentando serem relevantes para a intervenção eco-social do Serviço Social.

Outro fundamento da intervenção eco-social refere-se ao holismo, que compreende o ser humano como para integrante dos ecossistemas e, o seu bem-estar, como intrinsecamente ligado à saúde ambiental, reconhecendo e desenvolvendo ações que valorizam saberes indígenas e oferecem alternativas aos modelos antropocêntricos dominantes. O último fundamento apresentado por Boeto (2019) respeita aos princípios de sustentabilidade e decrescimento, onde os assistentes sociais reconhecem as injustiças socio-ecológicas dos modelos de crescimento económico e desenvolvem

ações que permitem minimizar e suprimir os seus efeitos perversos, através por exemplo, de alternativas de economia locais e de preservação ecológica.

Matthies et al., (2020) criticam a economia dominante, que trata a ecologia e a sociedade como elementos externos ao mercado e propõe uma economia sustentável e generativa, que acrescenta valor no domínio social e ambiental/natural. Com base numa análise de inovações eco-sociais, os autores sintetizaram algumas alternativas económicas que procuraram promover a sustentabilidade a nível comunitário. Uma das alternativas defende que o domínio económico deve ser diversificado, não dependendo exclusivamente da economia de mercado. Deve incluir e valorizar a economia solidária, circular, cooperativa e comunitária. Deste modo, a intervenção eco-social pode integrar iniciativas que promovem co-criação democrática de meios de subsistência a nível comunitário, bem como, iniciativas de empregos em cooperativas e trabalho alternativo ou não remunerado, como voluntariado e sistemas de troca de serviços e moedas comunitárias. Outra alternativa apresentada pelos autores defende a democratização da economia, valorizando a gestão coletiva de recursos pelas comunidades, fora da lógica do mercado dominante. Estratégias de governança horizontal e participativa devem ser integradas na intervenção eco-social, potenciando um conhecimento coletivo e a tomada de decisões partilhada.

Com base nestes fundamentos a intervenção eco-social do Serviço Social tem-se desenvolvido em todo o mundo, configurando um trabalho com indivíduos, grupos, famílias, parcerias, comunidades, de agente político e ativista ambiental (Bailey, et al., 2018; Boetto, 2019; Case, 2017; Dominelli, 2012; Heinsch, 2012). Num trabalho interdisciplinar e anti-opressivo, os assistentes sociais, através da abordagem eco-social devem promover uma consciência global, sobre a interdependência entre humanos e natureza e uma mudança para sociedades mais justas, resilientes e sustentáveis (Hirvilammi & Helne, 2014; Peeters, 2012).

Uma mudança desta envergadura depende de transformações justas, que exigem não apenas ajustes superficiais, mas uma reformulação radical das estruturas de poder e da distribuição de recursos, com a justiça ambiental como pilar central das políticas públicas (Martin et al., 2020). Para este autores, a construção de um futuro sustentável passa pelo reconhecimento ativo de comunidades marginalizadas, pela integração de saberes diversos e pela implementação de políticas que redistribuam poder, desafiando assim os sistemas opressivos vigentes. À medida que trabalham na resposta aos problemas sociais, aplicando seus princípios de igualdade, solidariedade, direitos humanos e a dignidade e valor de todos os seres humanos, a intervenção eco-social amplia a visão e o enfoque dos assistentes, estendendo sua prática profissional à promoção de sustentabilidade planetária, através de ações específicas direcionadas aos impactos sistémicos e interrelacionais da crise ambiental e ecológica (Norton, 2012).

A integração do conceito e dimensões de sustentabilidade no Serviço Social, por meio da abordagem e intervenção eco-social, em termos práticos e profissionais diz respeito a um conjunto de ações e iniciativas que fomentam uma consciencialização, reflexão e educação ambiental dos cidadãos, incitando um questionamento e uma capacitação para o surgimento de ideias e propostas de soluções coletivas que visam a sustentabilidade social, ambiental e económica (Heinsch, 2012).

A intervenção eco-social pode ser integrada em diversas as áreas e níveis de intervenção do Serviço Social, de forma holística e coesa, sobretudo a nível macro, meso e micro, conforme representado na figura 1.3. (Bowles, et al., 2018; Norton, 2012; Rambaree et al., 2019a).



Fig. 1.3. Intervenção Eco-social: perspetiva macro, meso e micro (Bowles, et al., 2018; Norton, 2012; Rambaree et al., 2019a)

De um ponto de vista macro, a intervenção eco-social do Serviço Social pode refletir-se na crítica de modelos económicos opressores e exploratórios, no advocacy e elaboração de políticas que visam a promoção de sustentabilidade e justiça ecológica a par das políticas sociais e da justiça social. Mobilização social, defesa de direitos de grupos vulneráveis e marginalizados, ativismo socioambiental e a defesa de políticas ambientais, que garantam o acesso a ar e água limpos, a adoção de energias renováveis e a implementação de soluções para mitigar as mudanças climáticas globais são alguns exemplos do advocacy da intervenção eco-social (Bowles, et al., 2018; Dominelli, 2012; Heinsch, 2012; Martin, et al., 2020; Schusler, Krings & Hénandez, 2019). Neste contexto, a intervenção ecossocial deve atuar junto a indivíduos, organizações, empresas e governos, de forma individual e coletiva, para influenciar mudanças nas políticas ambientais a uma escala macro. Uma estratégia frequente tem sido a colaboração de assistentes sociais em organizações não governamentais ambientais, que desenvolvem um trabalho comunitário e de advocacy em diversas regiões do mundo, com o fito de contribuir na elaboração de políticas públicas que efetivamente promovam a justiça ecológica e a

sustentabilidade (Norton, 2012). Principalmente, em regiões de elevado risco de catástrofe natural, os assistentes sociais, junto das comunidades e organizações podem estar despertos para tendências e comportamentos poluidores (individuais ou empresariais), denunciando injustiças ambientais, como o racismo ambiental, onde povos indígenas e comunidades mais pobres são facilmente expostas a poluição, risco de doenças e desregulamentação (Dominelli, 2012). Também nestas regiões, além de uma atuação macro preventiva e minimizadora de eventuais desastres naturais, os assistentes sociais podem colaborar na elaboração de políticas que visam a proteção e a capacitação dos mais vulneráveis face aos impactos ecológicos, intervindo na recuperação pós-desastre (Bowles, et al., 2018; Matthies, et al. 2019). Em suma, numa perspetiva macro, a intervenção eco-social convida os profissionais de Serviço Social a assumir uma intervenção estruturada, política, preventiva e emancipatória que atua coletivamente com diferentes setores da sociedade (governos, organizações, empresas e comunidades) na garantia de direitos humanos e ambientais, na promoção de igualdade social, económica e ambiental e de bem-estar generalizado e sustentável (Schusler et al., 2019).

A intervenção eco-social a nível meso, traduz-se numa preocupação e integração das questões ecológicas nos múltiplos sistemas e instituições sociais, como por exemplo, organizações, bairros e comunidades, garantindo que estas estão despertas e sensíveis à importante ligação e conexão humana com o mundo natural. As comunidades podem ser mobilizadas para ações que conscientemente protegem e cuidam do ambiente, com impactos benéficos a nível social e económico (Rambaree, Sjöberg & Turunen, 2019b). Em comunidades, sobretudo as que apresentam maior vulnerabilidade e risco ecológico, através da intervenção eco-social são promovidos pensamento crítico, sobre as causas e os impactos desse risco e respostas comunitárias para minimizar/prevenir impactos negativos. Em instituições sociais como hospitais, prisões, escolas, serviços de ação social, residências para idosos, crianças ou jovens e instalações psiquiátricas é possível respeitar e valorizar a profunda conexão da humanidade com a natureza, através quer da própria edificação, construção e decoração dos espaços, quer pelo desenvolvimento de ações que visam o cuidado e a preservação da natureza em forma de jardins, canteiros, vasos ou agricultura doméstica (Norton, 2012). Além da reconexão das instituições sociais com o mundo natural, a nível meso a intervenção eco-social foca-se igualmente na sensibilização, educação e capacitação de sistemas sociais, como organizações, bairros e comunidades, que visam o desenvolvimento de ações e soluções para problemas sociais, ambientais e económicos sentidos. Na dinamização dessas soluções devem ser integradas atividades diversas, que combinam de forma flexível ações ecológicas, sociais e económicas, como sessões de formação, oficinas práticas, jardins e hortas comunitárias, eventos culturais e sistemas solidários e circulares, através de redes de colaboração e parcerias para partilha de recursos e conhecimentos. Sobretudo em contexto de maior vulnerabilidade social, as ações coletivas para problemas ou necessidades sentidas devem acautelar sempre meios de subsistência dos cidadãos, que não devem depender

exclusivamente do mercado dominante, podendo ser empregos alternativos e fontes de renda fora dos modelos económicos tradicionais (Bowles, et al., 2018). Outro aspeto a ser também acautelado em comunidades mais vulneráveis, respeita às práticas alimentares, nomeadamente à criação e manutenção de hortas locais e agricultura tradicional, garantindo acesso e segurança alimentar (Matthies et al., 2019; Matthies et al., 2020). De facto, a criação e manutenção de jardins e hortas comunitárias, agricultura comunitária e permacultura são ações comummente referidas para promoção de sustentabilidade com benefícios sociais e económicos associados. Os sociais referem-se, por exemplo, ao acesso a alimentos, nutrição aprimorada, aumento da atividade física, melhorias na saúde mental, redução do sedentarismo e solidão. Os benefícios económicos surgem, quando estas ações são conjugadas com ações económicas, como por exemplo criação de sistemas de moedas e economia locais, economia solidária e cooperativa, representando formas de consumo e de rendimento alternativas (Bailey, et al., 2018; Gray & Coates ;2012; Matthies et al., 2020; Norton, 2012). Além destes benefícios, os espaços verdes comunitários, sejam jardins ou hortas são espaços vitais onde os cidadãos se encontram, colaboram em projetos comuns e cultivam também laços sociais. São espaços, onde a criatividade, a resolução de problemas e discussão de interesses mútuos podem emergir, sobretudo, por meio da organização comunitária, reforçando o capital social, sentimentos de pertença, integração e resiliência. Shepard (2012) considera que os jardins comunitários são um lugar privilegiado para a organização comunitária, promoção de sustentabilidade e construção de comunidades resilientes.

A nível meso, os assistentes sociais, através da intervenção eco-social podem ainda envolver-se em ações como a proteção de biodiversidade, terapia com animais, preservação e regeneração ambiental e combate à poluição, desigualdades e opressões, cumprindo o tradicional desafio do Serviço Social na promoção de mudança e bem-estar humano a par da responsabilidade de proteger o ambiente e as formas de vida não humanas (Gray & Coates; 2012).

Numa perspetiva micro, a intervenção eco-social desafia os assistentes sociais a olhar para os indivíduos, famílias e grupos numa perspetiva ecobiopsicosocial e a sensibilizá-los e educá-los sobre a relação entre problemas sociais, ambientais e económicos, sobre os impactos e benefícios de uma reconexão com o mundo natural. A nível micro, a intervenção eco-social refere-se a ações que privilegiam o contacto com a natureza na capacitação e autonomização dos sujeitos, na resolução dos seus próprios problemas e na obtenção de bem-estar, através de uma abordagem relacional eco-terapêutica (Norton, 2012). Em vez de se compreender a pessoa apenas no seu meio social, a intervenção eco-social incorpora também uma compreensão da sua relação com o mundo natural e do potencial benéfico da mesma na sua saúde física, mental, bem-estar e qualidade de vida (Heinsch, 2012). Neste sentido, a nível micro, os assistentes sociais desempenham um importante papel na sensibilização crítica e capacitação de sujeitos, na mudança de padrões comportamentais de

desconexão com o ambiente natural e na promoção de bem-estar sustentável a nível individual, familiar e grupal.

Salienta-se que na prática, a intervenção eco-social pode ser desenvolvida pelo profissional de Serviço Social, não existindo uma clara distinção entre estes três níveis de atuação. Aliás o assistente social pode simultaneamente desenvolver um trabalho com indivíduos, comunidades, empresas e poder local ou central, em equipas multidisciplinares numa resposta conjunta à necessidade de desenvolvimento sustentável. Neste sentido, considera-se que é na intervenção comunitária do Serviço Social que a intervenção eco-social congrega estes três níveis de atuação, na promoção de sustentabilidade. Estratégias de advocacy, de empowerment, de reforço do capital social e de mobilização social dos diferentes setores sociais e comunitários são fundamentais para a promoção de desenvolvimento local sustentável, aproximando os seres humanos do ambiente físico e natural, na compreensão e resolução de problemas comunitários (sociais, ambientais e económicos) (Hardcastle, et al,.2019; Schmitz et al., 2012).

1.2.1. Intervenção Eco-Social na Intervenção Comunitária

O conceito de comunidade tem várias nuances, podendo de uma forma geral ser entendida como um espaço ou lugar, físico ou simbólico. Ou seja, uma comunidade pode ser um lugar, um espaço físico definido e delimitado geograficamente, mas também pode transcender esse mesmo espaço, passando a ser uma comunidade de significado e de pertença, com base nas crenças partilhadas, experiências comuns ou etnicidade partilhada entre as pessoas que a compõe (Carney et al., 2022).

De acordo com Healy (2012) uma comunidade pode ser definida pela sua delimitação geográfica (bairro, aldeia, etc); pelo conjunto de elementos que a compõe (cidadãos, organizações públicas e privadas e associações) e pela partilha simbólica de uma identidade (história, valores, tradições, problemas ou interesses). Para a autora, a intervenção comunitária é um método de trabalho essencial no Serviço Social, uma vez que, uma comunidade é uma estrutura fundamental das sociedades, onde os problemas sociais se evidenciam e onde os mesmos devem ser coletivamente colmatados e resolvidos com as sinergias locais, através da capacitação e corresponsabilização. Embora seja um método de trabalho do Serviço Social, a intervenção comunitária não é exclusiva dos assistentes sociais, aliás a intervenção comunitária deve ser multidisciplinar, beneficiando da perspetiva e contributo de diferentes áreas e ciências, na compreensão e resolução dos problemas e na promoção de desenvolvimento local (Stepney, 2018).

Em termos da intervenção comunitária, o Serviço Social tem apoiado os cidadãos e comunidades por meio de cinco áreas principias, nomeadamente o serviço comunitário, que promove acesso a

serviços, garantia de direitos e bem-estar; o planeamento comunitário, que resulta da realização de diagnósticos participados e tem como objetivo o desenho de respostas e soluções para as necessidades e expetativas comunitárias; a organização comunitária, que pressupõe ações de consciencialização, advocacy e ativismo, na garantia de direitos e de igualdade e na minimização de desvantagens, injustiças e opressões sociais; a educação comunitária, que está associada à partilha de conhecimentos, capacitação e desenvolvimento individual e comunitário e, por fim, o desenvolvimento comunitário propriamente dito, que através do envolvimento, da capacitação, da participação e da colaboração garante a satisfação de necessidades e objetivos coletivos, promovendo integração e bem-estar coletivos (Healy, 2012; Lee, 2001). Na educação comunitária os assistentes sociais têm um papel importante na educação de indivíduos, grupos e setores que compõe a comunidade, facilitando o processo de conhecimento crítico sobre os seus contextos e o processo de transformação comunitária através da capacitação, participação e tomada de decisão coletiva e concertada (Schmitz et al., 2012).

De acordo com Stepney (2018), a intervenção comunitária desenvolvida pelos assistentes sociais tem raízes teóricas na teorias dos sistemas, que sugere que os problemas sociais resultam e podem ser solucionados com base na relação e interconexão da pessoa com o ambiente; na teoria do trabalho em rede, privilegiando relações de proximidade e sinergias locais e no trabalho comunitário, que procura erradicar injustiças e desigualdades sociais, através da organização de cidadãos e da promoção de políticas e medidas de mudança local.

Ao reconhecer a relação entre o ser humano e o ambiente, ao procurar identificar e resolver problemas sentidos por determinada comunidade e ao promover ações que visam a transformação da realidade social, através da multidisciplinariedade, ativação de sinergias locais, empowerment e envolvimento dos diferentes atores sociais, a intervenção comunitária representa a área de atuação do Serviço Social onde a intervenção eco-social pode ser desenvolvida de forma plena e transversal (macro, meso e micro). Conscientes da interconexão entre os sistemas de vida humano e o ambiental, da crise ecológica e da necessidade de transição sustentável considera-se que é ao nível comunitário que a intervenção eco-social ganha a sua expressão máxima na promoção de sustentabilidade. Promover desenvolvimento sustentável exige, antes de mais, que cada território, cidade, região, nação sejam sustentáveis, isto é, que sejam social, ambiental e economicamente sustentáveis, garantindo a satisfação das necessidades atuais, sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

É na promoção de sustentabilidade territorial e comunitária que a intervenção eco-social desempenha um papel fundamental, através de ações que, em primeiro lugar, promovem uma consciência e conhecimento críticos dos cidadãos sobre as causas e os impactos dos problemas (sociais, ambientais e económicos) que experienciam; em segundo lugar, que representam uma resposta e solução holística e sistémica para responder a esses mesmos problemas, por meio da

reconexão do ser humano com a natureza, respeitando os limites planetários e, em terceiro lugar, que capacitam, autonomizam e criam resiliência no tecido social e ecológico, transformando cada comunidade e, gradualmente um país e várias regiões do planeta. Para Carbonero Muñoz, Gómez Pérez & Raya Díez, (2016), é no âmbito da intervenção comunitária que se enquadra o contributo do Serviço Social no desafio de transição para o paradigma de ecocêntrico e de sustentabilidade. Os autores defendem que os assistentes sociais desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de estratégias de organização comunitária dos diferentes setores comunitários, em prol do desenvolvimento local sustentável dos territórios, suportando a sua intervenção em cinco enfoques essenciais. Os primeiros enfoques respeitam à promoção de sustentabilidade e à promoção/reforço da coesão social e comunitária, através de ações que visam responder aos problemas e expetativas emergentes, mas com benefícios coletivos e generalizados a toda a comunidade. O terceiro enfoque prende-se com a promoção/reforço da resiliência comunitária, por meio da mobilização de recursos locais e capacitação adaptativa a situações adversas, sejam sociais, económicas ou climáticas. A resiliência comunitária relaciona-se com a capacidade de superar e de adaptação de um sistema face a um distúrbio ou evento de stress ou traumático, o que dentro da intervenção eco-social corresponde a um elemento extremamente importante, sobretudo em situações graves de opressão, injustiça ou desastre natural, onde esforços individuais e coletivos se unem em resposta a um problema comum (Rambaree, et al., 2019b). O quarto enfoque de transição para a sustentabilidade apresentado por Carbonero Muñoz, et al (2016) relaciona-se com o empowerment comunitário, dos grupos mais vulneráveis e fragilizados, mas também de todos os setores da comunidade num compromisso de capacitação generalizado e tomada de decisão partilhada, garantindo respeito pela diversidade e justiça social e ecológica. O último enfoque respeita a estratégias de governança comunitárias, assentes na partilha de poder de decisão e responsabilidades, bem como, na garantia de direitos e acesso a serviços e na adequação de políticas públicas e respostas sociais.

Para o Serviço Social Comunitário a intervenção comunitária expressa-se e revela-se na participação dos cidadãos, na autoconsciência dos seus problemas, mas sobretudo no fomento de formas e estratégias autónomas de os solucionar, através do empowerment (Lee, 2001; Stepney, 2018). Do mesmo modo, para promover sustentabilidade a nível comunitário é necessária uma rutura com certos padrões e rotinas de consumo e vivencia culturais, bem como, participação ativa, advocacy, empowerment e responsabilização dos diferentes atores sociais (Peeters, 2012).

Neste sentido o Serviço Social, por meio da intervenção eco-social, distancia-se de modelos tradicionais de intervenção e, em contextos comunitários, considera não apenas aspetos sociais, políticos e económicos, mas também as relações com os aspetos do ambiente natural da comunidade, como a natureza e outras espécies, introduzindo na sua intervenção os princípios do desenvolvimento

sustentável e as questões ecológicas nos objetivos e atividades da sua intervenção em comunidades (Matthies, et al., 2019).

O Serviço Social, ao adotar uma intervenção eco-social na intervenção comunitária, pode contribuir significativamente para o desenvolvimento sustentável e para a justiça social, ambiental e ecológica, através da transformação de estruturas sociais e comunitárias que perpetuam ciclos de desigualdade e degradação ambiental. Os profissionais de Serviço Social, inseridos em equipas interdisciplinares de intervenção comunitária, desempenham um papel fundamental no desenvolvimento de uma consciência comunitária global e local sobre questões ambientais ou ecológicas, no advocacy eco-social, na organização comunitária e na promoção de práticas sustentáveis que beneficiam tanto os cidadãos, como o meio ambiente e a biodiversidade existente (Rambaree, et al., 2019a).

Com o foco na comunidade como um todo (indivíduos, comunidade e ambiente natural) os assistentes sociais são desafiados a desempenhar novos papéis enquanto agendes de mudança eco-social, que priorizam a conexão com a natureza na resolução coletiva dos problemas e objetivos comunitários e o envolvimento coletivo na tomada de decisões, que se coadunam com uma transformação sustentável da realidade comunitária. Deste modo, a intervenção eco-social em contexto comunitário requer mudanças individuais, comunitárias, organizacionais e políticas sobre sustentabilidade, permitindo que os cidadãos sejam os agentes de mudança das suas próprias comunidades. De facto, é importante o envolvimento, participação e mobilização dos cidadãos enquanto agentes da sua própria mudança, individual e comunitária, potenciando a sua capacitação, tomada de decisão e a durabilidade e sustentabilidade das mudanças eco-sociais (Schmitz et al., 2012).

É de todo importante salientar que a intervenção eco-social, em contexto comunitário, deve valorizar e respeitar o capital social e ambiental existente em cada território, seja urbano ou rural, com o cuidado e adequação, considerando as tensões entre o global e o local (glocalismo), consciente de que independentemente da comunidade, a justiça social e a justiça ecológica são indissociáveis (Rambaree, et al, 2019a).

CAPÍTULO 2

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO E DESENHO DA PESQUISA

A definição da natureza da pesquisa e dos métodos de recolha, tratamento e análise de dados dependem dos fenómenos a investigar e, a escolha e adequação desses métodos permite ao investigador orientar e enquadrar cientificamente o seu estudo de forma a produzir conhecimento científico (Bryman, 2012).

No âmbito da presente tese procurou-se produzir conhecimento no domínio teórico-prático do Serviço Social, mais especificamente no que respeita à intervenção eco-social. Teoricamente enquadrada na abordagem eco-social e de acordo com a revisão da literatura focou-se na realidade da intervenção comunitária em Portugal e na sua potencial relação com a sustentabilidade.

Neste capítulo encontram-se descritos os aspetos relativos à metodologia utilizada na presente investigação doutoral, nomeadamente sobre o campo empírico, o universo e amostra; métodos científicos utilizados, bem como a sua pertinência e identificação das técnicas de recolha, tratamento e análise de dados utilizadas. Ainda neste capítulo apresentam-se as principais limitações e delimitações deste estudo e os procedimentos éticos tidos em consideração no decorrer do mesmo.

2.1. Natureza da Pesquisa e Métodos Científicos

Sendo a realidade social complexa, dinâmica e repleta de interdependências, a definição do paradigma e dos métodos de investigação subjacentes à investigação social torna-se uma tarefa essencial e deve ser bem ponderada, pois cada método representa um modo específico de apreensão e conhecimento da mesma. Um paradigma está relacionado com um conjunto interligado de posições e pressupostos ontológicos, epistemológicos e metodológicos face à realidade, conhecimentos e valores que se pretende investigar (Greene, 2007).

Os pressupostos ontológicos de uma investigação social centram-se na natureza da realidade a investigar, podendo essa realidade e seus fenómenos serem mais objetivos (Objetivismo); subjetivos (Construtivismo) ou independentes das perceções ou construções dos indivíduos (Realismo). No caso específico desta tese, pretendeu-se investigar sobre a realidade da prática comunitária em Portugal, considerando o construtivismo ontológico o mais adequado, pois enfatiza que os fenómenos sociais e

seus significados são socialmente produzidos, alterados ou mantidos, por meio da interação entre as pessoas e os sistemas culturais e sociais (Creswell, 2014). Deste modo, com esta investigação procurou-se compreender como a realidade da intervenção comunitária é socialmente contruída no que respeita à sua relação com a sustentabilidade.

Olhando para os pressupostos epistemológicos da investigação social, ou seja, para as crenças e suposições que orientam o modo como o conhecimento é produzido e validado, o investigador pode assumir uma posição mais objetiva com intenção de comprovação e generalização dos resultados (Positivismo) ou assumir uma posição subjetiva e de compreensão (Interpretativo) face ao seu objeto de estudo. A epistemologia interpretativa considera que o conhecimento do objeto de estudo pressupõe a aproximação ao mesmo, às suas inter-relações e pluralidades numa perspetiva subjetiva e compreensiva (Bryman, 2012). Deste modo, esta investigação assumiu uma orientação epistemológica interpretativa, que procurou explorar, descrever e compreender as motivações, intenções e significados que os atores sociais envolvidos na intervenção comunitária dão às suas próprias ações e experiências profissionais.

Metodologicamente, optou-se por uma estratégia de investigação indutiva de natureza descritiva. Procurou-se obter conhecimento sobre a realidade da prática comunitária em Portugal, na sua potencial relação com a sustentabilidade e, por isso considerou-se a pesquisa qualitativa a mais adequada para a exploração e compreensão deste tema e realidade complexos.

No âmbito de uma investigação social, a pesquisa descritiva, que tem como fito primordial descrever de forma precisa e detalhada um fenómeno social e, sendo o tema desta tese algo recente na literatura e em Portugal procurou-se explorar, compreender e descrever o fenómeno da intervenção comunitária na sua potencial relação com a sustentabilidade. O interesse desta pesquisa focou-se mais no "o quê" (que práticas de sustentabilidade estiveram presentes na intervenção comunitária?), no "quem" (que profissionais foram envolvidos? Os assistentes sociais foram envolvidos nessas práticas?), no "onde" (práticas sustentáveis foram promovidas em zonas urbanos e/ou rurais?) e no "como" (que ações concretas foram realizadas em prol do desenvolvimento sustentável local?). Neste sentido, optou-se por uma estratégia indutiva de investigação que visa a exploração e a compreensão profunda de um fenómeno, identificando, sistematizando e categorizando dimensões e práticas comunitárias de sustentabilidade, presentes na intervenção comunitária em Portugal, com vista a produção de conhecimento no domínio teórico-prático do Serviço Social, mais especificamente na sua intervenção eco-social, enquadrada teoricamente em perspetivas teórico-sistémicas, eco-críticas e abordagem eco-social.

Para a concretização dos objetivos da pesquisa optou-se pela utilização de métodos qualitativos e quantitativos. Embora possam ser considerados oriundos de quadros ontológicos e epistemológicos distintos, a literatura refere que não existem quaisquer incompatibilidades entre métodos quantitati-

vos e qualitativos, nem ao nível da prática nem ao nível da epistemologia (Howe, 1988) e que a pesquisa com recurso a diferentes métodos é, portanto, viável e até desejável (Bryman, 2012), pois expande o alcance e a diversidade do objeto de estudo, uma vez que em diferentes etapas recorre-se a diferentes métodos que permitem encontrar convergências, complementaridades e contradições entre os diferentes componentes que constituem o objeto de estudo e que permitem a sua melhor compreensão (Johnson, Onwuegbuzie & Turner, 2007). Através da integração de métodos qualitativos e quantitativos num único estudo, procurou-se obter uma visão mais abrangente da complexidade do objeto de estudo.

2.2. Desenho da Pesquisa

O desenho de pesquisa, moldado à natureza e método científico anteriormente apresentados, explicita as escolhas metodológicas da presente investigação doutoral, desde a formulação da questão de partida e questões de investigação; definição de objetivos (geral e específicos), do objeto de estudo e campo empírico à construção do modelo de análise e seleção das técnicas de recolhas de dados.

A exploração sobre o tema e a concretização de leituras foram fundamentais para o desenho de pesquisa, sustentando a formulação de questões e objetivos de investigação pertinentes e orientadores da pesquisa, bem como delimitação de conceitos, ideias-chave e dimensões de pesquisa e análise para estruturação do modelo de análise. Foi sobretudo, com a leitura do livro *"The eco-social transition of societies: The contribution of social work and social policy"* de Matthies e Narhi (2017) que o desenho de pesquisa começou a ganhar forma e delimitação. Este livro compila um conjunto de capítulos escritos por diferentes autores, que alertam para a necessidade de as sociedades contemporâneas comprometerem-se com uma transição eco-social, como resposta integrada a problemas indissociáveis, como por exemplo, alterações climáticas, desigualdades sociais, degradação ecológica e insustentabilidade económica. Os diferentes autores defendem que estes problemas não podem ser resolvidos de forma isolada e, por isso, desafiam as sociedades a refletir e repensar modelos de produção, consumo, governança e relações sociais, de modo a garantir justiça socioambiental e bem-estar generalizado e sustentável.

Num dos capítulos, *"An eco-social model for sustainability of vulnerable communities"* (pp.139-157), Rocha e Ferreira (2017) apresentam o modelo eco-social para a intervenção do Serviço Social, ligando esta área científica e profissional às questões da sustentabilidade e desenvolvimento sustentável, com base numa análise de intervenções comunitárias em Portugal e na Suécia.

O objeto de estudo da presente investigação é a prática comunitária, uma vez que, esta pode envolver vários atores sociais, como organizações nacionais e locais; diversos profissionais das ciências

sociais, mas não só, também da área do urbanismo, engenharia, arquitetura e outras, bem como, a própria comunidade e seus cidadãos (Lee, 2001). É em comunidade que a vida humana, social e ambiental se desenrola e, por isso, a intervenção comunitária é bastante importante na promoção de desenvolvimento local, individual, social e ecológico sustentáveis. Além disso, tradicionalmente a intervenção comunitária é uma das áreas de intervenção do Serviço Social, que cada vez mais tem desafiado os profissionais a se reinventarem para a promoção de mudança e desenvolvimento social (Stepney, 2018).

Tendo como objeto de estudo a prática comunitária definiu-se assim, a questão de partida: "Será que a sustentabilidade tem sido promovida na intervenção comunitária?" e as questões de investigação orientadores desta pesquisa foram:

- A sustentabilidade social e ecológica está presente em projetos de desenvolvimento comunitário a nível local?
- A prática de intervenção comunitária dos assistentes sociais tem como objetivo a sustentabilidade social e ecológica?
- Os assistentes sociais participam com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável?
- A avaliação dos projetos de intervenção comunitários baseia-se numa escala de indicadores de sustentabilidade sociais e ecológicos?

Além da questão de partida e das questões de investigação foram definidos os objetivos de pesquisa. O objetivo geral que norteou esta investigação pretendia analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal e os objetivos específicos foram:

- Interpretar e enquadrar o conceito de sustentabilidade social e ecológica na prática do Serviço Social.
- Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.
- Comparar o contexto e as práticas de intervenção socioambiental e territorial em comunidades urbanas e rurais.
- Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.
- Elaborar uma escala de indicadores de sustentabilidade social e ecológica para a intervenção comunitária.

Deste processo constante de leitura, problematização e delimitação das opções teóricas e metodológicas resultou o modelo de análise (Fig. 2.1) que estabelece a ligação entre as principais ideias e conceitos que permitiram delimitar o campo empírico e os métodos de investigação.

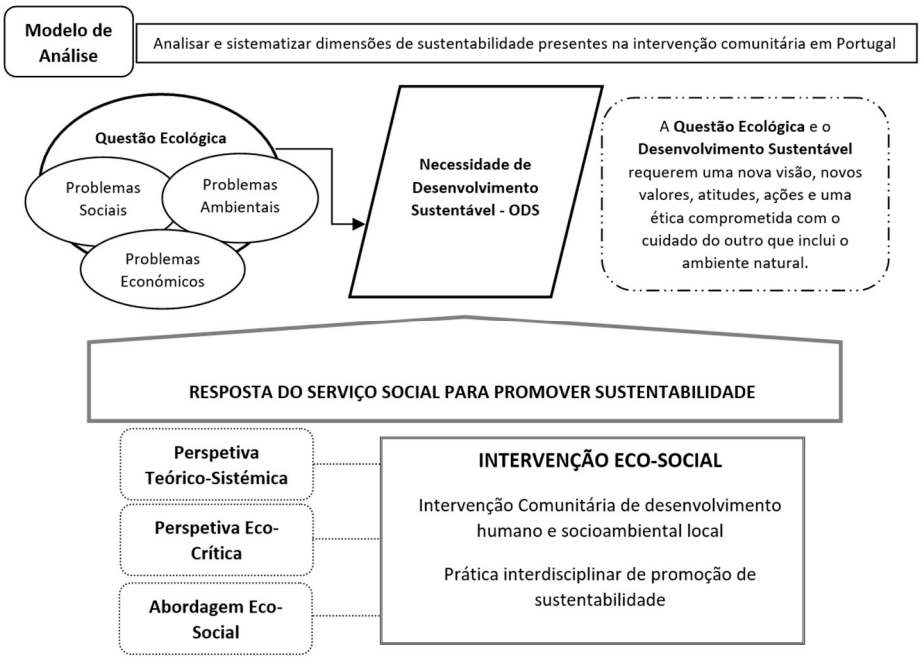


Fig. 2.1. Modelo de Análise

Com o objetivo geral de analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade potencialmente presentes na intervenção comunitária em Portugal e com base neste modelo de análise a presente tese sugere que a intervenção eco-social é uma resposta do Serviço Social face à necessidade de desenvolvimento sustentável e à crise ecológica atuais. A intervenção eco-social assenta teoricamente nas perspetivas teórico-sistémicas, eco-crítica e na abordagem eco-social, reconhecendo a interdependência entre os indivíduos e o ambiente natural. Considera-se ainda que a intervenção eco-social é uma resposta do Serviço Social que propõe ações integradas e interdisciplinares, que transcendem o domínio individual e contemplam os diferentes sistemas que constituem a realidade social, procurando promover sustentabilidade social, ambiental e económica numa base de intervenção comunitária participativa e de capacitação. Neste sentido, foram analisadas práticas comunitárias (rurais e urbanas), procurando-se identificar e sistematizar sobre algumas categorias analíticas, como por exemplo, pilares da sustentabilidade, profissionais envolvidos, envolvimento de cidadãos, papel do poder local e métodos de intervenção, monitorização e avaliação.

No âmbito do desenho de pesquisa da presente investigação importa ainda referir que, para responder a todas as questões de investigação e cumprir todos os objetivos realizou-se um estudo composto por dois momentos, conforme figura 2.2.: o primeiro através da concretização de uma análise de projetos/práticas de desenvolvimento comunitário ocorridos recentemente em Portugal e, o se-

gundo momento para construção de uma escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária.

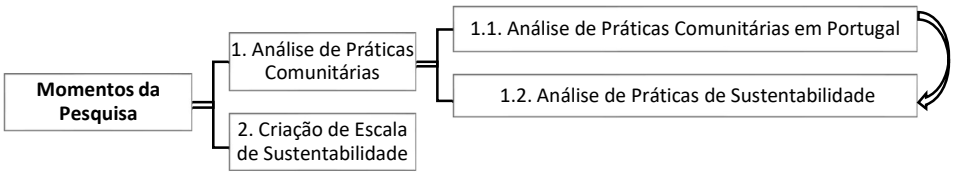


Fig. 2.2. Momentos da Pesquisa

De salientar que, no primeiro momento, a análise de práticas comunitárias englobou duas análises, nomeadamente uma análise geral das práticas comunitárias em Portugal e, decorrente desta, realizou-se nova análise, sobre práticas de sustentabilidade (1.2) presentes na prática comunitária (1.1).

2.3. Campo Empírico, Universo e Amostra

Como anteriormente referido este estudo dividiu-se em dois momentos de investigação, cada um com o seu universo e respetiva amostra. Uma vez definido o objeto de estudo (práticas comunitárias) e, por uma questão de proximidade territorial e de interesse pela realidade portuguesa, a delimitação do campo empírico cingiu-se às práticas comunitárias em Portugal e aos profissionais comunitários envolvidos nas mesmas, no primeiro momento da presente investigação. No segundo momento, para a criação de uma escala de sustentabilidade eco-social, recorreu-se a um conjunto de especialistas em diferentes áreas da prática comunitária, ambiente e sustentabilidade. Assim, neste momento da investigação o universo corresponde ao total dos especialistas e a amostra ao conjunta dos especialistas selecionados para participar. Em suma, e como representado no quadro 2.1., foram constituídas três amostras selecionadas de acordo com critérios de inclusão previamente definidos, para representação mais adequada e possível do respetivo universo e campo empírico.

Quadro 2.1. Amostras da Pesquisa

CAMPO EMPÍRICO: PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL			
Momento da Investigação		**Universo**	**Amostra**
1. Análise de Práticas Comunitárias	1.1. Análise de Práticas Comunitárias (Portugal)	Total das práticas Comunitárias em Portugal	246 projetos em Portugal Continental
	1.2. Análise de Práticas de Sustentabilidade	246 projetos em Portugal Continental	88 Projetos
		Profissionais envolvidos nos 246 projetos	11 Profissionais
2. Criação de Escala de Sustentabilidade		Todos os especialistas na área da intervenção comunitária, ambiente e sustentabilidade	33 Especialistas

2.3.1. Primeiro Momento da Pesquisa: Análise de Práticas Comunitárias

Com o objetivo de analisar práticas comunitárias em Portugal, no primeiro momento de investigação foi definido o universo, a amostra e os critérios de seleção da mesma.

Apesar de Portugal não ser um país muito grande em termos territoriais, analisar todas as práticas comunitárias desenvolvidas seria uma tarefa bastante difícil, ainda mais num contexto de pandemia provocado pela covid-19. Neste caso em concreto, como o levantamento do todo é impraticável identificou-se o universo a estudar que, nesta investigação é constituído por projetos comunitários desenvolvidos em Portugal, selecionados de acordo com três critérios de inclusão obrigatórios:

- Projetos de desenvolvimento comunitário em Portugal;
- Projetos de desenvolvimento comunitário com início após 2015 (após a aprovação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – 2015-2030);
- Projetos de desenvolvimento comunitário divulgados em sites oficiais (facilitando a identificação e o acesso aos mesmos para pesquisa documental).

Inicialmente pensou-se pesquisar iniciativas comunitárias nos sites das câmaras municipais, mais especificamente em documentos estratégicos locais, como por exemplo, diagnósticos sociais, planos de desenvolvimento local, planos de ação local e estratégias municipais de intervenção (social e ambiental), com o fito de identificar pelo menos uma iniciativa comunitária por cada NUTS II (Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve e Arquipélago da Madeira e Arquipélago dos Açores).

Na busca de iniciativas comunitárias que cumprissem os três critérios de inclusão obrigatórios, em setembro de 2021 identificou-se o site oficial do PBS. No âmbito deste programa foram impulsionadas pelo estado português 246 projetos de desenvolvimento comunitário em todo o território continental. Embora este programa não tenha decorrido nas ilhas da Madeira e Açores, considerou-se que satisfazia os três critérios de seleção. Deste modo, a decisão de analisar os projetos financiados e implementados no âmbito deste programa prendeu-se com o facto, de o mesmo fornecer uma imagem recente a nível nacional (continental) das práticas comunitárias em Portugal.

O PBS surgiu em Portugal em julho de 2020, num contexto de pandemia provocada pela covid-19, criado pela Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho (retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho) com o objetivo de promover a dinamização de projetos de intervenção local pensados, planeados e apresentados por associações, coletividades, organizações não governamentais, movimentos cívicos e organizações de moradores que, em colaboração com as autoridades de saúde pretendiam melhorar a saúde e a qualidade de vida das comunidades portuguesas. Com uma abrangência nacional continental, este programa criado com o intuito de ser um instrumento participativo que impulsionasse a parceria entre instituições locais e o envolvimento da comunidade em prol da co-construção de projetos em vários eixos de intervenção, visou o desenvolvimento

e a capacitação local da comunidade, incluindo o ambiente. Importa referir que este programa, após quatro prorrogações, terminou a 30 de junho de 2023 (Resolução do Conselho de Ministros 35-A/2023, de 27 de abril).

De setecentas e cinquenta e duas candidaturas submetidas e elegíveis, duzentas quarenta e seis foram selecionadas no final de 2020 para financiamento. As 246 candidaturas encontravam-se distribuídas por todo o continente português, com maior concentração na região de lisboa e norte do país, como podemos ver na figura 2.3.

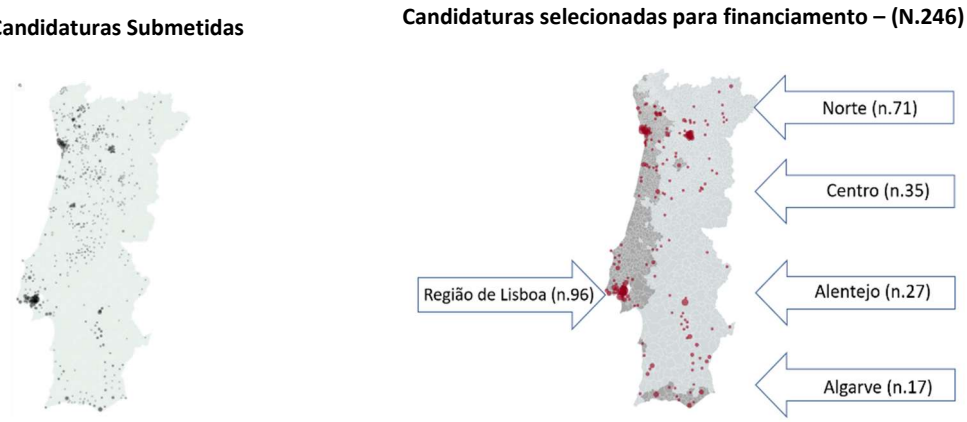


Fig. 2.3. Candidatura submetidas e candidaturas selecionadas para financiamento no PBS (Bairros Saudáveis, sd).

Após exploração do site e conhecimento das normas de funcionamento do programa e dos regulamentos e objetivos, considerou-se pertinente realizar uma análise exploratória qualitativa dos 246 projetos selecionados para financiamento[1]. A análise ao PBS configurou a unidade de análise (amostra intencional) no âmbito do primeiro momento da pesquisa: análise de práticas comunitárias.

De modo a analisar práticas comunitárias recentemente desenvolvidas em Portugal efetuou-se uma pesquisa e análise documental aos 246 projetos, identificando os objetivos gerais e específicos de cada projeto comunitário; áreas e atividades de intervenção, as características dos territórios e o envolvimento dos atores sociais.

Com base nesta análise foram, posteriormente identificadas e analisadas as práticas comunitárias com ações específicas na área social, ambiental e económica, efetuando-se deste modo, a análise de práticas de sustentabilidade, num total 88 projetos. Mais especificamente, da análise aos 246 projetos, verificou-se que em 88 projetos as suas atividades incluíram ações nos três pilares da sustentabilidade e, por isso, foram considerados projetos com práticas de sustentabilidade e foram alvo de nova análise. Das práticas de sustentabilidade procurou-se perceber em que tipo de territórios estas práticas ocorreram (rural ou urbano, com o intuito de compreender as especificidades e os desafios associados a

[1] Ver lista de projetos do PBS disponível no anexo A.

cada contexto); que profissionais estiveram envolvidos (caracterização dos perfis profissionais que participaram nos projetos); de que forma os cidadãos foram envolvidos nestes projetos (em que momentos foram envolvidos os cidadãos), bem como, quais os métodos de intervenção, monitorização e avaliação que foram utilizados.

Por forma a enriquecer, validar e complementar a análise documental sobre estes aspetos, considerou-se essencial recolher os testemunhos dos profissionais comunitários diretamente envolvidos na implementação dos 88 projetos selecionados. Esta abordagem qualitativa, baseada na pesquisa documental e em entrevistas, permitiu não apenas triangular os dados, como também compreender as perspetivas, desafios e aprendizagens dos atores-chave, conferindo maior profundidade e robustez à investigação. Através do uso de diferentes métodos de recolha de dados para analisar as práticas de sustentabilidade, pretendeu-se ultrapassar as limitações de uma análise puramente documental, incorporando a riqueza das experiências práticas e das narrativas dos profissionais comunitários.

Após a aprovação do conselho de ética do ISCTE, para a recolha de dados através de entrevista, foram inicialmente selecionados 25 projetos, tendo por base dois critérios de inclusão:

- Representação de Portugal continental (pelo menos um projeto por cada região NUTS II – exceto Ilhas);
- Projetos que desenvolveram maior número de atividades específicas nos três pilares.

Com base nos critérios previamente estabelecidos, procedeu-se à seleção de três projetos por cada região NUTS II (exclusivamente em território continental), os quais integravam simultaneamente os três pilares da sustentabilidade — social, ambiental e económico — nas suas áreas de intervenção e atividades desenvolvidas. Esta seleção priorizou, para cada região, os três projetos que apresentavam um maior número de ações abrangendo as três dimensões da sustentabilidade, com o objetivo de aprofundar a análise das práticas de sustentabilidade.

Durante a realização das entrevistas considerou-se necessário identificar mais projetos por cada região NUTS II, de forma a cumprir a representatividade continental definida (entrevistar pelo menos um projeto em cada região) e a atingir os critérios de saturação teórica. Deste modo, da lista de projetos ordenados por região e por número de atividades desenvolvidas nos pilares da sustentabilidade anteriormente analisada, foram selecionados os dois projetos que em cada região apresentavam seguidamente maior número de atividades.

Como se pode observar no quadro 2.2., identificou-se para entrevista um total de 25 projetos, cinco em cada região NUTS no continente português, de acordo com o número de atividades desenvolvidas em cada um dos pilares da sustentabilidade. Os projetos assinalados a negrito referem-se às entrevistas realizadas, totalizando 11 projetos entrevistados.

Quadro 2.2. Amostra da Análise de Práticas de Sustentabilidade - Projetos

PROJETOS SELECIONADOS PARA ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA		
Região	**Projeto**	**Nº de Atividades desenvolvidas nos pilares da Sustentabilidade**
Norte	Projeto 1	10
	Projeto 2	**9**
	Projeto 3	**9**
	Projeto 4	**6**
	Projeto 5	5
Centro	Projeto 6	12
	Projeto 7	**10**
	Projeto 8	**9**
	Projeto 9	**8**
	Projeto 10	7
Lisboa	Projeto 11	11
	Projeto 12	11
	Projeto 13	**10**
	Projeto 14	10
	Projeto 15	8
Alentejo	Projeto 16	8
	Projeto 17	**8**
	Projeto 18	**7**
	Projeto 19	**5**
	Projeto 20	5
Algarve	**Projeto 21**	**7**
	Projeto 22	6
	Projeto 23	6
	Projeto 24	5
	Projeto 25	5

As entidades promotoras e parceiras associadas aos 25 projetos selecionados foram formalmente convidadas, através de email[2], a participar numa entrevista semiestruturada, a realizar presencialmente ou em formato digital, consoante a disponibilidade dos profissionais comunitários diretamente envolvidos na implementação dos projetos. Importa referir que, por opção de todos participantes, as entrevistas decorreram exclusivamente em modalidade online, com uma duração média de 45 minutos por sessão. Importa realçar que, no âmbito do processo de angariação de participantes, todas as entidades envolvidas em cada projeto (entidades promotoras e parceiras) foram contactadas por via eletrónica (email) e algumas por telefone, de modo a assegurar comunicação eficaz do convite para participação nas entrevistas. Além da comunicação inicial de convite para participação nesta pesquisa, foram efetuados 2 reforços de contacto por cada projeto, sempre que não se obteve resposta. Este esforço de contacto sistemático refletiu o empenho em garantir uma amostra diversificada, fundamental para a robustez da análise qualitativa subsequente.

Participaram profissionais de diferentes áreas da intervenção comunitária e com diferentes papéis no desenvolvimento dos projetos (coordenação ou execução), como demonstra o quadro 2.3., de ca-

[2] Email template de convite para entrevista semiestruturada disponível no anexo B.

racterização sociodemográfica da amostra da análise de práticas de sustentabilidade - profissionais entrevistados.

Quadro 2.3. Caracterização Sociodemográfica dos Profissionais Entrevistados - Amostra da Análise de Práticas de Sustentabilidade

CARACTERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA							
Género							
Feminino				Masculino			
7				4			
Tipo de Território onde colaborou							
Urbano				Rural			
3				8			
Papel no Projeto							
Coordenação				Execução			
8				3			
Área de Formação/Profissão							
Sociologia	Psicologia	História e Arqueologia	Política Social	Arquitetura Paisagista	Animação Socio-Educativa	Artes Plásticas e Multimédia	Tecnologia e Segurança Alimentar
2	2	2	1	1	1	1	1
Total de entrevistados				**11**			

A interdisciplinaridade dos participantes é um ponto a salientar, pois revela que os projetos beneficiaram de uma multiplicidade de olhares e competências. Embora com 11 entrevistas considera-se que os participantes representam um grupo diversificado e interdisciplinar, alinhado com a complexidade dos projetos de intervenção comunitária com ações nos pilares da sustentabilidade. A predominância de mulheres; de profissionais envolvidos em projetos que ocorreram em meio rural e de profissionais com papel de coordenação reflete tendências importantes, mas também desafia a investigação futura a explorar vozes e contextos sub-representados.

Em suma, no primeiro momento de investigação foram analisadas práticas comunitárias, com uma amostra de 246 projetos em Portugal (continental) e foram analisadas práticas de sustentabilidade com uma amostra de 88 projetos e 11 profissionais comunitários. O quadro 2.4. representa um resumo da amostra referente ao primeiro momento da presente pesquisa, que decorreu entre novembro de 2021 e setembro 2025.

Quadro 2.4. Resumo Amostras Primeiro Momento da Pesquisa

ANÁLISE DE PRÁTICAS COMUNITÁRIAS EM PORTUGAL	
Amostras e respetivo tipo de seleção	
Análise de Práticas Comunitárias em Portugal N= 246 projetos	Análise de Práticas de Sustentabilidade N= 88 projetos e 11 profissionais
Seleção intencional das práticas comunitárias de acordo com critérios de inclusão	Seleção intencional dos projetos de acordo com critérios de inclusão

2.3.2. Segundo Momento da Pesquisa: Criação de Escala de indicadores de Sustentabilidade

O quinto objetivo específico desta investigação prende-se com a criação de uma escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária. Para a concretização deste objetivo optou-se pelo recurso ao Método Delphi onde, por meio de 3 rondas procurou-se obter informações e opiniões de um conjunto de especialistas na área da intervenção comunitária, desenvolvimento local, desenvolvimento sustentável, sustentabilidade ambiental e arquitetura/urbanismo, relativamente aos elementos constituintes da potencial escala.

Do universo de especialistas foram identificados critérios de inclusão para os especialistas do painel Delphi, bastando estar presente um dos seguintes critérios:

- Experiência profissional e/ou académica no desenvolvimento de projetos sociais, comunitários e políticas públicas;
- Experiência profissional e/ou académica na área do desenvolvimento local, urbanístico e ambiental.

De acordo com estes critérios, identificou-se um conjunto de especialistas para integrar o painel do Método Delphi, compondo um grupo diversificado, heterogéneo e anónimos entre si (quadro 2.5).

Quadro 2.5. Nº de Especialistas por Critério de Inclusão

SELEÇÃO DE ESPECIALISTAS PARA PAINEL DELPHI	
Critérios de Inclusão	**Nº de Especialistas**
Experiência profissional e/ou académica no desenvolvimento de projetos sociais, comunitários e políticas públicas	20
Experiência profissional e/ou académica na área do desenvolvimento local, urbanístico e ambiental	13
Total Especialistas	**33**

A seleção criteriosa dos participantes é essencial para garantir que o painel Delphi seja representativo, diversificado e capaz de produzir resultados robustos (Landeta, 2006). Embora existam autores que defendem que a inclusão de não especialistas pode ser benéfica para aumentar a diversidade de opiniões, os resultados demonstram menor estabilidade das respostas ao longo das rondas, neste tipo de participantes (Hussler, Muller & Rondé., 2011; Makkonen, Hujala & Uusivuori, 2016). Considerou-se que a diversidade de áreas profissionais/académicas, bem como do tipo de participantes (profissionais da academia e profissionais do terreno) garantia a diversidade de opiniões, minimizando viés de determinada área específica na aplicação do método Delphi. Deste modo, foram selecionadas áreas profissionais que se consideraram importantes para o desenho da escala de sustentabilidade, nomeadamente a área das ciências sociais e humanas, como Serviço Social, Sociologia, Psicologia, Antropologia e Políticas Públicas. Procurou-se ainda incluir especialistas da área do Ambiente, Economia, Ar-

quitetura, Urbanismo, Sustentabilidade, da agronomia e da Indústria Alimentar. Para cada uma destas áreas, foram posteriormente pesquisados docentes, investigadores e profissionais com experiência académica e/ou profissional nessas áreas, bem como os seus contactos de email (sobretudo profissionais), para envio de convite de participação[3]. O quadro 2.6. descreve as áreas profissionais dos elementos pesquisados e convidados para o painel Delphi.

Quadro 2.6. Nº de Especialistas do painel Delphi por Área Profissional

CARATERIZAÇÃO DOS ELEMENTOS DO PAINEL DELPHI	
Área Profissional	**Nº de Especialistas**
Serviço Social e Intervenção Comunitária	10
Serviço Social, Sociologia e Sustentabilidade	7
Políticas Públicas	5
Arquitetura e Urbanismo	3
Economia e Sustentabilidade	2
Engenharia do Ambiente	1
Ambiente e Globalização	1
Antropologia Urbana	1
Agronomia e Indústria Alimentar	1
Direito Ambiental	1
Psicologia Organizacional	1
Total Especialistas	**33**

Em suma, os especialistas do painel Delphi foram intencionalmente selecionados pela relevância da sua experiência profissional/académica e do seu contributo para a construção da escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária. De salientar que foram convidados dois especialistas internacionais, com experiência nas áreas consideradas relevantes para o segundo momento da pesquisa.

2.4. Técnicas de recolha e análise dos dados

A fase de seleção das técnicas de recolha de dados constitui um momento fundamental da investigação científica, uma vez que, deve ser adequada ao objeto de estudo, campo empírico e às questões e objetivos de investigação.

No decorrer da pesquisa doutoral várias técnicas de recolha de dados foram utilizadas. Pesquisa documental, entrevista semiestruturada e método Delphi foram as técnicas de recolha de dados que, cumprindo todas as orientações da Comissão de Ética do ISCTE-IUL e, mediante posterior tratamento e análise, permitiram a construção de conhecimento científico sobre a intervenção eco-social do Ser-

[3] Email *template* de convite para participação no Delphi disponível no anexo C.

viço Social, sobretudo a nível comunitário, em Portugal. A utilização de diferentes técnicas de recolha de dados permitiu aprofundar e expandir o conhecimento sobre o campo empírico e responder às questões de investigação e objetivos, como podemos verificar no quadro 2.7.

Quadro 2.7. Relação entre Questões de Investigação, Objetivos e Técnicas de Recolha de Dados

RELAÇÃO ENTRE QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO, OBJETIVOS E TÉCNICAS DE RECOLHA DE DADOS		
Questão de Investigação	**Objetivo Específico**	**Técnica de Recolha de Dados**
A sustentabilidade social e ecológica está presente em projetos de desenvolvimento comunitário a nível local?	1. Interpretar e enquadrar o conceito de sustentabilidade social e ecológica na prática do Serviço Social.	Entrevista Semiestruturada
	2. Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.	Pesquisa Documental
		Entrevista Semiestruturada
	3. Comparar o contexto e as práticas de intervenção socioambiental e territorial em comunidades urbanas e rurais.	Pesquisa Documental
		Entrevista Semiestruturada
A prática de intervenção comunitária dos assistentes sociais tem como objetivo a sustentabilidade social e ecológica?	2. Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.	Pesquisa Documental
		Entrevista Semiestruturada
Os assistentes sociais participam com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável?	4. Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.	Pesquisa Documental
		Entrevista Semiestruturada
A avaliação dos projetos de intervenção comunitários baseia-se numa escala de indicadores de sustentabilidade sociais e ecológicos?	4. Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.	Pesquisa Documental
		Entrevista Semiestruturada
	5. Elaborar de escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária.	Método Delphi

Para responder à primeira questão de investigação realizou-se uma pesquisa qualitativa, com análise de conteúdo a projetos comunitários desenvolvidos recentemente em Portugal, utilizando o software MAXQDA 2020 (versão 20.4.2). Para responder à segunda e à terceira questão realizámos uma nova análise documental mais detalhada dos projetos comunitários que desenvolveram ações específicas nos pilares de sustentabilidade. Complementou-se esta análise com entrevistas semiestruturadas a profissionais envolvidos nesses projetos de desenvolvimento comunitário. Na quarta questão, através da revisão da literatura e, após confirmação na análise de conteúdo realizada anteriormente, considerou-se pertinente avançar com a construção de escala de sustentabilidade específica para a intervenção eco-social a nível comunitário e, por isso, recorreu-se ao método Delphi para propor uma escala criada com base na opinião consensual de um conjunto de especialistas, trazendo um contributo específico para a intervenção eco-social do Serviço Social.

A presente investigação suporta-se metodologicamente em três técnicas de recolha de dados, nomeadamente a Pesquisa Documental, Entrevista Semiestruturada e Método Delphi e em três técnicas de análise de dados: a análise temática, análise de conteúdo e análise estatística, conforme representado no quadro 2.8.

Quadro 2.8. Técnicas de recolha e de análise de dados em cada momento da pesquisa

MOMENTOS DA PESQUISA E RESPETIVA TÉCNICA DE RECOLHA E ANÁLISE DE DADOS		
Momento da Investigação	**Técnica de Recolha de Dados**	**Técnica de Análise de Dados**
Análise de Práticas Comunitárias Análise Práticas Comunitárias em Portugal Análise de Práticas de Sustentabilidade	Pesquisa Documental Entrevista Semiestruturada	Análise de Conteúdo (Categorial)
Criação de escala de sustentabilidade	Método Delphi	Análise de Conteúdo (Categorial) Análise Estatística (Descritiva e de Fiabilidade)

A aplicação de entrevistas semiestruturadas surge como complemento da pesquisa documental, tendo a análise dos dados recolhidos sido efetuada de forma separada, com posterior triangulação dos dados. Para a criação da escala, efetuou-se uma análise de conteúdo aos dados qualitativos recolhidos na primeira ronda e uma análise estatística na segunda e terceira ronda.

2.4.1. Pesquisa Documental

A primeira técnica de recolha de dados utilizada foi a pesquisa documental, que consiste na utilização de documentos como fonte principal de informação, podendo estes documentos ser escritos, como atas de reuniões, relatórios, planos estratégicos, registos estatísticos, cartas, emails, leis, artigos, livros, *posts* online ou documentos não escritos/audiovisuais, como mapas, fotografias, músicas, debates, vídeos, gravações (Creswell, 2014).

Na pesquisa documental os dados obtidos são extraídos de documentos que fornecem informações consideradas relevantes para uma investigação, com objetivo final de analisar, interpretar e compreender determinado fenómeno e posterior produção de conhecimento. Esta técnica permite ao investigador recolher uma vasta quantidade de informação estática, diversificada e contextualizada, frequentemente disponível em fontes públicas, o que confere a esta técnica vantagens, como o baixo custo, acessibilidade rápida e possibilidade de abarcar períodos temporais extensos.

Em contrapartida, a pesquisa documental pode apresentar limitações inerentes, sobretudo pelo facto, de os documentos recolhidos poderem não ser representativos dos fenómenos estudados e omitir detalhes e pormenores. Como refere Bryman (2012), os documentos analisados podem não ser plenamente representativos do fenómeno em estudo, seja por omissões de detalhes críticos, seja por

enviesamentos resultantes da sua produção, como por exemplo, relatórios institucionais que podem refletir perspetivas parciais. É certo que na generalidade das pesquisas qualitativas, o tema da representatividade não se afigura como um objetivo central. Neste tipo de pesquisas o foco reside na compreensão do fenómeno e não na generalização dos resultados para uma população. De qualquer modo, para colmatar eventuais lacunas da pesquisa de documental, nomeadamente a possível incompletude ou enviesamento dos dados e como sugere Creswell (2014), esta técnica pode ser complementada com outras técnicas de recolha de dados. A utilização de outras técnicas qualitativas para compreensão do mesmo fenómeno permite ao investigador, através da triangulação dos dados, uma análise mais robusta, validada e enriquecedora da pesquisa e, posteriormente, do conhecimento científico.

Neste sentido, no âmbito da presente tese doutoral, optou-se por articular a pesquisa e análise documental com a realização de entrevistas semiestruturadas aos profissionais envolvidos nos projetos comunitários. Esta complementaridade teve também, como propósito a recolha de informações adicionais, pormenores, detalhes e perspetivas subjetivas referentes à implementação, execução e avaliação dos projetos. Desta forma, procurou-se superar eventuais limitações inerentes à pesquisa e análise documental, através da recolha de testemunhos e experiências dos profissionais (um dos elementos-chave da implementação dos projetos), conferindo assim maior profundidade analítica e rigor metodológico ao estudo.

Como referido anteriormente, o site oficial do PBS foi a fonte de toda a pesquisa documental realizada. O site oficial disponibiliza todas as informações de enquadramento legal, execução, avaliação e notícias relativas ao PBS. Sendo este programa criado pelo estado português considerou-se que o site oficial do mesmo é uma fonte de informações autênticas, credíveis e significativas (Bryman, 2012) para análise do objeto de estudo da presente investigação.

Tendo como campo empírico as práticas comunitárias em Portugal e os profissionais envolvidos nas mesmas, as candidaturas dos 246 projetos selecionados para financiamento no âmbito do PBS constituíram a primeira amostra da presente investigação, alvo de pesquisa documental que decorreu de novembro a dezembro de 2021. Após um primeiro contacto e exploração sobre o programa, a legislação de enquadramento do mesmo, regulamento de funcionamento das candidaturas e respetivos resultados, ou seja, listas das candidaturas submetidas e identificação dos projetos selecionados para financiamento, procedeu-se à pesquisa documental das candidaturas dos 246 projetos.

Nestes documentos constavam várias informações detalhadas sobre os projetos, nomeadamente os eixos de intervenção, objetivos e ações específicas, os destinatários, territórios de intervenção e critérios de seleção desses territórios, valores de financiamento e entidades envolvidas. Estes elementos foram recolhidos e analisados Todos os elementos informativos e integrantes das candidaturas selecionadas para financiamento foram recolhidos, totalizando cerca de 1970 páginas word (fonte ca-

libri tamanho 11 com espaçamento 1,5), além da pesquisa documental de legislação de enquadramento e regulamentos de funcionamento do programa. Os dados recolhidos nesta pesquisa documental sobre práticas comunitárias a nível nacional (continental), no âmbito do PBS foram analisados tendo por base a grelha de análise[4] construída para o efeito. Os dados recolhidos foram codificados[5] e analisados com recurso ao software Maxqda 2020 (versão 20.4.2).

No decorrer da investigação doutoral, sobretudo com base nos resultados da pesquisa e análise documental realizada sobre os projetos do PBS foram produzidos e publicados alguns trabalhos científicos. Há medida que foram surgindo as primeiras ilações e conclusões foram sendo produzidos trabalhos científicos, entretanto publicados em revistas e apresentados em conferências. Mais especificamente foram publicados dois artigos científicos; um shortbook e realizadas três comunicações (quadro 2.9).

Quadro 2.9. Publicações e comunicações no âmbito da pesquisa doutoral

PUBLICAÇÕES E COMUNICAÇÕES	
Artigos	Freitas, D., & Belchior-Rocha, H. (2025). Serviço Social e Prática Eco-Social: Promover sustentabilidade através da intervenção comunitária. Trabajo Social Global-Global Social Work,15, 106–129. https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v15.30141
	Freitas, D., & Belchior, H. (2023). Serviço Social eco-social e desenvolvimento local: o ambiente na intervenção comunitária. Intervenção Social, (61), 285–299. https://doi.org/10.34628/3fgw-kc37
Shortbook	Freitas, D. (2024). Case Study 4: Sustainability Practices in Portugal: A Reflection on Eco-social Practice. In: Forde, C., Ranta-Tyrkkö, S., Lievens, P., Rambaree, K., Belchior-Rocha, H. (eds) Teaching and Learning in Eco-social Work. Springer, Cham. https://doi.org/10.1007/978-3-031-58708-5_16
Participação em Comunicações	European Conference on Social Work Education, com a comunicação intitulada Sustainability and Eco-Social Approach in Social Work Practice, a 21 junho de 2023
	7.º Congresso Internacional de Serviço Social - Transição digital e transformação social: direitos de cidadania em tempos inseguros, com a comunicação intitulada Serviço Social Eco-Social e Desenvolvimento Local, a 21 de abril de 2023
	Blended Intensive Programme: ECOLOGICAL, ECONOMICS, SOCIAL SUSTAINABILITY & SOCIAL INTEGRATION, com a comunicação intitulada Healthy neighborhoods: Perspectives and Challenges, a 16 março 2022

2.4.2. Entrevista Semiestruturada

Seguindo a presente investigação o paradigma interpretativo e uma estratégica qualitativa considerou-se pertinente recorrer à técnica da entrevista semiestruturada, para recolha de dados e produção de conhecimento sobre as práticas comunitárias em Portugal na sua relação com a sustentabilidade, numa visão mais aprofundada e complementar à pesquisa documental.

[4] Grelha análise documental dos projetos PBS disponível no anexo D.

[5] Processo de Codificação projetos do PBS disponível no anexo E.

A entrevista semiestruturada carateriza-se por ser uma técnica de recolha de dados, presencial ou à distância (por telefone/online), onde o investigador, com base num guião previamente construído, orienta uma conversa com o entrevistado sobre o objeto de estudo, buscando conhecimento sobre a sua experiência, sentimentos e significados (Creswell, 2014). De facto, a entrevista semiestruturada, enquanto técnica de recolha de dados numa abordagem qualitativa, procura antes de mais, apreender o ponto de vista do entrevistado, encorajando-o a divagar sobre os tópicos a explorar, com o objetivo de obter respostas profundas e o mais detalhadas possível (Brinkmann, 2014).

Esta técnica, tem a particularidade de permitir ao entrevistador e ao entrevistado uma certa liberdade e profundidade sobre o tema, uma vez que a entrevista decorre com base numa lista de perguntas ou tópicos bastante específicos a serem abordados, mas onde o entrevistado tem uma grande liberdade na forma de responder (Bardin, 2009). Além disso, a resposta a algumas perguntas/tópicos pode surgir espontaneamente, sem que o entrevistador as aborde formalmente. Deste modo, numa entrevista semiestruturada é possível que todas as perguntas/tópicos sejam abordados sem seguir exatamente a ordem descrita no guião e, é ainda possível que sejam explorados temas que não estavam contemplados no guião. O importante, é que em cada entrevista, todas as perguntas sejam formuladas e exista uma consistência e semelhança na formulação das mesmas (Bryman, 2012).

Quanto a desvantagens da entrevista semiestruturada, Bardin (2009) refere que estas estão sobretudo relacionadas com limitações do próprio entrevistador, no que respeita a competências comunicacionais e de observação e a recursos materiais, financeiros e de tempo. Quando as entrevistas ocorrem *face-to-face* (presenciais ou online), da parte do entrevistado poderá existir alguma preocupação e desconforto em relação ao seu anonimato, traduzindo-se em alguma retração nas suas respostas. Dependendo ainda da posição hierárquica do entrevistado, este pode sentir-se inseguro na partilha de informações que podem ser importantes para a pesquisa. Nestes casos o entrevistador deve ser capaz de reformular as questões e buscar maior aprofundamento ou pormenor na resposta do entrevistado, através de perguntas mais diretas, mas não tendenciosas, levando o participante a refletir e a responder novamente sobre o tema da questão.

Na construção do guião da entrevista semi-estruturada[6], aplicada a profissionais envolvidos em projetos de desenvolvimento comunitário, procurou-se ir ao encontro dos objetivos de investigação desta pesquisa, fazendo corresponder para cada objetivo as respetivas dimensões e categorias de análise, conforme quadro 2.10. Para cada categoria foram definidas algumas questões orientadoras, para garantir que no momento da realização das entrevistas semiestruturadas os aspetos essenciais eram

[6] Guião de Entrevista Semiestruturada disponível no anexo F.

abordados pelos participantes, permitindo a recolha de dados em cada categoria e dimensão e a posterior análise e reflexão sobre os dados recolhidos e os objetivos de investigação.

Quadro 2.10. Dimensões e Categorias de Análise em função dos Objetivos

Objetivo de Investigação	Dimensão de Análise	Categorias de Análise
Interpretar e enquadrar o conceito de sustentabilidade social e ecológica na prática do Serviço Social.	Conceito de Sustentabilidade	Sustentabilidade Social
		Sustentabilidade Ambiental
		Sustentabilidade Económica
	Prática do Serviço Social	Existência/ausência de promoção de sustentabilidade na prática profissional
		Formas de promoção de sustentabilidade
Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.	Intervenção Comunitária e promoção de sustentabilidade	Especificidades da intervenção comunitária
		Relação entre a intervenção comunitária e a promoção de sustentabilidade social e ecológica
	Práticas de Sustentabilidade	Práticas de sustentabilidade social
		Práticas de Sustentabilidade ecológica
		Condições necessárias e Constrangimentos
		Envolvimento da Comunidade
Comparar o contexto e as práticas de intervenção socioambiental e territorial em comunidades urbanas e rurais.	Parcerias	Existência/Ausência de parcerias
		Importância das parcerias
		Equipas multidisciplinares
	Poder Local	Papel do poder local na promoção de sustentabilidade
Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.	Métodos de intervenção Comunitária	Métodos de intervenção utilizados
	Métodos de Monitorização da intervenção Comunitária	Existência/ausência de métodos de monitorização/avaliação

O guião elaborado divide-se em cinco partes. A primeira parte é composta por quatro questões sobre os dados sociodemográficos dos participantes e, as restantes quatro partes, por questões que visam responder aos primeiros quatro objetivos da presente investigação. Para cada objetivo de investigação foram identificadas dimensões e categorias de análise e, posteriormente as questões que compõe o guião de entrevista semiestruturada. Na elaboração das questões que compõe cada parte do guião foram tidos em consideração alguns aspetos importantes salientados por Bryman (2012), como por exemplo, a formulação de questões não tendenciosas, a organização lógica das temáticas e o encadeamento das perguntas, por forma a que durante a entrevista, o entrevistado e entrevistador possam confortavelmente flutuar entre as questões dentro de uma temática e até abordar subtemáticas não contempladas. A certa liberdade e espontaneidade que as entrevistas semiestruturadas permitem é, de facto, uma das maiores vantagens desta técnica que permite espaço para a obtenção de informações mais detalhadas e pormenorizadas dos participantes.

Nos meses de novembro 2024 e setembro 2025 realizaram-se 11 entrevistas semiestruturadas individuais, via online (reunião teams) mediante disponibilidade dos participantes, tendo sido enviados por email o consentimento informado[7] e o debriefing[8].

Brinkmann (2014) apresenta as vantagens e desvantagens de cada forma de realização de entrevistas (presencial, por telefone e entrevista pela internet), sendo a entrevista presencial a que permite maior exploração de elementos contextuais e corporais sobre o participante. No caso da presente pesquisa, embora as entrevistas não tenham sido realizadas frente-a-frente de forma presencial, todas decorreram com câmara ligada, sendo possível visualizar gesticulação de mãos e braços, expressões faciais e movimentação do entrevistado na cadeira, o que permitiu alguma observação corporal e retirada de notas sobre as mesmas. As entrevistas decorreram sem percalços e foram gravadas com o consentimento dos participantes, uma vez que a gravação apresenta algumas vantagens para o investigador. Desde logo, permite ao investigador estar focado no que o entrevistado diz e faz (linguagem verbal e corporal) concentrando-se em realizar uma entrevista fluída. No que respeita à transcrição, a gravação permite que a mesma ocorra num momento posterior à realização da entrevista, colmatando limitações de registo e da memória do ser humano e, além disso permite a repetida revisão dos dados (Bryman, 2012).

Durante os meses de janeiro a setembro de 2025, todas as entrevistas foram transcritas com recurso à plataforma *Reverside* e analisadas de acordo com as dimensões e categorias de análise anteriormente definidas[9]. Para o processo de codificação[10] e análise dos dados recolhidos recorreu-se ao software MAXQDA 2020 (versão 20.4.2).

A análise de conteúdo, decorreu entre o momento da recolha dos dados até à inferência dos resultados e envolveu diversas tarefas de leitura, conexões, codificação e conclusões. Bardin (2009), refere que a análise de conteúdo permite organizar, codificar e interpretar discursos e falas e apresenta um modelo de análise de conteúdo, estruturado em três etapas. A primeira, etapa da pré-análise refere-se à fase de leitura e organização dos dados de forma a preparar a sistematização e a operacionalização dos mesmos. Momento em que o investigador faz leituras do material recolhido e retira primeiras impressões. A segunda etapa refere-se à exploração do material, momento de identificação e criação efetiva das categorias, ou seja, fase da codificação dos dados. Nesta etapa são sistematicamente tomadas decisões sobre os critérios de categorização até codificação de todo o material. A terceira etapa, refere-se ao tratamento dos resultados e interpretação, ou seja, à fase de interpretação e inferência dos resultados. É nesta etapa que surgem as primeiras hipóteses e conclusões preliminares

[7] Consentimento informado para realização de entrevista disponível no anexo G.
[8] Debriefing da entrevista no anexo H.
[9] Grelha de análise das entrevistas semiestruturadas disponível no anexo I.
[10] Processo de Codificação de Entrevistas Semiestruturadas disponível no anexo J.

que serão posteriormente analisadas e relacionadas com base em critérios teórico-metodológicos. De facto, após a transcrição das entrevistas foi possível ler e reler cuidadosamente as mesmas e fazer anotações preliminares diretamente nos documentos de dados transcritos, destacando, a negrito, partes particularmente interessantes de cada entrevista. Com a leitura e revisão constante dos dados recolhidos foram destacadas citações dos participantes e retiradas as primeiras impressões, padrões e conexões preliminares e outras reflexões sobre a prática comunitária desenvolvida. O exercício de leitura e revisão dos dados transcritos permitiram a apropriação cognitiva dos dados (Saldaña, 2014) e a sua codificação. Para Saldaña (2014) codificar é uma forma de descobrir significados simbólicos, utilizando um código (uma palavra ou frase curta) e de padronizar, classificar e organizar esses significados em categorias emergentes para uma análise posterior, enquadrada teórica e metodologicamente.

Sobre a transcrição e codificação das entrevistas, importa ainda referir que foi envidado um esforço de transcrição célere das mesmas, facilitando a sua revisão e codificação. Este processo sistemático de realização de entrevista, transcrição, revisão e codificação permitiu perceber que as três últimas entrevistas não acrescentaram novos dados relevantes. A partir da nona entrevista, as respostas dos profissionais comunitários começaram a confirmar e reforçar os padrões já identificados nas entrevistas anteriores, sem introduzir perspetivas ou insights adicionais. Neste momento, observou-se que os dados emergentes apresentavam uma repetição de ideias, padrões e temas, atingindo-se a saturação teórica. Além disso, é certo que a realização de entrevistas permitiu aprofundar temas e recolher novas informações face à pesquisa documental, sobretudo nas temáticas da relação com os parceiros e poder local; conceito de sustentabilidade e profissionais envolvidos, mas confirmou e repetiu informação anteriormente recolhida e analisada, como por exemplo ações desenvolvidas em cada pilar e métodos de intervenção e avaliação. Deste modo, considerou-se oportuno terminar a recolha de dados por entrevista semiestruturada por três motivos:

- Saturação teórica alcançada a partir da nona entrevista, uma vez que, novos dados não acrescentam informações novas nem relevantes.
- A triangulação de dados confirma padrões.
- Representatividade de Portugal continental alcançada: foi entrevistado pelo menos um projeto por cada região NUTS II (exceto Ilhas), conforme critério anteriormente definido.

2.4.3. Método Delphi

Com o fito de contribuir cientificamente para que as intervenções comunitárias promovam sustentabilidade social e ecológica procurou-se construir uma escala que oriente os assistentes sociais e outros profissionais comunitários na co-construção de comunidades mais coesas, justas e sustentáveis. É im-

portante promover o desenvolvimento local, mas é igualmente indispensável que as mudanças sociais promovidas perdurem com o passar do tempo.

A criação de uma escala de sustentabilidade social e ecológica (eco-social), com o recurso ao método Delphi, é um dos contributos que a presente tese doutoral procurou trazer para o conhecimento científico na área do desenvolvimento local e comunitário. Esta escala será uma mais-valia para todos os profissionais que intervêm a nível comunitário, que vão desde os profissionais das ciências sociais e humanas, mas também da arquitetura, urbanismo, sem esquecer os decisores políticos. Avaliar o impacto sustentável da intervenção comunitária permite não só avaliar a eficácia e a eficiência das iniciativas promovidas, mas principalmente equacionar estratégias que as tornem efetivamente mais sustentáveis no longo prazo, transformando verdadeiramente a realidade social.

Para a concretização do 5º objetivo específico desta investigação (elaboração da escala de indicadores de sustentabilidade) decidiu-se recorrer no Método Delphi por se tratar de uma área de conhecimento recente, onde é necessária validação do conteúdo da escala.

De acordo com a revisão sistemática de literatura realizada por Bexell et al.(2018), o tema da sustentabilidade tem sido subestimado em publicações de Serviço Social. Com o objetivo de analisar a integração de temas de desenvolvimento sustentável em artigos de Serviço Social, entre 2010 e 2015, os autores supracitados realizaram uma revisão sistemática e concluíram que na sua amostra de artigos, apenas 1% integrava o tema da sustentabilidade. Do mesmo modo, Krings et al. (2020) realizaram uma análise da produção académica entre 1991 e 2015 sobre Serviço Social e as questões ambientais e concluíram que, apesar de existir um aumento significativo de 0,7% em 1991 para 2,4% em 2013, este representa uma pequena fração da literatura geral na área. Neste sentido, tratando-se de uma área de conhecimento recente e em crescimento no Serviço Social, considerou-se pertinente recorreu ao método Delphi, para se alinhar consensos quanto aos elementos constituintes de uma escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária.

Antes de se avançar para a descrição dos procedimentos concretos do método Delphi, concretizados no âmbito desta tese, importa referir que este é um método que busca consenso entre um conjunto de indivíduos sobre determinado assunto, através da aplicação de inquéritos em várias rondas (Fink, 1984; Landeta, 2006; Rowe, & Wright, 1999). Ao conjunto de indivíduos que participa no método Delphi dá-se o nome de painel Delphi e a cada indivíduo que participa dá-se o nome de especialista, por se considerar que possui conhecimento ou experiência profissional relevante sobre o tema que se procura obter consenso. Quanto ao tamanho do painel Delphi, a literatura difere bastante quando ao número de especialistas, sendo que o mínimo referido são 6/7 elementos (Musaa et al., 2015; Varela-Ruiz, Díaz-Bravo & García-Durán, 2012).

Os primeiros registos da utilização do método Delphi remontam a 1950, no período da guerra fria, inicialmente utilizado para melhorar a exatidão de previsões estatísticas na elaboração de políticas e

tomadas de decisões (Rowe, & Wright, 2011). Rapidamente este método despertou o interesse mundial e passou a ser utilizado com outras finalidades, como estimar parâmetros desconhecidos (Woudenberg, 1991). É um método que apresenta algumas especificidades, nomeadamente o anonimato e heterogeneidade dos participantes, ou seja, o painel de especialistas deve ser diversificado e permanecer anónimo entre si durante todo o processo (Rowe, & Wright, 2011). O anonimato é garantido através da interação à distância entre o investigador e os participantes, não existindo qualquer contacto presencial entre os especialistas. Os questionários podem ser enviados por carta ou via online. Outra caraterística importante é a recolha de feedback e a retroalimentação da mesma. A cada ronda o painel responde a um inquérito que pode ser qualitativo ou quantitativo, construído com base nos resultados da ronda anterior. Esta retroalimentação permite aos elementos do painel ter feedback sobre os resultados da ronda anterior e possibilita a validação ou alteração da sua opinião sobre determinado aspeto. Em suma, o método Delphi é uma técnica composta por várias etapas que pressupõe a definição clara de objetivos e a seleção diversificada de especialistas, seguida da preparação e aplicação a cada especialista de questões abertas ou dos questionários elaborados e, por fim identificação e compilação dos resultados, repetindo-se o processo até a existência de um consenso entre os especialistas, que vão respondendo às diferentes versões de questionário de forma anónima e independente uns dos outros, tendo a possibilidade de reforçar ou rever a sua opinião (Landeta, 2006).

Perante as especificidades e características do Método Delphi considerou-se que seria a técnica mais adequada para a concretização do 5ª objetivo de investigação: construção de uma escala de indicadores de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária. Sobretudo do ponto de vista social e ecológico no Serviço Social, a área da sustentabilidade constituiu um tema recente e complexo, uma vez que envolve múltiplas dimensões e perspetivas. Por isso, considerou-se que a construção de um instrumento de avaliação da sustentabilidade exige uma abordagem multidisciplinar e participativa. Deste modo, e tendo por referência outro estudo com propósito semelhante, ou seja, construção de um instrumento de avaliação de sustentabilidade urbana (Musaa, et al., 2015), optou-se pela utilização do método Delphi.

No âmbito do presente estudo, a escolha por este método recaiu em primeiro lugar, por ser tratar de um método que facilita a convergência de opiniões de especialistas em áreas onde o conhecimento é disperso, emergente ou carece de consenso. Em segundo lugar, por ser um método que permite a integração de opiniões e perspetivas diversificadas de especialistas em diferentes áreas, garantindo que o instrumento desenvolvido reflete não apenas a robustez teórica, mas também a aplicabilidade prática e a sensibilidade contextual necessárias para avaliar a sustentabilidade da intervenção comunitária. Em terceiro e último lugar, o tipo de interatividade e o anonimato característicos deste método previnem vieses individuais e potenciam a reflexão crítica coletiva (anónima), essencial para a construção de itens válidos e fiáveis. Com a aplicação do método Delphi procurou-se assegurar que os itens

de sustentabilidade identificados pelos especialistas fossem exaustivos, consensuais, não redundantes e adequados face aos contextos e às emergências socioambientais atuais.

Estando justificada e fundamentada a escolha pela utilização do método Delphi, no contexto da presente investigação doutoral considera-se pertinente apresentar e descrever as duas grandes tarefas associadas à concretização deste método. De salientar que a aplicação do método Delphi decorreu entre os anos de 2022 e 2025.

A primeira tarefa correspondeu ao momento de identificação e convite dos elementos para o painel Delphi. A escolha e seleção dos elementos do painel recaiu sobre dois critérios de inclusão, como referidos anteriormente, no ponto da delimitação da amostra. De acordo com esses critérios identificou-se um conjunto de profissionais e docentes de diferentes áreas académicas com experiência e/ou conhecimento na área da intervenção comunitária, sustentabilidade, ambiente e políticas públicas. Salienta-se que um elemento optou por não participar por ausência de disponibilidade pessoal/profissional. Mais se informa que o painel Delphi integrava dois elementos internacionais (Espanha e Turquia). O conjunto de docentes e profissionais selecionados constituíram um grupo diversificado, heterogéneo e anónimos entre si, que nunca interagiu de forma presencial com o investigador nem com a pesquisa. O convite formal para participação, bem como, todas as interações entre o investigador e os especialistas ocorreram por email. A identificação, seleção e convite dos especialistas para o painel Delphi decorreu entre os meses de março 2022 e dezembro 2024. O convite de participação foi enviado por email, juntamente com o Consentimento Informado[11].

A segunda tarefa para concretização do método Delphi no âmbito desta pesquisa respeita à realização das rondas. Mais especificamente, depois de selecionados os elementos do painel Delphi e após convite dos mesmos, realizaram-se de forma online três rondas. Salienta-se que a realização das rondas no âmbito do método Delphi decorreu entre os meses de janeiro e setembro 2025, caracterizadas no quadro 2.11.

Quadro 2.11. Caracterização das Rondas (Método Delphi)

CARACTERIZAÇÃO DAS RONDAS				
Ronda	**Início**	**Término**	**Tipo de Questionário**	**Nº de Respostas**
1ª	Janeiro	Março	Qualitativo - Questões de resposta aberta	14
2ª	Junho	Julho	Quantitativo - Questões de resposta com escala de concordância, tipo likert Qualitativo - Questões de resposta aberta	17
3ª	Agosto	Setembro	Quantitativo - Questões de resposta com escala dicotómica de concordância Qualitativo - Questões de resposta aberta	14

[11] Consentimento Informado do método Delphi disponível no anexo K.

Em cada ronda, todos os especialistas receberam um email com um link de acesso ao respetivo questionário, com informação sobre os objetivos e direitos da sua participação e com informação sobre formas de preenchimento e datas para resposta ao questionário. Os três questionários foram construídos com recurso ao *Google Forms* e *Microsoft Forms*. De salientar que em cada ronda, antes do término do período de resposta foram enviados emails lembrete com o tempo restante para preenchimento do questionário e, após o término do prazo foram enviados emails de encerramento da ronda e agradecimento pela participação do especialista.

Cada ronda teve especificidades próprias no que respeita ao tipo de questionário e questões, bem como ao objetivo. Na primeira ronda, procurou-se recolher a opinião qualitativa dos especialistas sobre o conceito, dimensões e ações promotoras de sustentabilidade presentes na intervenção comunitária. Neste sentido, o questionário da primeira ronda solicitava que os especialistas respondessem a cinco questões abertas, como demonstra a figura 2.4.

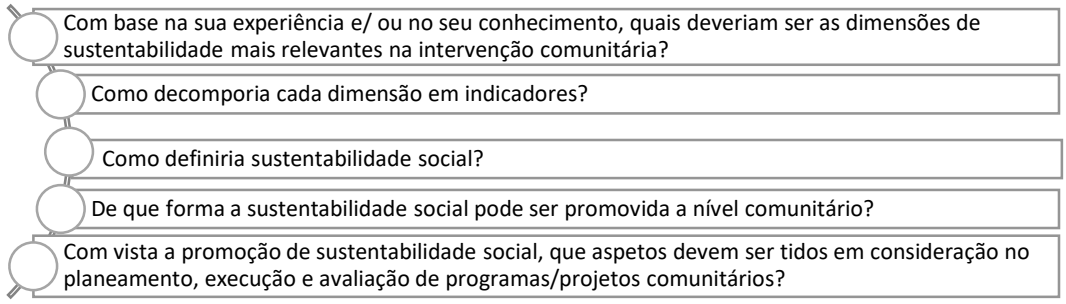


Fig. 2.4. Questões 1ª Ronda (Método Delphi)

As respostas dos especialistas na 1ª ronda foram tratadas e analisadas em termos do seu conteúdo e, posteriormente, os resultados obtidos permitiram a construção de um questionário com uma escala de likert, de forma a prosseguir para a 2ª ronda. Mais especificamente, da análise dos dados recolhidos na 1ª ronda, foi possível identificar dimensões e respetivas subdimensões de sustentabilidade, considerados pelos especialistas como importantes e pertinentes na intervenção comunitária. O quadro 2.12. sistematiza as dimensões de sustentabilidade resultantes da 1ª ronda, as quais foram utilizados na construção do questionário aplicado na 2ªronda.

Quadro 2.12. Dimensões de sustentabilidade resultantes da 1ª ronda

DIMENSÕES DE SUSTENTABILIDADE			
Dimensão	**Nº Subdimensões**	**Dimensão**	**Nº Subdimensões**
Social/Pessoas	20	Territorial/Espacial	7
Económica/Prosperidade	19	Educação/Tecnológica	5
Ambiente/Planeta	13	Política	11
Cultural	19	Ética e Direitos Humanos/Justiça	4
Saúde	5	Institucional/Parcerias/Governança	6

Na 2ª ronda foi igualmente enviado por email, um link para um novo questionário, desta vez, composto por questões de resposta com escala de concordância, tipo likert e questões de resposta aberta para comentários adicionais. As escalas de likert são frequentemente usadas em questionários na área das ciências sociais para medir opiniões/atitudes, através de um formado de resposta de escolha fixa que vai de "discordo totalmente" a "concordo totalmente", sendo o ponto neutro "nem concordo nem discordo" (Stockemer, 2019). Deste modo, na 2ª ronda solicitou-se aos especialistas que, utilizando uma escala de Likert, atribuíssem a cada uma das sudimensões o seu grau de concordância (1 – Discordo; 2 – Discordo Parcialmente; 3 – Sem opinião/ Indiferente; 4 – Concordo; 5 – Concordo Totalmente), tendo como referência o seu conhecimento e experiência profissional e/ou académica na área da sustentabilidade e intervenção comunitária.

Nas questões de resposta aberta, os especialistas foram convidados a refletir sobre as dimensões e subdimensões identificadas na 1ªronda, deixando comentários sobre os que poderiam ser agrupados, removidos ou acrescentados[12]. Os dados estatísticos recolhidos nesta ronda foram analisados com recurso ao SPSS (IBM SPSS Statistics 29.0.2.0), para cálculo de mediana, desvio padrão e intervalo interquartil (IQR), tendo por base critérios de consenso definidos. Nesta ronda optou-se por utilizar três critérios combinados, a saber, a mediana ≥4 («concordo»), o intervalo interquartil (IQR) ≤1 e o desvio padrão abaixo de 1,0. Analisou-se também a consistência interna de cada dimensão, recorrendo ao Alfa de Cronbach[13].

De acordo com os resultados estatísticos obtidos e o feedback qualitativo dos especialistas na 2ª ronda, foi elaborada uma primeira versão da escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária. Esta versão foi submetida à validação dos especialistas, na 3ª ronda através de link enviado por email, que redirecionava para um novo questionário, desta vez, dividido em 5 secções, conforme as secções da escala[14]. Cada secção continha um conjunto de afirmações (itens) que se referiam a aspetos essenciais para a promoção de sustentabilidade a nível comunitário, elaboradas a partir dos resultados da 2ªronda. Os especialistas foram convidados a dar a sua opinião em cada afirmação, desta vez, utilizando uma escala dicotómica de resposta: Sim / Não (onde "Sim" significa que concordava com a inclusão da afirmação e o "Não" significava que na sua opinião a afirmação não devia ser incluída). Nas questões abertas os especialistas puderam deixar comentários adicionais sobre os itens de cada secção. Os dados estatísticos recolhidos nesta ronda foram analisados face ao nível de consenso entre os especialistas. O critério de consenso definido para esta ronda corresponde a um consenso ≥67%, com base na literatura, para escalas dicotómicas (Alexandrov et al., 1996, citado em Rayens & Hahn, 2000). Mais especificamente, para cada item foi calculado o nível de consenso das respostas dos

[12] Questionário da 2ª ronda disponível no anexo L.
[13] Ver análise da consistência interna no anexo M.
[14] Questionário da 3ª ronda disponível no anexo N.

especialistas e foram considerados validados os itens com nível de consenso ≥67%. A escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária ficou concluída em outubro de 2025, após a análise estatística dos dados recolhidos na 3ªronda. Salienta-se ainda, que foi enviado para os especialistas, um email com o Debriefing[15].

Em suma, aos especialistas apenas lhes foi solicitado que respondessem a cada ronda do método, via online no prazo estipulado. Cada especialista respondeu às diferentes rondas, de forma anónima, independente e desconhecendo os restantes elementos. Os dados recolhidos (opinião dos especialistas) foram analisados como um todo, não sendo possível analisar o que cada um disse individualmente, pois é impossível saber o que cada especialista respondeu, uma vez que o fizeram de forma anónima. Apenas foram recolhidos dados sobre a opinião dos especialistas, e o que sabemos de cada um limita-se às informações existentes em sites institucionais (email, área profissional e académica e interesses de investigações e publicações). Estes dados apenas foram utilizados na tarefa de seleção do painel, de modo a garantir diversidade e heterogeneidade, mas também, pertinência e relevância de cada especialista neste estudo.

2.5. Código de Ética

As questões éticas não devem ser ignoradas numa investigação, pois representam um importante papel na garantia de qualidade e integridade da pesquisa, através de um compromisso por parte do investigador para com os participantes envolvidos na pesquisa e com os dados recolhidos.

Decorrendo esta investigação no Programa de Doutoramento do ISCTE-IUL, foram em todos os momentos respeitados os princípios éticos do Código de Conduta Ética na Investigação do ISCTE-IUL, nomeadamente princípio da honestidade, fiabilidade e rigor, objetividade, integridade e responsabilidade. Foram igualmente respeitadas as normas do Conselho de Ética do ISCTE-IUL, no que respeita à construção, utilização e submissão para aprovação dos métodos de recolha de dados. Sobre o processo de aprovação da Comissão de Ética e sobre os procedimentos de recolha de dados da presente investigação, importa referir que os mesmos se encontravam descritos e acessíveis no site do Iscte.

Todos os documentos adequados para a prossecução da investigação foram recolhidos do site oficial do ISCTE-IUL e devidamente preenchidos. A submissão dos mesmos à Comissão de Ética foi feita por email, no mês de abril de 2023, juntamente com o guião de entrevista, procedimentos do método Delphi e respetivos consentimentos informados e debriefing. Em julho foi emitido um parecer intercalar por parte da Comissão de Ética, solicitando alguns ajustes e revisões, sobretudo nos consentimen-

[15] Debriefing do método Delphi disponível no anexo O.

tos informados. Depois de revistos e rececionados pela Comissão, foi emitido em setembro 2023 um parecer final favorável ao presente estudo. A par da aprovação ética pelo Conselho de Ética do ISCTE-IUL e para garantia da qualidade da investigação e do conhecimento produzido, a transparência, honestidade, integridade, fiabilidade, a veracidade e o rigor imperaram durante todo o processo de investigação, divulgação e publicação.

Olhando para os diferentes momentos desta investigação, o momento de pesquisa e recolha documental não envolveu preocupações éticas acrescidas dado que a sua recolha não envolveu participantes. Os dados estavam publicamente disponíveis no site oficial do PBS, garantindo a sua fiabilidade. Era principalmente na realização de entrevistas e aplicação do método Delphi, que este estudo poderia levantar algumas preocupações éticas, sobretudo no que respeita à participação de indivíduos, apesar de não estarem previstos quaisquer danos para os mesmos. Para a utilização destes dois métodos foram tidos alguns cuidados.

Antes de se iniciar a realização das entrevistas, os participantes receberam por email com um pedido de consentimento informado em anexo e com informação sobre os objetivos do estudo, tempo de duração estimado, finalidade, benefícios e riscos da sua participação, bem como eventuais limites à confidencialidade. Foi necessária a assinatura do consentimento informado por parte dos participantes, mais especificamente dos profissionais envolvidos nos projetos analisados, configurando pessoas capazes de dar consentimento informado e sem limitação na sua autodeterminação (maioridade), não colocando riscos à sua segurança e proteção. Apenas foram recolhidos dados pessoais não sensíveis e essenciais ao estudo. Todos os dados fornecidos pelos participantes foram tratados em conformidade com as normas de confidencialidade e anonimato, tanto na divulgação como na publicação dos resultados e conclusões. Os dados pessoais foram totalmente anonimizados para garantir a proteção da identidade de todos os envolvidos, em pleno cumprimento do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD). A anonimização foi realizada mediante a atribuição de códigos únicos a cada participante, inviabilizando a identificação original dos mesmos.

No que respeita à aplicação do método Delphi, foi assegurado o princípio do anonimato, da diversidade e heterogeneidade na constituição do painel e o contributo fornecido pelos especialistas em cada ronda foi tratado com a transparência, anonimato, rigor e honestidade.

Em todos os momentos de recolha de dados com participantes envolvidos foram respeitadas as regras da confidencialidade, proteção de dados e aceitação livre dos indivíduos para participar no estudo, tendo direito para desistir em qualquer momento.

Todos os dados recolhidos encontram-se armazenados em equipamento informático da investigadora e em espaço online, ambos protegidos por senhas pessoais. Os dados permanecerão guardados durante pelo menos cinco anos, para publicação científica à posteriori, estando garantido o anonimato dos participantes. Os participantes que demonstraram interesse em receber informações sobre os re-

sultados da investigação receberão no email, por eles fornecido, feedback sobre a presente tese doutoral.

2.6. Limitações do Estudo

Ao presente estudo anota-se algumas limitações. A primeira circunscreve-se a uma parte da investigação, mais especificamente, à pesquisa, recolha e análise de dados de uma amostra específica: o PBS que decorreu entre junho 2020 e junho 2023 (período que inclui a fase de pandemia causada pela covid-19). Embora a amostra tenha um número de projetos que se considerou pertinente e interessante analisar (246 projetos) e inclua as várias regiões do território nacional (continental), importa salientar que o programa decorreu num período e contexto específicos. Mesmo recorrendo a métodos de pesquisa diferentes, pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, as amostras foram intencionalmente selecionadas com base em critérios e refletem uma realidade concreta e específica, num contexto temporal igualmente particular. Deste modo, esta parte da pesquisa e subjacentes conclusões e resultados foram contextualmente enquadrados, abstendo-se de generalizações.

A segunda limitação respeita ao período que decorreu entre o desenvolvimento dos projetos do PBS e o momento de aplicação das entrevistas. Assumiu-se que os projetos impulsionados pelo PBS teriam uma certa continuidade. Neste sentido, a realização de entrevistas aos profissionais após a conclusão do programa permitiria recolher informações sobre essa possível continuidade, permitindo obter conhecimento sobre a própria sustentabilidade dos projetos. Por várias razões, na angariação dos participantes surgiram bastantes dificuldades em encontrar os profissionais envolvidos nos projetos do PBS, tendo sido infrutífera a angariação de assistentes sociais. Alguns projetos terminaram efetivamente com a conclusão do programa; noutros projetos os profissionais que acompanharam os mesmos já não trabalhavam nas entidades parceiras que contactamos e, noutros casos simplesmente não se obteve qualquer resposta ou feedback aos pedidos de colaboração para participar nesta pesquisa.

Nota-se que as entidades envolvidas em cada projeto (entidades promotoras e parceiras), foram formalmente convidadas a participar, por email, enviado pelo menos duas vezes. Considera-se, portanto, que para maior participação dos profissionais nesta pesquisa, as entrevistas poderiam ter-se realizado no decorrer do programa ou no período imediato ao término formal do mesmo (junho 2023). A realização de entrevistas no decorrer do PBS não foi opção e não seria viável, dada ausência de parecer favorável da comissão de ética, submetido em abril 2023 e recebido em setembro 2023.

Além disso, por opção as entrevistas realizaram-se após o término do PBS, de modo a recolher dados sobre a sustentabilidade do projeto, mais especificamente sobre que ações perduraram no

tempo e que atores sociais eram responsáveis pela dinamização das ações que perduraram após a conclusão formal do projeto. Ou seja, considerou-se relevante conversar com os profissionais envolvidos nos projetos, decorridos alguns meses após a conclusão dos mesmos para recolha de dados sobre a sustentabilidade da intervenção comunitária impulsionada pelo PBS. Mais especificamente, nos últimos meses de 2023 foram definidos os critérios de seleção dos projetos a contactar para angariação de profissionais para entrevistar. Depois de selecionados os projetos a contactar para entrevista, foram envidados esforços na recolha dos contactos de todas as entidades promotoras e parceiras, de cada um dos 25 projetos selecionados, que decorreu entre os meses de janeiro e setembro de 2024. Salienta-se ainda que, a opção por realizar as entrevistas à posteriori, embora fundamentada na necessidade de avaliar o impacto a longo prazo, poderia trazer o risco de viés de memória. Para colmatar e mitigar este risco a investigadora muniu-se do documento formal de candidatura de cada projeto, disponível no site oficial do PBS, podendo, deste modo, enquadrar as questões das entrevistas no contexto do projeto. Aliás, no momento da entrevista alguns profissionais entrevistados recorreram também, a relatórios intercalares e finais do projeto, colmatando o risco de viés de memória.

A terceira limitação prende-se com a dificuldade de angariação de assistentes sociais para participação nas entrevistas semiestruturadas, permitindo o aprofundamento sobre a temática da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável dentro do Serviço Social. Assumiu-se que os assistentes sociais seriam profissionais envolvidos em equipas multidisciplinares na intervenção comunitária, desenvolvida em Portugal. Facto é que, além da dificuldade de encontrar e angariar profissionais comunitários diretamente envolvidos nos projetos desenvolvidos no PBS, foi vã a tentativa de encontrar assistentes sociais envolvidos nos projetos selecionados para a realização de entrevistas. Esta limitação traduziu-se na concretização parcial de alguns objetivos inicialmente propostos, mas, por outro, permitiu formular importantes reflexões sobre o papel do Serviço Social na intervenção comunitária e, especialmente sobre a formação dos seus profissionais, no que respeita a uma intervenção comunitária promotora de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável (intervenção eco-social do Serviço Social).

Por último, a quarta limitação relaciona-se com a adesão dos especialistas em cada ronda. Embora o tempo médio de resposta a cada questionário rondasse os 16 minutos, aquando do término do prazo definido, sobretudo na 1ª e na 2ª ronda, verificava-se que existiam poucas respostas (6/7), pelo que foi necessário reforçar pedido de participação.

De forma a garantir um pouco mais de participantes, ultrapassando o mínimo exigido e definido pela literatura (Musaa et al., 2015), nas duas primeiras rondas foram alargados os prazos de término inicialmente definidos para resposta ao questionário. A extensão dos prazos para angariação de mais respostas resultou em atrasos na aplicação do método Delphi, ainda que se tenha alcançado o objetivo proposto com a utilização deste método, a limitação identificada (ajustes dos prazos para angari-

ação de mais respostas) reforçou a necessidade de estratégias proativas de captação de respostas dos especialistas.

Não obstante dos esforços metodológicos empreendidos, as limitações identificadas sublinham a complexidade inerente à investigação empírica em contextos dinâmicos e multifacetados. Em momento foram considerados os impactos destas limitações bem como, minimizados sempre que possível. Embora circunscritas ao desenho e execução deste estudo, estas limitações não invalidam os contributos alcançados, antes realçam a necessidade de interpretações cautelosas dos resultados e a pertinência de investigações futuras onde as lacunas identificadas sejam previstas e colmatadas.

PARTE II

Resultados e Discussão

CAPÍTULO 3

SUSTENTABILIDADE NA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA EM PORTUGAL

Com base na análise dos dados recolhidos foi possível retirar algumas conclusões sobre o conceito de sustentabilidade e ações promotoras de sustentabilidade no contexto específico da intervenção comunitária em Portugal (continental).

Neste capítulo encontram-se descritos e discutidos os resultados obtidos no que respeita ao conceito de sustentabilidade, de um modo geral e aos fatores potenciadores de sustentabilidade a nível comunitário. Considerou-se ainda pertinente analisar de forma mais profunda e detalhada para o pilar social, ou seja, para o conceito de sustentabilidade social enquadrado na intervenção comunitária e para os profissionais envolvidos na intervenção comunitária do PBS.

3.1. Conceito de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária e a sua Promoção

O conceito de sustentabilidade num sentido mais literal relaciona-se com a capacidade de sustentação ou conservação de um processo, ou sistema. Num sentido mais prático a sustentabilidade refere-se ao uso equilibrado dos recursos naturais necessários à sobrevivência humana, que deve ser responsavelmente realizado, com base nos princípios de justiça (Teixeira & Krings, 2015). Na prática, a sustentabilidade é alcançada por meio do desenvolvimento sustentável, que por sua vez, visa a preservação do planeta (enquanto sistema global) e a satisfação das necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazer as suas próprias necessidades (World Commission on Environment and Development, 1987). No seu livro publicado em 2015, Sachs apresenta como pilares da sustentabilidade o ambiente, o social e o económico e refere que estes não podem ser dissociados, antes pelo contrário, devem ser equacionados em prol do equilíbrio social, da sustentabilidade global e do desenvolvimento sustentável.

Tendo em conta este conceito e seus pilares, no âmbito do presente estudo foram analisados 246 projetos desenvolvidos no âmbito do PBS na sua relação com a sustentabilidade. O PBS surgiu como um instrumento de promoção de projetos de intervenção local/comunitária para melhoria das condições de saúde e qualidade de vida das comunidades num contexto pandémico, de incerteza e exacer-

bação dos problemas socioeconómicos. Da análise dos dados recolhidos sobre os eixos de intervenção escolhidos por cada um dos projetos, identificou-se cinco eixos: Social, Ambiental, Económico, Saúde e Urbanístico.

Quadro 3.1. Eixos de Intervenção do PBS

EIXOS DE INTERVENÇÃO	PROJETOS	PERCENTAGEM %
Social	239	97,2
Saúde	211	85,8
Ambiental	146	59,4
Económico	123	50
Urbanístico	105	42,7
Projetos Analisados	**246 (100%)**	

Como se pode observar no quadro 3.1., sobretudo num contexto de incerteza e insegurança global (Covid-19), a par do eixo social, o eixo da saúde surge com relevância com objetivos e atividades conducentes à promoção de saúde. Tratando-se de um programa para impulsionar projetos de intervenção local, o eixo social surge como eixo de intervenção em cerca de 97% dos projetos, seguido do eixo da saúde, ambiental, económico e urbanístico. É relevante salientar que cada projeto pôde selecionar um ou até os cinco eixos e, neste sentido os resultados apresentados referem-se ao total dos projetos (ou seja, dos 246 projetos analisados, 239/97,2% selecionaram o eixo social). Deste modo, existem projetos que trabalharam vários eixos e outros projetos que trabalharam apenas um eixo, como por exemplo o social ou o eixo da saúde, procurando mitigar problemas sociais como o isolamento e exclusão social e problemas relacionados com a covid-19, respetivamente. Embora o eixo urbanístico tenha sido considerado no âmbito do PBS como um único eixo independente, considera-se que pelas características das ações promovidas, este eixo poderia enquadrar-se no pilar ambiental, passando para 165 projetos que selecionaram o eixo ambiental e/ou urbanístico.

Por forma a enquadrar o conceito de sustentabilidade na intervenção comunitária teve-se a preocupação de analisar, especificamente os projetos que articularam uma intervenção simultânea na área social, ambiental e económica. Verificou-se que 88 projetos articularam os eixos social, económico e ambiental, procurando por exemplo, dar resposta às demandas do desemprego através de iniciativas ambientais, que simultaneamente mitigam problemas ambientais locais, promovem a inserção laboral e fonte de rendimento e reduzem o desemprego. A título ilustrativo salienta-se um projeto que procurou criar hortas urbanas (em parceria com a câmara municipal), onde os moradores desempenham funções específicas na manutenção das mesmas e onde o que se produz é distribuído pelas escolas e instituições locais, para confeção de refeições e lanches. Como outro exemplo ilustrativo partilha-se um projeto que promoveu a participação de jovens NEET na construção de skates com materiais reciclados, recolhidos dos ecopontos, limpezas de espaços públicos e praias locais, para utilização própria, mas sobretudo para venda ao público (fisicamente e online), constituindo uma ocupação re-

munerada. O envolvimento destes jovens (que não trabalham e não estudam) na criação de produtos locais, como por exemplo skates, utilizando sobretudo materiais reciclados e na manutenção de bicicletas são exemplos de projetos que articularam as três dimensões da sustentabilidade (social, económico e ambiental) e procuraram responder simultaneamente a problemas sociais (desocupação juvenil) e ambientais (excesso de lixo e necessidade de reciclagem e reutilização de materiais), bem como, a promoção do empreendedorismo económico juvenil e local (económico). A referência dos três pilares da sustentabilidade como áreas de intervenção comunitária em Portugal sugere uma ligação destes projetos de intervenção comunitária com a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável, embora representem apenas 35,8% da totalidade dos projetos. Além da ligação entre os pilares e os eixos de intervenção dos projetos comunitários a nível nacional, concluída pela análise dos dados recolhidos no âmbito da pesquisa documental procurou-se perceber, em contexto de entrevista, o que pensam os profissionais envolvidos nestes projetos sobre o conceito de sustentabilidade e os seus pilares/dimensões. De um modo geral, os entrevistados identificam o conceito de sustentabilidade e relacionam-no com as suas dimensões:

> *"Sustentabilidade é basicamente a capacidade de satisfazer as necessidades que existem no presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras em satisfazerem também as suas próprias necessidades em si.* (…) *Eu costumo associar o social, o ambiental e a parte económica, porque são todos interligados e são os pilares que também fazem parte do desenvolvimento local sustentável."* (Participante 11)

> *"Sustentabilidade, assim, tentando resumir, não é um conceito simples ou muito direto. Eu creio que a sustentabilidade está relacionada com o uso dos recursos de forma que não sejam sobre-explorados e, portanto, que conseguimos manter ou tentar regenerar também os recursos que utilizamos e que tem de ser pela nossa existência no planeta. Tem várias dimensões também, tem a questão ambiental, tem a questão económica, tem a questão da sociedade propriamente dita."* (Participante 10).

> *"Nós referenciamos o conceito de sustentabilidade, sim, podemos falar sobre sustentabilidade social, económica, ecológica ou ambiental."* (Participante 9)

> *"A sustentabilidade tem três grandes dimensões, portanto, tem uma componente mais económica, que tem que ver com a reutilização de recursos e a capacidade de continuar a executar valor sem prejudicar as gerações futuras. Tem uma componente social, obviamente ao nível do impacto e daquilo que é minimizar a compo-*

nente negativa de muitos problemas sociais sobre o território. E depois tem uma componente ambiental que tem que ver com o dano e com a capacidade de não deixar dano do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da pegada ecológica, etc. para mim a sustentabilidade é um conceito tripartido que tem estas três dimensões." (Participante 3)

"Eu vejo sempre a sustentabilidade numa dimensão bastante agregada, para além daquilo que é o mais comum, que é a questão da sustentabilidade ambiental e da sustentabilidade ecológica, eu adiciono sempre a questão da sustentabilidade económica, da sustentabilidade social e até, e eu defendo muito isto, da sustentabilidade cultural. E nós quando temos intervindo em alguns projetos de microescala aqui na nossa comunidade, tentamos que estas três ou quatro dimensões estejam sempre presentes." (Participante 5)

Através do discurso dos profissionais entrevistados conseguiu-se perceber que o conceito de sustentabilidade tem sido enquadrado pelos profissionais comunitários na sua intervenção, com o objetivo de estimular as comunidades a desenvolverem os seus próprios projetos ou a darem continuidade ao projeto quando termina o financiamento do mesmo.

"Quando começo a pensar o que é isso, sustentabilidade, ali, o que eu vejo é mesmo a capacidade que o projeto tinha de se manter. Não morrer, quando já não estivermos ali. (…) enquanto lá estávamos, aquilo tinha de funcionar de alguma maneira, mas depois a ideia era que aquilo se mantivesse. E é assim que eu vejo a sustentabilidade lá. E então, nesse ponto de vista, o projeto é sustentável." (Participante 7)

"A criação da associação intercultural, eu acho que isso é, de alguma forma, uma tentativa de garantir a sustentabilidade futura do projeto e que não seja algo imposto pelos serviços públicos, pelo município, seja à própria população (…). Eu penso que a constituição destas associações garante de alguma forma a sustentabilidade e a continuidade de projetos que às vezes têm um pequeno estímulo financeiro para o seu arranque." (Participante 4)

"No entanto, a sustentabilidade foi sempre uma das nossas visões para que o território ficasse e ganhasse com o nosso trabalho de voluntariado ...e para que o território melhorasse mesmo, na mão de outras instituições ou de outros proprietários." (Participante 2)

Este tipo de pensamento e de prática promove a capacitação das comunidades e permite que elas possam dar continuidade à implementação de práticas iniciadas no projeto ou até de desenvolver novas atividades. Na comunidade existem várias áreas que precisam de ser intervencionadas e, por isso, outro profissional refere que a sustentabilidade é algo complexo, tal como os desafios que diariamente enfrentam.

> *"Os desafios também são muitos, em muitas áreas, porque a sustentabilidade, como disse, é um conceito muito complexo e, portanto, cada vez que se pega numa coisa, aparecem mais outras tantas que podem ser trabalhadas ou precisam de intervenção."* (Participante 10)

O conceito de sustentabilidade é, de facto, complexo e relaciona-se de forma interdependente e interligada com as várias áreas da vida humana e do planeta. Para um profissional comunitário entrevistado o conceito de sustentabilidade é demasiado genérico e, por isso no âmbito do projeto desenvolvido, sentiram a necessidade de atribuir um propósito, uma ação concreta para promoção de sustentabilidade. Ou seja, pensando na sustentabilidade e olhando para as características do território e comunidade, este projeto encontrou no conceito de regeneração um caminho para a promoção de sustentabilidade.

> *"Acho que é um conceito muito genérico e que hoje não tem qualquer, ou tem muito pouca relação com as pessoas a nível geral. Porque pode ser tudo e mais alguma coisa e às vezes sem o propósito ou sem o impacto que muitos de nós gostaríamos que tivesse. No nosso caso, nós fomos usando a palavra regeneração como uma palavra importante no nosso discurso e muito essa relação da base da vida, do solo, como matéria regenerativa. Perceber como é que o solo é o fundamento de todo o suporte eco sistémico. (…) nós usávamos muito este conceito da regeneração, é como nós podemos devolver mais ao solo do que aquilo que nós estamos a extrair do solo, iniciando um processo gradual de ganho de valor ecológico. E esse valor ecológico vai-se revelar no futuro próximo em produção de comida, em produção de matérias-primas várias, no crescimento da economia, em conforto climático, em segurança alimentar, em saúde e num sítio com uma população tão envelhecida. Temperaturas como estas têm um grande impacto naquilo que pode ser condições de debilidade, mortalidade e afins. Então, a sustentabilidade hoje, é um tema bastante inócuo e no mundo com enormes desafios climáticos, com enormes desafios de desertificação, seja de colapso de solos, de degradação completa de solos, temos de iniciar processos regenerativos."* (Participante 9)

De facto, os conceitos de ecologia, sustentabilidade e regeneração estão profundamente interligados e podem ser trabalhados de forma integrada para criar impactos positivos e duradouros. Por um lado, a ecologia procura entender o funcionamento dos ecossistemas e como as ações humanas os afetam, a sustentabilidade, como referido anteriormente, procura satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras. Ou seja, mais que perceber o impacto das ações humanas, a sustentabilidade procura reduzir o impacto das mesmas, garantindo a preservação e conservação dos ecossistemas. Por outro lado, a regeneração pressupõe uma atuação mais proativa nos ecossistemas, pois mais que estudar e minimizar impactos e prevenir excessos, a regeneração está associada ao restauro, à reparação e à melhoria dos ecossistemas e das comunidades. Do ponto de vista social, podemos falar de regeneração de relações humanas, comunitárias e regeneração de laços entre as comunidades e o meio ambiente/natureza (Bookchin, 1996). Comunidades mais conscientes e conectadas com o ambiente estarão mais despertas e preparadas para promover sustentabilidade e participar na regeneração ecológica dos seus territórios.

3.1.1. Promoção de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária

Perceber que a intervenção comunitária em Portugal incorpora áreas de intervenção que correspondem aos pilares de sustentabilidade foi, de facto, uma conclusão importante, ainda que apenas um terço dos projetos o tenho feito de forma simultânea. Perceber que os profissionais envolvidos nestes projetos possuem um discurso e uma preocupação com a sustentabilidade foi outra conclusão interessante no âmbito desta pesquisa.

De forma a enquadrar o conceito de sustentabilidade na intervenção comunitária procurou-se perceber o que os entrevistadas consideram ser os elementos mais importantes da intervenção comunitária para promoção de sustentabilidade. Da análise de conteúdo das transcrições foram identificados cinco elementos essenciais, conforme quadro 3.2.

Quadro 3.2: Elementos facilitadores/potenciadores de sustentabilidade na intervenção comunitária

ELEMENTOS FACILITADORES NA PROMOÇÃO DE SUSTENTABILIDADE
As pessoas
Angariação de Parceiros Estratégicos
Inclusão de Recursos e Sinergias Locais
Comunicação, Estimulação e Capacitação
Visão Comum - Ir ao encontro das capacidades, necessidades e desejos
Maior envolvimento do poder local

O elemento central da intervenção comunitária é o individuo e a comunidade, são as pessoas. De igual modo, para promoção de sustentabilidade, as pessoas devem surgir no centro das práticas comunitárias. É necessário pensar nas pessoas em primeiro lugar e investir a nível do capital imaterial e capital humano.

> *"Considero que ainda há zonas que precisam de muitos investimentos no nível imaterial. Temos uma grande percentagem de investimentos ainda virados para o material e o imaterial é muito pequeno e muito escasso a este nível. E muitas vezes dou este exemplo do interior, as aldeias do interior e da desertificação, e a nível material não lhes falta nada. Eles têm todos boas estradas, bons acessos, boa iluminação, algumas piscinas, outros centros de convívio enormes, teatros bons. A nível material não lhes falta nada. Não foi por aí que falhou. Falhou foi de facto a aposta nas pessoas e na consolidação das pessoas nesses meios. Então, eu digo que é tempo de direcionarmos um pouquinho aqui esta questão também dos projetos comunitários, porque Portugal vive muito disto, para o desenvolvimento local, para as pessoas, para as comunidades, para a sustentabilidade das comunidades. Porque se ficamos só a espera que isto venha sempre de cima para baixo, leva muito tempo até ser concretizado."* (Participante 5)

> *"Eles já tinham sonhado muito, já houve um concurso em tempos que era uma aldeia de sonho, acho que era organizada pelo Inatel, e eles foram uma aldeia de sonho, só que agora eles estavam a sentir que agora é que estava mesmo a ser uma aldeia de sonho, porque na altura era o edificado, era só edificado…que era para aquilo que agora a câmara também estava a olhar. É aquilo tudo bonitinho! Mas tudo bonitinho se não houver um café, se não houver um sítio para beber uma água…Nem tem tanto valor."* (Participante 7)

> *"Trabalhar com pessoas e para as pessoas é algo muito importante, mas tudo isto não de forma casuística e de forma individualizada, mas tendo sempre em vista a comunidade, portanto, a sustentabilidade global e o desenvolvimento comunitário como um todo. (…) E tenho pena que às vezes não tenhamos essa disponibilidade para intervir deste modo mais integrado."* (Participante 5)

O conceito de sustentabilidade pretende em última instância o equilíbrio ecológico do planeta e o bem-estar das comunidades, das pessoas. Por isso, elas devem ser o centro das práticas de sustentabilidade. Por vezes não é fácil chegar a uma comunidade e envolver todas pessoas e, por isso, torna-

se necessário identificar as pessoas e os parceiros estratégicos para o envolvimento e desenvolvimento de práticas de sustentabilidade a nível comunitário.

> *"Então, parece-me que nunca se vai conseguir chegar a todas as pessoas ao mesmo tempo e da mesma forma, portanto é preciso que se tenha esse aspeto, claro. Isso não se quer dizer que seja excludente, consegue ser inclusivo na mesma, mas perceber que há uma mensagem a transmitir e que possivelmente há um grupo de pessoas que se pode relacionar mais com essa mensagem. E neste caso particular nós tínhamos uma mensagem que era esta de valorizar as pessoas que plantavam e que eram cuidadores da sua paisagem. Porque essas pessoas eram as pessoas que melhor poderiam entender este discurso da necessidade de regenerar e de mudar hábitos. Então, parece-me que uma boa estratégia é exatamente tentar criar um alinhamento, um alinhamento que permite aproximar diálogos ao mesmo tempo que não fecha a estratégia nesses aliados. Portanto, nós não estávamos a fechar a nossa estratégia naquelas pessoas e, por isso, é que a primeira ação era um convite, era um reconhecimento das pessoas que tinham vasos, tinham hortas, tinham jardins, porque esse eram os nossos parceiros potenciais, eram as pessoas que já estavam a plantar e a cuidar. Mas nas atividades seguintes nós pedimos a essas pessoas para convidar outros vizinhos, outras pessoas. E ok, agora não vamos bem falar sobre o jardim, vamos falar sobre memórias e vamos pedir fotografias das pessoas. E essas memórias vão se relacionar com coisas da infância, da sua paisagem também. Então parece-me que esta possibilidade de nós temos uma mensagem que se relaciona com as pessoas, com o seu dia a dia, com os seus propósitos de vida, parece-me que é interessante fazer com que as pessoas possam partilhar, partilhar memórias, expectativas, identidades e a partir daí criar redes que se podem ampliar progressivamente."* (Participante 9)

> *"Acho que tem que ver mesmo que ver com o trabalho em rede com várias organizações da comunidade de estarem a partilhar práticas e se identificarem, vendo do ponto de vista identitário, com elas e reforçarem* (as práticas de sustentabilidade) *no dia a dia." (Participante 3)*

Mais que ter grandes ideias e criar grandes projetos é imprescindível olhar para o território e observar o que tem sido feito, as dinâmicas existentes e os recursos disponíveis ou com potencial de exploração. A inovação social acontece quando o "quê", "com quem" e o "como" estão bem presentes e é possível analisar as consequências e impactos disso. Só desta forma será possível acrescentar, ino-

var, mudar, reformular ou dar continuidade. Por isso, um elemento importante apontado pelos entrevistados como potenciador de sustentabilidade prende-se com a dinamização de espaços e práticas já existentes e com o aproveitamento de recursos e sinergias locais.

> *"As hortas comunitárias já existiam. Nós só fizemos a dinamização do mercado. (…) conjunto de trocas comunitárias entre legumes, promoveu-se um mercadinho de trocas…eu tenho tomates, o vizinho tem, uma abóbora, então eles trocavam."* (Participante 3)

Neste caso em concreto as hortas comunitárias já existiam. Além de cativar outros elementos da população para a dinamização das hortas, neste projeto procurou-se ir mais além, através da criação de um mercado de trocas. É importante dinamizar o que já existe na comunidade e o que já é prática da comunidade, pois facilita o seu envolvimento e interesse. Trata-se de olhar para a comunidade de dentro, de aproveitar o que já existe, para a partir daí potenciá-lo e incrementar novas práticas ou complementares, com vista à promoção de sustentabilidade.

A par da capacidade de olhar para a comunidade, encontrar e mobilizar práticas de sustentabilidade já existentes é importante estimular uma consciência ecológica comum, face ao território onde a comunidade se insere. De acordo com Munford & Sandres (2019), a criação de uma visão comum sobre o território facilita e potencia a identificação dos problemas e a formulação de estratégias de mudança coletivas. Ou seja, a comunidade precisa conhecer e estar alinhada com as características sociais e ecológicas dos seus territórios para que possa perceber o porquê dessas mesmas características e intervir na sua melhoria ou conservação.

> *"E há um exercício que é muito urgente fazer, que é estimular uma imaginação ecológica das pessoas face ao seu sítio, que promove outras imagens, do que é que a sua paisagem pode ser, e o que é que essas imagens, o modo como essas imagens se alinham, com essas noções de sustentabilidade social, económica e ecológica."* (Participante 9)

> *"É preciso pôr as pessoas a arranjar uma visão para o sítio ali."* (Participante 7)

> *"Famílias, crianças, jovens, porque a partir das crianças e dos jovens as famílias vêm, não é verdade? E música, música. Ainda hoje existem, portanto que já continuam a fazer concertos, e nessa altura foi muito importante. Porquê? Porque o Canta Alentejano também aglutina as pessoas e porque as pessoas reconhecem-se, identificam-se."* (Participante 6)

Este alinhamento entre a perceção da comunidade e as práticas da sustentabilidade é possível através de uma comunicação honesta, aberta e de igual para igual. É imprescindível que as comunidades entendam e estejam conscientes dos desafios ecológicos e consigam equacionar maior bem-estar e qualidade de vida através de práticas sustentáveis.

> *Então nós queríamos chegar até às pessoas e esse era um exercício de comunicação também. Como é que o nosso framework teórico operacional podia ser convertido noutras formas de aproximação à comunidade e noutras formas de discurso. Então, como é que comunicávamos conceitos fundamentais e como é que os tornávamos operativos junto daquelas pessoas. O grande referencial era como é que nós empoderávamos a comunidade para estar mais consciente sobre os desafios ecológicos e podiam ser capacitados para iniciar esse alinhamento proativo para uma revisão de práticas. Como é que isso estava de facto ligado com questões que se relacionavam com a sua vida do dia a dia e com o seu conforto climático."* (Participante 9)

Os discursos e a implementação de práticas de sustentabilidade devem estar alinhados com a perceção da comunidade e, em simultâneo corresponder às capacidades, desejos e necessidades sentidas pela mesma. O conceito de sustentabilidade está intimamente ligado à satisfação de necessidades e, por isso, a sua promoção deve ser enquadrada num conjunto de práticas que, utilizando as capacidades e os recursos locais satisfaçam as necessidades da comunidade. Ou seja, a promoção de sustentabilidade na intervenção comunitária relaciona-se com a capacidade de a comunidade entender o "quê", e o "para quê" das práticas de sustentabilidade, percebendo que as mesmas lhes fazem todo o sentido, pois têm como fito a satisfação das suas necessidades e vão ao encontro do que desejam.

> *"Como vivem muito dos recursos naturais estão muito conscientes da necessidade de alterar práticas, de coisas que não estão a ser bem seguidas, bem feitas e, portanto, tem o espírito muito crítico que faz com que estas intervenções lhes façam sentido e, portanto, só por isso é mais fácil também de chegar. Desde que elas sejam bem explicadas e que efetivamente vão de encontro aquilo que eles identificam como sendo necessário."* (Participante 10)

> *"Fizeram uma outra coisa muito engraçada que foi aqui uma pequena tentativa de fomentar a sementinha do empreendedorismo. Tentou-se criar, não sei se é um projeto, não vamos dizer que é uma empresa, não está registada nem nada disso, mas*

envolver-se as mulheres a criar, a fazer algo em termos de manualidades que fizesse sentido para elas, algo que pudesse ser vendável." (Participante 4)

"É uma comunidade que efetivamente ainda se pode dar o nome de comunidade, estão muito habituados a trabalhar em conjunto em prol também das suas necessidades, seu histórico. O território *estava muito abandonado, digamos assim, até determinada altura, quando surgiu a Associação de Moradores, começaram a juntar-se e desde aí têm feito um trabalho extraordinário, no sentido de tentar resolver todas as suas questões e as suas necessidades básicas, muito por causa do seu trabalho e, portanto, tem ali um histórico, um historial muito interessante de uma comunidade muito unida que tem trabalhado bastante para fazer face os seus problemas."* (Participante 10)

Na busca de um propósito comum, de maior envolvimento e compromisso da comunidade com práticas mais sustentáveis e promotoras de sustentabilidade os entrevistados defendem que o poder local deve ser chamado e assumir as suas responsabilidades no domínio das questões que remetem para a sustentabilidade dos seus territórios e das suas comunidades.

"Eu acho que o poder local é fundamental para garantir a sustentabilidade dos projetos que se vão implementando, que na prática o que ficam são as ações, que podem garantir muita coisa, desde a integração do mercado de trabalho das comunidades, desde a garantia de melhores condições de vida físicas, de habitacionais, quer de oferta ao nível educativo. (…) Por isso, eu acho que o poder local é muito importante. Agora há estas limitações de que ações sociais e projetos sociais não dão votos, não é? Pronto. Eu acho que às vezes é preciso mesmo que o político assuma essa função, tenha essa audácia, não é? De querer ir contra muitos e contra todos, às vezes levar à avante..." (Participante 1)

"Podiam ter, efetivamente, porque têm esse espaço para ter um papel muito mais interventivo e com algum poder, eu vou-lhe dizer assim, de, efetivamente, alterar algumas coisas, mas é preciso que haja vontade política de fazer." (Participante 10)

"Não tanto como no projeto. Mas isso é geral, seja quem esteja lá. Eu acho que eles não têm tanto uma visão, com um impacto que deveria ter, veem a parte mais política, mas isso é geral. Eu já vivi um pouco por todo o país, e na zona onde estou, é sempre, sempre isso." (Participante 2)

"Eu acho que as autarquias têm que ser mais convocadas para estas questões da sustentabilidade e do desenvolvimento do comunitário. Sei que elas estão muito absorvidas ainda no material, as estradas, os saneamentos, essas coisas todas. Sei que agora estão muito absorvidas com as novas...transferência de competências ao nível de educação, de saúde e de ação social, mas eu julgo que, sobretudo, essa da ação social, que se podia fazer de facto um trabalho mais fundo dentro de tudo isto. Aliás, eu sou um grande defensor de que este tipo de matéria se trabalha, pode ter políticas nacionais, mas o trabalho quanto mais de proximidade melhor. E quem conhece a realidade, quem conhece os problemas, quem conhece as situações, quem sabe melhor a forma de lidar com elas são as autarquias." (Participante 5)

"Maior envolvimento da empresa municipal. Sim, se calhar, por exemplo, determinadas práticas que foram implementadas com o projeto que se fossem reforçadas no âmbito da empresa municipal, acho que era importante haver aqui uma maior continuidade. Realmente, nós começamos a fazer isto, era importante que continuássemos a ter essas práticas." (Participante 3)

Além de todas as atribuições e responsabilidades que estão na alçada do poder local, os profissionais comunitários consideram que este organismo público deve assumir o seu papel primordial na promoção de sustentabilidade nas suas comunidades e territórios. Não numa perspetiva de imposição, mas num pensamento conjunto com a comunidade e num papel facilitador e desbloqueador, que permite às comunidades olhar para os seus territórios e recursos e desenvolver práticas comunitárias mais sustentáveis e regeneradoras.

No âmbito desta tese doutoral, além de identificar práticas de sustentabilidade na intervenção comunitária procurou-se analisar e comparar essas práticas consoante o tipo de território (urbanos e rurais), identificando possíveis semelhanças e/ou diferenças. A distinção dos territórios teve por base características como a densidade populacional e o tipo de atividade económica desenvolvida nos mesmos. Os territórios urbanos correspondem a espaços geográficos com grande concentração populacional e presença de infraestrutura desenvolvida, onde predominam atividades económicas ligadas à indústria, comércio e serviços. Nos territórios rurais a densidade populacional é mais baixa, e as atividades económicas estão voltadas principalmente para a agricultura, pecuária, pesca e, em alguns casos, o turismo rural. Sabendo que possam existir áreas periurbanas ou semirrurais, onde coexistem características mistas optou-se, nestes casos, por tipificar o território com base nas atividades económicas predominantes.

No que respeita a elementos facilitadores e potenciadores de sustentabilidade na intervenção comunitária, os profissionais comunitários consideram que a ruralidade ou o urbanismo dos territórios e das comunidades onde desenvolveram os projetos do PBS, não foi relevante para maior ou menor promoção de sustentabilidade. Por si só, a sustentabilidade não se prende às características rurais ou urbanos dos territórios, mas às características das comunidades e às metodologias de intervenção adotadas.

> *"Eu acho que nem dificulta nem potencia. Se me perguntarem se eles tivessem implementado o projeto numa zona urbana, e eu acho que seria a mesma coisa. Acho que de todo não tem a ver com as zonas em si. (…) Não, acho que não faz sentido, não, não, de todo."* (Participante 1)

> *"Sinceramente, acho que é indiferente. Ser urbano ou rural, depende da metodologia. Acho que cada território terá uma metodologia mais eficaz e acho que talvez não seja um fator decisivo ser urbano ou rural."* (Participante 3)

Ambos os tipos de território (rurais e urbanos) apresentam comportamentos e práticas que necessitam ser repensadas e necessitam de maior consciência e prática sustentável.

> *"Eu diria que hoje as questões, dada a degradação geral dos ecossistemas, não é já um problema do urbano/rural, é um problema transversal, porque se é verdade que nas cidades, o consumo geral, o consumo energético e o metabolismo das cidades é tremendo e com impacto imenso. A infraestruturação, tipo, tudo isso, gera um impacto ecológico muito grande, mas é verdade que o mundo rural, as suas florestas, elas estão imensamente fragilizadas, os solos empobrecidos (…) E tanto o público urbano ou rural, hoje ambos desconhecem ou têm uma visão limitada daquilo que são essas dificuldades. No passado, o mundo rural, porque mexia, porque a dependia dessas articulações ecológicas era mais consciente delas. Hoje, estes rurais, eles fazem as suas compras diariamente com um pingo doce ou no lidl, eles não têm praticamente nenhuma relação com a terra, eles não sabem compostagem e então têm hábitos bastante urbanos. Portanto, às vezes, com uma consciência ainda menos apurada do que os urbanos."* (Participante 9)

Na opinião dos profissionais comunitários as caraterísticas da própria comunidade e a adequação de metodologias são mais relevantes para a promoção de sustentabilidade, do que o tipo de território onde elas se inserem. Salientam que há problemas que são transversais, embora possam ser sentidos

de formas diferentes, como por exemplo a solidão/isolamento. Quanto à consciência ambiental, consideram que depende igualmente da comunidade.

Em suma, sobre os elementos potenciados de sustentabilidade a nível da intervenção comunitária, a ruralidade ou o urbanismo não foram considerados pelos profissionais comunitários como relevante. Por outro lado, a angariação de parceiros dentro da comunidade, o aproveitamento de recursos e sinergias existentes, uma comunicação aberta e de igual com a comunidade e a sua capacitação foram apontados como elementos potenciadores de sustentabilidade. De igual modo, uma identificação de capacidades, necessidades e desejos da comunidade, bem como, a partilha de uma visão ecológica comum, de um sentido ou propósito coletivo foram considerados elementos que potenciam a sustentabilidade na intervenção comunitária. No centro da promoção de sustentabilidade deve estar a pessoa e a valorização do capital humano deve ser potenciada e preservada pelo poder local.

3.2. Conceito de Sustentabilidade Social na Intervenção Comunitária

Alguma ausência de consenso tem sido associada ao conceito de sustentabilidade social, embora seja considerado um conceito dinâmico e contextual (Hale et al., 2019; McGuinn et al., 2020). No âmbito desta pesquisa analisou-se especificamente o pilar social e procurou-se enquadrar o conceito e estratégias de promoção de sustentabilidade social na intervenção comunitária. Para isso, questionou-se os profissionais comunitários, por meio das entrevistas e os especialistas do painel Delphi, através de inquérito com questões abertas (1ªRonda).

Da revisão da literatura e da análise dos dados percebe-se que a concetualização do conceito de sustentabilidade social coloca também, a "pessoa", o "cidadão", a "população", as "comunidades" e "os sistemas sociais" numa posição central e privilegiada na promoção e benefício da sustentabilidade social, sem descurar as dimensões ambiental e económica na promoção de sustentabilidade social.

> *"A sustentabilidade social é a dimensão da sustentabilidade que tem em conta todas as pessoas, que não pode deixar que ninguém fique para trás, garante que todos têm acesso a condições mínimas de qualidade de vida, garante que as conquistas ambientais e económicas são partilhadas por todos."* (Especialista 6, ronda 1)

Mais que envolver as pessoas e comunidades, na opinião deste especialista, a sustentabilidade social tem a responsabilidade de garantir que todos beneficiem de direitos e melhorias em todas as dimensões da sustentabilidade. O pilar social é o que impulsiona, estimula e conecta as pessoas com os restantes pilares e assegura a partilha coletiva dos ganhos e conquistas. Tendo como plano principal

as “pessoas” considera-se que a sustentabilidade social a nível comunitário incorpora três componentes fundamentais: Princípios e Valores; Objetivos e Processos/Estratégias, conforme figura 3.1.

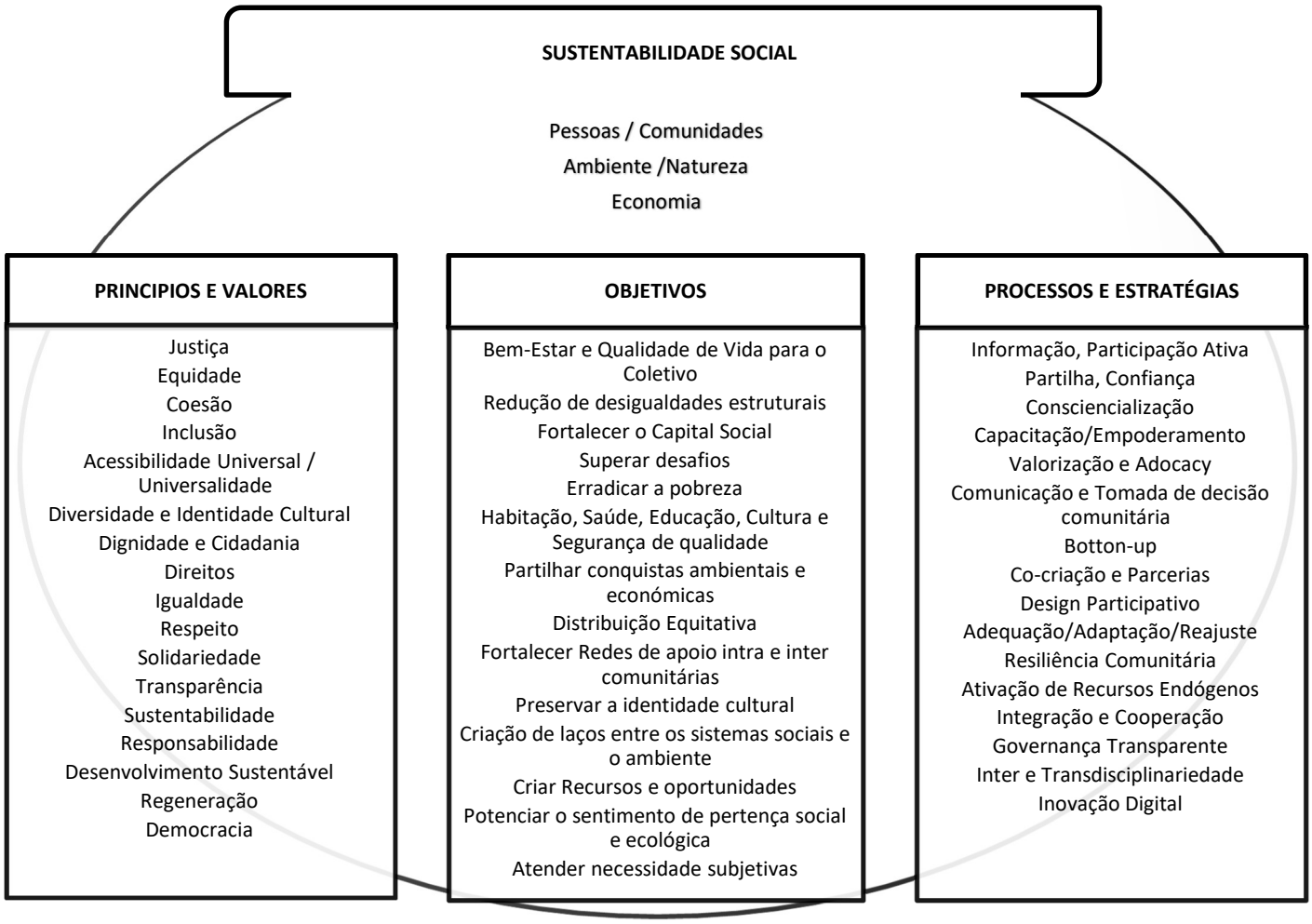


Figura 3.1: Componentes fundamentais da Sustentabilidade Social na Intervenção Comunitária

No que respeita aos Princípios e Valores associados à sustentabilidade social na intervenção comunitária é importante referir que estes não se resumem nem são exclusivos do pilar social e, por isso, devem ser equacionados como princípios e valores que se estendem ao pilar ambiental e económico. Deste modo, falar por exemplo no princípio da Justiça, Direitos e Cidadania, dentro do conceito de sustentabilidade social, não se refere apenas às pessoas, à justiça social e direitos humanos. Incorporam igualmente uma dimensão ambiental e económica, uma vez que os pilares da sustentabilidade são indissociáveis (Hale et al., 2019). Por isso, a par das pessoas/comunidades, os componentes fundamentais da sustentabilidade social a nível comunitário integram sempre uma dimensão ambiental e económica.

> *"O desenvolvimento da comunidade propriamente dito. Portanto, podemos ser ambientalmente muito sustentáveis, mas também depois se não tivermos aqui as questões sociais resolvidas não serve muito e, portanto, a sustentabilidade se não for efetivamente equilibrada não faz sentido."* (Participante 10)

> *A sustentabilidade social não existe se não houver sustentabilidade ecológica. Porque a economia, antes de haver o mundo virtual, ela é material. Todos nós dependemos da água que bebemos, do solo que comemos e de todas as atividades primárias que resultam também desse solo. Então nós não vamos ter uma economia florestal se os solos estiverem degradados, não vamos ter uma economia agroalimentar se os solos estiverem degradados. (…) Isso leva a migrações, deslocamentos em massa ou pontuais e à entropia que nós hoje sentimos naquilo que são os movimentos das pessoas.* Aqui*, se calhar existem hoje já emigrantes climáticos. Nós temos colegas que aguentaram um ano naquela geografia e despediram-se porque não suportam 4, 5 meses com médias de 40 graus, 45 graus. Portanto, é muito exigente climaticamente para que as pessoas permaneçam. Desde logo, não pode haver coesão social ou sustentabilidade social se de facto não houver sustentabilidade ecológica.* (Participante 9)

Quanto aos objetivos da sustentabilidade social, em primeiro lugar importa referir que o fito primordial é a promoção de mudanças sociais estruturais, que se prolongam no tempo e traduzem benefícios qualitativos coletivos nas gerações atuais e nas futuras. Em segundo lugar, os objetivos listados na figura 3.1., são objetivos gerais e globais, orientadores de uma intervenção comunitária que visa a promoção de sustentabilidade de um modo geral e, de sustentabilidade social de um modo específico, sem descurar do ambiente e da economia. Deste modo, é fundamental que os objetivos da sustentabilidade social elencados sejam especificados e esmiuçados pela própria comunidade aquando do planeamento e/ou redefinição da intervenção comunitária.

> *"Na minha perspetiva, sustentabilidade social é quando uma ação, uma intervenção, uma atividade está adaptada à realidade local e permite a quem dela usufrui e desenvolve, melhorar o seu bem-estar e qualidade de vida."* (Especialista 5, ronda 1)

A promoção de sustentabilidade social a nível comunitário depende de cada comunidade, da sua identidade cultural e dos seus recursos materiais, imateriais e ecológicos e, por isso, os objetivos da sustentabilidade social devem ser ajustados a estas características endógenas e exógenas, de forma

que a mudança sustentável alcançada seja consequência e produto do desejo, participação e tomada de decisão da própria comunidade.

> *Em termos do social, temos também a questão da identidade, que é algo que tem uma expressão muito grande, que eles querem manter a sua identidade porque é isso que os caracteriza e que lhes dá o direito de estarem onde estão.* (Participante 10)

De igual modo, no âmbito desta pesquisa apresentam-se os processos e estratégias que potenciam a sustentabilidade social a nível comunitário, os quais devem ser adaptados aos objetivos traçados pela comunidade e às características, recursos e sinergias inter e intracomunitários. Importa ainda salientar, que a promoção de sustentabilidade social, através da intervenção comunitária é sempre um processo participativo, dinâmico, multidimensional, essencialmente botton-up e em constante monitorização e alinhamento numa co-criação sustentável.

> *"Refiro-me, acima de tudo à questão da participação comunitária, da participação da comunidade, da participação das pessoas, ou seja, lançar um projeto que vem de fora para a comunidade, não faz parte do meu conceito* (de sustentabilidade). *O meu conceito é que o projeto tem de partir da comunidade, nascer da comunidade e ser desenvolvido com a comunidade."* (Participante 5)

A intervenção eco-social assenta numa abordagem e prática horizontal e participativa, onde as comunidades são mobilizadas para participar e tomar decisões, numa postura de parceria com os profissionais e instituições locais (Närhi, 2004). Informar, ouvir e valorizar a voz da comunidade numa lógica botton-up coaduna-se com uma intervenção local promotora de sustentabilidade social, onde gradualmente alinham-se visões, consciências e comportamentos e, produzem-se mudanças desde o nível micro até ao macro (regional, nacional e até mundial).

Transversal e subjacente a estes três componentes fundamentais da sustentabilidade social está alicerçada a ideia de que, a promoção de sustentabilidade social a nível comunitário envolve todos os sistemas sociais numa ação que visa melhorias sustentáveis e não deixa ninguém de fora, nem mesmo as gerações futuras.

> *"Alcançar um estado satisfatório de bem-estar nas pessoas de uma comunidade, (…) de uma forma que vá além da melhoria temporária."* (Especialista 10, ronda 1)

> *"Visa garantir o bem-estar humano, a equidade e a justiça social presente e futuro, assegurando padrões de vida dignos e as necessidades das atuais gerações sem comprometer a qualidade de vida das gerações futuras."* (Especialista 8, ronda 1)

A sustentabilidade social das gerações atuais e futuras requer mudanças sociais, ambientais e económicas que perduram no tempo, que quebram ciclos problemáticos e estruturais nas comunidades e incrementam a resiliência comunitária. É possível verificarmos na intervenção social, que algumas comunidades vivem em ciclos de pobreza e exclusão há várias gerações, observando-se o mesmo tipo de pensamento, atitude e postura em vários cidadãos de diferentes gerações e até em diferentes famílias. O mesmo padrão de comportamentos é perpetuado pelas pessoas que vivenciam o fenómeno da pobreza e exclusão e, o mesmo padrão de intervenção também tem sido perpetuado pelos profissionais comunitários, que continuam a intervir de forma fragmentada e setorial, nos diferentes domínios da vida das pessoas e das comunidades, sem as envolver como um todo capaz e interessado. Face a crises estruturais, as estratégias de intervenção adotadas são, muitas vezes, pouco refletidas e pouco participadas, priorizando respostas imediatas em detrimento da mobilização de recursos locais (sobretudo humanos), consciencialização, capacitação e auto-organização comunitária (Loureiro, Miranda & Miguel, 2013).

Uma intervenção enquadrada nos princípios, valores e objetivos da sustentabilidade social é uma atuação interdisciplinar e multidimensional (Coates & Gray, 2012; Zapf, 2010) que mobiliza a comunidade para a compreensão e entendimento dos fenómenos estruturais, como problemas sociais coletivos e geracionais e não individualizados ou específicos de determinada pessoa ou família (Philip & Reisch, 2015). A perceção generalizada do bem comum e de melhoria generalizada ao coletivo deve ser estimulada, de forma que toda a comunidade entenda que beneficia mais se não existir pobreza ou exclusão de alguns dos seus elementos. É generalizadamente melhor para toda a comunidade, quando todos, sem exceção, têm a capacidade de satisfazer as suas necessidades e desejos. A par da perceção de bem-estar e qualidade de vida universalizados, é igualmente essencial que a comunidade perceba que os benefícios coletivos dependem do entendimento da situação como um problema comum e da mobilização de todos na resolução conjunta do mesmo.

> *"(…) todos saibam os seus direitos e deveres e que entendam também a natureza estrutural dos problemas sociais não os individualizando. Uma das maiores potencialidades do trabalho comunitário é o reconhecimento de que grande parte das pessoas de uma mesma comunidade experienciam os mesmos tipos de problemas, podendo assim advogar a resolução desses problemas a um nível coletivo. Um exemplo fácil de entender relaciona-se com as infraestruturas: se existem buracos nas estradas ou passeios, todas as pessoas que passam por ali são afetadas e uma queixa conjunta ou múltiplas queixas sobre esse buraco podem ajudar a que mais depressa se resolva o problema e que as autoridades competentes tapem os buracos. O mesmo deve acontecer com outros tipos de problemas: se uma comunidade*

> *vive num contexto de pobreza intergeracional e a maioria dos membros dessa comunidade não consegue quebrar o ciclo, esse problema deixa de ser individual para passar a ser coletivo, atravessando até gerações. Se isto é verdade, porque é que este problema não é endereçado da mesma forma que se endereça o problema do buraco? É necessário que profissionais e membros das comunidades se juntem não apenas para resolver questões momentâneas, mas também estruturais, para isso, todos têm de ter noção das questões a abordar (…) criar um diálogo conjunto que possa produzir mudança social."* (Especialista 6, ronda 1)

Numa intervenção comunitária que busca a promoção de sustentabilidade social, assumindo os princípios, valores e objetivos propostos no âmbito da presente tese, os profissionais comunitários em geral e, os assistentes sociais em específico devem desenvolver a sua atuação com base nos processos e estratégias igualmente propostas. Vários dos processos e estratégias apresentadas são já habituais na prática profissional do Serviço Social, bem como alguns princípios, valores e objetivos da sustentabilidade social são igualmente partilhados pelo Serviço Social, enquanto área científica e profissional que intervém na realidade social (Bell, 2014). Na sua definição global, o Serviço Social tem como máxima o desenvolvimento e a mudança social, assentes nos princípios de justiça social, direitos humanos, responsabilidade coletiva e respeito pela diversidade. Enquadrada na intervenção eco-social, a intervenção comunitária do Serviço Social possui um carácter transformador, na medida em que promove mudanças assentes na participação dos cidadãos na construção de um presente e um futuro melhor, mais sustentável e onde o bem-estar seja generalizado e globalizado, das pessoas e do ambiente (Närhi, 2004; Peeters, 2017). Por meio da inter e da transdisciplinaridade os assistentes sociais tem uma palavra a dar no campo da intervenção comunitária que visa a sustentabilidade social e promove desenvolvimento sustentável.

3.3. Profissionais Comunitários na promoção de Sustentabilidade

Os profissionais comunitários podem ter diferentes áreas de formação e de atuação numa comunidade, podendo trabalhar em diversas entidades, como por exemplo instituições públicas como escolas, hospitais, municípios, instituições e organizações com e sem fins lucrativos. O que é transversal aos profissionais comunitários é o propósito e a missão do seu trabalho. Todos desempenham um papel crucial na defesa e na promoção do bem-estar de indivíduos, famílias e grupos vulneráveis, procurando erradicar com desigualdades e injustiças sociais, através da participação, capacitação e suporte comunitários (Stepney, 2018). Num contexto de intervenção eco-social pode dizer-se que os profissionais

comunitários procuram igualmente o bem-estar das comunidades, sem esquecer o ambiente natural e os sistemas ecológicos, dos quais a vida humana depende para satisfação de necessidades, expetativas e pleno bem-estar (Muvalde, 2017; Närhi & Matthies, 2018).

No âmbito desta pesquisa procurou-se perceber quais os profissionais que estiveram envolvidos nos projetos comunitários que em simultâneo trabalharam os pilares da sustentabilidade. Da análise de conteúdos das entrevistas conclui-se que colaboraram nos projetos do PBS profissionais de diferentes áreas, nomeadamente das ciências sociais e humanas, do ambiente, saúde, engenharia, arquitetura, direito, arte e outras áreas, como se pode verificar nos seguintes excertos.

> *"Serviço Social, sociologia, arquitetura e psicólogas"* (Participante 4)

> *"Desde médicos, enfermeiros, juristas. Na parte da Câmara Municipal, alguns dos serviços de ação social, técnicos sociais, assistentes sociais, mas sobretudo engenheiros do ambiente. Uma socióloga, uma técnica social e eu de História, mas com uma pós-graduação em empreendedorismo social e desenvolvimento territorial e outra pós-graduação em economia social."* (Participante 1)

> *"Tivemos um colega de psicologia e um educador social."* (Participante 3)

> *"Arquitetura paisagista, engenheiros florestais, agricultores, guias turísticos, pessoas ligadas aos serviços sociais, profissionais da educação, um coletivo de artistas muito próximo do teatro, da escrita."* (Participante 9)

> "*Arquiteta paisagística. Pessoas do cinema, levámos artesãos. (…) Foi um fotógrafo, realizador, ilustrador, curador para organizar uma exposição com eles. (…) Eu sou formado em Psicologia Social e das Organizações."* (Participante 7)

> *"História e Arqueologia"* (Participante 2)

> *Tivemos ao nível ambiental, mesmo ambiental, tivemos técnicos da Câmara Municipal ligados ao ambiente, técnicos da empresa de abastecimento de Águas e de Resíduos aqui da zona."* (Participante 5)

> *"Sou forma em Tecnologia e Segurança Alimentar e sou técnica de projetos, sou gestora de projetos. Aqui temos, por exemplo, e posso salientar os profissionais na área da energia, na área do mar, portanto biólogos."* (Participante 10)

Em alguns projetos, o desenvolvimento das ações propostas ocorreu com o apoio e recurso a estagiários e voluntários. No caso de instituições sem fins lucrativos, o recurso a voluntários esteve bastante presente.

> *"Foi quase tudo voluntário."* (Participante 5)
>
> *"Houve aqui também muito trabalho de voluntariado sempre associado."* (Participante 10)
>
> *"Depois também tivemos vários voluntários"* (Participante 11)
>
> *"A maioria parte foi tudo voluntários (…) teve que ser de cariz voluntariado."* (Participante 2)
>
> *"Tínhamos uma estagiária, tivemos voluntários"* (Participante 8)
>
> *"Alguns estagiários que na altura tínhamos na instituição, sobretudo uma socióloga"* (Participante 1)

Conciliar trabalho profissional com trabalho voluntariado tem sido prática na intervenção comunitária, numa lógica de resolução de problemas sociais, mas também ambientais. Carmin (1999), fez uma análise de conteúdo de resumos de artigos científicos, abrangendo um período de 15 anos e conclui que, a colaboração sinérgica entre trabalhadores voluntários e profissional remunerados constitui um fator determinante para a manutenção da visibilidade e da eficácia de movimentos comunitários e ambientalistas, permitindo não apenas a sustentação da sua presença pública, mas também a promoção ativa de políticas ambientais mais robustas e abrangentes. A autora refere que os voluntários, sobretudo os locais, possuem uma capacidade de identificação precoce e resposta a questões ambientais emergentes, por proximidade e interação com o meio. A motivação dos voluntários prende-se com uma resposta a problemas concretos ou um envolvimento no desenvolvimento comunitário local, que pode ser relevante conciliar com o trabalho de profissionais.

No âmbito do PBS, para a implementação das ações e concretização dos objetivos propostos, em alguns projetos foram mobilizados mediadores locais, facilitadores, formadores e monitores, que estiveram mais próximos da comunidade e mediaram as interações e desenvolveram o projeto mais de perto com a comunidade. Os facilitadores e mediadores culturais são pessoas e/ou profissionais que conhecem as práticas socioculturais locais, promovem a sua dinamização e incorporação nas atividades comunitárias, potenciando o desenvolvimento local e a inclusão social.

"Eu sou mediadora intercultural da comunidade cigana. Sou Licenciada em Artes Plásticas e Multimédia. (…) Tivemos formadoras, tivemos outros mediadores, tínhamos um monitor" (Participante 8)

"Tiveram mediadores psicossociais, teve uma pessoa que teve a lidar sempre com as pessoas." (Participante 7)

"Tivemos alguns facilitadores que foram muito variados de acordo com as necessidades e as atividades: tivemos artistas em alguns trabalhos, tivemos educadores de infância, tivemos, por exemplo designers a criar uma campanha também relacionada com a redução do plástico de uso único, muito direcionada para os turistas. Tivemos facilitadores também a trabalhar com a comunidade jovem para a criação de várias coisas e tivemos também uma presença muito grande por parte de pessoas ligadas à economia azul. E depois temos diretamente, por exemplo, o nosso caso, como chamam aqui de mediadores comunitários, aí sim eu creio que faz muita diferença" (Participante 10)

Desempenhando funções mais ligadas à coordenação ou à implementação das atividades estiveram envolvidos nos projetos do PBS várias áreas profissionais, sugerindo possível multidisciplinariedade, interdisciplinaridade e transdisciplinaridade da intervenção comunitária promotora de sustentabilidade. De facto, a sustentabilidade é um fenómeno complexo que requer equilíbrio e harmonia entre as estruturas ambiente, sociedade e economia e, por isso, é necessário a integração de diversas áreas de conhecimento e profissionais (Coates & Gray, 2012). Só com a participação de diversas ciências será possível obter uma compreensão suficientemente holística e sistémica da sustentabilidade e do desafio que ela representa (Zapf, 2010). Torna-se igualmente importante, que exista uma articulação e comunicação entre as diferentes disciplinas, permitindo a construção de novos conhecimentos que transcendem cada uma e potenciam novas formas de intervir, complementares e articuladas rumo à sustentabilidade (Benedicto, et al., 2020; Massuga, Soares & Oliveira, 2020).

Embora várias áreas tenham sido envolvidas, os profissionais comunitários entrevistados consideram que, numa intervenção comunitária promotora de sustentabilidade o perfil profissional e o carisma da pessoa no desempenho do seu trabalho são mais relevantes que a formação académica.

"Eu acho que depende muito do perfil do técnico em si, muito da personalidade da pessoa." (Participante 1)

"Obviamente, eu sou muito defensor da academia e da formação que se tem, mas essa coisa muitas vezes vai para além da formação. Muitas vezes a experiência prá-

tica do terreno faz com que nós possamos ter profissionais, às vezes vindo e áreas, sei lá, das letras ou do que quer que seja, e que possam ser muito bons em intervenção deste género." (Participante 5)

"Eu acho, em termos genéricos há pessoas, não diria profissionais. Portanto, há pessoas que têm... o perfil. Que têm perfis de cuidado de compreensão dos desafios, de proatividade naquilo que são respostas aos desafios e há pessoas que não têm. Isto não tem de ver com áreas profissionais, tem que ver com pessoas. Mas dentro daquilo que são áreas profissionais é verdade que há pessoas que têm mais fundamentos para lidar com esses desafios." (Participante 9)

Mais que a formação académica numa determinada área é importante que os diferentes profissionais comunitários estejam despertos para as questões da sustentabilidade, atentos aos desafios que as comunidades enfrentam e tenham perfis de cuidado e proatividade. Olhando para o Serviço Social, e como apresentado no primeiro capítulo, desde as pioneiras, que a influência do meio ambiente na vida dos indivíduos foi reconhecida, e o meio envolvente sempre desempenhou um papel importante na intervenção dos assistentes sociais (Krings et al., 2020). A pioneira Mary Richmond, reconheceu o ambiente físico como um contexto, mas apenas na medida em que este tinha implicações sociais. Embora o Serviço Social tenha uma tradição de considerar o ambiente no seu modelo "pessoa-no-ambiente", essa abordagem tem se concentrado quase exclusivamente no ambiente social, ignorando o ambiente natural (Jones 2010). De acordo com Zapf (2010), com uma perspetiva de ambiente focado exclusivamente no ambiente social, o Serviço Social falhou na resposta aos desafios ecológicos contemporâneos, uma vez que historicamente não contemplou uma abordagem integrada do ambiente natural na sua teoria e prática. Nós últimos anos, vários autores de Serviço Social, refletiram sobre a questão ambiental e ecológica, em termos teóricos e práticos, aliando perspetivas teórico-sistémicas e eco-críticas, resultando num ajuste conceptual e, consequentemente metodológico, que contempla a interdependência da realidade social com a realidade ecológica (Rocha & Ferreira, 2017).

No âmbito desta pesquisa procurou-se analisar o envolvimento de assistentes sociais nos projetos que trabalharam em simultâneo os pilares da sustentabilidade, ou seja, procurou-se perceber se estes profissionais estiveram ou não envolvidos nestes projetos. Como descrito anteriormente, os profissionais de Serviço Social não estiveram representados no conjunto de profissionais entrevistados. De facto, foram enviados convites para a instituições promotoras e parceiras dos projetos do PBS, solicitando indicação dos responsáveis e profissionais envolvidos nos mesmos, para realização de entrevista. Nenhum assistente social foi entrevistado e, de acordo com os profissionais comunitários entrevistados, na maioria dos projetos, o Serviço Social não esteve diretamente presente na implementação e execução do projeto.

Com formação base de Serviço Social… Não." (Participante 3)

"Não. Numa fase inicial tivemos uma estagiária de Serviço Social, mas depois ela terminou o estágio." (Participante 1)

"Não, diretamente não… estava a pensar-se eventualmente por parte do município o Serviço Social esteve envolvido*, mas nunca assim com destaque ou com foco a acompanhar diretamente o projeto. Efetivamente, não tivemos ninguém da área social."* (Participante 10)

Verificou-se que dos 11 projetos com profissionais comunitários entrevistados, o Serviço Social esteve presente de forma quase indireta em apenas 5 projetos. Nestes projetos, o Serviço Social esteve indiretamente ligado à intervenção comunitária, através dos assistentes sociais que trabalhavam em entidades parceiras, sobretudo nas autarquias.

O Serviço Social "*acompanhou em algumas situações, como era um bairro atípico e tinha algumas, não digo inconvenientes, mas alguns constrangimentos em termos de relações que existiam no bairro e, também mesmo em termos de condições em certas habitações, teve que haver um apoio mais da parte social aqui do município."* (Participante 11)

O Serviço Social esteve representado *"Pela autarquia, pela autarquia."* (Participante 9)

"Diretamente não, mas reta guarda sim, porquê? Por causa da Juntas de Freguesia sim. Mas diretamente não." (Participante 6)

"Do Serviço Social, tivemos indiretamente algum apoio da Caritas" (Participante 5)

"Sim, os técnicos superiores de Serviço Social da Câmara que trabalham na área social também estiverem envolvidos no projeto. (…) Só a coordenar." (Participante 8)

De acordo com os dados recolhidos e analisados, o Serviço Social fez-se representar num papel indireto, maioritário de coordenação do projeto em vez de interventor. Quando questionados sobre os motivos da ausência do Serviço Social no seu papel mais intervencionista nos projetos de desenvolvimento comunitário e local promovidos pelo PBS, percebeu-se que alguns entrevistados partilham de uma visão muito simplista e redutora do papel dos assistentes sociais na intervenção comunitária.

> *"Tivemos indiretamente algum apoio a tentar encontrar alguns instrumentos para sinalizar as famílias, para isso não ser tudo ao molho e fé em Deus."* (Participante 5)

> *"As questões sociais, efetivamente, se tivermos a trabalhar questões mais específicas, ligadas com, por exemplo, trabalhar com idosos, eu acho que algum profissional da área social fazia todo o sentido. Como, efetivamente, não tem sido esse o foco principal destas ações, não estamos a trabalhar diretamente com coisas problemáticas, acaba por não ser tão essencial e, por isso, é que também acabou por não se identificar esse perfil como obrigatório nos projetos que trabalhamos."* (Participante 10)

A participação menos interventora do Serviço Social pode, de facto, ter estado relacionada com esta perceção mais limitada, por parte das entidades/profissionais promotores dos projetos, sobre o trabalho e competências dos assistentes sociais. Além de relacionarem o Serviço Social com funções de implementação/fiscalização de medidas/políticas, de atuação fracionada em certos setores/grupos da sociedade e intervenção em problemáticas sociais de forma segredada, parecem desconhecer a dimensão eco-social da intervenção do Serviço Social. Não identificam os assistentes sociais como profissionais comunitários, com intervenção direta, sistémica e holística na realidade social e com potencial para a promoção de sustentabilidade.

Como analisado no capítulo dos fundamentos teóricos da presente tese, a questão da sustentabilidade configura um tema bastante emergente e atual no Serviço Social (Molyneux, 2010), uma vez que as questões ambientais/ecológicas são inseparáveis dos domínios social e económico e afetam a qualidade de vida dos cidadãos (Rocha & Ferreira, 2017). Formulações teóricas e até práticas do Serviço Social tem procurado responder aos desafios da sustentabilidade, através de uma intervenção conjunta com os cidadãos, comunidades, parceiros locais e decisores políticos, por meio de uma abordagem eco-social, sistémica e interdisciplinar, que permite construir intervenções coerentes e holísticas e gera reflexão crítica (Dominelli, 2018; Rocha & Ferreira, 2017). Enquadrado na intervenção eco-social, o Serviço Social concentra a sua intervenção na procura de causas para problemas estruturais da sociedade contemporânea (problemas ambientais e sociais) e na promoção de mudanças assentes na participação dos cidadãos na construção de um presente e um futuro melhor, mais sustentável e onde o bem-estar seja generalizado (Peeters, 2017).

Para um maior reconhecimento da dimensão eco-social no campo de intervenção do Serviço Social, por parte de profissionais de outras áreas da intervenção comunitária e, mesmo dentro do próprio Serviço Social torna-se necessário que os assistentes sociais na sua prática profissional assumam uma postura radical e crítica, face à relação entre a pessoa e o ambiente e uma nova consciência ecológica,

que reconhece “o ser humano com o ambiente” em oposição ao “ser humano no ambiente”. Para que este reconhecimento seja efetivo, o Serviço Social deve desenvolver uma narrativa ética, teórica e prática que posiciona o assistente social como agente de mudança social e ambiental, integrando nos seus valores centrais (direitos, dignidade, equidade, respeito e justiça) valores de sustentabilidade e associando a sua prática a movimentos anti opressores, reformas migratórias e justiça alimentar (Bell, 2014; Bhuyan, Wahab & Park, 2019).

Incorporar um ética e valores de sustentabilidade, justiça ecológica e cidadania global exige uma mudança de perspetiva antropocêntrica para uma perspetiva ecocêntrica e de sustentabilidade (Boetto, 2019; Gray & Coates, 2015), que orienta a prática dos assistentes sociais na sua missão política e ética, não só no domínio social, mas também ecológico, promovendo o bem-estar de todos e a sustentabilidade, através da participação dos cidadãos na construção de um presente e um futuro melhor (Jones, 2018; Rambaree, 2020).

Cada vez mais autores defendem a dimensão eco-social no Serviço Social, com uma real preocupação com a dimensão ambiental no domínio conceptual e metodológico e, uma expansão teórica do Serviço Social no campo ecológico e prático, através da abordagem e intervenção eco-social (Alston, 2015; Belchior Rocha, 2018; Boddy, Macfarlane & Greenslade, 2018; Dominelli, 2018; Drolet et al., 2015; Gray & Coates, 2012; Närhi & Matthies, 2018; Peeters, 2012; Rambaree, 2020; Ungar, 2002). Enfatizando o holismo e a interdependência, o Serviço Social tem procurado construir uma base ontológica, epistemológica e metodológica consistente, que fomenta uma mudança transformadora, rumo a um ambiente mais sustentável (Boetto, 2017). Nas últimas décadas, tem emergido no Serviço Social uma ampliação da noção de pessoa no ambiente e a uma nova ética da responsabilidade e do cuidado (Cox, et al., 2021; Krings et al., 2020; Molyneux, 2010).

Embora a literatura explore e espelhe a relação entre a sustentabilidade e a dimensão eco-social do Serviço Social, em termos práticos parece que na opinião dos profissionais comunitários entrevistados, os assistentes sociais continuam ligados e associados a respostas mais imediatas, pontuais e fracionadas, a grupos populacionais específicos.

> *“Considero que* os assistentes sociais *podiam estar mais. Ou seja, o que eu observo é que… sobretudo ao nível das autarquias, que é aquilo que eu mais conheço, os técnicos de Serviços Social estão completamente envolvidos na resposta, de facto, a pessoas desfavorecidas, a pessoas vulneráveis, estão demasiado envolvidos em respostas diretas, objetivas e de momento, e com pouca disponibilidade para planear e para fazer intervenções de âmbito mais aprofundado mais ligadas com estas questões de sustentabilidade. Ou seja, são poucos para as necessidades que há. As necessidades são cada vez mais e cada vez maiores e, portanto, elas estão absorvi-*

das no seu dia a dia, nesta luta por responder ao imediato, ao momento, ao caso. E, pronto, eu acho que, de facto, devíamos ir mais longe e ter, de facto, programas de apoio social muito mais estruturados e muito mais continuados no tempo, que, em minha opinião, daria um melhor resultado do que estas respostas, às vezes até um pouco dispersas, que têm que ser dadas, claro." (Participante 5)

Na opinião deste participante, o Serviço Social autárquico debruça-se, sobretudo em respostas imediatas às necessidades urgentes, ficando sem espaço e tempo para equacionar e desenvolver intervenções mais estruturadas, preventivas e sustentáveis, seja pela falta de recursos humanos nas equipas e, pela consequente sobrecarga dos profissionais existentes. De acordo com Dominelli (2010), os assistentes sociais são diariamente desafiados com inúmeros problemas sociais estruturais e complexos, numa prática profissional cada vez mais burocratizada e volátil à arena política e económica, que pode condicionar a intervenção destes profissionais na sua missão eco-social. Torna-se, portanto, urgente desvincular a prática do Serviço Social desta visão redutora e simplista.

Power (2016), no seu estudo em contexto americano, reflete sobre a ausência de identidade e reconhecimento dos assistentes sociais, enquanto profissionais legítimos para trabalhar holisticamente as dimensões da sustentabilidade, não existindo financiamento nem remuneração para este tipo de trabalho. As condições urgentes da crise ambiental tornam essencial que a profissão de assistente social se torne líder na transformação ecossocial da sociedade. Embora a profissão como um todo, não tenha abraçado uma identidade profissional mais ampla, a autora salienta que existem assistentes sociais, que de forma individual estão a adotar uma intervenção assente no paradigma ecocêntrico, com um quadro de pessoa com o ambiente, expandido e incorporando a responsabilidade de abordar a crise ambiental como uma responsabilidade profissional.

Alguns autores referem que a mudança para um paradigma ecocêntrico deve começar na formação académica e, neste sentido, tem-se assistido a uma crescente intenção de incluir a perspetiva ecológica no ensino e formação dos assistentes sociais, numa lógica de valores de sustentabilidade, justiça ambiental e respeito pelo ambiente com consciência dos impactos sociais (Crawford et al, 2015; IFSS, 2018; Jones, 2018). Incorporar as complexidades ambientais, económicas e sociais, geradas pelas mudanças climáticas na formação de assistentes sociais pode permitir ao Serviço Social desenvolver e explorar novos campos e modalidades de prática (Papadopoulos, 2019). Mas, apesar da literatura reforçar a necessidade emergente de reformulação dos planos curriculares de Serviços Social, parece ainda existir alguma morosidade e obstáculos na implementação efetiva desta necessidade (Basheer et al., 2025; Cox et al., 2021; Jones, 2010). Uma revisão dos planos currículos de Serviço Social nos Estados Unidos da América em comparação com outras revisões internacionais, sobretudo na Austrália e alguns países da Europa (Reino Unido, Alemanha, Suíça e Grécia), realizada por Mattocks et al. (2023)

salienta que a morosidade e os obstáculos na reformulação dos planos curriculares podem estar relacionados com a ausência de profissionais e docentes com conhecimento e competências, para lecionar e ensinar os estudantes sobre as temáticas da sustentabilidade e abordagem eco-social. Sobretudo para o contexto americano, os autores defendem que para universidades com poucos recursos ou sem docentes com experiência na intervenção eco-social, podem ser consideradas alternativas, como parcerias com programas focados no ambiente (por exemplo, saúde pública, ciências ambientais) para desenvolver cursos interdisciplinares ou criar unidades curriculares opcionais e extra, permitindo que os estudantes tenham acesso a estas temáticas e as consigam relacionar com o Serviço Social.

Em Portugal, a pesquisa de Chenque (2022) sobre a presença de temáticas ambientais e de sustentabilidade nos planos curriculares de Serviços Social, revelou que os estudantes de Serviço Social, embora não tivessem refletido previamente sobre a ligação entre a sustentabilidade e a profissão, antes de ingressarem no curso, reconhecem a importância de todas as suas dimensões e a sua relevância para a prática profissional. No entanto, apesar de o tema da sustentabilidade ser abordado ao longo da formação académica, isso ocorre de forma teórica e pouco explícita, sem uma integração prática nos planos curriculares.

Em termos da prática profissional, Rambaree et al. (2019b), numa pesquisa na Suécia, na busca por mudanças e intervenções ecossociais concluíram que o Serviço Social ainda mantém um papel de gestão de casos individuais e tarefas focadas no cuidado clínico e social de indivíduos, famílias e idosos. Esta constatação evidencia uma potencial lacuna entre o discurso teórico e a prática profissional, sugerindo a necessidade de repensar o papel destes profissionais e a sua integração efetiva em estratégias de desenvolvimento sustentável a nível local e nacional.

No caso concreto da intervenção comunitária, os profissionais de Serviço Social devem focar-se no envolvimento e bem-estar da comunidade de um modo geral, mas procurando ir mais além do domínio e foco social, buscando resiliência comunitária (resistência, adaptação e superação social e ecológica). Ao intervir de forma integrada e sistémica, a intervenção eco-social, não só melhora a qualidade de famílias e comunidades, mas também busca a resiliência comunitária das pessoas e dos territórios. A resiliência comunitária tem sido considerada uma importante estratégia de intervenção comunitária, como uma resposta adaptativa e de superação em situações de desastres ecológicos e climáticos e de mudanças climáticas e como um processo de capacitação do tecido social para promoção de mudança sócio ecológica, devendo por isso ser inserida nos planos curriculares de Serviço Social (Case, 2017; Dominelli, 2011, 2012, 2013; Peeters, 2012; Rambaree, 2019b).

Em jeito de sumário do presente capítulo, no âmbito da presente investigação, embora a literatura científica sublinhe a urgência de formar assistentes sociais para a promoção da sustentabilidade e, não obstante a existência de iniciativas e projetos de integração curricular dessa temática em contextos internacionais (Papadopoulos, 2019), a análise da realidade nacional continental permitiu concluir que,

na prática, os assistentes sociais não foram diretamente envolvidos e não foram reconhecidos como atores essenciais na promoção da sustentabilidade, por via da intervenção comunitária. Deste modo, dada a ausência de assistentes sociais entrevistados, considera-se que não foi possível enquadrar o conceito de sustentabilidade na prática do Serviço Social, como almejado pelo primeiro objetivo específico. No entanto, foram sistematizados elementos comunitários potenciadores de sustentabilidade e comparados em territórios urbanos e rurais e foi possível enquadrar o conceito de sustentabilidade e de sustentabilidade social, na intervenção comunitária, em Portugal, trazendo um contributo para o Serviço Social e outras áreas de intervenção comunitárias, sobretudo para profissionais que incorporam valores ecológicos e ambientais na sua intervenção.

CAPÍTULO 4

ESTRATÉGIAS LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Stepney (2018), num contexto de intervenção comunitária e de desenvolvimento local, as novas formas de intervenção surgem de modo a responder aos problemas localmente sentidos. Como referido no capítulo das opções metodológicas, optou-se por analisar os projetos desenvolvidos no âmbito do PBS, por figurarem intervenções comunitárias recentes em Portugal continental, cumprindo os critérios de seleção, previamente definidos.

Da análise documental foram identificados nos projetos, cinco eixos de intervenção, nomeadamente social, ambiental, económico, saúde e urbanístico. Verificou-se que, sobretudo num contexto de incerteza e insegurança global provocadas pela Covid-19, a par do eixo social, o eixo da saúde assumiu um papel relevante na definição de objetivos e planeamento de atividades conducentes à qualidade de vida das comunidades.

De acordo Sachs (2015) os pilares da sustentabilidade (social, o económico e o ambiente) devem ser articulados de forma simultânea e equilibrada para promoção de desenvolvimento sustentável. Por isso, no âmbito deste estudo procurou-se identificar e analisar os projetos do PBS, que articularam uma intervenção nos eixos social, ambiental e económico. Como referido anteriormente, os três pilares da sustentabilidade encontram-se representados pelos eixos social, ambiental e económico e foram identificados em 88 projetos, que selecionaram simultânea, mas nem sempre exclusivamente estes três eixos como áreas de intervenção, como podemos observar no quadro 4.1.

Quadro 4.1: Identificação e combinação das áreas de intervenção dos projetos do PBS

Pilares da Sustentabilidade	Projetos	Percentagem %
Pelo menos Ambiental + Social + Económico	88	35,8
Pelo menos Ambiental + Social	56	22,8
Pelo menos Económico + Social	34	13,8
Apenas o Social	61	24,8
Apenas o Ambiental	2	0,8
Apenas o Económico	1	0,4
Sem Social + Ambiental + Económico	4	1,6
Projetos Analisados	**246**	

Os dados evidenciam a existência da articulação dos três eixos em 35,8% dos projetos comunitários analisados, o que revela que cerca um terço da intervenção comunitária incorporou ações específicas e simultâneas nos pilares da sustentabilidade, como podemos verificar no seguinte excerto de entrevista.

> *"A componente ambiental até acho que foi menos desenvolvida, apesar de existirem pequenas ações, mas do ponto de vista da espinha dorsal do projeto, foi menos desenvolvida. A componente económica, através da empresabilidade e através do desenvolvimento infantil, da promoção de qualificações e competências, acho que teve muito presente. E a componente social também muito presente, até porque o projeto era muito voltado para o desenvolvimento daquela comunidade e para a resolução de necessidades daquela comunidade."* (Participante 3)

A título ilustrativo, salientam-se exemplos de projetos, onde as três áreas da sustentabilidade foram simultaneamente articuladas. Ações que visaram a criação de emprego local em diversas áreas, mas sobretudo, na área artística, através da mobilização de talentos existentes e da sua capacitação empresarial. Também consciencialização ambiental, promovendo o uso predominante de materiais reciclados nas suas produções, sejam artesanais, artísticas, têxtis, mobiliário, skates, pranchas de surf, etc.

Como se pode verificar no quadro 4.1, existem projetos que articulam pelo menos duas das três áreas da sustentabilidade, sendo a social, a área comum nessa dupla articulação. Identificáram-se 56 projetos que articularam a área social e a ambiental através, por exemplo da criação de uma bolsa de voluntariado local para desempenho de funções e tarefas de limpeza e manutenção de espaços verdes locais e criação de hortas comunitárias. Esta ação, enquanto promove oportunidades imediatas de participação, valorização social e redução de situações de desaproveitamento de talento e capital social, contribuiu também para melhoria da qualidade ambiental local.

Quanto à articulação da área económica e social, identificada em 34 projetos, salienta-se o exemplo de promoção do empreendedorismo e empregabilidade femininos, através da criação de espaços de produção e venda de produtos artesanais, produzidos por mulheres, após receberem formação sobre microempresas. Nesta atividade identificaram-se ações da área social, que visaram a capacitação, o desenvolvimento de competências e valorização do capital social, sobretudo em mulheres, para a promoção da sua empregabilidade e inserção socio-laboral, reduzindo o desemprego. Do mesmo modo, promoveram ações na área económica, uma vez que incentivaram a criação de pequenos negócios locais com retorno financeiro.

Deu-se conta ainda, que apenas 4 projetos (Quadro 4.1) não identificaram nenhum dos pilares da sustentabilidade nas suas intervenções, centrando a sua atuação exclusivamente no eixo da saúde e/ou urbanístico. No eixo da saúde, devido ao contexto pandémico e de enorme desconhecimento e insegurança provocado pela Covid-19, identificaram-se 133 projetos que procuraram promover workshops e ações de sensibilização e informação sobre esta doença, mas também sobre doenças sexualmente transmissíveis, diabetes, cuidados a idosos e pessoas com demência, cuidados neonatais

e saúde mental. Além da sensibilização e informação da comunidade, foram identificadas ações de rastreio para despiste de patologias e cuidados de saúde, nomeadamente primários, de enfermagem e apoio psicológico (em 64 projetos).

No eixo urbanístico foram identificados 107 projetos que promoveram ações de criação e requalificação dos espaços, incluindo espaços públicos, como por exemplo, acessos/percursos pedonais (promovendo acessibilidades), espaços de convívio e lazer, parques infantis, parques de merendas, espaços para realização de atividade física ao ar livre e coberto (pavilhão polidesportivo), espaços comunitários/multiusos, mercado municipal, posto de saúde, balneários públicos e cozinhas comunitárias. Identificou-se igualmente, a requalificação de equipamentos sociais, escolas, bibliotecas e habitações para conforto e segurança no domicílio (caixilharias, isolamento térmico, instalações elétricas, colocação de polibans em situações de mobilidade condicionada, higienização e desinfestação). Embora, no âmbito do PBS, o eixo urbanístico tenha sido concebido como um eixo de intervenção autónomo, pela análise das ações inseridas no mesmo considera-se que poderia ter sido integrado ao eixo ambiental, na medida em que os espaços sociais e físicos que condicionam a qualidade de vida das comunidades constituem, também parte do ambiente (ambiente construído).

Em 101 projetos identificou-se um conjunto de "outras ações", que não se enquadravam diretamente nos cinco eixos predefinidos do programa. Estas "outras ações" envolvem por exemplo, a criação de websites e redes sociais, de plataformas digitais, documentários e exposições, sobretudo para divulgação do projeto e dos resultados do mesmo.

> *"Os filmes todos que nós fizemos, filmes documentários a conversar com eles sobre as histórias de contrabando deles. Também era um bocado para os ativar, para expor as histórias deles... Para eles mostrarem como é que tinha sido."* (Participante 7)

> *"…uma série de exposições. (…) Eu não sei se segue ou procurou nas redes sociais, nós publicámos muito, fizemos muitas evidências de todas as ações."* (Participante 2)

Tais ações assumiram um papel instrumental na divulgação dos projetos e dos seus resultados, bem como, na sensibilização e mobilização da comunidade, reforçando a visibilidade e o impacto das intervenções implementadas.

Em síntese, a presença de 88 projetos que integram simultaneamente as dimensões social, económica e ambiental indica uma relação destas intervenções comunitárias, com os pilares da sustentabilidade. Esses casos refletem intervenções que adotaram práticas de promoção da sustentabilidade, correspondendo a 35,8% do total de projetos analisados.

4.1. Práticas de Sustentabilidade na Intervenção Comunitária

Olhando para os projetos que articularam simultaneamente os pilares da sustentabilidade, procedeu-se à identificação e sistematização das ações desenvolvidas em cada um desses pilares, bem como à caracterização dos principais públicos-alvo mais frequentemente mencionados nas mesmas. Esta análise permitiu compreender a articulação prática entre as dimensões ambiental, social e económica, assim como os públicos-alvo das ações, conforme apresentado no quadro 4.2.

Quadro 4.2. Quadro Geral - Ordenação das ações enquadradas nos pilares da Sustentabilidade

PILAR	AÇÕES/ATIVIDADES	Projetos	%	Público-Alvo
Ambiental	Sensibilização / Intervenção Ambiental	52	59,1	Toda a Comunidade Adultos (em idade ativa)
Social	Criação/Dinamização de Espaço Comunitário	41	46,6	
Social	Sessões de Sensibilização Social	26	29,6	
Social	Criação de Resposta/Serviço Local	25	28,4	
Ambiental	Criação / Manutenção de Hortas	25	28,4	
Social	Desenvolvimento de Competências	24	27,3	
Social	Criação de Comissões/Grupos associativos locais	21	23,9	
Social	Auscultação da comunidade/Diagnóstico Social	20	22,7	
Económica	Empreendedorismo e Capacitação do Negócio Local	18	20,5	
Social	Participação e Co-criação	17	19,3	
Económica	Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais	16	18,2	
Social	Criação de Parcerias/Redes de Voluntariado	11	12,5	
Económica	Sistema de trocas Locais - Moeda Social	10	11,4	
Económica	Sensibilização/Workshops Economia Solidária	7	7,9	
Social	Mediação	3	3,4	
Social	Visita Domiciliar	3	3,4	
Ambiental	Cuidados a animais/Intervenção com animais	2	2,3	
	Projetos Analisados	**88**		

Na análise específica dos 88 projetos que articularam os três pilares da sustentabilidade, o público-alvo "Toda a Comunidade" e "Adultos (em idade ativa)" foram os grupos mais frequentemente referidos, transversal a todos as áreas de intervenção e respetivas atividades. Constatou-se ainda que a ação mais promovida pelos projetos que articularam as três áreas da sustentabilidade, insere-se no pilar ambiental, seguido do social e do económico, descritas de seguida de forma separada.

4.1.1. Práticas Ambientais

No pilar ambiental foram identificadas 3 ações específicas, conforme quadro 4.3.

Quadro 4.3. Ações enquadradas no pilar Ambiental

AÇÕES PILAR AMBIENTAL	Posição no quadro geral de ações (4.2)
Sensibilização / Intervenção Ambiental	1ª
Criação / Manutenção de Hortas	4ª
Cuidados a animais / Intervenção com animais	16ª

A ação "Sensibilização/Intervenção Ambiental", referida por 52 dos 88 projetos analisados, incluiu ações de consciencialização da comunidade para questões relacionadas com a crise ambiental e a necessidade premente de desenvolvimento sustentável.

Estas ações visaram promover a adoção de comportamentos individuais, organizacionais, e comunitários, orientados para a preservação da natureza, consumo responsável, economia verde, mobilidade sustentável e para a redução da pegada ecológica. Temáticas como a cidadania e literacia ambiental; preservação da biodiversidade, da fauna e da flora; consumo responsável; compostagem; agricultura sustentável e os princípios dos 5R's (Recusar, Reduzir, Reutilizar, Reciclar e Responsabilizar) foram abordadas, através de workshops e sessões de sensibilização e formação, tanto teóricas como práticas.

> *"Eu salientaria talvez aqui a questão da educação ambiental, portanto, teve um grande foco nas atividades de desenvolvimento comunitário e de fazer várias iniciativas que fossem apelativas."* (Participante 10)

> *"Consciencialização para o aproveitamento de terrenos (…). Consciencializar as pessoas através da reciclagem, como é que se recicla.* (…) N*ós tentámos incutir o hábito da compostagem, oferecendo um compostor a cada casa do bairro e ensinando como é que é a técnica de compostagem"* (Participante 11)

As ações de consciencialização e formação ambiental quando integradas em iniciativas de formação comunitária e discussão crítica, permitem às populações ter conhecimento e refletir sobre as interdependências entre problemas sociais, económicos e ecológicos.

Com maior consciência e formação, as comunidades serão capazes de criar e aderir a soluções integradas e sistémicas que minimizam esses problemas (Dominelli, 2011). Segundo a autora, a mobilização comunitária e a consciência ecológica são instrumentos fundamentais para promover ações coletivas e localizadas, capazes de gerar respostas efetivas a desafios locais e globais.

No que concerne às ações específicas de Intervenção Ambiental, destacaram-se iniciativas de plantação de árvores, bem como, a introdução de espécies com propriedades curativas, terapêuticas e plantas aromáticas.

Verificou-se, ainda, a requalificação de espaços verdes, canteiros e jardins, além de ações de limpeza urbana, de matas, praias e cursos de água. Foram também identificadas intervenções relacionadas com o aproveitamento de água da chuva para rega de jardins e hortas, a instalação de painéis fotovoltaicos e o reaproveitamento e reutilização de materiais e recursos locais, nomeadamente materiais reciclados, utilizados na construção de instrumentos musicais,

equipamentos desportivos, peças de arte plástica, cenários teatrais, mobiliário urbano e oficinas de reciclagem têxtil.

> *"Limpeza dos espaços comuns e dos espaços comuns do prédio. (…) Depois também alguns melhoramentos nos espaços comuns que foi desde a manutenção e recuperação dos espaços verdes, tinha erva de uma altura brutal, ramos caídos de árvores, muito lixo, mesmo lixo que, entretanto, também se envolveu as crianças na reciclagem e explicar para que é que servia cada ecoponto."* (Participante 4)

> *"Tivemos ao mesmo tempo que se fazia essa sensibilização ambiental, trabalhámos, por exemplo, também com os operadores turísticos no sentido de perceberem o seu potencial papel em toda esta iniciativa de transição energética, que leva muita gente a visitar o território e que traz muito reconhecimento"* (Participante 10)

> *"Houve ações de recolha de lixo, houve embelezamento das partes circundantes, algumas partes circundantes. Portanto, houve com a Associação de Moradores e com a Associação de Pais, criação de espaços mais interessantes nas escolas do próprio bairro, portanto, com as crianças, com os pais."* (Participante 6)

> *"Florestações também fizemos. Fizemos uma grande florestação com jovens, principalmente."* (Participante 2)

A ação "Criação e Manutenção de Hortas", embora constitua igualmente uma forma de intervenção ambiental, foi analisada de forma autónoma, dado o seu impacto significativo e a sua associação à produção biológica, destinada à doação a instituições locais e famílias carenciadas (economia solidária) ou ao autoconsumo.

Esta ação surgiu em 25 projetos, disputando a 4º posição com a ação do pilar social "Criação de Resposta/Serviço Local", referida também por 25 projetos.

> *"Edificação de hortas solidárias e biológicas, de forma a garantir a subsistência alimentar dos agregados familiares do acampamento, bem como promover o empreendedorismo social e económico da comunidade. Os excedentes de produção, após satisfação e consumo interno, serão escoados para venda à comunidade em geral, nas feiras locais."* (Projeto Trevo)

> *"Nós investimos numa estufa comunitária. Atualmente, ela é utilizada pela população, até mesmo agora eu levo lá os jovens e ensino a fazer sementeiras, explico o que é, o processo todo, colocar a terra nas cuvetes até a germanização total. Aqui é uma série de aprendizagens.* (Participante 2)

De acordo com Bailey et al. (2018), as hortas ou jardins comunitários são muito mais do que lugares ou espaços para cultivar flores ou vegetais. As hortas ou jardins comunitários são também, lugares e espaços onde pessoas reúnem-se para cultivar flores, alimentos biológicos, aprender, relaxar e socializar. Estes espaços podem existir em escolas, hospitais, terraços ou qualquer espaço comum numa comunidade.

A partilha de conhecimento sobre diferentes formas de cultivo, a cooperação e a confiança são benefícios associados pelos autores supracitados, às hortas ou jardins comunitários, fazendo sobressair uma identidade local e cultural. Sobretudo, as hortas comunitárias permitem aos cidadãos cultivar alguns alimentos, para utilização própria, doação, troca ou venda local, desafiando a mercantilização dos super e hipermercados. Além destes benefícios, as hortas e os jardins comunitários são lugares privilegiados para a organização comunitária, promoção de sustentabilidade e construção de comunidades resilientes (Shepard, 2012). Neste sentido, são locais privilegiados para a intervenção eco-social dos assistentes sociais, na conexão entre os indivíduos e entre estes e a natureza.

Por último, a terceira ação identificada no pilar ambiental prende-se com "Cuidados e Intervenção com Animais". Esta ação surgiu em apenas 2 projetos e cingiu-se a iniciativas de construção e colocação de comedouros, ninhos e hotéis para aves e insetos, bem como, em ações de sensibilização para a desparasitação e esterilização de animais domésticos dos membros da comunidade e campanhas contra o abandono.

> *(…) Problemas com os animais, neste caso, com é uma zona rural, tem muito abandono. Também tínhamos essa intervenção, perceção onde se encontravam os animais. (…) Os animais também, é muito importante porque cada vez há mais gatos e cães abandonados. Nós conseguimos até colmatar um pouco disso."* (Participante 2)

As ações de "Cuidados e Intervenção com Animais" configuraram iniciativas fundamentais de promoção do bem-estar animal e de responsabilidade social, envolvendo a participação de elementos voluntários da comunidade e das autoridades locais. A realização regular destas ações, contribuiu para uma sociedade mais solidária e consciente da importância da proteção animal.

4.1.2. Práticas Sociais

No eixo social, destacaram-se 10 ações, conforme quadro 4.4. As ações identificadas visaram resolver problemas mais imediatos e pontuais e procuraram capacitar os cidadãos, de forma a que sejam mais capazes e autónomos na resolução dos seus problemas.

AÇÕES EIXO SOCIAL	Posição no quadro geral de ações (4.2)
Criação / Dinamização de Espaço Comunitário	2ª
Sessões de Sensibilização Social	3ª
Criação de Resposta / Serviço Local	4ª
Desenvolvimento de Competências	5ª
Criação de Comissões / Grupos associativos locais	6ª
Auscultação da comunidade / Diagnóstico Social	7ª
Participação e Co-criação	9ª
Criação de Parcerias / Redes de Voluntariado	11ª
Mediação	14ª
Visita Domiciliar	15ª

Quadro 4.4: Ações enquadradas no pilar Social

Da análise dos 88 projetos que articularam simultaneamente os pilares da sustentabilidade verificou-se que as ações que surgem em segundo, terceiro e quarto do quadro geral (quadro 4.2) inserem-se no eixo social, sendo, respetivamente as ações "Criação e Dinamização do Espaço Comunitário", "Sessões de Sensibilização Social" e "Criação de Resposta / Serviço Local".

As ações de "Criação /Dinamização do espaço comunitário surgiram em 41 projetos, com o propósito de fortalecer laços e sentimentos de pertença na comunidade e no espaço comum/território, bem como, de valorização do património imaterial local (ofícios, saberes tradicionais, culturais, gastronómicos e a própria valorização do espaço exterior).

> *"Houve a recuperação da churrasqueira e no dia 24 de junho, (o 24 de junho é o dia da cidade e é também o dia do cigano). E eles fizeram uma festa aberta a toda a comunidade. Eles fizeram um trabalho engraçado que é uma churrasqueira comum do bairro e a churrasqueira é de todos. Também foi muito interessante. Recuperaram, por exemplo, bancos de madeira que estavam já com falha de algumas ripas de madeira, onde os envernizaram, também ficaram muito bonitos."* (Participante 4)

> *"E eu acho que o projeto funcionou bem por causa disso. E ao mesmo tempo que essas atividades, que elas tivessem uma componente de memória histórica, de relação a um lugar, de identidade lúdica também, que permitisse que as pessoas se pudessem ir conectando."* (Participante 9)

> *"E música, música. (…) dentro da Associação de Moradores nós temos participantes do Canta Alentejano. Ainda hoje existem, continuam a fazer concertos, e nessa altura foi muito importante. Porquê? Porque o Canta Alentejano também aglutina as pessoas e porque as pessoas reconhecem-se, identificam-se."* (Participante 6)

O envolvimento ativo da comunidade e o reforço do sentimento de pertença na intervenção comunitária são fundamentais, pois fortalecem a coesão social, empoderam os indivíduos e grupos a participarem na transformação das suas realidades, e promovem soluções coletivas e sustentáveis que respondem às necessidades locais com maior eficácia e legitimidade (Carney et al., 2022; Ohmer et al., 2022).

Na dinamização do espaço comunitário foi possível identificar ações de carácter regular, nomeadamente promoção de atelieres/oficinas, workshops, terapia ocupacional e promoção de atividades desportivas e artísticas para diferentes grupos etários da comunidade (crianças, idosos, jovens, mulheres), com periocidade semanal e mensal e, ações de carácter pontual, como por exemplo, comemoração de datas festivas culturais, realização de eventos gastronómicos, solidários e comunitários, como feiras, exposições ou espetáculos artísticos. A realização de festas e convívios surge referenciada como uma necessidade de sair de casa e de conviver, devido aos confinamentos experienciados durante a pandemia.

> *"Pretende-se tornar o bairro dinâmico/participativo assinalando datas culturais e religiosas, aproximando os moradores em momentos de partilha, realizando Saraus Culturais: promovendo a arte (música, dança, exposições…), preservando as tradições e dando a conhecer à comunidade de acolhimento a realidade vivida no bairro, combatendo pensamentos estigmatizados em torno dos bairros de imigrantes."* (Projeto (Com) Vivência Intercultural)

> *"Ativar este espaço vivo na Casa Comunitária, que contará com uma pequena biblioteca e videoteca sobre a história, os usos e costumes da comunidade e servirá ainda como um espaço privilegiado para os idosos partilharem as suas vivências com os mais novos (encontros Intergeracionais)."* (Projeto Seixo)

A ação "Sessões de Sensibilização Social", identificada em 26 projetos, abordou problemáticas como o isolamento e exclusão social, doença mental, comportamentos juvenis de risco (dependências, delinquência e bulliyng), violência doméstica e no namoro, sexualidade e contraceção. Para além da sensibilização sobre alguns problemas sociais existentes nas comunidades, estas sessões procuraram fomentar e incentivar a participação cívica e o exercício de uma cidadania ativa; consciencializar para

a responsabilidade social e processos cooperativos, para a igualdade e identidade de género, para o envelhecimento digno e ativo e respeito pela diversidade cultural, étnica e religiosa.

> *"Combatendo assim o estigma relacionado com a doença mental que provém do medo do desconhecido, dum conjunto de falsas crenças que origina a falta de conhecimento e compreensão. Procura-se que haja uma melhoria do conhecimento, desmistificando falsas crenças e estereótipos e fornecendo novas metodologias acerca da doença mental e das pessoas que dela sofrem."* (Projeto Pulsando a Saúde)

A "Criação de Respostas/Serviços Locais" realizada em 25 projetos, revelou ser uma ação que pretendia responder a necessidades específicas, sentidas pelos promotores dos projetos, como por exemplo, criação de formas de transporte voluntário e organizado, especialmente para a deslocação da população a serviços de saúde e aquisição de bens alimentares; a criação de gabinetes de apoio jurídico, social e de inserção laboral e a criação de bancos de recursos (ajudas técnicas, vestuários, bens alimentares não perecíveis) e bancos de horas.

> *"Criámos o Clube de Trocas e sediámo-nos exatamente na associação de moradores, portanto, uma associação que existe no próprio bairro"* (Participante 6)

> *"Houve a Escola dos Bons Vizinhos, era um mecanismo em que os vizinhos que precisavam de ajuda, mais debilitados, deixavam um contacto: precisava que alguém fosse ao supermercado."* (Participante 3)

> *"Portanto, criou-se e temos neste momento uma organização chamada um centro de partilha. Chama-se mesmo isto, que continua, efetivamente, com esta missão."* (Participante 5)

Num contexto de práticas sociais promotoras de sustentabilidade na intervenção comunitária, salienta-se a ação "Desenvolvimento de Competências", referida em 24 projetos. Considera-se esta ação de extrema importância na promoção de sustentabilidade, pois visa a capacitação dos cidadãos, para que sejam mais capazes e autónomos na resolução dos seus problemas. De acordo, com Heinsch (2012), uma intervenção promotora de sustentabilidade pressupõe um conjunto de ações e iniciativas que fomentam uma consciencialização, reflexão e educação dos cidadãos, incitando um questionamento e uma capacitação para o surgimento de ideias e propostas de soluções coletivas.

Nas ações de "Desenvolvimento de Competências" identificaram-se iniciativas de educação e formação de adultos e educação não formal; alfabetização e aprendizagem de línguas, sobretudo

português para população imigrante; competências na procura de emprego (Curriculum Vitae, Carta de apresentação e preparação para entrevista profissional), bem como competências para a criação e gestão do próprio negócio; competências pessoais e familiares (empatia, comunicação, resolução de problemas, gestão emocional e doméstica, capacitação parental); competências digitais (multimédia e tecnologias da informação e comunicação) e criativas (dança, música, encenação).

> *"O projeto também foi importante na sensibilização de algumas pessoas para a inscrição no centro de emprego. Uma parte significativa destas pessoas se dedicação à feira, são vendedores ambulantes e como sabemos...é o que eles dizem, desde que veio a Primark, a Springfield, as feiras já não vendem. Portanto, o cigano tem de se reinventar. Andou décadas a venderem feiras, era o seu reduto de subsistência e de um momento para o outro, isto já não basta. Portanto, eles têm de se reinventar um bocado e têm de encontrar agora aqui o seu espaço."* (Participante 4)

> *"Cursos à noite, as famílias, por exemplo, de língua portuguesa, língua de acolhimento, nós temos imensas ações para essas pessoas* (imigrantes)." (Participante 6)

> *"Acompanhamento técnico destinado a desempregados, que inclui a facilitação de sessões, individuais e em grupo, com o objetivo de conduzir e orientar os participantes na identificação de oportunidades e na construção de um itinerário individual, ajustado à sua realidade e exequível, tendo como destino final a sua inclusão no mercado de trabalho."* (Projeto Raízes)

> *"Formação básica transversal em: i) espaço público e habitação, direitos e políticas públicas, cidadania, género, identidade, autonomia; ii) leitura de desenhos técnicos, levantamento de quantidades e orçamentação. Realização de diagnóstico participado dos problemas vividos pelas formandas em suas habitações e na forma de vivenciar o bairro. Módulos de técnicas básicas de construção civil escolhidas pelo grupo de destinatárias a partir do diagnóstico prévio - paredes, pintura, elétrica, canalização, segurança no trabalho, etc."* (Projeto Mulheres em Construção)

A sétima ação mais desenvolvida, identificada em 21 projetos, respeita à "Criação de Comissões e Grupos Associativos" a nível comunitário e incluiu a criação e a capacitação de grupos e comissões locais, através da mobilização de moradores e membros reconhecidos, na definição de pontos

estratégicos de convergência para os moradores do território/comunidade. Estas ações procuraram desenvolver a capacidade da própria comunidade, identificar prioridades, planear a longo prazo, criar projetos, angariar recursos e investimentos para a implementação de projetos de desenvolvimento comunitário e de proximidade. Esta ação foi, na sua maioria, consequência de várias reuniões com os líderes comunitários e com elementos da comunidade, sendo dirigida em alguns projetos à população feminina e juvenil. Importa ainda referir que foram criados grupos e comissões que se dedicavam a temáticas sociais, mas também ambientais.

> *"Oficina que pretende trabalhar com as participantes competências de associativismo, através da promoção do contacto com outras associações, do estabelecimento de parcerias, da realização de ações de formação e apoio à constituição de um grupo associativo."* (Projeto Raízes)

> *"Criamos a Associação de Moradores e a Associação de Pais"* (Participante 6)

> *"Criação de Associação (ou Cooperativa) e alinhamento de toda a estratégia de registo da marca "Sem Adubos - Sustentabilidade e Economia Circular", política de recursos humanos, aquisição de equipamento, funcionamento e comunicação."* (Projeto Sem adubos)

> *"Criação de uma cooperativa que abarque um conjunto de ações de capacitação para uma maior autonomia financeira da população, e que integre mercados de produtos agrícolas biológicos, produtos de confeção artesanal e objetos recuperados e/ou reciclados, gastronomia."* (Projeto Raízes Baóba)

Presente em 20 projetos, identificou-se ações de "Auscultação da Comunidade/Diagnóstico Social", através das quais foram feitos levantamentos de necessidades a diversos níveis: de saúde, cultura, educativos/formativos, ecológico/ambiental e social. Além do levantamento de necessidades, esta ação criou espaços de partilha, discussão e reflexão, permitindo dar voz e empoderar a comunidade. A concretização deste tipo de ações foi diferindo de projeto para projeto, sendo que assumiu a forma de reuniões, inquéritos/questionários, entrevistas semiestruturadas, grupos-focais, visitas domiciliares, consulta documental e mapeamentos colaborativos. Salienta-se que em alguns projetos houve o cuidado de realizar esta ação com alguma periodicidade, durante o decorrer da intervenção e, não apenas na fase inicial do projeto.

> *"Nós fizemos a diagnóstico, considerando os documentos estratégicos, quer locais, quer internacionais."* (Participante 1)

"A Câmara Municipal tem um diagnóstico já feito em relação a este bairro, principalmente em relação ao número de migrantes e às pessoas em famílias vulneráveis, e portanto, por um lado, é a questão demográfica que está aqui em causa, a questão da necessidade socioeconómica. A Câmara tem esses dados e nós apropriamos, evidentemente, dos dados. Além de eu ter ido buscar dados ao Pordata, claro, para fazer o diagnóstico da situação. Outra situação foi falar com os próprios moradores ou falar com as pessoas do próprio bairro. Portanto, o diagnóstico é sempre pelas necessidades das pessoas em causa." (Participante 6)

"Diagnóstico participado para auscultação das necessidades específicas da comunidade que podem ser respondidas pelo projeto" (Projeto Hortas do Mar)

"Processo de mapeamento/reconhecimento territorial pelos olhos da comunidade, a partir do sonho coletivo para a concretização do projeto que convergirá depois em todas as atividades" (Próxima Paragem)

"Antes e ao longo das 3 fases da intervenção da obra serão programadas sessões que juntam as comunidades envolvidas no projeto, para escuta e diálogo, recolha de memórias e discussão de ideias." (Projeto EscolaNova)

As ações designadas de "Participação e Co-criação" refere-se às construções coletivas de soluções, para as quais foram mobilizados membros da comunidade, técnicos e outros atores sociais considerados relevantes. Identificadas em 17 projetos, estas construções coletivas visaram a resolução de problemas sentidos pela comunidade em diversas áreas (ambiental, social, urbanística) e envolveram a partilha, pensamento crítico, a colaboração e o empoderamento, sobretudo através da arte e da criatividade.

"A partilha de conhecimentos que se geram em todo o processo são as peças fundamentais à manutenção da qualidade e da vivência deste espaço." (Projeto Arco-íris)

"Os moradores do bairro serão desafiados regularmente a trabalhar em equipa para encontrarem soluções para um conjunto de problemas identificados na própria comunidade." (Projeto Viver a Ciência no Bairro)

"As problemáticas ou necessidades identificadas serão categorizadas em áreas e posteriormente realizados pequenos grupos de moradores, que ficarão

> *responsáveis pela procura de soluções, em articulação com a comunidade e operacionalizar as mesmas. Os grupos serão acompanhados e apoiados pelos técnicos e voluntários do projeto.* (Projeto Fénix)

Potenciar a participação para a criação de soluções coletivas para problemas comunitários comuns coaduna-se com a essência da intervenção comunitária, no sentido em que coloca os cidadãos num papel privilegiado da intervenção, assumindo os profissionais comunitários um papel de facilitador, capacitador e mediador (Närhi, 2004). A participação e a co-criação são essenciais numa intervenção comunitária, promotora de sustentabilidade, no sentido em que há valorização e capacitação dos cidadãos. De acordo com Philip & Reisch (2015), ainda existem algumas barreiras a essa participação, sobretudo a dificuldade de compreensão por parte da comunidade sobre políticas socioambientais, muitas vezes complexas. Reduzir esta barreira é extremamente importante para que as comunidades sejam capazes de formular decisões socioambientais, que afetam diretamente o seu bem-estar a curto e longo prazo.

A ação "Criação de Parcerias / Redes de Voluntariado", realizada em 10 projetos, visou o estabelecimento de alianças entre indivíduos, associações, empresas e instituições locais para colmatar lacunas, resolver problemas e potenciar recursos e competências em prol da comunidade como um todo. A criação de parcerias fortes corresponde ao 17ºODS, que prevê o fortalecimento e a revitalização de parcerias em prol do desenvolvimento sustentável (Nações Unidas, 2015).

> *"Uma rede de jovens voluntários responsáveis em cada uma das aldeias, criando um escudo de proteção em todo o território. Como missão estes voluntários farão um acompanhamento às pessoas mais necessitadas da aldeia e farão a ponte com as redes sociais e auxiliando em várias tarefas."* (Projeto Ó Bizinha anda cá ver isto!)

Por último, as ações de mediação e visita domiciliar, enquadradas no eixo social, foram ambas referidas por apenas 3 projetos. A mediação envolveu o incentivo, a captação e a formação de facilitadores e mediadores comunitários que criaram pontes e espaços de diálogo, sobretudo intercultural com a comunidade cigana.

> *"Um mediador que estava connosco na altura era, digamos, familiar e conhecia muitas famílias ali, também ele falou, ou seja, foi necessário um diálogo e convívio para eles entenderem o que iria acontecer."* (Participante 8)

A visita domiciliar esteve, essencialmente ligada ao combate do isolamento de pessoas idosas em tempos de confinamento, provocados pela Covid-19, realizada por técnicos, mas também por redes de suporte voluntário e informal.

4.1.3. Práticas Económicas

No eixo económico as ações mais frequentes foram o "Empreendedorismo e Capacitação do Negócio Local" e "Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais", desenvolvidas respetivamente por 18 e 16 projetos.

Quadro 4.5. Ações enquadradas no pilar Económico

AÇÕES EIXO ECONÓMICO	Posição no quadro geral de ações (4.2)
Empreendedorismo e Capacitação do Negócio Local	8ª
Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais	10ª
Sistema de trocas Locais - Moeda Social	12ª
Sensibilização/Workshops Economia Solidária	13ª

Como se pode observar no quadro 4.5., as ações de "Empreendedorismo e Capacitação do Negócio Local" surgem como a ação mais referida no eixo económico. Estas ações incidiram na estimulação do empreendedorismo, sobretudo juvenil e feminino e, na capacitação de micro negócios, orientadas para o desenvolvimento de competências administrativas, de gestão e de publicidade, bem como, na elaboração de planos/modelos de negócio robustos e sustentáveis, assentes em estratégias de economia circular, quer em novos negócios, mas também na revitalização dos existentes, enfraquecidos, especialmente em tempo de confinamento, causado pela situação pandémica. Na capacitação, além do desenvolvimento de competências comerciais, as ações procuraram agilizar procedimentos legais, de networking e de articulação com stakeholders, de modo a alavancar novos negócios e revitalizar os negócios existentes.

> *"Pronto, falemos aqui da económica, estava mais associado também aqui às partes jurídicas, aqui à parte da contabilidade"* (Participante 11)

Exemplos destes micro negócios incluem atelieres de costura; cabeleireiros/barbearias; negócios de produtos artesanais (em madeira ou com materiais reciclados, como peças de arte decorativa); venda de produtos alimentares (cabazes com produtos das hortas comunitárias); restauração tradicional; design, serigrafia, estampagens e oficinas de reparação de bicicletas e de pequenos eletrodomésticos.

> *"O Centro Médico transformou-se num Centro Comunitário e uma das salas da escola primária transformou-se num café. E depois também se transformou lá uma parte da escola primária numa destilaria de gin, isso foram eles que arranjaram tudo. Mas criaram-se postos de trabalhos sobre o que está lá funcionar, a destilaria e o café. Ficou um café aberto e o Centro Comunitário onde eles também vendem lá coisas, porque eles ficaram com livros para vender e com e com postais, com coleções de postais e com artesanato."* (Participante 7)

> *"Criação de um ateliê/oficina de artes de costura para aprendizagem e confeção de produtos tradicionais africanos e outros, promovendo a respetiva venda em suportes digitais. Reaproveitamento de materiais usados. (…) Para além dos objetivos, cultural e ecológico e de geração de rendimentos, o desenvolvimento pessoal e ocupacional surge também com importância relevante."* (Projeto Raízes Baóba)

Capacitar as comunidades e apoiar na criação e desenvolvimento de negócios locais, baseados na economia circular, proporciona oportunidades de emprego para os cidadãos e benefícios no pilar económico (emprego, rendimento), mas não só. Negócios locais focados no restauro, na renovação ou na reutilização produtos, tem também um forte impacto positivo a nível ambiental (redução da pegada ecológica na aquisição de matérias-primas) e social (inclusão social, valorização) (Arevalo, 2017). Recorrendo a exemplos comunitários, Gomes (2020) procurou demonstrar o impacto positivo que a economia circular pode gerar a nível ambiental e social, através da indústria têxtil. Mais especificamente, a autora utiliza a indústria têxtil em contexto comunitário, como exemplo do potencial que uma lógica circular pode ter, ao gerar emprego, dar nova utilidade a materiais têxteis descartados e criar um retorno ambiental e económico. É neste contexto que a autora defende que a economia circular é uma estratégia que pode ser apropriada por assistentes sociais em intervenções comunitárias.

Enquadradas no pilar económico, as ações de "Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais" visavam incentivar e fornecer o apoio à produção e criação de produtos regionais/locais e a sua consequente comercialização, valorizando saberes e tradições e promovendo emprego e o rendimento.

> *"Tentou-se criar, não sei se é um projeto, não vamos dizer que é uma empresa, não está registada nem nada disso, mas envolver-se as mulheres a criar, a fazer algo em termos de manualidades que fizesse sentido para elas, algo que pudesse ser vendá-vel."* (Participante 4)

> *"Criação de atelier de oficina artesanal com o objetivo de dotar a comunidade de ferramentas para trabalharem produtos específicos e alusivos ao território e às tradições."* (Projeto Ó Bizinha anda cá ver isto!)

> *"Oficinas de costura básica / costura criativa: transformação e reciclagem de peças de roupa. Criação de sacos para estampagem de serigrafias para venda online e mercado local."* (Projeto Próxima Paragem)

De acordo com Arevalo (2017), a criação e dinamização da venda de produtos locais é uma forma de economia circular que pressupõe um processo de empoderamento comunitário, ou seja, exige um trabalho com indivíduos, grupos, entidades, com as comunidades como um todo, com o fito de desenvolver-se produtos e soluções com impactos económicos, sociais e ambientais a longo prazo.

A criação de sistemas de trocas locais, quando promovida a nível local, em projetos sociais ou ambientais são identificadas como ferramentas relevantes, para promover a economia circular e, o consequente desenvolvimento local/territorial. No âmbito das práticas promotoras de sustentabilidade a nível económico e, referidas por 10 projetos, as ações relacionadas com "Sistemas de Trocas Locais – Moeda Social", focaram-se na criação e no desenvolvimento de mecanismos de trocas e benefícios que visaram uma retribuição pelo tempo dedicado a determinada atividade, por exemplo, cuidado de hortas comunitárias, limpeza de espaços comuns e jardins (escadarias de prédios), companhia a pessoas idosos, acompanhamento de crianças (no trajeto casa-escola e vice-versa). Neste tipo de sistema de troca com moeda social, a prestação de serviços a favor da comunidade e do ambiente era compensada com uma retribuição em moeda social (x horas correspondem a x moedas), que podia ser usada para adquirir produtos nas feiras locais e em lojas locais aderentes. Em alguns projetos, a retribuição pelas horas dedicadas na prestação de serviços surgiu sob a forma de cuidados dentários e acesso a medicamentos, colmatando deste modo necessidades dos cidadãos.

> *"Foi um ano muito, muito interessante, principalmente por causa da economia circular, por causa da sustentabilidade económica e a economia circular e porque nós resolvemos inventar, se é que isto pode ser dito, uma moeda social."* (Participante 6)

Além do uso de sistemas de trocas com moeda social, identificou-se a criação de Espaços de Partilhas e Mercados de Trocas, onde diversos produtos eram doados e trocados (roupa, brinquedos, livros, legumes, frutas, material escolar, produtos de decoração). Os espaços de partilha representaram iniciativas comunitárias que vão além dos tradicionais sistemas de troca baseados em

moeda (incluindo a social) e, assentaram numa lógica da solidariedade e da economia circular: as pessoas que possuem bens em excesso podem doá-los, enquanto aquelas que necessitam podem levá-los, sem a obrigatoriedade de uma transação monetária. Nos mercados de trocas, a ideia central era a de que, se alguém tem algo para oferecer e, ao mesmo tempo, precisa de outro bem, pode realizar trocas diretas, promovendo assim a cooperação, a redução do desperdício, o escoamento de excedentes (sobretudo agrícolas) e auto-organização da população. Essas práticas refletem um modelo de consumo mais sustentável e colaborativo, baseado na partilha de recursos.

> *"Houve uma dinamização de um mercado de vizinhança na horta comunitária em que houve um conjunto de trocas comunitárias de legumes, promoveu-se um mercadinho de trocas…eu tenho tomates, o vizinho tem uma abóbora, então eles trocavam."* (Participante 3)

> *"Criámos o Clube de Trocas, no fundo o Clube de Trocas foi o contributo essencial para a economia. (…) Queríamos que as pessoas participassem, queríamos que as pessoas participassem trocando e não achando que nós estávamos a dar por dar."* (Participante 6)

> *"Desde logo a questão da partilha, a questão da partilha e da troca, da colaboração. Uma das grandes iniciativas desenvolvidas foi o nível da recolha, do arranjo e da distribuição de vestuário usado para lhe dar uma nova vida, de brinquedos, de eletrodomésticos que por um lado, encontrávamos quem pudesse disponibilizar, oferecer, doar, por outro lado, tínhamos famílias, muitas destas imigrantes a necessitar"* (Participante 5)

No âmbito da promoção da economia solidária e circular, foram identificados 7 projetos que desenvolveram ações de sensibilização e workshops a nível comunitário, visando consciencializar e capacitar a população para práticas de consumo mais sustentáveis assentes na economia solidária e circular. Por definição, a economia circular assenta no pressuposto de que os recursos do planeta são limitados e que os padrões de consumo devem adaptar-se a esta realidade, apresentando-se como uma solução alternativa para promover o desenvolvimento sustentável (Luís, Gomes & Borba, 2023).

Consciencializar as comunidades sobre este conceito e seus pressupostos subjacentes foi outra das ações identificadas no pilar económico. As sessões de "Sensibilização / Workshops Economia Solidária" foram dirigidas a elementos da comunidade, nomeadamente crianças, adultos e mulheres, com o objetivo de promover a economia circular e a sustentabilidade, através de ações práticas e criativas sobre sustentabilidade alimentar local e agricultura biológica e, sobre reutilização e

transformação de plásticos e tecidos. As sessões sobre sustentabilidade alimentar local e agricultura biológica, procuraram consciencializar a comunidade para a importância de uma alimentação saudável e de baixo impacto ambiental, favorável a subsistência alimentar local. A transformação de resíduos plásticos em novos objetos úteis, procurou incentivar a reutilização e a redução do desperdício. O aproveitamento de roupas e tecidos, e a sua transformação através de oficinas de design e costura, permitiu aos participantes aprenderem a dar nova vida a peças usadas, promovendo a moda sustentável.

As ações de sensibilização e workshops realizados visaram não só educar para a sustentabilidade, mas também capacitar os participantes com ferramentas práticas para uma vida mais consciente e colaborativa e incentivar a adoção de modelos económicos mais justos e inclusivos.

> *"Programa educativo e interativo sobre como podemos transformar os nossos resíduos plásticos em novos objetos - dirigido a escolas do concelho e outros grupos interessados. Nestes workshops os alunos terão oportunidade de mexer nas máquinas "precious plastic" e construir objetos a partir dos seus próprios resíduos plásticos."* (Projeto Torre PLSTIK)

> *"Pretende-se ainda introduzir ações de capacitação para a alimentação equilibrada, permacultura, economia circular e economia verde, bem como, noções sobre a boa gestão de resíduos domésticos e hortícolas."* (Projeto São Felix)

> *"Acho que a economia circular, no fundo, efetivamente, aconteceu aqui. E eu acho que o projeto funcionou bem por causa disso. (…) E estando nós no meio local, numa aldeia rural, e nós usamos este exemplo muitas vezes, os nossos pais e os nossos avós, eram muito mais eficientes no uso dos recursos do que nós somos hoje. Eles não deitavam nada fora."* (Participante 5)

Em síntese, as práticas ambientais, sociais e económicas acima descritas correspondem a iniciativas desenvolvidas por projetos comunitários que articularam os pilares da sustentabilidade, visando a promoção de práticas sustentáveis. O desenvolvimento integrado e simultâneo de tais práticas configura exemplos de prática eco-social implementadas a nível meso/comunitário, em Portugal continental.

De facto, foi possível identificar ações e práticas de consciencialização comunitária sobre diversos temas a nível, ambiental, social e económico. De acordo com Rambaree et al. (2019b), a intervenção eco-social a nível comunitário potencia maior conhecimento e consciencialização da comunidade para os temas da sustentabilidade. As ações de proteção da biodiversidade, regeneração ambiental e de

valorização da conexão humana com a natureza, através da construção e cuidado de espaços verdes e animais, identificadas nesta pesquisa coadunam-se também, com a intervenção eco-social a nível comentário, de acordo com Norton (2012). A promoção de eventos culturais, de redes solidárias de partilha de recursos, incluindo a partilha de produtos alimentares, com base em práticas alimentares sustentáveis como hortas e jardins locais e comunitários permitiu ainda, combater desigualdades, exclusão e solidão, unindo bem-estar humano e responsabilidade ambiental e ecológica, conforme aspiração da intervenção eco-social (Matthies et al.,2019; Matthies et al., 2020; Gray & Coates, 2012).

Embora a intervenção eco-social tenha origem no âmbito do Serviço Social, na sua componente prática, não se restringe a esta área profissional. Pelo contrário, a intervenção eco-social concretiza-se em intervenções interdisciplinares que integram as diversas dimensões da sustentabilidade, contribuindo para a promoção de um desenvolvimento local mais sustentável e equitativo (Coates & Gray, 2012; Zapf, 2010).

4.1.4. Práticas em contexto Urbano e Rural

Como referido anteriormente, o PBS decorreu em território continental, tendo os projetos sido desenvolvidos em territórios urbanos e rurais. A distinção dos territórios no âmbito deste estudo teve por base características como a densidade populacional e o tipo de atividade económica desenvolvida nos mesmos, como referido no capítulo anterior. Com base nessa tipificação, a análise específica das práticas de sustentabilidade, ou seja, das práticas e ações desenvolvidas pelos projetos que articularam os três pilares da sustentabilidade verificou-se que, dos 88 projetos analisados, 55 projetos (62,5%) decorreram em território urbano e 33 projetos (37,50%) decorreram em território rural, conforme quadro 4.6.

Quadro 4.6. Número de projetos por tipo de território

Território	Projetos	Percentagem %
Urbano	55	62,5
Rural	33	37,5
Projetos Analisados	**88**	

De forma a responder ao terceiro objetivo da presente pesquisa, que tinha como pretensão a comparação de práticas sócio ambientais em território urbano e rural, foram identificadas as atividades/práticas desenvolvidas em cada território.

A análise comparativa entre as ações desenvolvidas em projetos territoriais urbanos e rurais permite identificar, tanto convergências quanto divergências significativas nas áreas de intervenção, adotadas em cada contexto.

Tendo como referência o quadro geral das atividades desenvolvidas (quadro 4.2), verificou-se que nos projetos desenvolvidos em território urbano as atividades mais referidas inserem-se igualmente no pilar ambiental e social.

Quadro 4.7. Atividades desenvolvidas nos territórios urbanos

TERRITÓRIO URBANO		
Atividades	**Projetos**	**Percentagem %**
Sensibilização / Intervenção Ambiental	36	65,45
Criação / Dinamização de Espaço Comunitário	24	43,64
Desenvolvimentos de Competências	18	32,73
Criação / Manutenção de Hortas	17	30,91
Sessões de Sensibilização Social	17	30,91
Auscultação da comunidade / Diagnóstico Social	15	27,27
Estimulação Empreendedorismo e Capacitação Negócio Local	14	25,45
Criação de Comissões / Grupos associativos locais	13	23,64
Criação de Resposta / Serviço Local	13	23,64
Participação e Co-Criação	13	23,64
Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais	8	14,55
Sistema de trocas Locais - Moeda Social	7	12,73
Criação de Parcerias / Redes de Voluntariado	7	12,73
Sensibilização / Workshops Economia Solidária	6	10,91
Mediação	2	3,64
Visita Domiciliar	1	1,82
Cuidados a animais / Intervenção com animais	1	1,82
Projetos Analisados	**55**	

Como se pode constatar no quadro 4.7., e comparando com o quadro geral (4.2.), também nos territórios urbanos a ação mais realizada pertence ao pilar ambiental, com a ação de "Sensibilização e Intervenção Ambiental", desenvolvida por 36 dos 55 projetos. O pilar social surge, de igual modo nos territórios urbanos, em segundo, com a ação "Criação/Dinamização do Espaço Comunitário". Esta ação foi privilegiada pelos projetos desenvolvidos nos territórios urbanos, sendo promovida por 24 projetos. Ainda no pilar social, insere-se a terceira atividade mais desenvolvida pelos territórios urbanos, que a par da dinamização do espaço comunitário promoveu a capacitação da comunidade, identificada em 18 projetos. No pilar económico, a ação mais referida foi também a "Estimulação Empreendedorismo e Capacitação Negócio Local", referida por 14 projetos.

Da análise destes dados conclui-se que, em territórios urbanos os projetos procuraram responder aos desafios típicos das cidades, como a degradação ambiental, a fragmentação social e a busca por maior coesão comunitária em ambientes marcados por alta densidade populacional, por desigualdades e exclusão social. A presença de ações como a "Criação/Manutenção de Hortas", "Sessões de Sensibilização Social" e a "Auscultação da Comunidade/Diagnóstico Social" sugere uma preocupação com a crise ambiental e alimentar, com a capacitação e com a participação da comunidade.

Nos territórios rurais, é o pilar social que se destaca, com a "Criação/Dinamização de Espaço Comunitário", que surge como a ação mais desenvolvida, referida por 17 dos 33 projetos. De seguida, surge a ação de "Sensibilização/Intervenção Ambiental", assistindo-se a uma inversão entre a primeira e segunda ação (e entre o pilar social e ambiental), quando comparamos o contexto urbano com o rural, conforme se pode confirmar comparando o quadro 4.7. (anterior) e o quadro 4.8. (seguinte).

Quadro 4.8. Atividades desenvolvidas nos territórios rurais

TERRITÓRIO RURAL		
Atividades	**Projetos**	**Percentagem %**
Criação / Dinamização de Espaço Comunitário	17	51,5
Sensibilização / Intervenção Ambiental	16	48,48
Criação de Resposta / Serviço Local	12	36,36
Sessões de Sensibilização Social	9	27,27
Criação de Comissões / Grupos associativos locais	8	24,24
Criação / Manutenção de Hortas	8	24,24
Oficinas de Arte e Criação de Produtos Locais	8	24,24
Desenvolvimentos de Competências	6	18,18
Auscultação da comunidade / Diagnóstico Social	5	15,15
Participação e Co-Criação	4	12,12
Estimulação Empreendedorismo e Capacitação Negócio Local	4	12,12
Criação de Parcerias / Redes de Voluntariado	4	12,12
Sistema de trocas Locais - Moeda Social	3	9,09
Sessões de Sensibilização Ambiental / Workshops	3	9,09
Visita Domiciliar	2	6,06
Mediação	1	3,03
Cuidados a animais / Intervenção com animais	1	3,03
Projetos Analisados	**33**	

Embora a "Criação/Dinamização de Espaços Comunitários e a "Sensibilização/Intervenção Ambiental" se destaquem também nos territórios rurais, parece surgir uma maior ênfase em ações que visam a organização coletiva e a autonomia local, como a "Criação de Respostas e Serviços Locais" e a "Criação de Comissões / Grupos Associativos Locais". A "Manutenção de Hortas" e a realização de "Oficinas de arte e criação de produtos locais" sugerem uma valorização da produção local e da identidade cultural, aspetos centrais para a sustentabilidade e a resiliência das comunidades rurais (Case, 2017).

Repara-se ainda que, a ação de "Auscultação da Comunidade /Diagnóstico Social" ocorreu em maior percentagem nos territórios urbanos (27,27%) do que nos territórios rurais (15,15%). Talvez, por um lado, a densidade populacional, a heterogeneidade da população e a rápida transformação dos espaços urbanos tornam essencial a realização de estudos e consultas contínuas para identificar necessidades, prioridades e potenciais intervenções, exigindo maior auscultação e diagnóstico social. Por outro lado, nos territórios rurais, embora a auscultação da comunidade também seja relevante, a menor densidade populacional, a proximidade entre os membros da comunidade e a maior

homogeneidade cultural e económica podem contribuir para a identificação das demandas e a tomada de decisões de forma mais direta e informal, o que pode justificar a menor incidência dessa ação nos projetos rurais. Assim, a diferença percentual pode refletir não apenas a diversidade de desafios, mas também as distintas dinâmicas de organização e participação social em cada território.

Em ambos os territórios, a "Participação e a co-criação" de soluções emergem como elementos fundamentais para a efetividade dos projetos, reforçando a importância de abordagens territoriais que consideram as especificidades locais e promovem a integração entre os diferentes atores sociais e recursos disponíveis. As diferenças nas prioridades e abordagens entre os dois territórios decorrem das especificidades socioeconómicas, culturais e ambientais de cada contexto, exigindo estratégias de intervenção que sejam sensíveis e adaptadas às realidades locais. Ainda que com a devida adaptação, a promoção de sustentabilidade deve ser planeada e abordada de forma integrada em zonas rurais e urbanas, uma vez que os desafios socioambientais afetam ambos os territórios (Liu, et al.,2025).

Em suma, sobre as práticas de sustentabilidade na intervenção comunitária, importa concluir que 35,8% dos projetos analisados articularem os três pilares da sustentabilidade e constituem em si ligações com a intervenção eco-social, por promoverem ações que, de forma holística, visaram responder a problemas, sociais, económicos e ambientais, aproximando a comunidade do ambiente natural, através da capacitação e consciencialização dos diferentes setores comunitários para a necessidade de participação, preservação e cuidado do outro (ser humano, mas também, toda a natureza e a sua biodiversidade). Este vislumbre de práticas promotoras de sustentabilidade na intervenção comunitária, é um dado bastante relevante para a intervenção comunitária em Portugal e para o Serviço Social, pois revela uma preocupação dos profissionais comunitários com a interdependência e interconexão da questão social, ambiental e económica. Os resultados revelam um ajuste dos profissionais comunitários face a uma realidade social cada vez mais complexa, global e sistémica, que exige intervenções que promovam de forma sustentável o desenvolvimento social, económico e a preservação e regeneração do ambiente.

4.2. Participação, Governança e Sustentabilidade

A participação, a governança e a sustentabilidade constituem pilares fundamentais para a construção de sociedades mais justas, resilientes e equilibradas do ponto de vista ambiental, social e económico.

A participação comunitária, entendida como o envolvimento ativo de cidadãos, organizações da sociedade civil e outros atores na conceção, implementação e monitorização de iniciativas, potencia a legitimidade das ações e fortalece a coesão social, assegurando que as necessidades e especificidades da comunidade são consideradas e atendidas.

Sobre a participação e o envolvimento de diferentes atores sociais considera-se, em primeiro lugar, que nos projetos comunitários foram envolvidas instituições locais (promotoras e parceiras), sobretudo entidades do terceiro setor, como IPSS, associações e cooperativas e setor público, na área do poder local, saúde e habitação. Em segundo lugar, os projetos comunitários procuraram envolver a comunidade, incentivando-a a participar em determinadas ações, de um modo específico, ou em todas as ações, de um modo mais abrangente. Ou seja, os vários setores da comunidade foram envolvidos e participaram nas ações de cada projeto, seja em ações específicas para cada setor, como por exemplo ações específicas para jovens ou mulheres, sejam em ações destinadas a toda a comunidade, sem distinção de determinado grupo ou entidade.

Da análise documental foi possível verificar que, para cada ação/atividade proposta foram definidos os "*destinatários preferenciais*". Deste modo, cada projeto identificou um ou mais destinatários (elementos ou grupos da comunidade) mais indicados para participarem em cada ação/atividade, conforme pode observar-se no quadro 4.9.

Quadro 4.9. Destinatários das práticas de sustentabilidade

Destinatários Preferenciais	**Projetos**	**Percentagem %**
Toda a Comunidade	83	94,32
Adultos (população em idade ativa)	73	82,95
Jovens	61	69,32
Idosos	58	65,91
Famílias	52	59,09
Crianças	50	56,82
Mulheres	43	48,86
Migrantes	32	36,36
Pessoas com Deficiência /Doença Mental	30	34,09
Instituições Locais	10	11,36
Projetos Analisados	**88**	

Analisando o quadro 4.9., verifica-se que os 88 projetos que articularam práticas de sustentabilidade identificaram diferentes destinatários da comunidade, desde grupos específicos, organizações e até, a própria comunidade como um todo.

De facto, verificou-se que "Toda a Comunidade" foi escolhida como destinatário preferencial para a concretização das atividades e ações em cerca de 94% dos projetos. O envolvimento de toda a comunidade é considerado o nível mais integrador e ambicioso da participação comunitária, especialmente relevante em projetos com ações e práticas enquadradas nos pilares da sustentabilidade (Schmitz et al., 2012).

Também com um elevado destaque, os "adultos em idade ativa" foram indicados como um grupo preferencial a participar nas atividades em mais de 80% dos projetos. Jovens, idosos, famílias e crianças surgiram como destinatários preferenciais em mais de 50% dos projetos. No caso concreto da participação juvenil, Schusler et al. (2019), defendem que o envolvimento do setor mais jovem da

comunidade tem um potencial exponencial em toda a comunidade, uma vez que a participação juvenil ativa, crítica e empoderada pode contribuir para mudanças comunitárias e políticas, com soluções concretas para problemas sociais, ambientais e económicos. Os autores referem ainda que a integração da participação juvenil na prática eco-social torna os jovens em agentes de mudança local, capazes de influenciar políticas e instituições, fortalecendo movimentos de justiça social e ambiental e o desenvolvimento sustentável local.

Olhando para os 88 projetos, do ponto de vista do contexto territorial, conforme quadro 4.10 verificou-se que "Toda a Comunidade" e os "Adultos" surgem no topo, tanto em territórios urbanos e como rurais. De seguida, nos projetos realizados em contexto rural encontram-se os "Idosos" e nos territórios urbanos encontram-se os Jovens. O envelhecimento nos territórios rurais pode acentuar necessidades de intervenção com esta população, ao passo que nos territórios urbanos os temas/problemas na juventude podem suscitar preocupações mais prementes.

Verificou-se ainda, que os "Migrantes" foram considerados por quase metade dos projetos urbanos enquanto, em território rural este grupo foi referido por quase um quarto dos projetos. Embora ambos os territórios demonstrem alguma preocupação com a população migrante, esta diferença pode estar associada a maior pressão e visibilidade da migração em contextos urbanos.

Quadro 4.10. Destinatários por tipo de território (Urbano e Rural)

DESTINATÁRIOS PREFERENCIAIS			
Territórios Urbanos	**Projetos**	**Territórios Rurais**	**Projetos**
Toda a Comunidade	53	Toda a Comunidade	30
Adultos (população em idade ativa)	50	Adultos (população em idade ativa)	23
Jovens	43	Idosos	22
Crianças	36	Jovens	18
Idosos	36	Famílias	17
Famílias	35	Mulheres	16
Mulheres	27	Crianças	14
Migrantes	24	Pessoas com Deficiência /Doença Mental	14
Pessoas com Deficiência /Doença Mental	16	Migrantes	8
Instituições Locais	9	Instituições Locais	1
Projetos Analisados	**55**	**Projetos Analisados**	**33**

Embora "Toda a Comunidade" tenha sido preferencialmente indicada para a concretização das ações, nos 88 projetos que articularam práticas de sustentabilidade a nível comunitário em Portugal continental, considerou-se importante refletir sobre o conceito de "destinatários preferenciais", utilizado nas candidaturas ao PBS.

No contexto da análise documental, o conceito "preferencial" sugere que, embora determinada atividade possa ser mais adequada, benéfica ou vantajosa para determinado elemento ou grupo, podem juntar-se outros elementos ou grupos, não sendo por isso, exclusiva, restrita nem circunscrita. Já o conceito de "destinatários" refere-se a elementos ou grupos que são beneficiários, visados ou

incluídos numa determinada atividade, assumindo-se, de forma implícita, uma postura passiva por parte destes no processo de conceção e implementação da mesma.

O conceito de "destinatário" tende a desconsiderar o papel ativo e o potencial contributivo dos sujeitos envolvidos, posicionando-os meramente como recetores de ações previamente delineadas. A implementação de programas estatais que consideram os indivíduos e as comunidades como "destinatários" compromete o desenvolvimento local e a transformação dos indivíduos e comunidades, pois perpetua a dependência passiva e permanente e compromete a revitalização do capital humano e social, bem como, a efetiva inclusão e corresponsabilização das comunidades nos processos de desenvolvimento local. Assim, aplicação de programas pré-definidos, sem participação ativa e numa lógica vertical pode resultar em consequências graves para o desenvolvimento local e para a sustentabilidade comunitária (Rocha, 2015).

A intervenção comunitária tem em primeira instância o fito de identificar e resolver problemas sentidos por determinada comunidade e, em segunda instância, a promoção de ações que visam a transformação da realidade social, através da interdisciplinaridade, ativação de sinergias locais, empoderamento e envolvimento dos diferentes atores sociais no desenho de estratégias e soluções, através da participação e co-criação (Healey, 2002; Healy, 2012; Stepney, 2018).

No contexto da intervenção comunitária orientada para o desenvolvimento sustentável (intervenção eco-social) reconhece-se que a mobilização dos diferentes atores sociais em torno das questões ambientais e ecológicas está fortemente condicionada pela sua capacidade de responder às problemáticas que afetam o quotidiano. A efetiva participação pressupõe, assim, não apenas o reconhecimento e a garantia dos direitos fundamentais que impactam o quotidiano das comunidades, mas também, a responsabilização e o fortalecimento da sua autonomia e do espírito de co-criação. Assim, a intervenção eco-social pressupõe a participação ativa dos atores sociais e exige que os profissionais comunitários não se limitem a identificar os destinatários, mas que construam, em diálogo com a comunidade, o desenho das atividades a desenvolver, promovendo uma intervenção mais coesa, contextualizada, transformadora e sustentável (Närhi, 2004).

Com base nesta reflexão (que surgiu no momento da análise documental) e, uma vez que, o envolvimento de todo o tecido social é essencial para a promoção de sustentabilidade, considerou-se pertinente analisar a participação dos "destinatários preferenciais" nas diferentes fases do projeto, nomeadamente, na conceção do projeto, desenvolvimento do projeto (realização das atividades/ações) e avaliação.

Conforme se pode observar no quadro 4.11., existiram projetos em que através da recolha e triangulação de dados não foi possível recolher elementos referentes à participação da comunidade. Não sendo este um elemento estrutural das candidaturas do PBS e com 11 projetos entrevistados foi possível identificar quatro níveis de participação da população nos projetos.

Quadro 4.11. Momentos de Participação da comunidade no projeto

Momentos de Participação	Projetos	Percentagem %
Sem referência à Participação	44	50
Participação na conceção	25	28,41
Participação na criação das atividades/ações	18	20,45
Participação na conceção, criação das atividades e avaliação	1	1,14
Projetos Analisados	**88**	

No caso específico dos projetos que integraram ações nos pilares da sustentabilidade verificou-se que metade dos projetos (n=44) não referiram nem especificaram elementos informativos em relação à participação dos cidadãos. De facto, tendo existido apenas uma participação passiva da população, considera-se que, nestes casos os destinatários foram encarados numa perspetiva top-down e vertical da intervenção, onde a população não foi escutada, apenas foi recetora/destinatária do projeto. Mesmo em entrevista com os profissionais comunitários, foi possível confirmar que em alguns projetos, as candidaturas ao PBS e as suas atividades foram planeadas por técnicos e submetidas para aprovação. Após a aprovação do mesmo foram criados momentos de partilha e apresentação do projeto à população, no sentido de os informar sobre o que iria acontecer, que atividades foram propostas e iriam realizar-se na comunidade.

> *"Aí tenho que dizer que foram propostas por nós, evidentemente. (…) Mas depois, de facto, houve o envolvimento das pessoas e a partir do momento em que houve o envolvimento das pessoas a participação é muito mais efetiva. Evidentemente que as atividades foram propostas por nós, até porque tiveram de ser aceites no projeto."* (Participante 6)

> *"Nós já tínhamos mais ou menos pensado em algumas ações, em tudo que nós fomos sugerindo, e eles não são muito de acrescentar, eles são de validar. Nós temos que pensar e sugerir. E eles dizem, sim ou não? Sugerir por iniciativa própria, não."* (Participante 1)

> *"Digamos que eu comecei a apalpar terreno… foi necessário um diálogo e convívio para eles entenderem o que iria acontecer."* (Participante 8)

Na intervenção comunitária, compreender quais as problemáticas e pressões sociais existentes, bem como, as respetivas formas de as mitigar e solucionar depende do envolvimento e auscultação da população (Stepney, 2018). De facto, alguns projetos procuraram envolver a população na conceção/planeamento da intervenção comunitária (n=25), através da realização de diagnósticos sociais, reuniões de auscultação e de recolha de dados caracterizadores do território.

"Lançar um projeto que vem de fora para a comunidade, não faz parte do meu conceito. O meu conceito é que o projeto tem de partir da comunidade, nascer da comunidade e ser desenvolvido com a comunidade." (Participante 5)

"Nós, antes de fazermos a candidatura, perguntarmos se queriam, porque se não tivesse havido esse movimento eu não sei se nós ganhávamos a candidatura, isso provavelmente também contribuiu para termos ganho a candidatura. (…) Nós já queríamos ter feito lá coisas e já tínhamos ido falar com a Câmara, mas quando apareceram os bairros saudáveis, fui eu que peguei em mim e fui lá falar com as pessoas, perguntar se o que é elas achavam. E eles quiseram ir para frente comigo, e fomos. Depois fizemos a candidatura com o interesse deles". (Participante 7)

Embora sem referência ao envolvimento da população na fase de conceção e planeamento, 18 projetos referiram o envolvimento da mesma, na fase de criação das atividades/ações do projeto. Nestes casos, o projeto pode ter sido submetido sem auscultação da população, mas no momento de execução do projeto, a população foi envolvida no delineamento das ações/atividades a serem desenvolvidas, bem como nos ajustes às mesmas, sempre que necessário.

"Atividades que vimos que não resultavam e foi também com sugestão deles que foram alteradas e, portanto, houve um trabalho sempre muito de proximidade e de tentar chegar aos seus gostos e às suas necessidades." (Participante 10)

"Nós tínhamos 15 atividades que eram obrigatórias de implementar e eu lembro-me que o projeto foi tão bem-sucedido porque nós chegámos ao final e conseguimos para além das 15, fazer mais de 30 atividades. Tudo originado da participação e da envolvência que cada um trazia e das ideias que apareciam." (Participante 11)

Considera-se fundamental o envolvimento da população em todas as etapas do projeto de intervenção (conceção, execução/implementação das ações e de avaliação), sobretudo em intervenções comunitárias impulsionadoras de desenvolvimento local, mudança e de sustentabilidade. Devem ser intervenções que privilegiam estratégias botton-up, onde a população é o centro da intervenção e, idealmente participa em todas as etapas do projeto comunitário.

Da análise documental, identificou-se apenas 1 projeto que apresentou esta visão efetivamente integradora da participação da população na conceção, execução e avaliação do mesmo. Este projeto, realizado numa zona urbana, na área Metropolitana de Lisboa, seguiu uma linda de intervenção comunitária orientada para a população idosa, envolvendo toda a comunidade. Na fase de conceção a população participou em reuniões de auscultação realizadas nos domicílios de pessoas idosas,

permitindo a identificação de dificuldades, expectativas e objetivos. As atividades incluíram ações de sensibilização sobre demências, devolução de feedback à comunidade e a integração de jovens NEET e adultos desempregados na criação de materiais de estimulação cognitiva e sensorial para pessoas com demência, utilizando preferencialmente materiais reciclados e com apoio técnico, configurando trabalho pontual remunerado. Paralelamente, foram prestados serviços de saúde domiciliários, como fisioterapia e apoio psicológico, visando o bem-estar dos idosos e seus cuidadores, por meio de parcerias comunitárias. A população mais idosa e seus cuidadores foram também envolvidos na fase de monitorização em primeiro lugar, na avaliação dos protótipos e materiais criados, promovendo melhorias e personalização e, em segundo lugar, na avaliação da satisfação e de impacto dos produtos, na estimulação cognitiva e sensorial. Contudo, a existência de apenas um projeto com envolvimento comunitário em todas suas as fases suscita reflexão sobre a sustentabilidade das ações, revelando uma tendência para considerar a população como recetora passiva, em vez de agente central e ativo na intervenção.

Em entrevista, alguns profissionais comunitários referiram sentir dificuldades em incentivar e aumentar a participação e o envolvimento da população no projeto, sobretudo a população masculina, por serem o elemento do agregado familiar que providencia o sustento.

> *"Também não tivemos uma adesão tão grande, foi complicado conseguir chegar a outras pessoas."* (Participante 10)

> *"Por acaso até acho que a envolvência das crianças foi superior à que estava pensado, mas de resto sempre achamos que os homens...que nós já conhecemos o empreendimento, já sabemos que os homens iam ser mais difícil de envolver. (…) Em termos de adesão às atividades, tínhamos uma população maioritariamente feminina, poucos homens a aderir, até porque os homens participavam menos e até trabalham mais."* (Participante 3)

> *"Então o desafio que nós hoje temos muito grande desde logo, vivemos um tempo onde a disponibilidade das pessoas para a participação é muito pouca. É muito pouca em termos de tempo e muito pouca em termos de vontade. Há um pouco, algum egoísmo, algum viver a sua vida e há uma dificuldade enorme em captar, em cativar, em mobilizar pessoas para estas questões sociais e associativas a vários níveis, a todos os níveis quase. Eu acho que aqui é uma questão muito de mudança de mentalidade que é muito difícil."* (Participante 5)

Em contexto de intervenção comunitária, a governança refere-se aos mecanismos, estruturas e processos de tomada de decisão que visam promover a participação ativa, a transparência e a responsabilização dos diversos atores sociais, nomeadamente instituições públicas, organizações da sociedade civil, setor privado e, sobretudo, as próprias comunidades residentes locais (Charles, et al., 2020). No âmbito do PBS percebeu-se que cada projeto tinha uma entidade promotora (organização local) e outros parceiros institucionais ou individuais (mediadores e pessoas famosas oriundas do território). Como se pôde verificar, a população local foi envolvida em pelo menos uma das fases do projeto, em 44 dos 88 projetos que integraram ações nos pilares da sustentabilidade. Esta participação ocorreu, principalmente através de reuniões, onde a população residente foi auscultada, ouvida e teve uma palavra a dizer em pelo menos um momento de desenvolvimento do projeto comunitário.

> *"Tivemos muitas reuniões, convocamos as pessoas."* (Participante 3)

A população residente, em alguns projetos foi representada por associações, grupos ou comissões locais de moradores, que conhecem a realidade, necessidades e expetativas da população residente e os representam junto de outras entidades. A existência de grupos associativos e cooperativas envolvidas na conceção do projeto como parceiros configura uma forma de governança local. Salienta-se que uma das práticas sociais de sustentabilidade apresentada no início deste capítulo refere-se, precisamente ao incentivo e à criação deste tipo de grupos e associações, que integram saberes locais e garantem a participação da comunidade, num diálogo multissetorial e na tomada de decisões, assegurando que as políticas e projetos implementados respondem efetivamente às necessidades e prioridades da população. De facto, estas associações locais foram envolvidas como parceiros em 29 projetos e foram entidades promotoras em nove projetos.

> *"O projeto foi pensado com representantes da comunidade, digamos assim, portanto pela Associação de Moradores."* (Participante 10)

> *"Eu penso que é muito esta ideia, é apoiar estas iniciativas base, por exemplo, a constituição das associações, é o ser parceiro em projetos, então se forem projetos submetidos por estas entidades, melhor ainda, porque serão eles próprios a garantir a realização localmente de atividades que fazem sentido para um determinado tipo de população."* (Participante 5)

Sobretudo nos projetos que estimularam a criação destes grupos e associações de moradores, a governança local surgiu como um objetivo, uma missão de empoderamento e transformação que promove a coesão social, a resiliência comunitária e a construção de soluções coletivas para desafios complexos, como a pobreza, a exclusão social ou a degradação ambiental.

"Propõe-se uma Governança Local Partilhada e (efetivamente) Participativa, assegurando uma visão integrada dos problemas e a sua co-gestão democrática. Estrategicamente, pretende-se valorizar a diversidade das gentes do bairro (etárias, sociais, culturais, geográficas), dando-lhes voz e poder para intervir na vida pública e em comunidade." (Projeto comUN1DA*)*

Como elementos igualmente fundamentais para a governança local, foram envolvidos como parceiros dos projetos outras entidades na área da saúde, poder local, educação, IPSS e entidades privadas, na área do desporto, artes e jardinagem e cultivo.

"Sobretudo o município e a saúde, sim, foram muito importantes. (…) essas duas entidades foram fundamentais, sem elas era impossível implementar o projeto, no todo." (Participante 1)

"A nossa maior entidade parceira foi a Câmara Municipal." (Participante 8)

"Cruz Vermelha, a Universidade, diria que a Junta de Freguesia realmente tem um papel muito próximo também pelo seu carácter, pela sua natureza. (…) *A Junta de Freguesia tem um envolvimento com a Associação de Moradores incrível, portanto, tem feito tudo o que é possível e ao alcance deles para trabalhar."* (Participante 10)

"A Câmara Municipal, era a nossa parceira principal, foi muito importante porque em certos momentos de não resposta, de não diálogo, conseguiu mostrar a sua presença e dar a celeridade a alguns processos." (Participante 9)

"A empresa municipal de gestão habitacional teve algum envolvimento. O agrupamento de escolas foi envolvido, até por causa dos resultados das crianças." (Participante 3)

"Quer as mais institucionais, com a câmara municipal, quer com a Junta de Freguesia, quer depois com as escolas, com o centro de bem-estar infantil, com o agrupamento dos escuteiros. (…) estas parcerias são extraordinárias, não só pelos utentes, mas porque ao aderir, ao convocar as crianças dos escuteiros ou das escolas, ou do centro de bem-estar infantil, estamos automaticamente ou indiretamente a convocar os pais." (Participante 5)

"As instituições privadas e não privadas que foram nossas parceiras foram imensas. Portanto, principalmente até por causa das caminhadas, por causa do envolvimento, tivemos as farmácias que depois também fizeram aquelas parcerias,

até mesmo privados na área do desporto também aceitaram e fizeram algumas atividades financiadas, outras não financiadas." (Participante 2)

Considera-se que os projetos analisados que envolveram a comunidade em algum momento do desenvolvimento do projeto evidenciaram uma preocupação com a participação da comunidade e conseguiram potenciar a governança local, através do envolvimento de grupos comunitários já existentes no desenvolvimento dos projetos, ainda que num nível de participação comunitária mais consultiva e deliberativa, uma vez que a população foi envolvida na recolha de opiniões e sugestões sobre ideias, por vezes pré-existentes por parte das entidades promotoras dos projetos, não estando sempre claro o poder decisório vinculativo da mesma. Da análise dos projetos tratou-se de uma participação onde foram promovidos diálogos e, em alguns casos negociações, que visavam em última instância a construção de consensos em torno do projeto ou ações a serem desenvolvidas. Nos nove projetos comunitários promovidos por grupos de moradores considera-se a população encontrou-se representada através dos mesmos, bem como assegurada a governança local na execução do projeto.

Em suma, sobre as estratégias locais de sustentabilidade apresentadas neste subcapítulo resultaram algumas reflexões, especialmente sobre a participação e envolvimento dos cidadãos. Da análise dos projetos que articularam os pilares da sustentabilidade (n.88), bem como no total dos projetos (n=246), em apenas 1, foi possível documentar o envolvimento da comunidade na conceção, desenvolvimento do projeto e avaliação. Embora apenas um projeto tenha envolvido a população em todas as fases é de ressalvar que dos 88 projetos com ações promovidas nos três pilares de sustentabilidade, 50% envolveram a população em alguma fase (na conceção, implementação ou avaliação do projeto). Através das entrevistas e da triangulação dos dados, foi ainda possível identificar a existência de nove projetos promovidos por grupos locais e comissões de moradores, bem como, o envolvimento destes grupos como parceiros em 29 projetos. Mas para se promover desenvolvimento local sustentável torna-se urgente refletir sobre a própria sustentabilidade das intervenções comunitárias que não envolvem os elementos da comunidade, desde cidadãos-chave/representantes, famílias, instituições locais públicas e privadas, comunidades vizinhas e decisores políticos. Só por meio de uma participação efetiva, integradora e inclusiva será possível promover desenvolvimento local e responder de forma sustentável aos problemas sociais, económicos e ambientais das comunidades. Para promover o desenvolvimento sustentável por meio da prática eco-social, é essencial que a intervenção comunitária se baseie em abordagens bottom-up, envolvendo toda a comunidade em todas as suas fases. Isso implica valorizar a participação e a parceria com os atores locais, respeitando os direitos, responsabilidades e objetivos de cada um, na construção de iniciativas que buscam a sustentabilidade social, ambiental e económica na intervenção comunitária.

4.3. Métodos e Estratégias na Intervenção Comunitária

No âmbito da presente investigação, procurou-se abordar o quarto objetivo específico, que consistia na "sistematização de metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais". Conforme mencionado no capítulo anterior, os dados recolhidos evidenciaram o envolvimento de profissionais de Serviço Social em alguns projetos comunitários, tanto em contextos rurais como urbanos. Verificou-se ainda que este envolvimento foi em alguns casos, através do voluntariado, parcerias e estágios. Talvez por este motivo, durante o processo de seleção de participantes para a realização de entrevistas semiestruturadas, não foi indicado qualquer assistente social como profissional responsável pela intervenção dos projetos analisados. Em consequência, nenhum profissional de Serviço Social foi incluído no universo de entrevistados desta investigação, o que limitou a recolha de dados específicos sobre os métodos de intervenção e monitorização desta categoria profissional. Contudo, procedeu-se à análise dos métodos de intervenção e monitorização adotados nos projetos do PBS, atendendo à presença, direta e/ou indireta, de influências ou práticas associadas ao Serviço Social.

A nível comunitário, os métodos de intervenção referem-se às abordagens teóricas e práticas utilizadas em prol da participação, do desenvolvimento local e da transformação estrutural e endógena das condições de vida das comunidades. No âmbito dos projetos do PBS que integraram os pilares da sustentabilidade em suas intervenções comunitárias, identificou-se que apenas 26 projetos fizeram referência a métodos e estratégias de intervenção. Não sendo possível dizer que os restantes 62 projetos tenham decorrido sem quaisquer métodos de intervenção, afirma-se apenas, que no âmbito da análise de dados, não foi possível identificar elementos que revelem ou possam ser associados a métodos de intervenção.

O quadro 4.12. apresenta os métodos e estratégias de intervenção identificadas nos projetos, através da triangulação dos dados recolhidos na pesquisa documental e nas entrevistas semiestruturadas.

Quadro 4.12. Métodos e Estratégias de Intervenção identificados

MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO	Nº DE PROJETOS
Ativa/Participativa	15
Criativa/Artística	8
Trabalho colaborativo/Co-criação	7
Educação de pares/Não formal	2
Investigação/Ação	1
Coaching Coletivo	1
Dinâmicas de grupo	1
Projetos Analisados	**88**

Os métodos "Ativo/Participativo" referidos por 15 projetos foram os principais métodos e estratégias de intervenção utilizadas pelos projetos que promoveram atividades nos pilares de sustentabilidade. Em alguns projetos, estes métodos foram utilizados numa perspetiva orientadora de todo o projeto e ações e, noutros projetos, como método utilizado apenas em certas atividades como workshops, desenvolvimento de competências, artísticas e sessões de sensibilização e intervenção, sobretudo ambiental, potenciando um maior envolvimento e apropriação das ações, das reflexões e aprendizagens informais.

> *"A metodologia foi a participação."* (Participante 7)

> *"De forma participada, de forma colaborativa, de tal modo, de forma inovadora, que pudesse, efetivamente, gerar impactos ao nível da comunidade"* (Participante 5)

> *"Foi sempre algo muito ativo."* (Participante 3)

O recurso aos métodos "Ativo/Participativo" e "Colaborativo/Co-criação" (referido por 7 projetos) procurou enfatizar a centralidade dos atores locais, mobilizando e potenciando recursos, conhecimentos e competências para a concretização das práticas sociais, ambientais económicas, anteriormente apresentadas.

> *"A nossa metodologia era o estar com eles e poder participar, fazerem eles as coisas. (…) Tínhamos essas ações ligadas, pronto, com artistas, mas depois também tínhamos a conversa. Tínhamos o estar. Essa premissa foi fundamental."* (Participante 7)

> *"Foi o método participativo e o colaborativo. E foi, acima de tudo, esses dois. E escolhemos esses porque sentimos que são aqueles que têm mais resultados e é aquele que é mais possível ser executivo com os recursos que tínhamos, que eram poucos. Portanto, tínhamos de pôr as pessoas a colaborar e a participar. (…) E nós aqui temos muito esse exemplo, de partilhar na festa, de partilhar nas atividades, mas também de partilhar no trabalho."* (Participante 5)

A ativação, participação e colaboração da população assentou numa perspetiva valorizadora da pessoa e da população, colocando-os no centro da intervenção, neste caso no centro do projeto e suas atividades. De facto, em contexto de entrevista, com os profissionais comunitários foi possível verificar esta perspetiva de intervenção focada na pessoa e na mobilização de recursos endógenos, potenciando a participação da população, através do envolvimento de pessoas estratégicas.

"Os métodos, eu acho que foi muito o da pessoa à rede. (..) desde o início que a primeira atividade é o meu jardim, ou seja, nós estávamos à procura de pessoas que plantam, sejam quais forem e podia ser um vaso à porta de casa, não tem de ser um jardim enorme, mas aquela pessoa já é cuidadora. E como é que se ativam estas pessoas? É, aos poucos, como é que essas pessoas que são parceiros, que são também guardiões...elas podem trazer outras pessoas para se juntarem ao movimento. Nós fizemos um ajuste naquilo que foi o nosso projeto e para poder permitir que todas essas pessoas com as quais nós contactamos, que nós ativamos, pudessem vir ao nosso espaço, à nossa casa, que é a nossa horta, a nossa floresta. Portanto, eu acho que a maior estratégia é esta ideia de que as pessoas têm esse poder de se contaminar positivamente." (Participante 9)

O método "Artístico/Criativo" esteve presente em 8 projetos, através de atividades relacionadas com criação de produtos e as artes performativas. De facto, foi possível identificar projetos que recorreram a um conjunto de ações artísticas e expressivas, como fotografia, teatro, música, performance e contador de histórias.

"Foi muito através da área artística, das artes, da música também." (Participante 8)

"Música, música. De facto, a música é uma linguagem universal, lindíssima, que aglutina as pessoas. (Participante 6)

"Nos filmes havia coisas, exemplo, performance era mesmo coisa participativa. No livro era para ter sido tudo participativo, tirámos-lhes o texto, ficaram com a ilustração." (Participante 7)

"Portanto, nível de sensibilização, foram usadas várias formas de sensibilizar, como disse, tentámos utilizar a arte." (Participante 10)

"Organização de exposições temáticas numa lógica de captação de talentos, de várias áreas como Pintura, Escultura, Costura, Fotografia, Literatura, Ilustração, entre outras áreas igualmente criativas." (Projeto Circular)

No contexto dos projetos que promoveram atividades nos pilares de sustentabilidade, a utilização de estratégias artísticas e criativas não se limitou à sua componente de entretenimento. Este método foi utilizado como mecanismo de mobilização da população, pessoas com algum talento ou interesse por arte, mas também, curiosos e apreensivos, potenciando a participação e a ação coletiva em prol

de objetivos artísticos comuns, muitas vezes com princípios sociais e ambientais subjacentes e implícitos. De acordo com Healy (2012), a mobilização da população, através da arte e da arte comunitária configura uma abordagem criativa de promoção da participação e do envolvimento dos diferentes membros de uma comunidade.

Em entrevista com os profissionais comunitários foi ainda possível perceber que alguns projetos decorreram, tendo com guia orientador o cronograma e as atividades definidas e aprovadas em candidatura ao PBS. Ou seja, existiram projetos que decorreram baseados numa metodologia de intervenção focada no cumprimento das atividades propostas em sede de candidatura e dos prazos impostos pelo programa.

> *"Método intervenção específico. Nós não tivemos um método em concreto. Em termos de intervenção, foi mesmo guiar o dia, o dia a dia."* (Participante 11)

> *"Métodos de intervenção. Não consigo salientar um específico. Os nossos métodos de intervenção eram por datas já definidas, no nosso cronograma de trabalho. Era sabermos que naquele timing tínhamos que dinamizar aquela atividade e focávamos naquilo. Ou seja, era quase seguir o cronograma. A metodologia era: vamos cumprir prazos, depois nós tínhamos prazos para execução das atividades, vamos executar os prazos que estão previstos. E depois era fazer uma série de contactos e de diligências, no sentido de que a atividade se concretizasse. Por isso, a metodologia era um caminho imposto também pelo próprio cronograma, porque havia timings a cumprir. E nós definíamos prioridades. Era uma questão de diariamente definir prioridades mediante o cronograma que estava estipulado."* (Participante 1)

Embora possa-se associar a descrição contida neste excerto à metodologia de projeto, considera-se que neste caso específico, a intervenção comunitária focou-se muito mais na execução das atividades, tendo mais em vista os resultados, do que propriamente os meios e as formas de se fazer. Além disso, a rigidez excessiva na observância e cumprimento do cronograma pode limitar ou inibir a natureza dinâmica e participativa destes projetos, onde a adaptação e ajuste a necessidades emergentes deve acontecer, em prol do desenvolvimento local sustentável.

Idealmente em termos de projetos comunitários podem ser adotados diferentes métodos e estratégias de intervenção, em função dos objetivos e das características contextuais dos territórios e da sua população.

> *"Os métodos de intervenção foram diferenciados de acordo com o público-alvo e as atividades que se pretendiam implementar. (…) as atividades também foram em conta ao público-alvo e aos objetivos que se queriam alcançar."* (Participante 10)

De facto, os métodos e estratégias de intervenção podem ser diversificadas e adaptadas a cada grupo de uma comunidade, podendo trazer benefícios para a intervenção comunitária, desde que sem demasiada fragmentação do tecido social. Como salienta Loureiro et al. (2013), é importante refletir sobre o padrão de intervenção comunitária, tendencialmente fragmentado e setorial, descurando o envolvimento da comunidade e o holismo sistémico, essenciais para o desenvolvimento local.

Em síntese, sobre as metodologias de intervenção em contextos comunitários urbanos e rurais, verificou-se que 26 projetos documentaram explicitamente métodos de intervenção, com destaque para as abordagens "Ativa/Participativa" (15 projetos) e estratégias "Criativas/Artísticas" (8 projetos), seguidas de métodos de "Trabalho Colaborativo/Co-criação" (7 projetos), "Educação de Pares" (2 projetos), e outras estratégias como Investigação-Ação, Coaching Coletivo e Dinâmicas de Grupo (1 projeto em cada estratégia). Verificou-se ainda que alguns projetos seguiram uma abordagem mais instrumental, centrada no cumprimento dos cronogramas e na execução das atividades pré-definidas.

Os resultados indicam que os projetos que explicitamente adotaram métodos e estratégias de intervenção privilegiaram abordagens participativas, artísticas e colaborativas. No entanto, os resultados evidenciaram também que 62 projetos não explicitaram em sede de candidatura, nem em entrevista, informação sobre métodos e estratégias de intervenção, sugerindo uma possível carência de reflexão, por parte das entidades promotoras e parceiras, sobre as metodologias de intervenção comunitária (a serem empregues). A ausência de informação e conhecimento sobre os métodos e estratégias de intervenção adotados pelos projetos representou um desafio para a sua documentação e sistematização, no âmbito da presente tese. A definição de métodos e estratégias de intervenção, associada à definição de objetivos e metas, que podem ser qualitativas e quantitativas, permite e facilita a monitorização constante da intervenção, ajustes e reajustes, bem como, a consequente avaliação.

4.3.1. Monitorização e Avaliação na Intervenção Comunitária

A par da análise e sistematização dos métodos de intervenção empregues pelos projetos que articularam práticas nos pilares da sustentabilidade analisou-se também, formas e estratégias de monitorização e avaliação dos mesmos, por se considerarem fundamentais na intervenção comunitária, para garantia da eficácia, pertinência e sustentabilidade das ações implementadas.

De um modo sucinto e, do ponto de vista conceptual, a monitorização refere-se ao registo e acompanhamento contínuo das atividades, recursos e resultados intercalares de um projeto, que permite identificar aspetos positivos, mas também, constrangimentos e oportunidades de ajuste e melhorias numa fase inicial ou intermédia do projeto. A avaliação refere-se ao momento de análise crítica e rigorosa dos resultados e dos seus impactos, recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos para determinar o grau de alcance dos objetivos propostos, bem como os efeitos a curto, médio e longo prazo nas comunidades envolvidas (Oakley & Clayton, 2003).

Embora a monitorização e a avaliação sejam, do ponto de vista metodológico dimensões distintas de um projeto, no contexto da análise realizada percebeu-se que ambas surgiram em conjunto, tendo sido possível identificar 4 tipos de monitorização e avaliação, conforme apresentado no quadro 4.13.

Quadro 4.13. Monitorização e Avaliação da Intervenção Comunitária

ESTRATÉGIAS DE MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO	Nº DE PROJETOS
Reuniões Intercalares e Finais	10
Avaliação Informal	7
Avaliação de Impacto	5
Execução do Cronograma	2
Projetos Analisados	**88**

Dos 88 projetos analisados, apenas 21 mencionaram explicitamente uma ou mais estratégias de monitorização e avaliação. Nos restantes 67 projetos, não foi possível identificar se foram ou não aplicadas estratégias, nem quais foram utilizadas.

Como se pode verificar no quadro 4.13., as estratégias mais utilizadas foram a realização de reuniões, com diferentes periodicidades e a avaliação informal.

A realização de reuniões intercalares, no caso da monitorização e reuniões finais, no caso da avaliação foi referida por 10 projetos.

> *"Nós fazíamos reuniões semanais ou de 15 dias em 15 dias. (…) Então tínhamos reuniões até mesmo para conhecer, para dar uma opinião, para perceber o que é que estava mal, o que é podia melhorar. (…) As reuniões, de certa forma, eram a melhor ferramenta para perceber e orientar."* (Participante 2)

> *"Com as entidades parceiras, houve várias reuniões mensais, onde era avaliado o impacto, o que estava a ser feito, o que podia ainda ser feito. Pronto, havia essa preocupação de reunirmos pelo menos mensalmente para estarmos interligados todos, para haver proximidade, para toda a gente saber o que estava a ser feito."* Participante 11)

> *"Reunião de avaliação intercalar: Reuniões com parceiros e entidades de articulação de forma a reconhecer os próprios limites, a reflexão individual e coletiva, da procura dos pontos fortes e dos pontos fracos e das múltiplas causas que podem estar presentes na implementação do projeto e assim corrigir ou reprogramar atividades e modos de intervenção."* (Projeto Brenha)

> *"A monitorização e avaliação do projeto será feita ongoing (…). De forma a monitorizar e avaliar a intervenção do projeto ao longo do seu desenvolvimento e a proceder atempadamente aos ajustes necessários, será realizado o seguinte: Reuniões de equipa semanais; Reuniões trimestrais com os técnicos de acompanhamento para aferir ajustes que sejam necessários fazer na intervenção; Relatório semestral de monitorização e Relatório anual de avaliação."* (Projeto Hortas do Mar)

> *"Todas as semanas, às segundas-feiras de manhã, fazíamos uma pequena reunião de equipa técnica, também para avaliar, perceber o que estava a ser feito, o que não estava, o que é que tínhamos de reajustar. Foi basicamente isso, pois não houve entrevistas, não houve inquéritos… fazíamos reuniões, isso sim, tinha de ser."* (Participante 1)

De facto, a realização de reuniões intercalares e finais foi das estratégias de monitorização e avaliação do projeto referida pela maioria dos projetos, que se dedicaram a monitorar e avaliar o mesmo. Nestas reuniões de monitorização e avaliação foram discutidas e documentadas as atividades realizadas e as principais conclusões sobre como estas decorreram, bem como, orientações de melhorias futuras. Observou-se que, de um modo geral, a monitorização e avaliação, quando realizadas através de reuniões, envolveu predominantemente os elementos da equipa técnica das entidades promotoras e, em alguns casos, parceiros institucionais. Dos projetos que documentaram estratégias de monitorização e avaliação, observou-se ainda que alguns incluíram a participação (direta ou indireta) da população nessas reuniões. Nos projetos em que a população foi convidada a participar (ou foi representada), a monitorização e a avaliação assumiram um carácter mais participativo e inclusivo, o que, do ponto de vista da intervenção comunitária evidencia uma valorização do diálogo horizontal e uma apropriação coletiva dos resultados, tanto dos sucessos como dos desafios enfrentados. Esta abordagem alinha-se com os princípios da governança local e da democratização dos processos decisórios e da sustentabilidade das intervenções, ao promover a corresponsabilização e a capacitação dos membros da comunidade (Charles et al., 2020; Fetterman, 2001).

"Nós fazíamos, depois da fase do covid mais tranquila, chegamos a fazer duas reuniões com a comunidade." (Participante 1)

"Nós a avaliação do projeto, nós não utilizamos muitas ferramentas, nós fizemos basicamente uma retrospetiva com os moradores, uma retrospetiva com as entidades parceiras, ou seja, foi muito baseado no oral e talvez em dinâmicas que foram feitas em certas atividades" (Participante 11)

"Reuniões mensais com os participantes para aferir aspetos a corrigir e aspetos a reforçar" (Projeto Hortas do Mar)

"De forma a conseguir corrigir, melhorar ou mesmo reorganizar o projeto, avaliar com as famílias e alunos participantes. (…) Reuniões de avaliação final com parceiros e entidades de articulação, bem como o público-alvo." (Projeto Mentores Romani)

A análise dos dados evidenciou que, em alguns casos, estas reuniões integraram uma estratégia complementar de monitorização e avaliação: a avaliação de impacto, operacionalizada através da utilização de indicadores de processo e de resultado, referida em 5 projetos.

"Definição de indicadores de monitorização e avaliação do projeto e implementação do respetivo plano de trabalho. (Projeto Bairro em Movimento)

"Avaliação de impacto do projeto que irá permitir medir os benefícios, ajustar metodologias e definir novas estratégias, maximizando os objetivos pretendidos." (Projeto CriativaMente)

"Nós já temos internamente um sistema de monitorização, porque nós geralmente fazemos avaliações de processos, resultados e impacto. E neste caso em especial fizemos muita avaliação do processo e de resultados. Então nós acabamos por ter sempre instrumentos, onde recolhemos alguns dados para alimentar indicadores e depois percebemos se temos mais ou menos desvios dos resultados que nos tínhamos comprometido à cabeça com o programa." (Participante 3)

Com a utilização de indicadores de processo e resultado, as entidades promotoras puderam fazer uma análise sistemática dos efeitos gerados pelas intervenções, tanto em termos de execução operacional, como de alcance dos objetivos propostos. Deste modo, a avaliação de impacto permitiu avaliar não só a execução das atividades, mas também os efeitos e resultados alcançados pelas mesmas. Em contexto de entrevista procurou-se aprofundar sobre os indicadores usados para avaliar

este projeto, mas o profissional entrevistado referiu desconhecer em detalhe o que foi utilizado no projeto.

Noutros projetos a realização de reuniões serviu o propósito de monitorização da execução do cronograma definido, ou seja, em alguns projetos verificou-se que, a estratégia de monitorização e avaliação limitou-se ao cumprimento do que estava pré-definido e foi aprovado em sede de candidatura ao PBS.

> *"Nós próprios tínhamos algumas metas que fomos monitorizando no sentido de perceber que estamos a chegar a dois terços do projeto, o que é que nos falta, o que é que conseguimos, mas eram metas pouco científicas, quer dizer, éramos nós próprios que sabíamos que, olha, aqui na atividade do centro de partilha temos que chegar a 100 pessoas apoiadas. Ok, então a dois terços do projeto em quantas estamos? Mas, não tínhamos instrumentos científicos, digamos assim, para nos ajudar nisto."* (Participante 5)

No caso deste projeto, considera-se que a monitorização e avaliação do projeto limitou-se à execução do cronograma pré-definido, sem incorporar mecanismos sistemáticos de reflexão ou adaptação. Esta estratégia de monitorização e avaliação tende a ser instrumental e operacional, focada no acompanhamento e cumprimento de prazos, atividades e recursos, em detrimento de uma análise crítica, qualitativa e participada dos resultados ou impactos.

Da análise dos dados foi ainda, possível identificar que 7 projetos realizaram uma avaliação informal das atividades, com base em questionários de satisfação e recolha de feedback em conversas informais.

> *"Eu diria que não houve uma avaliação formal externa, houve sim uma avaliação que foi sendo feita ao longo do projeto, portanto em praticamente todas as atividades foi feito um questionário de satisfação. Alguns mais formais, outros mais informais, mas tentamos sempre também entender se as atividades estavam a ser proveitosas e se estavam a ir de encontro aquilo que eram as expectativas dos beneficiários dessas atividades. (…) E, portanto, foi sendo feita uma monitorização, talvez mais informal, e uma avaliação que, de certa forma, também tivemos de fazer para responderem ao programa." (Participante 10)*

> *"Eu não sei se nós chegámos a formalizar algum tipo de questionários com eles. A nossa avaliação para já, a questão de fazer aquilo que nos tínhamos proposto fazer: número de atividades, as atividades e o número de pessoas que tínhamos dito que apareciam e conseguimos ter. Essas coisas quantitativas, fizemos nos relatórios,*

fomos entregando, fomos fazendo. Eu acho que nós formalizámos em alguns momentos, com umas carinhas, fomos-lhes perguntando para eles se posicionarem em relação a alguns aspetos. Tenho ideia de fizermos isso, mas não demos assim, tanta importância." (Participante 7)

"Utilizámos questionários, obviamente, utilizámos as evidências que o próprio programa nos pedia. (…) A cada atividade, percebíamos se ela tinha resultado ou não. Quantos participaram, porque o programa pergunta quantos. Quantas pessoas participaram." (Participante 6)

Embora sem grande rigor metodológico a avaliação informal no contexto da intervenção comunitária do PBS funcionou como forma de recolha de informações, sobre a satisfação da população e, sobre possíveis melhorias em atividades futuras, trazendo uma certa flexibilidade e adaptação do projeto à população por meio da participação.

Na perspetiva de um profissional comunitário entrevistado, seria igualmente relevante e pertinente que se tivesse realizado uma avaliação pós implementação e conclusão do projeto, isto é, uma avaliação dos resultados e impactos no longo prazo.

"E eu penso que seria importante, muito sinceramente. Tivemos um ano de intervenção, passados seis meses morreu tudo? O que é que falhou? Até a nível nacional avaliar, não é? Porque se todos os projetos, passados seis meses, morreram, não houve continuidade de uma ou duas, pelo menos uma ou duas ações, algo vai muito mal. Eu não tenho conhecimento de que tenha sido feita essa avaliação, muito sinceramente, mas eu considero que seria importante." (Participante 4)

Na intervenção comunitária a realização de uma avaliação a longo prazo refere-se a uma análise sistemática dos impactos duradouros e das transformações estruturais geradas por um projeto, realizada um período após o término do mesmo. Esta avaliação procura aferir a sustentabilidade das mudanças introduzidas pelas atividades e ações desenvolvidas e a efetividade das intervenções comunitárias. No fundo esta avaliação busca identificar e compreender os efeitos da intervenção na melhoria das condições de vida, na autonomia e desenvolvimento locais, numa lógica participativa e de estudo follow-up. Ao envolver a comunidade e adotar uma perspetiva crítica e reflexiva, a avaliação a longo prazo é uma mais-valia para assegurar que os benefícios das intervenções comunitárias perdurem ao longo do tempo, alinhando-se com os princípios de desenvolvimento sustentável e da intervenção eco-social.

Em síntese, a articulação entre monitorização e avaliação em intervenção comunitária deve assentar em estratégias e ferramentas que analisam e avaliam mudanças introduzidas, no curto e no longo prazo, privilegiando sempre a participação da comunidade, quer na partilha dos resultados como na sua própria mudança comunitária e desenvolvimento local.

CAPÍTULO 5

INTERVENÇÕES COMUNITÁRIAS SUSTENTÁVEIS: DESAFIOS E INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

5.1. A Sustentabilidade da própria Intervenção Comunitária: O que fica da intervenção?

A sustentabilidade das intervenções comunitárias constitui um dos pilares fundamentais para a efetividade e o impacto duradouro dos projetos de desenvolvimento local, exigindo uma abordagem holística e integrada, que transcende a mera execução de atividades. Mesmo quando apoiada por metodologias robustas de monitorização e avaliação, a sustentabilidade não se esgota na execução técnica ou na medição de resultados, sobretudo os imediatos. Em vez disso, requer a integração de dimensões sociais, económicas, ambientais e institucionais, de modo a garantir que as transformações geradas se mantenham e evoluam de forma autónoma e adaptativa ao longo do tempo.

Nos capítulos anteriores foram apresentados os resultados sobre o enquadramento do conceito de sustentabilidade na intervenção comunitária, bem como, as práticas de sustentabilidade (ambientais, sociais e económicas) desenvolvidas nos projetos no âmbito do PBS, e os métodos de intervenção, monitorização e avaliação dos mesmos. Embora, tenham sido identificadas práticas de sustentabilidade, com envolvimento da população em metade dos projetos, considerou-se pertinente apreender a visão dos profissionais comunitários entrevistados sobre a sustentabilidade dos projetos que desenvolveram. A análise dos dados evidenciou que alguns profissionais acreditam que foram deixadas sementes que ainda florescem atualmente.

> *"Há muitas coisas que continuaram, felizmente. Há muitas coisas que felizmente continuaram. (…) E os resultados foram acima das nossas expectativas e o que temos hoje, já lá vão, já não sei quanto tempo, o que temos hoje está ainda a funcionar, é um exemplo de um projeto sustentável a vários níveis, desde o ponto de vista económico e social".* (Participante 5)

> *"Pronto, são aqui dois caminhos para a sustentabilidade da própria terra, a sustentabilidade daquela aldeia e, por outro lado, a sustentabilidade do projeto, ou manutenção da vida que se criou. (…) Continuam a organizar coisas. E telefonam-*

nos de vez em quando para saber se queremos ir lá, porque vai haver um almoço, haver isto, vai haver aquilo, vai haver uma exposição, vai haver pronto, coisas que eles continuam a organizar." (Participante 7)

"Acho que a economia circular, no fundo, efetivamente, aconteceu aqui, foi algo que ficou também como semente (…) para um uso mais eficiente dos recursos. (…) E, portanto, este uso eficiente dos recursos foi de facto uma batalha ganha, aliás *é uma batalha que nunca está ganha, mas foi de facto algo importante.* (Participante 5)

"Temos, por exemplo, toda a sensibilização dos turistas, uma vez também escolhemos fazer outdoors e, portanto, temos muita comunicação que ainda hoje prevalece e que sabemos que é utilizada, foram feitos acordos e foram feitas coisas que continuam e que sabemos que estão sendo utilizadas. (…) Temos no fundo coisas que ficaram, foram criadas muitas ferramentas, algumas delas estão a ser utilizadas ainda hoje, outras têm potencial de utilização futura, mas eu diria que sim, diria que há várias coisas que continuam a ser ainda hoje utilizadas no projeto." (Participante 10)

"Portanto, o impacto no território, nesse caso, saúde, social, económico, ambiental, arte, cultura, desporto, turismo e a sustentabilidade no intuito geral" (Participante 2)

Estes excertos sugerem que existiu continuidade e sustentabilidade de algumas ações desenvolvidas no âmbito da intervenção comunitária do PBS. Nestes casos, a sustentabilidade surgiu ligada à capacidade das comunidades para assumirem a continuidade e gestão das transformações e resultados gerados pelos projetos, em termos de aprendizagens, competências, ferramentas e ações. Este processo de continuidade e sustentabilidade implicou a mobilização de recursos locais e o estreitamento de relações institucionais e individuais, de modo a reduzir a dependência de apoios externos e a assegurar a autonomia das comunidades na manutenção de uma perspetiva de desenvolvimento local constante. De facto, foi possível identificar ações e atividades que perduraram, ou seja, que tiveram continuidade, especialmente por intermédio de instituições locais, criadas no âmbito e desenvolvimento dos projetos do PBS, como por exemplo associações de moradores e centros comunitários.

"Eu acho que o projeto teve um conjunto de impactos a vários níveis. Desde logo a questão da partilha e da troca da colaboração. (…). Portanto, este aspeto que ainda

hoje se mantém. É uma coisa que ficou. Portanto, temos neste momento uma organização chamada um centro de partilha. Chama-se mesmo isto, por isso a partilha, digamos assim, que continua, efetivamente, com esta missão." (Participante 5)

"Sim, a cooperativa foi resultado disso, portanto utilizou-se esta energia também para criar os seus estatutos, para reunir e para dar andamento à cooperativa. Está formalizada, está em funcionamento. (…) Portanto, a cooperativa é uma boa, digamos assim, bom reflexo disso." (Participante 10)

"Um dos objetivos do projeto era abrir uma associação, que continua a aberta e a trabalhar. É uma associação sem fins lucrativos que criámos, utilizando o mesmo espaço que foi adquirido pelos bairros saudáveis, que tem ainda continuado a trabalhar desde essa altura. (Participante 8)

"O que resta são a Associação de Moradores que continua...A Associação de Pais vai tendo algumas flutuações, porque os pais vão saindo, e entrando, o que é normal. A Associação de Moradores continua a existir e faz exatamente a dinâmica dos moradores, através do Canto Alentejano, por exemplo... apoio às escolas continua. Portanto, eu penso que isso foi talvez uma das grandes mais valias. Isto é, a Associação de Moradores e tudo o que a Associação Moradores conseguiu e consegue fazer até hoje. Portanto, é muito mais uma sustentabilidade económica e social, do que propriamente ambiental." (Participante 6)

A criação de parcerias estratégicas locais, com associações locais, entidades públicas e outras organizações da sociedade civil foi apontada como um elemento importante para garantir a permanência e a sustentabilidade das ações e iniciativas. A intervenção comunitária proporciona a aproximação dos cidadãos e das instituições sociais e potencia sentimentos de pertença (Carney et al., 2022; Ohmer et al., 2022), compromisso e a criação de parcerias locais duradouras, que são essenciais para impulsionar a sustentabilidade da intervenção.

De facto, em alguns projetos, a semente da intervenção comunitária deixada pelo PBS tende a perdurar ao logo do tempo, por meio de instituições locais que já existiam na comunidade e foram parceiros no projeto. Nestes casos, a continuidade das ações e das atividades tem sido assegurada, sobretudo por associações e entidades públicas, como por exemplo juntas de freguesia e empresas municipais.

"Eu acho que também há qualquer coisa na comunidade que ficou, mas também... é um bocadinho promovido pelos técnicos da empresa municipal de gestão

habitacional *que estão ao bairro. Portanto, cada bairro tem um técnico. Esses técnicos também acabaram por... também impulsionam um bocadinho."* (Participante 3)

"A nossa ideia era que depois quando nós viéssemos embora, que as coisas ficassem, e o ideal era que eles se organizassem formalmente, criassem uma associação, isso era a nossa ideia, mas não criaram. Mas ficaram organizados, mas muito com base na junta de freguesia." (Participante 7)

"Eu penso que sim. Na verdade, sendo uma associação local, é essa a sua missão. Portanto, mesmo tendo terminado o projeto, a associação continua. Portanto, de outras formas, a sensibilização acerca destes assuntos, ela continua o seu caminho. Não da forma como foi feito." (Participante 9)

Como referido anteriormente, o envolvimento da população é fundamental para a continuidade e sustentabilidade da intervenção comunitária e das próprias comunidades, ou seja, para garantir a sustentabilidade, é fundamental que as intervenções visem a capacitação, a participação ativa e a construção coletiva de soluções, promovendo a autogestão e a responsabilização coletiva. Verificou-se que em alguns projetos (50%) a comunidade foi, em algum momento envolvida e, isso traduziu-se em ganhos na proatividade da comunidade em dar continuidade às iniciativas e às mudanças que foram introduzidas e implementadas pelos projetos, sobretudo quando visavam satisfazer as necessidades explícitas e implícitas da comunidade.

"Sim, sim. Algumas sim. Não com a mesma... Não com mesma prioridade e regularidade, mas sim. Houve a Escola dos Bons Vizinhos, que era um mecanismo em que os vizinhos que precisavam de ajuda, os mais debilitados, deixavam um contacto, precisava que alguém fosse ao supermercado e isso manteve-se." (Participante 3)

"Criaram-se postos de trabalhos que ainda estão lá funcionar, a destilaria e o café, ficou um café aberto lá, e o Centro Comunitário também, pronto, no Centro Comunitário, eles também vendem até lá coisas. (…) A ideia era que aquilo se mantivesse. E é assim que eu vejo a sustentabilidade lá. E então, nesse ponto de vista, o projeto é sustentável." (Participante 7)

Noutros projetos, os profissionais comunitários entrevistados salientaram dificuldades e desafios na manutenção e continuidade de algumas ações implementadas, por considerarem que a

comunidade não tem interesse e/ou perceção de utilidade/importância em relação às ações e às mudanças introduzidas.

> *"A sustentabilidade das outras ações, como por exemplo, ao nível da separação do lixo e outras coisas, depende também muito da capacidade que a comunidade tem para dar continuidade. E às vezes a capacidade não é tanta assim. São ações que se conseguem implementar, funcionam durante um tempo, mas depois se não houver alguma supervisão, as coisas já deixam de funcionar."* (Participante 1)

> *"Pronto, digamos que em termos de, como é que lhe vou explicar, de cultura geral e mentalidade ali as pessoas mais velhas têm muito pouco conhecimento geral, de nível escolar e tudo mais. (…) Nós também já íamos preparados, porque mesmo trabalhando com alguns adultos temos de falar com se eles fossem miúdos, para que eles conseguirem perceber o que nós dizemos.* (Participante 8)

Esta ausência de interesse/perceção de utilidade pode ter subjacente uma desarticulação entre as ações desenvolvidas e as necessidades ou prioridades percebidas pela população, o que pode comprometer a sustentabilidade das intervenções. A ausência de reconhecimento da utilidade ou relevância das mudanças introduzidas, pode ser resultado desta desconexão entre os objetivos do projeto e as expetativas locais, bem como, de uma insuficiente participação e envolvimento dos atores comunitários nas fases de conceção, implementação e avaliação. É importante perceber as diferenças entre os dados estatísticos e diagnósticos e as reais expetativas, capacidades, recursos e dinâmicas comunitárias. De salientar que um dos elementos facilitadores e potenciadores de sustentabilidade apontado pelos profissionais comunitários e, apresentado no capítulo 3 da presente tese, prende-se com o planeamento de ações que vão de encontro com as capacidades, sinergias, necessidades, recursos e desejos já existentes na comunidade. Para que as ações que venham a ser pensadas e desenvolvidas com a comunidade lhes faça todo o sentido, de forma que, a comunidade se aproprie de tais ações durante a vigência do projeto e, posteriormente garanta a sua sustentabilidade. Torna-se, portanto, necessária a adoção de uma abordagem integrada e participativa que garanta que as intervenções não só respondem às necessidades presentes, mas também, capacitem as comunidades para dar continuidade às mudanças e enfrentar os desafios futuros, de forma autónoma e sustentável.

5.1.1. Obstáculos à Sustentabilidade sentidos na Intervenção Comunitária em Portugal

De facto, a desarticulação entre os objetivos/iniciativas e as necessidades ou prioridades percecionadas e sentidas pela população pode ter comprometido a sustentabilidade de algumas

intervenções desenvolvidas pelos projetos do PBS, agravada pela ausência de uma participação e envolvimento efetivos e integradores em todos os momentos. A exígua participação e envolvimento da população nas fases de planeamento, execução, monitorização e avaliação das intervenções pode resultar em baixa adesão e descontinuidade das iniciativas após o término do apoio externo (Fetterman, 2001). De acordo com o quadro 5.1., além desta desconexão e ausência de uma efetiva participação, que sobressaiu durante análise dos dados, em contexto de entrevista com os profissionais comunitários foi possível identificar alguns obstáculos à sustentabilidade da intervenção comunitária desenvolvida.

Quadro 5.1. Obstáculos à sustentabilidade da Intervenção Comunitária

OBSTÁCULOS À SUSTENTABILIDADE
Carácter Pontual dos Projetos
Insustentabilidade financeira da Intervenção Comunitária
Burocracias

O carácter pontual das iniciativas, ou seja, a realização de programas e projetos de curta duração foi apontada por alguns entrevistados como um obstáculo à continuidade das sementes e mudanças incrementadas pelo PBS. O carácter pontual e fragmentado da intervenção comunitária desenvolvida em Portugal pelo PBS, com uma duração entre os 18 e os 24 meses, num contexto de pandemia, não pode ter a ambição de resolver problemas estruturais de forma socialmente sustentável.

> *"Sou muito crítico relativamente a isto, embora nós vamos, sempre que pudermos, concorrer a projetos, até porque é o que temos, mas devíamos ter tem coisas mais prolongadas no tempo. Mais prolongadas no tempo e mais estruturadas, não significa muitas vezes que seja de milhões."* (Participante 5)

> *"É preciso uma ação mais concertada e um trabalho mais sólido e mais durador no tempo para se poder chegar a um público já de si é complexo."* (Participante 10)

> *"Eu acho que o projeto, e é da opinião de muitas pessoas, devia ter continuado. Devia haver uma orientação, ou não digo uma orientação todos os dias, porque neste tipo projetos é preciso um acompanhamento mais firme, mais observado, mais comprometido, mas haver, por exemplo, uma orientação em termos de motivação. Só essa parte acho que já é um ponto de sucesso, também uma orientação para o empoderamento."* (Participante 11)

> *"E este projeto é uma pena. Porque foi uma sementinha que, entretanto, quando estava a dar os primeiros passos, e quem trabalha nisto sabe que um ano de trabalho é muito pouco, é mesmo muito pouco. (...) E é uma pena porque eles até*

criaram uma associação, a Associação Intercultural para os Bairros Saudáveis. Mas, eu tenho ideia que a associação está um bocadinho moribunda. Precisava aqui de um estímulo e não era este estímulo de um ano. O ano foi para a sua criação e depois para a sua consolidação, para a angariação de sócios, de membros para motivar. Teria de ter muito mais. Eu tinha muita expectativa de um 2G, uma segunda geração. A sustentabilidade quando se trabalha no social é sempre um bocado relativo e nós sabemos disso." (Participante 4)

"É uma sustentabilidade social que efetivamente aconteceu. Ela nunca está feita, mas, de facto, houve um contributo para a sustentabilidade social. Agora não pode, não podemos é ter, mais uma vez, projetos assim. Aconteceu, caiu, desapareceu, nunca mais houve… havia a expetativa que pudéssemos ter uma nova etapa e uma nova fase, que na minha opinião estamos hoje muito melhor preparados do que estávamos no início, e de repente ficámos entregues a nós próprios e vamos mantendo algumas coisas a funcionar, outras não são possíveis, mas eu acho que o país perde muito, perde oportunidades grandes a este nível quando nós assentamos muito numa base de projetos, que duram x tempo e depois acabam, e no nosso, ficou muita coisa, ficaram coisas imateriais, também coisas materiais, ao nível de algumas infraestruturas que estão hoje a ser usadas e que estão à disposição da comunidade." (Participante 5)

Para todos os profissionais comunitários entrevistados a intervenção impulsionada pelo PBS não beneficia da sua curta duração e, muito menos de uma única edição[16]. A realidade social é complexa e multidimensional e, no caso das comunidades do PBS, com vários problemas sociais, económicos e ambientais associados, que requerem e exigem uma continuidade da intervenção em prol de mudanças estruturais e sustentáveis, que quebram ciclos de pobreza, exclusão, discriminação, etc. Neste sentido os entrevistados queixam-se efetivamente da falta de visão política nacional face à intervenção comunitária, bem como, da ausência de financiamento contínuo deste tipo de resposta social. Financiar a intervenção comunitária apenas por meio da realização de projetos com um carácter pontual e de curto prazo dificulta a implementação de estratégias de empoderamento e mudança estrutural e causa sentimentos contraditórios na própria comunidade, que ora é convidada a envolver-se, ora é deixada à sua própria sorte, com o apoio setorial e fragmentado que já existia.

[16] No site oficial do PBS, existem elementos que comprovam a intenção de lançar a 2ª edição do PBS, mas o programa foi descontinuado pelo XXIV Governo Constitucional, mediante comunicação oficializado em 7 de agosto de 2024, o que interrompeu o trabalho em curso e inviabilizou a realização da 2ª edição.

"Estas questões requerem tempo, requerem mais tempo. E, sobretudo, depois um dos grandes objetivos era sempre também tentar cativar, tentar integrar, tentar incluir migrantes que tenham uma cultura totalmente diferente da nossa, que não se revêm nas nossas atividades, que têm receio de cada vez que lhes falamos do que quer que seja, e estão sempre com o pé atrás. E por muito esforço que façamos para a integração deles, isto é algo que leva tempo, leva muito tempo." (Participante 5)

"Há sementes que foram depositadas no projeto e que tiveram impacto, que germinaram e que possivelmente poderiam ter-se consolidado e ganhado espaço, caso tivesse havido a outras edições do mesmo programa. (…) Gostaria de ter mais tempo e uma segunda oportunidade para aprofundar aquilo que era essa semente." (Participante 9)

"Porque realmente nós sabemos entre Covid, entre as questões burocráticas de arranca não arranca. Quer dizer, o que é que são 12 meses de trabalho efetivo? Muito sinceramente, até sinto que é um bocado de desperdício de dinheiro e este tipo de medidas e de projetos em termos nacionais, para públicos-alvo, com esta complexidade (…) porque é que este tem de morrer logo, só houve um ano, não consigo entender. Porque é um bocado perverso. Esta comunidade sentiu que foi abandonada…de um momento para o outro." (Participante 4)

A questão do financiamento pontual da intervenção comunitária em Portugal foi igualmente salientada pelos profissionais comunitários, como limitadora da sustentabilidade das mudanças e transformações que, continuamente se iniciam, terminam, reiniciam e terminam novamente.

Sendo que a intervenção comunitária em Portugal é vulnerável à redução/corte de financiamento, devem ser repensados os modelos tradicionais de intervenção e explorar novas abordagens políticas e soluções criativas (Loureiro et al., 2013). É importante pensar a intervenção comunitária como parte de uma governança multinível (local, regional e nacional) forte e coerente, assente numa visão sistémica dos problemas e soluções, na inovação social, na discussão participada e na capacitação (Philip & Reisch, 2015). Intervenções no longo prazo, que atravessam gerações e se focam na mitigação de problemas sociais, económicos e ambientais de forma integrada, tornam as comunidades mais sustentáveis, mais conscientes e mais capazes, reduzindo e resolvendo problemas que emergem nas comunidades, mas que tendencialmente são intervencionados de forma fragmentada.

Uma intervenção comunitária (ou pelo menos, acompanhamento comunitário) permanente e regular, associado a estruturas de governança adequadas, a uma visão comum e ao compromisso coletivo podem ser um ponto de partida para resolução de problemas locais com impacto sistémico, a

nível regional e até nacional (Charles, et al., 2020; Munford & Sanders, 2019). Uma intervenção comunitária sem apoio financeiro permanente, dificulta a sustentabilidade social das mudanças e transformações estimuladas no seio das comunidades. Salienta-se ainda que uma intervenção comunitária dependente de recursos financeiros externos e pontuais pode limitar, reduzir e, em última instância comprometer o desenvolvimento de capacidades de gestão financeira de instituições, sobretudo daquelas que são resultado do associativismo e cooperativismos locais.

> *"Foram criadas (parcerias e associações), mas desmotivaram logo a seguir, precisamente por não...não estarem consolidados. Se tivesse havido um 2ªGeração em que pudesse ser assacada alguma responsabilidade de dinamização, continuação da dinamização do bairro, do aprofundamento da parceria, do estabelecimento, a angariação de novos parceiros, eu penso que aí sim estaria garantida alguma sustentabilidade."* (Participante 4)

Mas esta é a realidade da intervenção comunitária em Portugal, uma vez que não é reconhecida como uma resposta tipificada e mensalmente financiada pelo governo, à semelhança de outras respostas interventivas dirigidas ao público infantil e sénior, por exemplo. Enquadrado neste tema da insustentabilidade financeira das entidades e projetos comunitários, um especialista do painel Delphi defende que o financiamento da intervenção comunitária em Portugal deve ser questionado e repensado, quebrando com ciclos contínuos de candidaturas e términos de projetos.

> *"Apoio financeiro do estado à utilidade pública na provisão indireta de bem-estar social das organizações comunitárias; reconhecimento de 1 estatuto para as organizações de intervenção comunitárias semelhante ao das IPSS e ONGD's que garanta a viabilidade e intervenções estruturadas e a longo prazo do ponto de vista ecossocial nas comunidades, dignidade do salário das equipas e remuneração justa de dirigentes pelo seu trabalho cívico. (…) Com financiamento permanente via avaliação de resultados de respostas de intervenção comunitária de base local e informal de proximidade que não dependam de ciclos de candidatura a lógicas de projeto finito na resolução de problemas estruturais."* (Especialista 2, ronda 1)

A insustentabilidade financeira da intervenção comunitária traduz-se num esforço de gestão financeiro para as entidades que visam o desenvolvimento local das comunidades. Sobretudo quando ocorrem falhas por parte do governo no cumprimento dos pagamentos estipulados a essas mesmas entidades.

Nós tivemos várias insistências, a última até junto com o nosso advogado, e há 15 dias mandaram-nos uma mensagem que nos iam pagar na semana seguinte. Já passaram mais duas semanas e continuam sem nos pagar. Portanto, ao todo, ainda é uma maquia grande e, sinceramente, nós consideramos que, do ponto de vista da gestão económica, a política pública não cumpriu, minimalmente, o estipulado. E isso para as organizações da comunidade é extremamente desagradável porque nós nunca sabemos com o que contar ao executamos o projeto. O projeto é contrarreembolso, portanto tivemos que adiantar todo o dinheiro e três anos depois nunca fomos ressarcidos. (…) Isso foi um projeto que depois nós até durante algum tempo ainda mantivemos, mas depois acabamos por não conseguir continuar a manter. (…) É *algo que não faz sentido de todo, porque o estado encontra na economia social um parceiro estratégico e quando não cumpre compromissos é extremamente desagradável. Acho que isso é um aspeto que teria de melhorar."* (Participante 3)

Este excerto revela uma certa desilusão face à morosidade e incumprimento nos pagamentos por parte do estado, no âmbito da sua parceria estratégica com as entidades do terceiro setor no cumprimento das obrigações públicas. O facto desta entidade promotora ter adiantado todos os recursos financeiros, humanos e materiais durante três anos, para a concretização do projeto, sem o devido ressarcimento, foi considerado por este profissional comunitário, uma desconsideração pela sustentabilidade económica das entidades locais, bem como, do próprio projeto.

Além do carácter pontual deste tipo de programas e da insustentabilidade financeira da intervenção comunitária, foram referidas várias dificuldades burocráticas, sobretudo na fase inicial e final do programa. É certo, que no âmbito de projetos de intervenção comunitários financiados pelo governo estariam sempre associados procedimentos administrativos, normativos e de execução financeira, que garantem a transparência na prestação de contas e na gestão equitativa dos recursos. Embora estes procedimentos sejam importantes, no PBS foram sentidos pelos profissionais comunitários como confusos, por vezes contraditórios, tornando-se obstáculos constantes à execução da intervenção.

"O projeto teve algumas dificuldades no arranque. Não foi só o nosso, foram dificuldades administrativas…às tantas nós já tínhamos o projeto a andar e os bairros saudáveis vieram-nos dizer olha, isso fica tudo sem efeito porque isso tem de ser assinado outra vez e já não sabemos... E nós ficámos em pânico porque então nós já temos isto tudo a andar, porque nós assinamos duas vezes o termo de aceitação, o contrato, já não lembro o que foi. E, pronto, e depois tivemos ainda menos tempo

para executar e, portanto, menos para avaliar. Haver continuidade nesta, sim, mais uma geração, mas não uma geração de um ano. Não sei, eu e isto projetos de um ano, nós vemos, nós estamos em estruturas tão burocratizadas que para a recolha de uma assinatura demora-se não sei quanto tempo." (Participante 5)

"Certos prazos, estender um bocadinho mais, porque as atividades não advêm do tempo, mas sim da disposição das pessoas. E nós às vezes sentíamos dificuldade no sentido de ah, temos aquela atividade para fazer até x meses. E às vezes as pessoas não estavam motivadas para isso, ou também por motivos de saúde, ou por motivos profissionais… haver aqui talvez um entendimento que há certas atividades, quando são propostas em candidatura, que têm de ser moderadas em termos da calendarização de tempo e priorizar, se calhar, outras." (Participante 11)

O nível de burocracia associada a um programa de intervenção comunitária de curta duração, como o PBS representou um enorme desafio para os coordenadores e promotores dos projetos, resultando em alguns casos, em delongas processuais e administrativas, sobrecargas e desgaste dos técnicos que, em vez de, se focarem nos objetivos e ações primordiais da intervenção tiveram de lidar e ultrapassar burocracias ineficientes, rigidez na produção de relatórios e com avanços e recuos nas orientações regulamentares do programa.

"Tenho consciência de ter falado com outras entidades que tinham projetos dos bairros saudáveis, houve muitas dúvidas, houve muitas questões burocráticas, mesmo até se conseguir ultrapassar, roubam muito tempo, porque os projetos eram curtos e, portanto, constantemente havia alterações aos regulamentos, portanto, também não facilitava muito." (Participante 10)

"Foi um projeto muito complicado. Porquê? Porque as orientações iniciais dos bairros saudáveis foram horríveis. Nós andámos completamente perdidos no tempo, perdidos naquilo que era a metodologia de trabalho, perdidos naquilo que eram os relatórios. Nós andámos mais de meio ano sem saber como é que fazíamos os relatórios, a pedirem-nos relatórios, mas depois não sabíamos como é que fazíamos os relatórios. A importação financeira foi o caos, foi o caos! Por isso, foi um projeto que para mim foi muito desgastante." (Participante 1)

De facto, os processos administrativos demasiado rígidos, exigentes e excessivamente detalhados causaram dificuldades acrescidas aos responsáveis pelos projetos, podendo em alguns casos ter

limitado as intervenções ao cumprimento de orientações e à prestação formal de contas, em detrimento do ímpeto de promover intervenções de qualidade e com impacto real nas comunidades.

Salienta-se ainda que a exigência burocrática do PBS, pode ter provocado pressões acrescidas em entidades cuja capacidade administrativa dos recursos humanos é menos qualificada. Os processos burocráticos do PBS, embora iguais para todos os projetos podem ter representado árduos desafios para as instituições locais e associações de moradores, com colaboradores que possuem menor conhecimento e qualificação administrativa e financeira.

> *"Portanto, teria de ser uma estrutura mais ágil, porque nós estamos a falar de públicos que não têm de ter o know-how técnico-administrativo, eles não têm suporte administrativo nenhum. Portanto, quem está a trabalhar nisto, é o administrativo, é o técnico superior, é o animador, é tudo. Ter aqui alguma ligeireza, alguma flexibilidade e uma maior duração no tempo."* (Participante 4)

De modo a prevenir assimetrias no cumprimento dos processos burocráticos entre instituições com maior e menor capacidade administrativa, os programas comunitários devem repensar suas formas de gestão e controlo, garantindo maior flexibilidade e adequação às entidades candidatas, sem comprometer a transparência e a eficiência dos mesmos.

Em síntese, os dados evidenciaram alguns obstáculos à continuidade e sustentabilidade da própria intervenção comunitária desenvolvida em território nacional (continental) no âmbito do PBS, destacando-se a pontualidade dos programas, a insustentabilidade financeira da intervenção comunitária, e a excessiva burocracia. Os profissionais comunitários relataram que a curta duração dos projetos teve impactos negativos na consolidação de mudanças estruturais, especialmente em contextos complexos, onde a intervenção requer tempo prolongado para gerar impacto duradouro. A falta de continuidade e de financiamento permanente foram apontados como elementos que comprometem a sustentabilidade da intervenção comunitária e a burocracia excessiva orientou a intervenção comunitária para o cumprimento de formalidades, sobrecarregando equipas e limitando a qualidade e impacto das ações.

Na intervenção eco-social, além de continuada no tempo, a participação e a sustentabilidade são privilegiadas face ao controlo e eficiência (Närhi, 2004). Sendo o desenvolvimento sustentável um processo contínuo e, uma vez que mudanças estruturais requerem anos de intervenção, promovendo-se aprendizagens/consciencialização, readaptações, empowerment e advocacy, sobretudo em contexto de intervenção comunitária é de todo pertinente e urgente que se intervenha de forma multidisciplinar e no longo prazo, atravessando várias gerações (Jabareen, 2008).

5.2. Escala de Sustentabilidade Eco-Social para a Intervenção Comunitária

Para concretização do 5º objetivo de pesquisa da presente investigação (elaboração de uma escala de sustentabilidade social e ecológica para a intervenção comunitária) recorreu-se ao método Delphi. Para a construção da escala, recorrendo a este método foram definidos, de forma clara e transparente, vários critérios, quer para a seleção dos especialistas como para a validação de cada item da escala (devidamente apresentados no capítulo da metodologia).

Os critérios de seleção dos especialistas visaram a inclusão de participantes com conhecimentos e competência técnica, experiência relevante e diversidade de perspetivas sobre a promoção de sustentabilidade na intervenção comunitária. Em concreto, os critérios definidos garantiram a constituição de um grupo de 33 profissionais com experiência e conhecimento no desenvolvimento de projetos sociais, comunitários, em políticas públicas e na área do desenvolvimento local, urbanístico e ambiental. Considera-se que a seleção criteriosa dos especialistas refletiu-se numa amostra qualificada e plural do universo de conhecimento sobre o tema em pesquisa, garantindo a legitimidade, credibilidade e validade dos resultados obtidos.

Os critérios de validação dos itens que compõe a escala, definidos para a análise dos dados na 2ª e 3ª ronda permitiram assegurar rigor metodológico e validação de cada item, estruturando e orientando o processo decisório. Ou seja, cada item foi analisado de acordo com os critérios definidos, garantindo apenas a validação dos itens que cumpriram com os requisitos e parâmetros de consenso anteriormente estabelecidos. Dessa forma, apenas os itens que demonstram maior legitimidade e relevância (de acordo com o nível de consenso entre os especialistas) foram retidos e avançaram para as rondas subsequentes, culminando na construção do instrumento. A seleção rigorosa dos itens assegura a qualidade e validade dos resultados, uma vez que, uma análise sistemática e fundamentada em critérios reduz a subjetividade e viés, conferindo transparência e robustez metodológica (Landeta, 2006).

O instrumento proposto no âmbito desta tese, específico da intervenção eco-social em contexto comunitário, pretende ser uma ferramenta de avaliação da realidade comunitária, com particular ênfase nas dimensões social e ecológica da sustentabilidade. Podendo ser usada em diferentes momentos da intervenção eco-social em contexto comunitário, como por exemplo, na fase de auscultação e diagnóstico, monitorização e avaliação, esta ferramenta permite obter elementos sobre a realidade social e ecológico de determinada comunidade, através da obtenção de dados e informações relevantes que podem orientar decisões e ações no curto, médio e longo prazo, com impacto social e ecológico a nível comunitário. Numa lógica de intervenção eco-social de longa duração, a aplicação da escala em diferentes momentos temporais, na mesma comunidade, possibilita identificar e evidenciar alterações ocorridas ao longo do tempo, potenciando o ajuste de ações e projetos (em curso ou a implementar),

de modo a promover o desenvolvimento sustentável local, alinhando as intervenções com as características e as necessidades sentidas e observadas no contexto comunitário. Desta forma, a escala não avalia apenas o estado atual, como também orienta a adaptação contínua das estratégias de intervenção, contribuindo para a sustentabilidade eco-social da comunidade. O instrumento proposto procura conectar as dimensões da sustentabilidade (social, ambiental e económica), colmatando uma lacuna existente na literatura, apontada por Matthies et al. (2019).

Importa antes de mais referir que o instrumento proposto pretende ser uma escala de avaliação da sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária. Após a realização de três rondas (no método Delphi) foi possível identificar um total de 92 itens, dos quais 64 cumprem com os critérios de consenso definidos para a última ronda. Conforme representado no quadro 5.2., os itens encontram-se divididos em três níveis de atuação e cinco seções, com os respetivos resultados em termos de consistência interna[17].

Quadro 5.2. Níveis e Secções da Escala de Sustentabilidade Eco-Social

ESCALA DE SUSTENTABILIDADE ECO-SOCIAL PARA INTERVENÇÃO COMUNITÁRIA			
Nível de atuação	**Secções**	**Nº Itens**	**Alfa de Cronbach**
Comunitário	Tecido Social Forte e Governança Participativa	29	0,904
	Educação, Cultura e Tecnologia	12	0,737
	Economia Circular e Estratégias Alimentares	11	0,718
Infraestrutural	Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar	20	0,844
Ecológico e Ambiental	Recursos Naturais e Cultura Ambiental	20	0,897
	Total itens/ Alfa de Cronbach geral	**92**	**0,962**

A escala proposta encontra-se organizada em três níveis de atuação essenciais no contexto da intervenção eco-social comunitária, nomeadamente o nível comunitário, infraestrutural e ecológico e ambiental. A articulação dos três níveis de atuação permite uma avaliação das diferentes dimensões sócio ecológicas da realidade comunitária.

Mais especificamente, o nível comunitário composto por três secções que incorporam elementos sociais, educativos/culturais e económicos, permite obter informações sobre a forma como a comunidade se organiza, interage, mobiliza e responde às necessidades e aos desafios sociais, através da análise holística das características e dinâmicas sociais como coesão, participação, capacitação e autonomia. A este nível procura-se criar comunidades coesas, participativas e autónomas, capazes de implementar e sustentar práticas eco-sociais de forma continuada. Por meio da mobilização e do envolvimento das comunidades na busca coletiva da realização de objetivos e na resolução de problemas comuns (Philip & Reisch, 2015).

[17] Resultados de consistência interna da 3ª ronda disponível no anexo P.

A nível infraestrutural, a escala de sustentabilidade eco-social pretende avaliar as infraestruturas físicas e logísticas que suportam a vida comunitária, através da análise das infraestruturas habitacionais, de transporte, energia, água e saneamento, bem como, serviços de saúde e de cuidados à população. Considera-se que a existência de infraestruturas bem planeadas e acessíveis a todos são essenciais para a satisfação de necessidades socio-ecológicas da comunidade e bem-estar coletivo.

O nível ecológico e ambiental focado, sobretudo, em aspetos ecológicos e ambientais específicos da comunidade permite uma análise dos ecossistemas locais, da gestão dos recursos naturais e da existência/integração de práticas, que minimizam o impacto ecológico e ambiental. A apropriação do ambiente com elemento integrante da comunidade facilita o cuidado/preservação do mesmo, potenciando a sustentabilidade ambiental e o bem-estar ecológico das gerações presentes e futuras (Gray & Coates, 2012; Norton, 2012; Rambaree et al., 2019b).

A escala de sustentabilidade eco-social proposta, ao integrar estes três níveis de atuação possibilita uma avaliação multidimensional e holística das dinâmicas sócio ecológicas presentes numa dada comunidade, considerando características sociais, culturais, institucionais e ambientais específicos da mesma. É importante salientar que o conceito de comunidade, operacionalizado nos itens de cada secção da escala refere-se a três elementos comunitários (Healy, 2012):

- Território e seus constituintes naturais e ecológicos: espaço geográfico (bairro, aldeia, vila ou cidade), incluindo os ecossistemas, recursos naturais e infraestruturas que compõem o ambiente físico;
- Conjunto de cidadãos que residem ou usufruem do território, com maior ou menor identidade comunitária simbólica (partilha de tradições, valores, objetivos e necessidades) que confere coesão e sentido de pertença ao grupo;
- Conjunto de instituições públicas e privadas (como autarquias, organizações não governamentais, empresas, escolas e associações) que estão sedeadas e intervêm no território.

O conceito de comunidade adotado nesta tese e na escala proposta é, portanto, inclusivo e abrangente, que reconhece as interdependências entre o meio ambiente e as práticas humanas, bem como, a heterogeneidade inerente aos grupos sociais, às instituições e aos territórios que a compõem. Esta conceção permite captar a complexidade e a multidimensionalidade das realidades comunitárias, evitando reducionismos e promovendo uma análise que considera as inter-relações dinâmicas entre os elementos territoriais, sociais e institucionais.

Antes da apresentação de cada secção e dos resultados sobre o consenso dos respetivos itens, importa referir que, a escala de sustentabilidade eco-social proposta assenta em fundamentos que permeiam as cinco secções. Estes fundamentos são essenciais para garantir que a intervenção eco-

social seja holística, dinâmica e transformadora, promovendo a sustentabilidade comunitária de forma consciente e integrada. Fundamentos como a consciencialização, capacitação, envolvimento/participação e apropriação são abordados e analisados pelos itens da escala proposta, permitindo a tomada de decisão informada e o ajuste de ações que promovem e potenciam o desenvolvimento máximo desses aspetos dentro de uma comunidade e dos seus efeitos a longo prazo. Estes fundamentos encontram-se descritos de forma detalhada no quadro 5.3.

Quadro 5.3. Fundamentos da Escala de Sustentabilidade Eco-Social

ESCALA DE SUSTENTABILIDADE ECO-SOCIAL		
Fundamento	**Descrição**	**Aplicabilidade**
Consciencialização	Processo de informação e sensibilização sobre as questões socio-ecológicas, suas interdependências e os desafios da sustentabilidade.	▪ Cria/consolida um pensamento comum e ações comunitárias, alinhando valores e objetivos da comunidade com princípios da sustentabilidade. ▪ Reconexão com o ambiente natural. ▪ Potencia a compreensão de problemáticas sociais e ecológicas locais, bem como as suas implicações. ▪ Empoderamento e conhecimento sobre práticas sustentáveis, a nível individual e coletivo.
Capacitação	Processo de desenvolvimento de competências, habilidades e recursos com vista a autonomização na promoção de sustentabilidade.	▪ Promove o acesso a formação e a programas de desenvolvimento de competências. ▪ Proporciona ferramentas e recursos para criar e adaptar soluções sustentáveis, adequadas à realidade comunitária.
Envolvimento e Participação	Participação ativa e voluntária e inclusão dos membros da comunidade nos processos de tomada de decisão, planeamento e implementação de ações que afetam a sua vida e o seu ambiente natural.	▪ Criação de mecanismos de participação (assembleias, consultas públicas) e influência da comunidade na tomada de decisões. ▪ Fomenta a corresponsabilização e a coesão, fazendo com que os indivíduos se sintam parte integrante das soluções e não apenas recetores passivos de políticas ou projetos.
Apropriação	Processo pelo qual a comunidade assume a responsabilidade e a propriedade das iniciativas e projetos de sustentabilidade, integrando-os na sua cultura e práticas quotidianas.	▪ Promove o sentimento e sentido de "coletivo" e "comum" numa base de compromisso comunitário e ecológico. ▪ Facilita a adaptação às características da comunidade e a continuidade das práticas de sustentabilidade eco-sociais.

A consciencialização, no âmbito da intervenção eco-social surge como um processo ativo de informação e sensibilização face às questões socio-ecológicas, revelando as suas interdependências e os desafios inerentes à sustentabilidade. Este processo fomenta a reconexão com o ambiente natural, promovendo a criação e consolidação de um pensamento coletivo sobre as necessidades comunitárias e ações conducentes à sustentabilidade local. Ao aprofundar a compreensão das problemáticas sociais e ecológicas locais e das suas implicações, a consciencialização empodera indivíduos, grupos e entidades locais, dotando-os de conhecimento e ferramentas para assegurar práticas sustentáveis, tanto a nível individual como coletivo.

A capacitação representa um processo estratégico de desenvolvimento de competências, habilidades e recursos, com o objetivo de autonomizar indivíduos e comunidades na promoção da sustentabilidade. Trata-se de um processo de empoderamento e desenvolvimento das comunidades, que garante o desenvolvimento de competências e, ao mesmo tempo, disponibiliza ferramentas e recursos essenciais para a criação e adaptação de soluções sustentáveis, ajustadas às necessidades e realidades específicas de cada comunidade.

A nível comunitário, o envolvimento e a participação traduzem-se numa dinâmica de inclusão ativa e voluntária, onde todos os elementos da comunidade são chamados a integrar processos de decisão, planeamento e execução de ações que impactam diretamente as suas vidas e o ambiente natural que os rodeia, permitindo à comunidade influenciar as decisões que moldam o seu próprio futuro. Esta abordagem não só fortalece o sentido de corresponsabilidade, como também promove a coesão social, transformando cada indivíduo num agente ativo de práticas eco-sociais, em vez de um mero recetor de iniciativas ou políticas impostas.

A apropriação respeita ao processo pelo qual a comunidade assume a liderança e a responsabilidade em iniciativas e projetos que visam a sustentabilidade eco-social local. Este processo assenta num compromisso partilhado, na e da comunidade com o ambiente natural, reforçado por sentimentos de pertença a um coletivo e a um bem comum. A apropriação da comunidade sobre as iniciativas locais garante a continuidade e a sustentabilidade das práticas eco-sociais no tempo.

Ao abranger múltiplos níveis (comunitário, infraestrutural e ecológico) e assentar em fundamentos de consciencialização, capacitação, envolvimento/participação e apropriação, a escala proposta permite uma análise integrada e a identificação das áreas que mais necessitam de intervenção, ajuste de ações e decisão informada. Além disso, ao ser aplicada na mesma comunidade em diferentes momentos temporais, possibilita a avaliação da evolução da comunidade ao longo do tempo, orientando políticas e ações que promovam um desenvolvimento verdadeiramente sustentável. Deste modo, a escala de sustentabilidade eco-social é um instrumento que pode ser usado para diagnosticar, monitorizar e avaliar o estado de sustentabilidade eco-social de uma comunidade, alicerçada em quatro fundamentos e constituída por cinco secções e três níveis de atuação.

Olhando agora, especificamente para cada secção da escala considera-se que estas são interdependentes e abrangem áreas críticas da sustentabilidade eco-social.

5.2.1. Tecido Social Forte e Governança Participativa

A primeira secção da escala (com um α=0,904), denomina-se de tecido social forte e governança participava por incluir itens relacionados com aspetos sociais, como coesão e de redes vizinhança, combate a desigualdades e formas de capacitação, autonomização e governança local. Considerando

que a sustentabilidade eco-social da intervenção comunitária é explicada e assegurada por relações sociais fortes e coesas, por comunidades interessadas, informadas, capacitadas e autónomas e por um governança partilhada, esta secção pretende avaliar a existência de redes de apoio social, a participação cidadã nos processos decisórios e a capacidade da comunidade para se organizar e agir coletivamente.

Nesta secção foram identificados 29 itens, dos quais 18 preencheram os requisitos estabelecidos para o consenso na última ronda, ou seja, 18 dos 29 itens desta secção obtiveram na terceira ronda um consenso igual ou superior a 67%. De seguida apresenta-se o quadro 5.4., com lista de itens e respetivo consenso obtido, salientando-se que os 11 itens que não obterem consenso de acordo com os critérios estabelecidos estão a negrito.

Quadro 5.4. Itens da Secção Tecido Social Forte e Governança Participativa

	TECIDO SOCIAL FORTE E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	CONSENSO %
1	**Na comunidade existe um sentimento de segurança, conforto e dignidade na convivência social**	**57,14**
2	**A comunidade sente-se informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres**	**64,29**
3	A comunidade tem mecanismos próprios para perseguir seus ideais e objetivos	71,43
4	A comunidade procura/cria soluções para responder às suas necessidades/dificuldades	85,71
5	A comunidade promove ações de formação, capacitação e autonomização da sua população	78,57
6	A comunidade promove ações para inclusão de grupos minoritários em atividades comunitárias	92,86
7	A comunidade preocupa-se e promove ações de combate às desigualdades	78,57
8	A comunidade adota medidas para combater a solidão	85,71
9	Existem mecanismos de entreajuda instituídos na comunidade	85,71
10	Na comunidade existem redes de vizinhança fortes	92,86
11	Na comunidade existem instituições locais ativas e geridas pela mesma	100,00
12	As instituições locais procuram capacitar e autonomizar a restante comunidade	85,71
13	**A comunidade sente-se ouvida pelas instituições locais**	**57,14**
14	**A comunidade considera-se parceira das instituições locais**	**64,29**
15	A comunidade promove e desenvolve parcerias estratégicas e projetos colaborativos	78,57
16	Na comunidade são estabelecidas parcerias colaborativas	71,43
17	A comunidade participa nos conselhos e comissões comunitárias	71,43
18	A comunidade promove campanhas e movimentos sociais para defender os seus interesses	85,71
19	A comunidade é ativa e participativa em consultas públicas	71,43
20	**A comunidade sente-se valorizada e importante na tomada de decisões**	**64,29**
21	**A comunidade tem mecanismos próprios para promover a inserção laboral**	**50,00**
22	**A comunidade promove a criação de empregos local**	**57,14**
23	**Na comunidade existem medidas de incentivo ao negócio local**	**50,00**
24	São promovidos autoempregos na comunidade através da criação de pequenos negócios locais	71,43
25	**A comunidade tem conhecimento e capacidade para procurar financiamento para as ações que pretende desenvolver**	**57,14**

26	**A comunidade está comprometida e desenvolve programas de responsabilidade civil**	**50,00**
27	**A mudança e inovação social são priorizadas pela comunidade**	**50,00**
28	A comunidade participa no planeamento, organização e desenvolvimento do espaço comum	92,86
29	Na comunidade existem oportunidades/momentos de escuta e feedback sobre as ações desenvolvidas pela mesma	92,86

Apesar de não terem obtido consenso ≥67%, os itens 14 e 20 encontram-se bastante próximos do critério de consenso definido. Salienta-se ainda que, dos 18 itens que obtiveram consenso, em cerca de 55% este consenso foi ≥85%.

5.2.2. Educação, Cultura e Tecnologia

A segunda secção da escala (com um α=0,737), intitulada de educação, cultura e tecnologia, contempla itens que procuram analisar os recursos educativos, culturais e tecnológicos disponíveis na comunidade, através da avaliação do acesso à educação, da preservação e promoção da cultura local e da utilização de tecnologias que possam apoiar práticas sustentáveis. Considera-se que a educação/formação e a cultura são pilares para a consciencialização sócio ecológica e a tecnologia pode potenciar soluções inovadoras para responder aos desafios de sustentabilidade a nível local (Dominelli, 2011).

Nesta sessão foram identificados 12 itens e, apenas 1 não obteve consenso ≥67%, (representado a negrito no quadro 5.5.), embora tenha alcançado um consenso bastante próximo do critério definido.

Quadro 5.5. Itens da Secção Educação, Cultura e Tecnologia

	EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA	CONSENSO %
1	A comunidade dispõe de equipamentos tenológicos e de competências para a utilização dos mesmos	71,43
2	Na comunidade tem acesso alargado à internet	85,71
3	**A comunidade dispõe de mecanismos próprios para despoletar/reforçar competências digitais**	**64,29**
4	A comunidade é inclusiva na diversidade cultural	85,71
5	A comunidade valoriza e sente-se valorizada nas suas práticas e identidade cultural	78,57
6	Na comunidade existe espaço para reconhecimento de saberes e práticas culturais diferentes	78,57
7	A comunidade reconhece e preserva o património cultural existente	100,00
8	Na comunidade existe uma biblioteca e/ou espaços para a dinamização de eventos culturais	78,57
9	A comunidade tem mecanismos próprios para promover e aceder a atividades culturais	92,86
10	A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/reforçar a educação para a diversidade e inclusão cultural	71,43
11	A comunidade preocupa-se e promove ações que visam o sucesso escolar da população mais jovem	78,57
12	A comunidade procura reduzir o analfabetismo e o abandono escolar existentes	78,57

Os aspetos analisados por estes itens respeitam essencialmente à diversidade cultural e sua valorização, à educação e sucesso escolar e à inclusão social e digital, sendo estes essenciais para processos de consciencialização, capacitação, participação e apropriação comunitárias, no âmbito da intervenção eco-social.

5.2.3. Economia Circular e Estratégias Alimentares

Na terceira secção da escala de sustentabilidade proposta (com um α=0,718), denominada de economia circular e estratégias alimentares foram identificados 11 itens, dos quais, 8 preencheram os requisitos estabelecidos para o consenso. Como se pode verificar no quadro 5.6., estes 8 itens obtiveram um consenso superior a 70% e dos restantes itens, 2 ficaram bastante próximos do critério consensual definido (itens 4 e 5).

Quadro 5.6. Itens da Secção Economia Circular e Estratégias Alimentares

	ECONOMIA CIRCULAR E ESTRATÉGIAS ALIMENTARES	CONSENSO %
1	Existem na comunidade medidas que visam reduzir o desperdício e consumo	71,43
2	Na comunidade existem hortas comunitárias	92,86
3	A comunidade está envolvida no cuidado das hortas comunitárias	85,71
4	**Na comunidade estão implementadas práticas de economia circular agroalimentar**	**64,29**
5	**Na comunidade existem práticas que visam a sustentabilidade alimentar local**	**64,29**
6	**Na comunidade existem medidas de microcrédito para apoiar o comércio local**	**42,86**
7	A comunidade desenvolve/implementa estratégias de economia local	78,57
8	A comunidade tem modelos próprios de economia solidária	71,43
9	A comunidade tem modelos próprios de economia cooperativa	78,57
10	A comunidade tens instituídos mercados locais de trocas	85,71
11	A comunidade estimula e adota medidas de economia circular	71,43

Os itens desta secção focam-se na análise de práticas económicas e de estratégias alimentares existentes e adotadas na comunidade, nomeadamente, no que respeita à economia local, solidária e cooperativa e a economia circular e agroalimentar. Apesar de o acesso à alimentação ser reconhecido como um direito humano, atualmente enfrentamos múltiplos desafios relacionados com o consumo e produção de alimentos, agravados por exemplo, pelas alterações climáticas, que ameaçam cada vez mais a qualidade e a segurança alimentar (Luís et al., 2023). A nível comunitário, este direito pode ser assegurado através de mecanismos de economia e produção local e através de hortas comunitárias, garantindo de forma sustentável a disponibilidade, acessibilidade e adequação dos alimentos às necessidades. De acordo com os autores, uma produção local é um passo importante para comunidades e um mundo mais sustentável.

A existência de sistemas alimentares sustentáveis, baseados na produção local e sistemas de trocas e na existência de modelos de economia circular, que visam a redução de resíduos/desperdício e a maximização da reutilização de recursos, são práticas essenciais para a redução do impacto ambiental e para a promoção de uma economia local resiliente e sustentável. De facto, a resiliência não se limita à capacidade individual de superar adversidades, mas estende-se às comunidades, abrangendo a recuperação, capacidade de se reerguer em momentos difíceis e de adversidades; a sustentabilidade, manutenção de equilíbrio social, económico e ambiental a longo prazo e o crescimento, mudança e adaptação positiva (Case, 2017).

5.2.4. Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar

A quarta secção da escala (com um α=0,844), intitulada de infraestruturas, habitação, serviços e bem-estar, aborda as infraestruturas físicas e sociais da comunidade, incluindo habitação, serviços públicos e condições de bem-estar, com enfoque na qualidade e acessibilidade das infraestruturas, bem como, o seu impacto no bem-estar dos membros da comunidade. Considera-se que infraestruturas adequadas e serviços de qualidade são cruciais para garantir uma boa qualidade de vida e para apoiar práticas sustentáveis a nível comunitário.

Enquadrada na preocupação e relação entre as questões habitacionais e climáticas, Dominelli (2014) reflete sobre o impacto de habitações mal arejadas/aquecidas, sem condições de eficiência térmica, na qualidade de vida dos cidadãos, sobretudo dos mais vulneráveis (social e ecologicamente). A autora exemplifica que as humidades e o aparecimento de mofo nas paredes, neste tipo de infraestruturas colocam em risco a saúde das pessoas, especialmente em crianças e idosos com sistemas imunológicos debilitados e com doenças respiratórias.

Neste sentido, nesta secção, foram identificados 20 itens, dos quais 17 obtiveram consenso ≥67%, conforme quadro 5.7.

Quadro 5.7. Itens da Secção Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar

	INFRAESTRUTURAS, HABITAÇÃO, SERVIÇOS E BEM-ESTAR	CONSENSO %
1	**A comunidade considera as infraestruturas existentes como adequadas e suficientes face as necessidades/ideais**	**50,00**
2	Existe qualidade das Infraestruturas e são energeticamente eficientes	71,43
3	As habitações têm acesso água potável, saneamento básico e a eletricidade	71,43
4	As habitações têm saneamento básico	100,00
5	As habitações têm eletricidade	100,00
6	As habitações são energeticamente eficientes	71,43

7	A comunidade procura eliminar as barreiras arquitetónicas existentes	78,57
8	**A comunidade tem mecanismos próprios para combater a pobreza energética**	**57,14**
9	**A comunidade preocupa-se e está comprometida com a saúde da população**	**64,29**
10	A comunidade tem acesso a serviços de saúde	85,71
11	Na comunidade existem médicos de família para toda a população	85,71
12	Na comunidade existem respostas de saúde para emergências médicas	85,71
13	Na comunidade existe diversidade de serviços públicos próximos	85,71
14	A comunidade tem serviços de transportes públicos próximos e em quantidade que considera adequada	85,71
15	A comunidade tem acesso de água potável	85,71
16	A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a crianças	78,57
17	A comunidade tem acesso a serviços de ensino público para crianças e jovens	92,86
18	A comunidade tem acesso a serviços de apoio a jovens e adultos	85,71
19	A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a idosos	100,00
20	A comunidade tem mecanismos para promover um envelhecimento ativo	85,71

Apenas 3 itens (representados a negrito) não obtiveram o referido consenso. Dos 17 itens que obtiveram consenso ≥67%, mais de 70% registaram um consenso entre os especialistas superior a 85%.

5.2.5. Recursos Naturais e Cultura Ambiental

Por último, a quinta secção da escala centra-se na análise dos recursos naturais existentes e na cultura e educação ambiental da comunidade. De um modo detalhado, esta secção (com um α=0,897) procura abarcar aspetos comunitários relacionados com a consciência ambiental da comunidade, o conhecimento de especificidades ecológicas e com a implementação de práticas ambientais e ecológicas, como por exemplo, o cuidado de espaços verdes e jardins, a utilização de energias renováveis, a reciclagem, a compostagem e a preservação da biodiversidade local. Como se pode verificar no quadro 5.8, esta secção indaga ainda, sobre a capacidade organizativa e autónoma da comunidade na implementação de planos de prevenção de riscos ecológicos, no cuidado dos seus territórios e biodiversidade local e na promoção de educação ambiental e sustentabilidade local.

Quadro 5.8. Itens da Secção Recursos Naturais e Cultura Ambiental

RECURSOS NATURAIS E CULTURA AMBIENTAL		**CONSENSO %**
1	A comunidade procura saber/conhece as especificidades ecológicas e sociais do seu território	78,57
2	A comunidade partilha uma consciência ambiental e ecológica	71,43
3	**A comunidade é capaz de gerir a poluição do ar local e evita o agravamento da poluição global**	**50,00**
4	**A comunidade adota medidas para evitar a desertificação**	**57,14**
5	A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/reforçar a educação ambiental	78,57

6	Na comunidade existem práticas de uso de energias renováveis	85,71
7	A comunidade sente-se integrada no ambiente e cuida dele	78,57
8	Na comunidade existem jardins/espaços verdes	85,71
9	A comunidade está envolvida no cuidado dos jardins/espaços verdes	71,43
10	Na comunidade estão implementadas práticas de compostagem	78,57
11	A comunidade faz reciclagem e existe gestão de resíduos	78,57
12	**A comunidade tem mecanismos próprios para preservar recursos naturais e a biodiversidade locais**	**64,29**
13	**A comunidade tem um plano de prevenção de riscos ecológicos locais**	**50,00**
14	**A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de preservação ecológica**	**57,14**
15	**A comunidade tem mecanismos próprios para desenvolver práticas de cuidado ambiental e animal**	**50,00**
16	**Na comunidade existem espaços verdes e espaços de uso comum e informal**	**50,00**
17	A comunidade utiliza os espaços verdes e espaços de uso comum e informal e cuida deles	85,71
18	**A comunidade procura o desenvolvimento e a sustentabilidade local**	**64,29**
19	**A comunidade tem mecanismos próprios para promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade local**	**64,29**
20	**A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de desenvolvimento sustentável**	**42,86**

Considerando que uma cultura ambiental forte é vital para a preservação dos ecossistemas e para a promoção de sustentabilidade eco-social, nesta secção foram identificados 20 itens dos quais 10 preencheram os requisitos estabelecidos para o consenso. Os outros 10 itens (representados a negrito), não obterem consenso de acordo com os critérios estabelecidos, ainda que os itens 12, 18 e 19 tenham alcançado um consenso bastante próximo do critério definido.

Olhando para os itens com maior consenso, salienta-se que estes centram-se na análise de práticas que visam a educação ambiental, o cuidado dos espaços verdes e práticas que promovem a harmonia entre as atividades humanas e o ambiente natural, como o recurso a energias renováveis, a reciclagem e a compostagem. A educação ambiental, sobretudo a orientada para a sustentabilidade, segundo Câmara et al. (2018), visa formar cidadãos conscientes e ativos na resolução dos desafios ambientais, não se limitando ao contexto escolar, mas estendendo-se a diversos públicos, incluindo comunidades, funcionando como um elemento-chave na promoção da mudança social em direção a sociedades mais sustentável. Conhecimento, educação e formação são estratégias fundamentais de empoderamento das pessoas e comunidades, capacitando-as enquanto agentes de mudança de botton-up.

5.2.6. Reflexões sobre a escala proposta

A escala de sustentabilidade eco-social proposta pretende ser um instrumento usado para o diagnóstico, monitorização e avaliação do estado de sustentabilidade eco-social de uma comunidade, contri-

buindo para a intervenção eco-social do Serviço Social. A constante monitorização suportada em instrumentos de avaliação permite a análise da evolução da comunidade ao longo do tempo, e o ajuste de ações e práticas que visam um desenvolvimento social, económico e ambiental verdadeiramente sustentável. A escala proposta, composta por cinco secções, assenta em fundamentos de consciencialização, capacitação, envolvimento/participação e apropriação da comunidade e abrange múltiplos níveis de atuação na intervenção comunitária, nomeadamente, o comunitário, o infraestrutural e o ecológico, possibilitando uma análise integrada, a identificação das áreas prioritárias para intervenção e o ajuste de ações.

De um modo sumário, através de três rondas do método Delphi foram identificados um total de 92 itens, dos quais 64 obtiveram na 3ª ronda, um nível de consenso mínimo de 71,4%, significando que quase 70% dos itens se encontram validados por este método, no âmbito da presente tese. Salienta-se ainda que nestes 64 itens, cerca de 51,6%, ou seja, 33 itens obtiveram um nível de consenso superior 85% e 12 itens (cerca de 18,75%) alcançaram um consenso ≥92%, dos quais 5 itens alcançaram 100% de consenso entre os especialistas.

Refletindo sobre as seções com maior número de itens abaixo do consenso definido, nomeadamente na secção "tecido social forte e governança participativa" e "recursos naturais e cultura ambiental", conclui-se que, respetivamente 37,9% e 50% dos itens obtiveram um consenso abaixo de 67%.

Na primeira secção, estes itens abordam dimensões subjetivas e qualitativas da comunidade, como por exemplo, o sentimento de segurança, conforto e dignidade nas relações sociais, a perceção de valorização e reconhecimento pelas instituições locais e a capacidade de integração e inclusão ativa da comunidade, conforme quadro 5.9.

Quadro 5.9. Itens com consenso <67% na Secção Tecido Social Forte e Governança Participativa

CONSENSO <67% NA SECÇÃO TECIDO SOCIAL FORTE E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA
Na comunidade existe um sentimento de segurança, conforto e dignidade na convivência social
A comunidade sente-se informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres
A comunidade sente-se ouvida pelas instituições locais
A comunidade considera-se parceira das instituições locais
A comunidade sente-se valorizada e importante na tomada de decisões
A comunidade tem mecanismos próprios para promover a inserção laboral
A comunidade promove a criação de empregos local
Na comunidade existem medidas de incentivo ao negócio local
A comunidade tem conhecimento e capacidade para procurar financiamento para as ações que pretende desenvolver
A comunidade está comprometida e desenvolve programas de responsabilidade civil
A mudança e inovação social são priorizadas pela comunidade

Considera-se que alguns destes itens abarcam aspetos experienciais e pessoais, cuja análise através de uma escala demanda maior pormenorização, detalhe e até complemento com abordagens metodológicas mais sensíveis e qualitativas, como entrevistas, grupos focais ou observação participante, para captar a complexidade, profundidade e nuances desses aspetos. Considera-se ainda que nesta secção o conceito de comunidade pode não ter ficado completamente claro. Dado que o conceito de comunidade integra uma diversidade de elementos ambientais e sociais, como indivíduos, grupos, famílias e instituições públicas e privadas, a formulação de alguns itens pode ter gerado ambiguidades ou dificuldades de interpretação, justificando a necessidade de ajustes ou clarificações.

Olhando para a quinta secção da escala, intitulada de "recursos naturais e cultura ambiental" verifica-se que, na 3ªronda do método Delphi, metade dos itens não alcançou o consenso definido. Além de certa subjetividade de alguns itens, podem existir itens que reportam-se a temas bastante acessíveis para uns especialistas, mas que podem ser menos acessíveis ou mais difíceis de operacionalizar para outros especialistas, por não corresponder a temas específicos da sua área profissional. Em nome da diversidade e heterogeneidade do painel foram incluídos especialistas de diferentes áreas académicas e profissionais, que embora dominem de forma aprofundada as suas temáticas, podem não ter o mesmo nível de conhecimento em outras temáticas elencadas nesta quinta secção da escala.

Neste sentido, considera-se que os itens relacionados com temáticas e conceitos mais completos e multidimensionais, beneficiariam de uma clarificação conceptual inicial e, até de uma decomposição em indicadores específicos, onde cada indicador analisaria as dimensões dessas temáticas e conceitos. Conforme quadro 5.10, observa-se ainda que em alguns itens com consenso inferior a 67%, a ideia central pode estar repetida. Neste sentido, sugere-se o agrupamento desses itens para facilitar a leitura, melhorar a compreensão de cada um e, consequentemente melhorar a eficiência na aplicação do instrumento.

Quadro 5.10. Itens com consenso <67% na Secção Recursos Naturais e Cultura Ambiental

CONSENSO <67% NA SECÇÃO RECURSOS NATURAIS E CULTURA AMBIENTAL
A comunidade é capaz de gerir a poluição do ar local e evita o agravamento da poluição global
A comunidade adota medidas para evitar a desertificação
A comunidade tem mecanismos próprios para preservar recursos naturais e a biodiversidade locais
A comunidade tem um plano de prevenção de riscos ecológicos locais
A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de preservação ecológica
A comunidade tem mecanismos próprios para desenvolver práticas de cuidado ambiental e animal
Na comunidade existem espaços verdes e espaços de uso comum e informal
A comunidade procura o desenvolvimento e a sustentabilidade local
A comunidade tem mecanismos próprios para promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade local
A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de desenvolvimento sustentável

Embora 64 itens tenham obtido o consenso definido considera-se que, a escala proposta possa beneficiar de alguns ajustes e reforço de validação. Dito de outro modo, através do recurso ao método Delphi, e por meio da realização de 3 rondas foi elaborada a escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária, anteriormente apresentada, atingindo-se assim, o objetivo inicialmente proposto. Ou seja, no âmbito da presente tese doutoral, considera-se alcançado o quinto objetivo específico, que desafiava a elaboração de uma escala de sustentabilidade social e ecológica para a intervenção comunitária.

Mas, uma vez que, o desejo de que a escala proposta seja um verdadeiro contributo prático no domínio da intervenção eco-social do Serviço Social, sobretudo ao nível da intervenção comunitária, considera-se que a mesma beneficiaria de uma aplicação em contexto real. A aplicação do instrumento, mais especificamente, a aplicação de um pré-teste com os diferentes setores e elementos comunitários contribuirá para a validação plena da escala de sustentabilidade eco-social proposta.

Na aplicação do pré-teste em contextos reais, poderão ser inquiridos indivíduos, famílias, entidades públicas e privadas da comunidade e até o poder local, permitindo obter dados relevantes para adequação do instrumento à realidade que o mesmo pretende analisar e avaliar. Além disso, a aplicação de um pré-teste a um número maior de inquiridos, que representam o objeto de análise do instrumento, permitirá também, aumentar a relação entre o número de itens da escala e o número de inquiridos, possibilitando maior diversidade nos dados e, a consequente, maior riqueza na análise dos mesmos. Com uma maior relação entre número de itens da escala e número de inquiridos será possível realizar vários tipos de análises estatísticas, nomeadamente análises fatoriais, correlacionais e de consistência, que culminarão na validação plena da escala de sustentabilidade eco-social, para a intervenção comunitária. Esta proposta de reforço de validação da escala, configura uma tarefa investigativa posterior à conclusão da presente tese.

Em suma, escala de sustentabilidade eco-social pretende, em última instância, apoiar os profissionais comunitários, sobretudo os assistentes sociais, na promoção de desenvolvimento eco-social sustentável e duradouro, ou seja, na transformação progressiva e duradoura das práticas e valores das comunidades, de modo a alinhá-los com os princípios da justiça social/ambiental e da sustentabilidade.

De uma forma conjunta, todos os elementos constituintes da escala (níveis, secções, fundamentos e itens) visam fornecer uma avaliação holística da sustentabilidade eco-social, que facilita a implementação de estratégias que maximizam o potencial das comunidades na construção de um futuro mais justo, resiliente e sócio-ecologicamente sustentável. Deste modo, considera-se que a escala é uma mais-valia e um instrumento essencial para a intervenção comunitária promotora de sustentabilidade.

No âmbito da escala proposta, analisou-se os diferentes itens que compõe a mesma de forma a relacioná-los com o(s) ODS(s). Conforme pode observar-se no quadro 5.11., os vários itens das cinco secções da escala abarcam a maioria dos ODS.

Quadro 5.11. Relação entre a escada de sustentabilidade eco-social e os ODS

RELAÇÃO DAS SECÇÕES COM OS ODS						
ODS		**Secção 1**	**Secção 2**	**Secção 3**	**Secção 4**	**Secção 5**
ODS 1	**Erradicar a pobreza**					
ODS 2	Segurança alimentar e agricultura sustentável			√		
ODS 3	Saúde e Bem-estar	√			√	
ODS 4	Educação inclusiva e de qualidade e ao longo da vida	√	√		√	√
ODS 5	Igualdade de género e empoderar mulheres e meninas	√				
ODS 6	Água potável e saneamento básico				√	
ODS 7	Energia renovável e acessível				√	
ODS 8	Trabalho digno e crescimento económico	√		√		
ODS 9	Infraestruturas, inovação e indústria		√		√	
ODS 10	Reduzir a desigualdade		√	√	√	
ODS 11	Cidades e comunidades seguras e sustentáveis	√		√	√	√
ODS 12	Consumo e produção responsável e sustentáveis			√		√
ODS 13	Combater a mudança global do clima e seus impactos					√
ODS 14	Proteção da vida marinha e dos oceanos					√
ODS 15	Proteção dos ecossistemas e vida terrestre			√		√
ODS 16	Instituições eficazes, responsáveis e inclusivas	√		√		√
ODS 17	Parcerias para o desenvolvimento sustentável	√				√

Apenas o ODS 1 – Erradicação da pobreza, não foi considerado diretamente representado pelos itens da escala proposta, embora de forma indireta, o ODS 10 – Redução de desigualdades possa minimizar situações de pobreza. Salienta-se ainda que, o ODS 14 - Proteção da vida marinha e dos oceanos, encontra-se espelhado nos itens de cuidado ambiental, animal e dos ecossistemas locais, na secção cinco, aplicando-se às comunidades e cidades próximas de ecossistemas aquáticos.

No conjunto, 16 dos ODS permeiam as cinco secções da escala de sustentabilidade eco-social proposta, garantindo uma certa visão integrada e holística do desenvolvimento comunitário. Da análise do quadro 5.11., verifica-se que o ODS 4 - Educação inclusiva e de qualidade e ao longo da vida e o ODS 11 - Cidades e comunidades seguras e sustentáveis descantam-se como os mais frequentes, presentes em quatro das cinco secções. Vários itens da escala estão relacionados com a promoção de competências digitais e ambientais, com a valorização da diversidade cultural, a capacitação para a sustentabilidade e a garantia de acesso à informação, através da educação e formação ao longo da vida. Deste modo, as comunidades são capacitadas e empoderadas com um conjunto de conhecimentos e ferramentas que potenciam a sua inclusão, a revindicação autónoma dos seus direitos, o cuidado das suas comunidades e a tomada decisões sobre o seu desenvolvimento local, potenciando práticas conscientes e sustentáveis, que visam resolver problemas sociais e ecológicos.

Os itens relacionados com o ODS 11 reforçam a coesão social, a inclusão e a participação dos diferentes setores comunitários, na co-criação de comunidades resilientes, inclusivas e sustentáveis, onde a qualidade de vida e o equilíbrio ecológico caminham lado a lado. Destacado em três secções da escala, o ODS 10 - Redução de desigualdades relaciona-se com os itens que se focam na inclusão de grupos minoritários, no combate à pobreza energética, na eliminação de barreiras arquitetónicas ou na promoção de igualdade de acesso a serviços e oportunidades. Este objetivo reforça a necessidade de justiça social como base para um desenvolvimento equitativo e sustentável.

Com esta reflexão sobre a relação entre os itens da escala proposta e os ODS, conclui-se que a escala de sustentabilidade eco-social é um instrumento holístico e integrador[18], que alinha as práticas e valores comunitários com os ODS, destacando-se pela promoção de uma transformação eco-social justa e duradoura, através da educação, inclusão e desenvolvimento local sustentável.

[18] Instrumento completo disponível no anexo Q.

CONCLUSÕES FINAIS

Pensar no futuro das sociedades e do planeta instiga o questionamento dos modelos vigentes de desenvolvimento, essencialmente económicos e, sobretudo focados no capitalismo neoliberal, que demarca a era da dominância do mercado sobre o estado, sociedade civil e, também sobre o ambiente/natureza, provocando uma crise multidimensional, ao colocar a economia acima do ambiente, do social, da cultura, dos direitos e da política (Moreno & Conversi, 2017). De igual modo, a era do Antropoceno, ou seja, a era de dominância do homem sobre a natureza, para satisfação de impulsos económicos, consumistas e capitalistas tem sido alvo de questionamento e crítica, principalmente ecológica e social, por parte de várias ciências e áreas profissionais, que estão alinhadas com os ODS e os valores e princípios da sustentabilidade, considerando insustentáveis os modelos de desenvolvimento atuais.

A crise ecológica e os seus efeitos têm sido associados a estes comportamentos de dominância do homem económico face ao ambiente, à natureza e restantes formas de vida do planeta. A consciência da relação entre a crise ecológica e os problemas sociais, económicos e até geopolíticos tem, nas últimas décadas, fomentado iniciativas mundiais que visam o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade do planeta. O conceito de sustentabilidade remete para um desenvolvimento economicamente sustentado, socialmente desejável e ecologicamente prudente e equilibrado, de forma simultânea, integradora e respeitadora (Romeiro, 2012). Sobretudo, na sua dimensão ecológica, o Serviço Social tem procurado alinhar seus modelos teóricos e práticos com este conceito e com os ODS, assumindo um discurso ecológico e o desafio de uma intervenção holística e transformadora, no domínio social e ambiental, que busca desenvolvimento de forma integrada e sustentável, articulando a justiça social e ecológica com a preservação dos ecossistemas.

Esta reconfiguração no Serviço Social rompe com a visão tradicional de ambiente como contexto social e de pessoa no ambiente, passando a considerar o ambiente natural como elemento essencial na sua intervenção. Especialmente em territórios e contextos de maior vulnerabilidade social e ecológica, o Serviço Social tem sido chamado a combater desigualdades sociais e ambientais, desequilíbrio e degradação ecológica, com o fito de restabelecer bem-estar social e ambiental (Quintana-Ramírez, 2019). Através de diferentes abordagens ecológicas, assentes nas perspetivas teórico-sistémicas e eco críticas (Närhi & Matthies, 2016), o Serviço Social tem procurado concetualizar e operacionalizar uma intervenção eco-social, que integra de forma indissociável as dimensões social e ambiental, ao associar a luta contra a pobreza e a desigualdade à defesa e proteção dos ecossistemas.

A abordagem eco-social do Serviço Social convida os seus profissionais a questionar o antropoceno tradicional da profissão, defende uma prática que reconhece o valor intrínseco da natureza, promove

uma relação harmoniosa entre humanos e ambiente, critica os modelos económicos exploratórios e propõe uma transição eco-social para sociedades mais justas e sustentáveis, tanto a nível local como global (Besthorn, 2015; Helne, & Hirvilammi, 2017; Matthies, 2017; Närhi & Matthies, 2018; Norton, 2012).

No âmbito da presente investigação, enquadrada na abordagem eco-social e na intervenção eco-social, efetuou-se uma análise da intervenção comunitária em Portugal, respondendo às quatro questões de investigação inicialmente formuladas:

- **A sustentabilidade social e ecológica está presente em projetos de desenvolvimento comunitário a nível local?**

➢ Foi possível identificar e sintetizar projetos de intervenção comunitários que desenvolveram práticas simultâneas nos três pilares de sustentabilidade (social, ambiental e económico). Mais que desenvolver simultaneamente práticas sociais, ambientais e económicas de forma integrada, a sustentabilidade a nível local requer igualmente a participação e o envolvimento das comunidades. Quanto a este requisito conclui-se que a intervenção comunitária analisada devia ter sido mais acutilante no envolvimento da comunidade em todas as fases dos projetos, valorizando o capital humano e imaterial. Embora em alguns projetos se tenha vislumbrado práticas que visaram a sustentabilidade local e envolveram diferentes setores da comunidade, considera-se que a intervenção comunitária em Portugal deve ser repensada, passando a assumir um carácter de intervenção multidisciplinar que se estende ao longo de gerações. É fundamental que a intervenção comunitária assente numa lógica de consciencialização, capacitação e de governança local, procurando conectar as comunidades com os seus ecossistemas na resolução autónoma dos problemas comunitários, por meio do empoderamento e da participação ativa (Charles, et al., 2020).

- **A prática de intervenção comunitária dos assistentes sociais tem como objetivo a sustentabilidade social e ecológica?**

➢ Na análise efetuada, os assistentes sociais estiveram indiretamente envolvidos nos projetos de intervenção comunitária, ou seja, verificou-se que o Serviço Social esteve representado sobretudo por entidades parceiras ou promotoras, mas desempenhando um papel de supervisor à distância da intervenção comunitária desenvolvida. Verificou-se ainda que, em alguns projetos o Serviço Social não esteve representado como área de intervenção comunitária no projeto desenvolvido. Estes resultados impedem uma resposta afirmativa a esta questão de investigação e conduzem a um questionamento sobre um possível distanciamento entre o Serviço Social e a intervenção comunitária em Portugal analisada. Além disso, questionou-se sobre a formação

académica em Serviço Social, sobretudo no domínio da promoção de desenvolvimento sustentável e sobre a possível desconexão entre a teorização da abordagem eco-social e a sua prática em contexto comunitário. Neste sentido, conclui-se que a dimensão eco-social do Serviço Social deve ser incorporada e lecionada de forma mais incisiva na formação académica dos futuros assistentes sociais, através de uma reorientação da educação em Serviço Social em direção a uma visão mais ecológica, que legitima a sustentabilidade como um conceito importante e a promoção de desenvolvimento sustentável como uma prática ética, holística e interdisciplinar (Neden et al., 2018). Embora a literatura refira que existem profissionais noutros países que desenvolvem uma prática promotora de sustentabilidade (Power, 2016) considera-se que em Portugal, só com uma verdadeira transformação dos valores, princípios e planos curriculares e com uma integração plena da dimensão eco-social na intervenção do Serviço Social será possível falar de sustentabilidade social e ecológica na prática dos assistentes sociais.

- **Os assistentes sociais participam com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável?**

  - Pela análise efetuada, identificaram-se projetos de intervenção comunitários que desenvolveram práticas nos três pilares de sustentabilidade com o envolvimento de profissionais de diferentes áreas, como por exemplo, ciências sociais e humanas, ambiente, saúde, engenharia, arquitetura, direito e arte. Deste modo, na intervenção comunitária analisada, os projetos foram desenvolvidos com a colaboração de profissionais de áreas distintas, incluindo voluntários e mediadores locais. Ora, tendo os profissionais de Serviço Social desempenhado um papel mais indireto e de supervisão nestes projetos pode dizer-se que, nestes casos, os assistentes sociais participaram com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável. Considera-se que a intervenção eco-social do Serviço Social deve ser multi e interdisciplinar, de forma a integrar diferentes perspetivas de intervenção na promoção de bem-estar social e ecológico. A multidisciplinariedade é essencial para a promoção de sustentabilidade, uma vez que os desafios sociais e ambientais como desigualdades, injustiças, alterações climáticas, degradação dos solos e insegurança alimentar exigem a integração de diversos conhecimentos e não podem ser abordados de forma isolada (Coates & Gray, 2012). Deste modo, reforça-se que a formação dos futuros profissionais deva contemplar a integração de temáticas essenciais para a promoção de desenvolvimento sustentável e promover o desenvolvimento de competências e ferramentas para uma prática profissional multidisciplinar, preparando os assistentes sociais para enfrentar a complexidade dos problemas sociais, ambientais e económicos, de forma holística em equipas e, em conjunto com as comunidades (Rieckmann, 2018).

- **A avaliação dos projetos de intervenção comunitários baseia-se numa escala de indicadores de sustentabilidade sociais e ecológicos?**

➢ Alguns métodos de avaliação foram sistematizados como resultado da análise efetuada, embora se considere que os mesmos foram, na sua maioria, bastante limitados e, predominantemente orientados para o cumprimento de metas quantitativas. Resumidamente os métodos de avaliação dos projetos do PBS incluíram reuniões intercalares e finais, execução do cronograma para garantir o cumprimento das etapas planeadas e avaliação informal para captar feedbacks e ajustes em tempo real. Sobretudo a avaliação focada na execução do cronograma representa um método de monitorização e avaliação que se limita ao cumprimento das exigências do financiador, procurando executar as diretrizes impostas pelo governo português e restringindo a abrangência e profundidade da avaliação do projetos. Alguns projetos referiram ter efetuado uma avaliação de impacto, mas, nem através da pesquisa documental nem da realização de entrevistas semiestruturadas aos profissionais comunitários foi possível aprofundar sobre os procedimentos específicos dessa mesma avaliação. Neste sentido, considera-se que a intervenção comunitária em Portugal carece de instrumentos de avaliação sistemática (quantitativa e qualitativa) da própria intervenção desenvolvida, bem como, da sustentabilidade social e ecológica impulsionada pela mesma. Também Matthies et al. (2019) salientou a existência de lacunas na conexão das dimensões de sustentabilidade na prática profissional do Serviço Social e na avaliação da mesma. Como contributo da presente tese, propôs-se um instrumento de análise e avaliação da sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária, configurando uma ferramenta prática para diagnóstico, monitorização e avaliação da sustentabilidade em contextos comunitários.

Este instrumento, isto é, a escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária, encontra-se dividida em três níveis de atuação (comunitário, infraestrutural e ecológico) e em cinco seções, cada uma com um conjunto de itens correspondentes. Salienta-se que os itens que compõe a escala proposta enquadram-se diretamente com 16 dos 17 ODS, validando o alinhamento do instrumento proposto com os princípios do desenvolvimento sustentável. Deste modo, a elaboração da escala de sustentabilidade eco-social para a intervenção comunitária representa uma mais-valia para a prática eco-social do Serviço Social e um contributo específico da presente tese, concretizando-se assim um dos objetivos da investigação doutoral.

Embora a escala proposta tenha sido contruída e validade por um painel de especialista, com recursos ao método Delphi, salienta-se que a mesma possa beneficiar com aplicações em contexto comunitário, permitindo o seu ajuste, aplicabilidade e validação. A aplicação de um pré-teste da escala de sustentabilidade eco-social a um diversificado conjunto de atores comunitários, como indivíduos,

famílias, profissionais comunitários, entidades públicas e privadas, e o poder local, permitirá validar e ajustar o instrumento à realidade que se propõe analisar, garantindo uma maior riqueza dos dados e, posterior legitimidade dos itens. Considera-se que esta tarefa metodológica representa um trabalho investigativo futuro que permitirá consolidar a escala como ferramenta válida e fiável na avaliação da sustentabilidade eco-social, na intervenção comunitária.

Além do recurso ao método Delphi, na presente tese doutoral foram explorados outros métodos, nomeadamente a pesquisa documental e entrevistas semiestruturadas, de forma a concretizar os restantes objetivos da investigação proposta. Através da análise documental, de conteúdo e da triangulação de dados foi possível enquadrar o conceito de sustentabilidade e o conceito de sustentabilidade social, na prática comunitária. Mais uma vez, com o residual envolvimento do Serviço Social e a ausência de assistentes sociais entrevistados, não foi possível interpretar nem enquadrar o conceito de sustentabilidade na prática do Serviço Social, tendo sido enquadrados na intervenção comunitária. Do mesmo modo, esta limitação não possibilitou a sistematização de metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social, pois foram sintetizadas metodologias de intervenção, monitorização e avaliação na intervenção comunitária, com práticas promotoras de sustentabilidade. De forma resumida as estratégias de intervenção mais destacadas foram a participação ativa, o trabalho colaborativo/co-criação, estratégias criativas e artísticas, metodologias como a educação de pares e não formal, investigação-ação, coaching coletivo e dinâmicas de grupo.

Circunscrita ao território continental português, a análise efetuada proporcionou a identificação e categorização de práticas de sustentabilidade na intervenção comunitária, bem como, a comparação dessas práticas em territórios rurais e urbanos. De facto, os dados mostraram a existência de iniciativas comunitárias que articulam ações nos três pilares da sustentabilidade, ou seja, foi possível identificar práticas de sustentabilidade predominantemente na área ambiental, social e económica. Estas práticas assumem particular relevância na perspetiva da intervenção eco-social do Serviço Social, especialmente quando articuladas e integradas numa intervenção comunitária. Esta intervenção exige uma mudança estrutural e, considera-se que os passos iniciais da transformação da relação entre o homem e o ambiente emergem nas pessoas, nas organizações e nas comunidades. É claro que as orientações mundiais, europeias e nacionais tornam efetivo o caminho para a mudança em termos macro, mas é a nível micro e meso que a sustentabilidade da transformação é assegurada, através da consciencialização, promoção de ações concretas que integram os três pilares da sustentabilidade e do empoderamento e envolvimento das comunidades. Ainda que com algumas nuances entre os territórios rurais e os urbanos, as práticas de sustentabilidades identificadas visaram a sensibilização e o desenvolvimento de competências das comunidades, de forma a estarem mais despertas, conscientes e capazes de lidar, de forma integrada, com problemáticas sociais, ambientais e económicas, visando o desenvolvimento sustentável.

Com robustez metodológica, recurso a diferentes métodos de pesquisa, triangulação de dados e cuidados éticos, conferindo validade e credibilidade aos resultados apresentados, procurou-se responder às questões de investigação e alcançar os objetivos propostos, apesar dos obstáculos e limitações que surgiram. No decurso desta investigação procurou-se contribuir no domínio da intervenção eco-social do Serviço Social, especialmente a nível comunitário. Considera-se que a identificação de elementos facilitadores/potenciadores de sustentabilidade na intervenção comunitária, bem como, a identificação de obstáculos que limitam a sua implementação, representa um contributo científico importante para o campo da intervenção eco-social do Serviço Social, enriquecendo o conhecimento teórico e prático sobre como o Serviço Social pode atuar de forma integrada e transformadora na promoção de sociedades mais sustentáveis.

A identificação de fatores que facilitam a adoção de práticas sustentáveis, como por exemplo, a centralidade das pessoas e das comunidades na intervenção comunitária, a angariação de parceiros estratégicos/sinergias locais, a valorização de recursos locais, a comunicação participativa e horizontal e o envolvimento do poder local, fornece um quadro de referência prático para profissionais comunitários, académicos de Serviço Social e, até decisores políticos. Estes fatores não só fortalecem a intervenção comunitária, como também validam a abordagem eco-social do Serviço Social, demonstrando que a promoção de sustentabilidade local é um processo dinâmico e coletivo, que exige consciencialização e capacitação das comunidades e a articulação integrada das dimensões sociais, ambientais e económicas. Obstáculos à sustentabilidade da intervenção comunitária foram também sistematizados e alvo de reflexão. A identificação de obstáculos como a parca de vontade política, a pontualidade da intervenção comunitária em Portugal, a desarticulação entre os objetivos da intervenção comunitária e as expetativas/necessidades da comunidade ou a dependência de financiamentos externos permite antecipar desafios e formular estratégias para os superar. Este conhecimento é crucial para melhorar a eficácia das intervenções comunitárias, especialmente as que visam a promoção de sustentabilidade, evitando que iniciativas bem-intencionadas se esbatam no tempo por falta de continuidade ou apoio financeiro/institucional.

Este trabalho doutoral amplia o horizonte do Serviço Social, demonstrando que a profissão deve assumir um papel ativo na construção de modelos de desenvolvimento sustentável. Ao integrar a perspetiva eco-social, o Serviço Social posiciona-se como um agente de mudança, capaz de articular a justiça social com a justiça ambiental, promovendo práticas inovadoras que respondam aos desafios complexos do século XXI. De acordo com Zapf (2010) a abordagem eco-social desafia o Serviço Social a reposicionar-se como uma profissão crítica e proativa face às crises socioambientais, assumindo um papel central na promoção de comunidades resilientes e na defesa dos direitos ecológicos. A sua implementação exige, no entanto, um compromisso institucional com a revisão de códigos de ética, normas de prática e programas educativos, de modo a garantir que os princípios da interdependência e

da justiça ecológica sejam efetivamente integrados na formação e na ação profissional. Apesar da literatura científica reforçar a necessidade de o Serviço Social promover sustentabilidade, através da sua intervenção, Bexell et al.(2018), defendem a necessidade de investigação e disseminação de conhecimentos científicos que informem essa prática profissional. Esta pesquisa pretendeu trazer esse contributo científico, enriquecendo a literatura existente com conhecimentos sobre uma intervenção que pode fazer a diferença na resposta à crise ecológica e aos seus impactos nas populações e comunidades e, fornecendo uma ferramenta concreta para que profissionais e comunidades possam co-criar soluções que garantam um futuro mais equitativo, resiliente e sustentável para todos as formas de vida e todos os ecosistemas.

A pertinência deste trabalho encontra-se reforçado nos resultados alcançados e nos contributos fornecidos para uma intervenção eco-social a nível comunitária mais informada e capaz, na missão de promoção de desenvolvimento local sustentável. A produção e a disseminação de conhecimento nesta área possibilitam ao Serviço Social demarcar-se do conhecimento de outras áreas, traçando o seu próprio percurso científico no campo da sustentabilidade e no domínio de uma resposta efetiva aos impactos das alterações climáticas nas comunidades, sobretudo as mais vulneráveis.

FONTES

Resolução de Conselho de Ministros 52-A/2020, de 1 de julho (retificada pela Declaração de Retificação nº 25-B/2020, de 23 de julho)

Resolução do Conselho de Ministros 35-A/2023, de 27 de abril

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adams, R., Dominelli, L. & Payne, M. (Eds.). (2009). On Being Critical in Social Work. Em *Critical Pratice in Social Work* (1-12). Palgrave Macmillan.

Alston, M. (2015). Social work, climate change and global cooperation. *International Social Work, 58*(3), 355–363. https://doi.org/10.1177/0020872814556824

Arevalo, L. (2017). Agitating through an alternate economy: Social work, sustainability, and the circular economy. Em M. Rinkel & M. Powers (Eds.), Social work promoting community and environmental sustainability: A workbook for global social workers and educators (Vol. 1, pp. 35–45). International Federation of Social Work (IFSW).

Associação dos Profissionais de Serviço Social. (2018). *Código deontológico dos assistentes sociais em Portugal*. Acedido a 10.11.2025 em https://www.apss.pt/documentos/codigo-deontologico

Bailey, S., Hendrick, A., & Palmer, M. (2018). Eco-social work in action: A place for community gardens. *Australian Social Work, 71*(1), 98–110. https://doi.org/10.1080/0312407X.2017.1384032

Bairros Saudáveis. (sd). *Admitidos*. Acedido a 3 de novembro de 2021 em https://www.bairrossaudaveis.gov.pt/projetos/admitidos/index.htm.

Bardin, L. (2009). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Basheer, N., Ahmed, V., Bahroun, Z. & Anane, C. (2025). Sustainability assessment in higher education institutions: Exploring indicators, stakeholder perceptions, and implementation challenges. *Discover Sustainability, 6,* 252. https://doi.org/10.1007/s43621-025-01116-w

Belchior Rocha, H. (2018). Social Work Practices and the Ecological Sustainability of Socially Vulnerable Communities. *Sustainability 10*(5), 1312. https://doi.org/10.3390/su10051312

Bell, J. (2014). Values and ethics. Em J. Lishman; C. Yuil; J. Brannan & A. Gibson (Eds), *Social work: An introdution* (pp. 3-16). Sage.

Benedicto, S. C. D., Silva Filho, C. F., Georges, M. R. R., & Ferrari, V. E. (2020). Sustentabilidade: Um fenómeno multifacetário que requer um diálogo interdisciplinar. *Sustentabilidade: Diálogos Interdisciplinares, 1*, 1–24. https://doi.org/10.24220/2675-7885v1e2020a5168

Besthorn, F. (2012). Deep ecology's contributions to social work: A ten-year retrospective. *International Journal of Social Welfare, 21*, 248–259. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00850.x

Besthorn, F. H. (2015). Ecological social work: Shifting paradigms in environmental practice. Em J. D. Wright (Ed.), *International encyclopedia of the social & behavioral sciences (2nd ed., Vol. 6*, pp. 871–877). Elsevier. https://doi.org/10.1016/B978-0-08-097086-8.28027-6

Bexell, S. M., Sparks, J. L. D., Tejada, J., & Rechkemmer, A. (2018). An analysis of inclusion gaps in sustainable development themes: Findings from a review of recent social work literature. *Journal of Social Work, 62*(2) 864 -876 https://doi.org/10.1177/1468017316656433

Bhuyan, R., Wahab, S., & Park, Y. (2019). A green new deal for social work. *Journal of Women and Social Work, 34*(3), 289–294. https://doi.org/10.1177/0886109919861700

Boddy, J., Macfarlane, S., & Greenslade, L. (2018). Social work and the natural environment: Embedding content across curricula. *Australian Social Work, 71*(3), 367–375. https://doi.org/10.1080/0312407X.2018.1447588

Boetto, H. (2017). A transformative eco-social model: Challenging modernist assumptions in social work. *British Journal of Social Work, 47*(1), 48–67. https://doi.org/10.1093/bjsw/bcw149

Boetto, H. (2019). Advancing transformative eco-social change: Shifting from modernist to holistic foundations. *Australian Social Work, 72(*2), 139–151. https://doi.org/10.1080/0312407X.2018.1484501

Boetto, H., & Bell, K. (2015). Environmental sustainability in social work education: An online initiative to encourage global citizenship. *International Social Work, 58*(3), 448–462. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1074674

Boff, L. (2017). Saber cuidar: Ética do humano, compaixão pela terra. Editora Vozes.

Bookchin, M. (1980). *Toward an ecological society*.Black rose books.

Bookchin, M. (1982*). The ecology of freedom: The emergence and dissolution of hierarchy*. Cheshire books.

Bookchin, M. (1996). *The philosophy of social ecology: Essays on dialectical naturalism*. Black Rose Books.

Bowles, W., Boetto, H., Jones, P., & McKinnon, J. (2018). Is social work really greening? Exploring the place of sustainability and environment in social work codes of ethics. *International Social Work, 61*(4), 486–499. https://doi.org/10.1177/0020872816651695

Brinkmann, S. (2014). Unstructured and Semi-Structured Interviewing. Em P. Leavy (Ed.), *The Oxford Handbook of Qualitative Research* (pp. 276-299). Oxford University Press. https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199811755.013.030

Bronfenbrenner, U. (1997). Toward an Experimental Ecology of Human Development. *American Psicology 32*, 513-531. https://doi.org/10.1037/0003-066X.32.7.513

Bryman, A. (2012). *Social research methods* (4th ed.). Oxford University Press.

Cahill, M. (2002). *The environment and social policy*. Routledge.

Câmara, A. C., Proença, A., Teixeira, F., Freitas, H., Gil, H., Vieira, I., Pinto, J., Soares, S., Gomes, M., Amaral, M., & Castro, S. (2018). *Referencial de Educação Ambiental para a Sustentabilidade para a Educação Pré-Escolar, o Ensino Básico e o Ensino Secundário. Ministério da Educação*, Direção Geral de Educação. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Educacao_Ambiental/documentos/reas_consulta_publica.pdf

Carbonero Muñoz, D., Gómez Pérez, M., & Raya Díez, E. (2016). Trabajo social y territorios socialmente sostenibles. Em E. Raya Díez & E. Pastor Seller, *Trabajo social, derechos humanos e innovación social* (pp. 213-229). Thomson Reuters Aranzadi.

Carmin, J. (1999). Voluntary associations, professional organisations and the environmental movement in the United States. *Environmental Politics, 8*(1), 101–121. https://doi.org/10.1080/09644019908414440

Carney, M., Adams, D., Mendenhall, A., & Ohmer, M. (2022). The lens of community. *Journal of Community Practice, 30*(2), 105–108. https://doi.org/10.1080/10705422.2022.2077598

Case, R. A. (2017). Eco-social work and community resilience: Insights from water activism in Canada. *Journal of Social Work, 17*(4), 391–412. https://doi.org/10.1177/1468017316644695

Charles, A., Loucks, L., Berkes, F., & Armitage, D. (2020). Community science: A typology and its implications for governance of social-ecological systems. *Environmental Science & Policy, 106*, 77-86. https://doi.org/10.1016/j.envsci.2020.01.019

Chenque, B. (2022). *A sustentabilidade na prática dos assistentes sociais em Portugal* [Dissertação de Mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. https://www.rcaap.pt/detail.jsp?locale=pt&id=oai:repositorio.iscte-iul.pt:10071/26420

Coates, J. & Gray, M. (2012). The environment and social work: An overview and introduction. *International Social Work, 55*(4), 433–444. https://doi.org/10.1177/0020872811429366

Comissão Europeia. (2019). *Pacto Ecológico Europeu*. Acedido a 11 de novembro de 2025 em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_pt

Comissão Europeia. (2024). *Achievements of the von der Leyen Commission: The European Green Deal* (Novembro de 2024). Acedido a 11 de novembro de 2025 em https://commission.europa.eu/system/files/2024-11/3_European_Green_Deal.pdf

Cox, D.; Cleak, H.; Bhathal, A. & Brophy, L. (2021) Theoretical frameworks in social work education: A scoping review. *Social Work Education, 40*(1), 18-43. https://doi.org/10.1080/02615479.2020.1745172

Crawford, F.; Agustine, S.; Earle, L.; Kuyini, A.; Luxford, A. & Babacan, H. (2015) Environmental Sustainability and Social Work: A Rural Australian Evaluation of Incorporating Eco-Social Work in Field Education. *Social Work Education, 34(*5), 586-599. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1074673

Creswell, J. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches* (4th ed.). SAGE Publications.

Cuadra, C. & Eydal, G. (2018). Towards a green social work curriculum. Em L. Dominelli. (Ed.). *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 522-534). Routledge.

Dominelli, L. (2010). Globalization, contemporary challenges and social work practice. *International Social Work, 53*(5), 599-612. https://doi.org/10.1177/0020872810371201

Dominelli L. (2011). Climate change: social workers' roles and contributions to policy debates and interventions. *International Journal of Social Welfare 20*(4), 430-438. http//:doi.org:10.1111/j.1468-2397.2011.00795.x

Dominelli, L. (2012). *Green Social Work: From Environmental Crises to Environmental Justice*. Cambridge Polity. ISBN: 978-0745654010

Dominelli, L. (2013). Environmental justice at the heart of social work practice: Greening the profession. *International Social Work, 56*(3), 268–283. https://doi.org/10.1177/0020872812466107

Dominelli, L. (2014). Promoting environmental justice through green social work practice: A key challenge for practitioners and educators. *International Social Work, 57,* 338-345. https://doi.org/10.1177/0020872814524968

Dominelli, L. (2018). *The routledge handbook of green social work.* London: Routledge.

Drolet, J.; Wu, H.; Taylor, M & Dennehy, A. (2015). Social work and sustainable social development: teaching and learning strategies for 'green social work' curriculum. *Social Work Education, 34*(5), 528-543. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1065808

Ellis, L., Nappan, K. & O'Donoghue, K. (2018). Green social work education in Aetearoa/New Zealand. Em L. Dominelli. (Ed.). *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 535-546). Routledge.

Fernandez, F. & Posada, X. (2020). Serviço Social e sustentabilidade: A abordagem ambiental como quadro de intervenção dos assistentes sociais. *Configurações 25*, 154-169.

Fetterman, D. (2001). *Foundations of empowerment evaluation*. SAGE.

Fink, A., Kosecoff, J., Chassin, M., & Brook, R. H. (1984). Consensus methods: Characteristics and guidelines for use. *American Journal of Public Health, 74*(9), 979–983. https://doi.org/10.2105/AJPH.74.9.979

Gerst, M. D., Raskin, P. D., & Rockström, J. (2014). Contours of a resilient global future. *Sustainability, 6*(1), 123–152. https://doi.org/10.3390/su6010123

Gomes, J. (2020). Iniciativas de economia circular têxtil: Um quadro de aplicação para o Serviço Social ambiental. *Espacios Transnacionales: Revista Latinoamericana-Europea de Pensamiento y Acción Social, 8*(15), 40–51. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7747655

Gray, M., & Coates, J. (2012). Environmental ethics for social work: Social work's responsibility to the non-human world. *International Journal of Social Welfare, 21*(1), 3–16. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00827.x

Gray, M., & Coates, J. (2015). Changing gears: Shifting to an environmental perspective in social work education. *Social Work Education, 34*(5), 502–512. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1065807

Gray, M.; Coates, J. & Hetherington, T. (eds) (2012). Introduction: Overview of the last ten years and typology of ESW. Em *Environmental social work* (1-28). Routledge.

Greene, J. (2007). *Mixed methods in social inquiry*. Jossey-Bass.

Hale, J., Campbell, H., Legun, K., & Carolan, M. S. (2019). *Social sustainability indicators as performance*. *Geoforum, 103*, 47–55. https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2019.03.008

Harari, Y. (2017). *Homodeus: História breve do amanhã*. Lisboa: Elsinore.

Hardcastle, D.; Powers, P.R. & Wenocur, S. (2019). *Community Pratice: Theories and skills for social workers.* Oxford.

Healey, P. (2002). On creating the "city" as a collective resource. *Urban Studies, 39*(10), 1777–1792. https://doi.org/10.1080/0042098022000002957

Healy, K. (2012). *Social work methods and skills: The essential foundations of practice*. Palgrave Macmillan.

Heinsch, M. (2012). Getting down to earth: Finding a place for nature in social work practice. *International Journal of Social Welfare, 21*, 309–318. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00827.x

Helne, T. & Hirvilammi, T. (2017). The relational conception of wellbeing as a catalyst for the eco-social transition. Em A. Matthies & K. Narhi (Eds.). *The eco-social transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 36-53). London: Routledge.

Hirvilammi, T., & Helne, T. (2014). Changing paradigms: A sketch for sustainable wellbeing and eco-social policy. *Sustainability, 6*, 2160–2175. https://doi.org/10.3390/su6042100

Howe, D. (1987). *An introduction to social work theory*. WildhoodHouse.

Howe, K. R. (1988). Against the quantitative-qualitative incompatibility thesis or dogmas die hard. *Educational Researcher, 17*(8), 10–16. https://doi.org/10.3102/0013189X017008010

Hussler, C., Muller, P., & Rondé, P. (2011). Is diversity in Delphi panelist groups useful? Evidence from a French forecasting exercise on the future of nuclear energy. *Technological Forecasting & Social Change, 78*, 1642–1653. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.07.008

International Association of Schools of Social Work. (2018). Promoting environmental and community sustainability. *International Social Work, 61*(4), 486-489. https://doi.org/10.1177/0020872818770563

International Federation of Social Work & International Association of Schools of Social Work. (2014). *Global definition of social work*. Acedido a 12-12-2020 em: https://www.ifsw.org/what-is-social-work/global-definition-of-social-work/

Irwin, T., & Kossoff, G. (2025). Transition design: Resolving wicked problems to catalyze multi-scalar sustainability transitions. Em A. Willow & B. Abiral (eds*.), Post-carbon futures: Imagining (and enacting) new worlds through transition studies* (pp.299-317). Routledge. http://doi.org/10.4324/9781003509585

Jabareen, Y. (2008). A new conceptual framework for sustainable development. *Environment, Development and Sustainability, 10*, 179–192. https://doi.org/10.1007/s10668-006-9058-z

Johnson, R. B.; Onwuegbuzie, A. J. & Turner, L.A. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research, 1*(2), 112–133. https://doi.org/10.1177/1558689806298224

Jones, P. (2010). Responding to the ecological crisis: Transformative pathways for social work education. *Journal of Social Work Education, 46*(1), 67–84. https://doi.org/10.5175/JSWE.2010.200800073

Jones, P. (2018). Greening social work education: Transforming the curriculum in pursuit of eco-social justice. Em L. Dominelli. (Ed.). *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 558-568). Routledge.

Krings, A., Victor, B. G., Mathias, J., & Perron, B. E. (2020). Environmental social work in the disciplinary literature, 1991-2015. *Journal of Social Work, 63*(3), 275-290. https://doi.org/10.1177/1468017318823406

Landeta, J. (2006). Current validity of the Delphi method in social sciences. *Technological Forecasting & Social Change, 73*, 467–482. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2005.09.002

Lee, J. (2001). *The empowerment approach to social work practice.* Columbia University Press.

Loureiro, I., Miranda, N., & Miguel, J. (2013). Promoção da saúde e desenvolvimento local em Portugal: Refletir para agir. *Revista Portuguesa de Saúde Pública, 31*(1), 23–31. https://doi.org/10.1016/j.rpsp.2013.03.001

Lui, B., Qi, C., Xue, B., & Yang, Z. (2025). Measuring urban–rural integration through the lenses of sustainability and social equity: Evidence from China. *Habitat International, 165*, 103559. https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2025.103559

Luís, R., Gomes, J., & Borba, A. (2023). Social work and environmental sustainability toolkit: Building a practical guide to apply sustainable practices in social work. Em C. Forde et al. (Eds.), *Teaching and learning in eco-social work* (pp. 163–182). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-031-58708-5_11

Makkonen, M., Hujala, T., & Uusivuori, J. (2016). Policy experts' propensity to change their opinion along Delphi rounds. *Technological Forecasting and Social Change, 109*, 61–68. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.05.020

Marques, E. (2016). Serviço Social Azul: contributo para um desenvolvimento comunitário ecológico de base local. O trabalho artístico, social e ambiental de Jason de Caires Taylor. *Espacios Transnacionales 3*(6), 132-139. https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6080582

Martin, A., Armijos, M. T., Coolsaet, B., Dawson, N., Edwards, G. A. S., Few, R., Gross-Camp, N., Rodriguez, I., Schroeder, H., Tebboth, M. G. L., & White, C. S. (2020). Environmental justice and transformations to sustainability. *Environment: Science and Policy for Sustainable Development, 62*(6), 19–30. https://doi.org/10.1080/00139157.2020.1820294

Massuga, F., Soares, S., & Oliveira, S. (2020). A interdisciplinaridade como abordagem à sustentabilidade: Uma revisão sistemática. *Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales* (janeiro 2020). https://www.eumed.net/rev/cccss/2020/01/interdisciplinaridade-sustentabilidade.html

Matthies, A. (2017). The conceptualization of eco-social transition. Em A. Matthies & K. Narhi (Eds.). *The eco-social transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 17-35). London: Routledge.

Matthies, A-L. & K. Narhi, K. (2017). *The eco-social transition of societies: The contribution of social work and social policy*. London: Routledge.

Matthies, A-L.; Stamm, I.; Hirvilammi, T., & Närhi, K. (2019). Eco-social innovations and their capacity to integrate ecological, economic and social sustainability transition. *Sustainability, 11*(7), 2107. https://doi.org/10.3390/su11072107

Matthies, A.-L., Peeters, J., Hirvilammi, T., & Stamm, I. (2020). Eco-social innovations enabling social work to promote new forms of sustainable economy. *International Social Work, 29*(4), 378-389. https://doi.org/10.1111/ijsw.12423

Mattocks, N., Singh, M., Smith, L., Dolan-Reilly, G., Powers, M., & Smith, K. (2023). Reenvisioning social work curricula: Eco-social work is everybody's thing. Em C. Forde, S. Ranta-Tyrkkö, P. Lievens, K. Rambaree, & H. Belchior-Rocha (Eds.), *Teaching and learning in eco-social work: Concepts, methods and practice* (pp. 88-106).

McGuinn, J., Fries-Tersch, E., Jones, M., Crepaldi, C., Masso, M., Kadarik, I., Samek Lodovici, M., Drufuca, S., Gancheva, M., & Geny, B. (2020). *Social sustainability: Concepts and benchmarks. Policy Department for Economic, Scientific and Quality of Life Policies*. European Parliament. https://www.europarl.europa.eu/supporting-analyses

McKinnon, J. & Alston, M. (2016). *Ecological social work: Towards sustainability*. Palgrave.

Miller, S. E., Hayward, R. A., & Shaw, T. V. (2012). Environmental shifts for social work: A principles approach. *International Jornal of Social Welfare, 21*(3), 270–277. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00848.x

Molyneux, R. (2010). The practical realities of ecosocial work: A review of the literature. *Critical Social Work, 11*(2), 61-69.

Moreno, L., & Conversi, D. (2017). Antropoceno, cambio climático y modelo social. *Documentación Social 183*, 13-30. https://digital.csic.es/handle/10261/177891

Mulvale, J. P. (2017). Reclaiming and reconstituting our understanding of environment in social work theory. *Canadian Social Work Review, 34*(2), 169–186. https://doi.org/10.7202/1042887ar

Munford, R. & Sander, J. (2019). Transformative Social Work Practice in Community-Based Organizations. Em R. Munford; K. O'Donoghe & J. Ife (eds), *New theories for social work practice* (139-156). Jessica Kingsley Publishers.

Musaa, H., Yacoba, M., Abdullahb, A., & Ishak, M. (2015). Delphi method of developing environmental well-being indicators for the evaluation of urban sustainability in Malaysia. *Procedia Environmental Sciences, 30*, 244–249. https://doi.org/10.1016/j.proenv.2015.10.044

Nações Unidas (2015). *Agenda 2030.* Acedido a 04 de dezembro de 2020 em: https://unric.org/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/

Närhi, K. (2004). *The eco-social approach in social work and the challenges to the expertise of social work* [Tese de Doutoramento, University of Jyväskylä]. Jyväskylä University Printing House. https://jyx.jyu.fi/jyx/Record/jyx_123456789_13326

Närhi, K., & Matthies, A. L. (2016). Conceptual and historical analysis of ecological social work. Em J. Mckinnon & M. Alston (Eds). *Ecological Social Work: Towards Sustainability*, (pp. 21-38). Palgrave Macmillan.

Närhi, K., & Matthies, A. L. (2018). The eco-social approach in social work as a framework for structural social work. *International Social Work, 61*(4), 490–502. https://doi.org/10.1177/0020872816644663

Neden, J., Townsend, R., & Zuchowski, I. (2018). Towards sustainability in Australian social work field education. *Australian Social Work, 71*(3), 345–357. https://doi.org/10.1080/0312407X.2018.1465576

Nippers, S. & Boddy, J. (2018). Greening austraian social work pratice anda education. Em L. Dominelli. (Ed.). *The Routledge Handbook of Green Social Work* (pp. 547-557). Routledge.

Norton, C. L. (2012). Social work and the environment: An eco-social approach. *International Journal of Social Welfare, 21*(3), 299–308. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00853.x

Oakley, P., & Clayton, A. (2003). *Monitoramento e avaliação do empoderamento*. (Z. Arashiro & R. Sameshima, Trad.). Polís. (Obra original publicada em 2000)

Ohmer, M.; Mendenhall, A.; Carney, M. & Adams, D. (2022). Community engagement: evolution, challenges and opportunities for change. *Journal of Community Practice, 30*(4), 351–358. https://doi.org/10.1080/10705422.2022.2144061

Papadopoulos, A. (2019). Integrating the natural environment in social work education: Sustainability and scenario-based learning. *Australian Social Work, 72*(2), 233–241. https://doi.org/10.1080/0312407X.2018.1542012

Pardeck, J. T. (1988). An ecological approach for social work practice. *The Journal of Sociology & Social Welfare, 15*(2), 133–142 https://doi.org/10.15453/0191-5096.1855

Peeters, J. (2012). The place of social work in sustainable development: Towards eco-social practice. *International Journal of Social Welfare, 21*(3), 287–298. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00856.x

Peeters, J. (2016). A safe and just space for humanity: The need for a new concept of well-being. Em J. Mckinnon & M. Alston (Eds). *Ecological Social Work: Towards Sustainability*, (pp. 177-196). Palgrave Macmillan.

Peeters, J. (2017). Thiking about commuons: A post-capitalist perspective for social work. Em A. Matthies & K. Narhi (Eds.). *The ecosocial transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 71-88). London: Routledge.

Philip, D., & Reisch, M. (2015). Rethinking social work's interpretation of "environmental justice": From local to global. *Social Work Education, 34*(5), 471–483. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1063602

Planetary Boundaries Science (PBScience). 2025. *Planetary Health Check 2025. Potsdam Institute for Climate Impact Research* (PIK). Germany. https://doi.org/10.48485/pik.2025.017

Powers, M. C. F. (2016). Transforming the profession: Social workers' expanding response to the environmental crisis. Em A.-L. Matthies & K. Narhi (Eds.), *Eco-social transition of societies: Contribution of social work and social policy* (pp. 286–300). Routledge. https://doi.org/10.4324/9781315615912

Quintana-Ramírez, A. P. (2019). El Trabajo Social y la Dimensión Ambiental. *Trabajo Social Global - Global Social Work, 9*(17), 65–88. https://doi.org/10.30827/tsg-gsw.v9i17.8460

Rambaree, K. (2020). Environmental social work: Implications for accelerating the implementation of sustainable development in social work curricula. *International Journal of Sustainability in Higher Education, 21*(3), 557–574. https://doi.org/10.1108/IJSHE-09-2019-0270

Rambaree, K., Powers, M. C. F., & Smith, R. J. (2019a). Eco-social work and social change in community practice. *Journal of Community Practice, 27*(3-4), 205–212. https://doi.org/10.1080/10705422.2019.1660516

Rambaree, K., Sjöberg, S., & Turunen, P. (2019b). Eco-social change and community resilience: The case of "Bönan" in glocal transition. *Journal of Community Practice, 27*(3-4), 231–248. https://doi.org/10.1080/10705422.2019.1658005

Rayens, M. K. & Hahn, E. J. (2000). Building Consensus Using the Policy Delphi Method. *Policy, Politics, & Nursing Practice Vol. 1*(4), 308-315. https://doi.org/10.1177/152715440000100409

Rieckmann, M. (2018). Key themes in Education for Sustainable Development. Em A. Leicht, J. Heiss, & W. J. Byun (Eds.), *Issues and trends in Education for Sustainable Development* (pp. 61–84). United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization & UNESCO. https://doi.org/10.54675/YELO2332

Rocha, H. (2015). *Serviço Social e Ambiente: A sustentabilidade ecológica das comunidades socialmente vulneráveis* [Tese de doutoramento, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório ISCTE-IUL. https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/11964

Rocha, H., & Ferreira, J. (2017). An eco-social model for sustainability of vulnerable communities. Em A. Matthies & K. Narhi (Eds.), *The eco-social transition of societies: The contribution of social work and social policy* (pp. 139–157). Routledge.

Rockström, J.; Steffen, W.; Noone, K.; Persson, A.; Chapin, F. S.; Lambin, E.; Lenton, T. M.; Scheffer, M.; Folke, C.; Schellnhuber, H. J.; Nykvist, B.; Wit, C. A.; Hughes, T:; van der Leeuw,S.; Rodhe, H:; Sörlin, S.; Snyder, P. K.; Costanza, R.; Svedin, U. …, Foley, U. (2009). Planetary Boundaries: Exploring the Safe Operating Space for Humanity. *Ecology and Society, 14*(2). https://www.jstor.org/stable/26268316

Romeiro, A. R. (2012). Desenvolvimento sustentável: uma perspetiva económico-ecológica. *Estudos Avançados, 26*(74), 65–92. https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100006

Rowe, G., & Wright, G. (1999). The Delphi technique as a forecasting tool: Issues and analysis. *International Journal of Forecasting, 15*(4), 353–375. https://doi.org/10.1016/S0169-2070(99)00018-7

Rowe, G., & Wright, G. (2011). The Delphi technique: Past, present, and future prospects — Introduction to the special issue. *Technological Forecasting & Social Change, 78*(9), 1487–1490. https://doi.org/10.1016/j.techfore.2011.09.002

Sachs, I. (2000). *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Garamond.

Sachs, J. (2015). *The age of sustainable development*. University Press.

Saldaña, J. (2014). Coding and analysis strategies. Em P. Leavy (Ed.), *The Oxford handbook of qualitative research* (pp. 581–605). Oxford University Press.

Schmitz, C. L., Matyók, T., Sloan, L. M., & James, C. D. (2012). The relationship between social work and environmental sustainability: Implications for interdisciplinary practice. *International Journal of Social Welfare, 21*(3), 278–286. https://doi.org/10.1111/j.1468-2397.2011.00855.x

Schusler, T., Krings, A., & Hernández, M. (2019). Integrating youth participation and eco-social work: New possibilities to advance environmental and social justice. *Journal of Community Practice, 27*(3-4), 460–475. https://doi.org/10.1080/10705422.2019.1657537

Shepard, B. (2012) Community gardens, creative community organizing, and environmental activism. Em M. Gray; J. Coates, & T. Hetherington (eds) (121-134). *Environmental social work*. Routledge.

Stepney, P. (2018). Community social work. Em N. Thompson & P. Stepney (Eds.), *Social work theory and methods: The essentials* (pp. 227–239). Routledge.

Stockemer, D. (2019). *Quantitative methods for the social sciences: A practical introduction with examples in SPSS and Stata*. Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-99118-4

Stockholm Resilience Centre. (2025). *Seven of nine planetary boundaries now breached*. Acedido a 11 de novembro de 2025 em: https://www.stockholmresilience.org/news--events/general-news/2025-09-24-seven-of-nine-planetary-boundaries-now-breached.html

Teixeira, S., & Krings, A. (2015). Sustainable social work: An environmental justice framework or social work education. *Social Work Education, 34* (5), 513-527. https://doi.org/10.1080/02615479.2015.1063601

Ungar, M. (2002). A deeper, more social ecological social work practice. *Social Service Review, 76*(3), 480–497. https://doi.org/10.1086/341185

United Nations. (2015). *The Millennium Development Goals Report 2015*. United Nations. Acedido a 11 de novembro de 2025 em: https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf.

United Nations. (2025a). *The Sustainable Development Goals Report 2025*. United Nations. Acedido a 11 de novembro de 2025 em: https://unstats.un.org/sdgs/report/2025/

United Nations (2025b). Global climate action agenda at COP 30: Outcomes report (Versão final). Acedido a 25 de novembro de 2025 em: https://unfccc.int/sites/default/files/resource/COP30%20Action%20Agenda_Final%20Report.docx.pdf?download

United Nations Framework Convention on Climate Change. (s.d.). Conference of the Parties (COP). Acedido a 11 de novembro de 2025 em: https://unfccc.int/process/bodies/supreme-bodies/conference-of-the-parties-cop

Varela-Ruiz, M., Díaz-Bravo, L., & García-Durán, R. (2012). Descripción y usos del método Delphi en investigaciones del área de la salud. *Investigación en Educación Médica, 1*(2), 90-95. https://www.elsevier.es/es-revista-investigacion-educacion-medica-343-articulo-educacion-medica-basada-evidencias-ser-X2007505712427039

World Commission on Environment and Development. (1987). *Our common future*. Oxford University Press. https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/5987our-common-future.pdf

Woudenberg, F. (1991). An evaluation of Delphi. *Technological Forecasting and Social Change, 40*, 131–150. https://doi.org/10.1016/0040-1625(91)90002-W

Zapf, M. K. (2010). Social work and the environment: Understanding people and place. *Critical Social Work, 11*(3), p.30-46. https://www.uwindsor.ca/criticalsocialwork/social-work-and-the-environment-understanding-people-and-place

ANEXOS

Anexo A – Lista dos Projetos admitidos no âmbito do PBS

Anexo B – Email template de convite para Entrevista Semiestruturada

Anexo C – Email template de convite para participar no Delphi

Anexo D – Grelha de Análise Documental (PBS)

Anexo E – Processo de Codificação (PBS)

Anexo F – Guião de Entrevista Semiestruturada

Anexo G – Consentimento informado (Entrevista Semiestruturada)

Anexo H – Debriefing da Entrevista Semiestruturada

Anexo I – Grelha de Análise Documental (Entrevista Semiestruturada)

Anexo J – Processo de Codificação (Entrevistas Semiestruturada)

Anexo K – Consentimento informado (Método Delphi)

Anexo L – Questionário da 2ª ronda (Método Delphi)

Anexo M – Análise da consistência interna - 2ªronda (Método Delphi)

Anexo N – Questionário da 3ª ronda (Método Delphi)

Anexo O – Debriefing do Método Delphi

Anexo P – Análise da consistência interna -3ªronda (Método Delphi)

Anexo Q – Instrumento Completo (Escala)

Anexo A – Lista dos Projetos admitidos no âmbito do PBS

	DESIGNAÇÃO DO PROJETO
1	"Bairro a brincar"
2	"Bairros Saudáveis: incluir para melhorar".
3	"Crescer Comum"
4	"CULTIVAR FUTUROS"
5	"Formiga de ASA" (Apoiar, Socializar, Autonomizar)
6	"ProximIDADE MAIOR"
7	"Saúde Cuidada, Vida Conservada"
8	"Saúde para a Comunidade" Projecto direccionado para a saúde e bem estar das comunidades imigrante
9	(Com) Vida S. Gens Histórias do meu Bairro
10	(Re)Qualificar a Cova da Moura - Processo participativo, sozinhos não mudamos a Cova da Moura.
11	+ Saúde no Bairro
12	100Limites
13	2T/2825
14	7Bairros Capitais_7Bairros Culturais
15	910 fogos - espaços mentais, espaços reais
16	A Ciência Chegou ao Bairro: a inclusão social através da promoção da literacia digital e ambiental
17	A GALINHA DA VIZINHA
18	A Mourada de todas e todos
19	À PESCA
20	A Voz da Comunidade
21	Abraça o teu Bairro - Diz Não à Violência
22	AC/DC Fator M é a Solução!
23	Academia Juntos pelo Desporto no Bairro
24	Afro Gypsy Costura
25	Aldeia + Saudável e Feliz ... a vez do ... ESPAÇO 5+
26	AlimentarMente
27	Alternativamente
28	AMAR para INTERVIR +
29	AproxiM@ster - Respostas Comunitárias de Tutoria Sénior
30	Arroios é de Todos
31	ASAS- Aldeia dos Saberes e dos AfetoS
32	Assembleia Geradora - Da Construção Participativa ao Empoderamento da Mulher Rural
33	Associação e Bairro Amílcar Cabral - (Com)vivência Intercultural
34	Bairro ComVida
35	Bairro Con(s)Ciência
36	Bairro Cool
37	Bairro em movimento
38	Bairro Restaurativo de Alcoitão
39	Bairros ConVida
40	Bairros na Linha
41	Bairros SEM Bullying
42	Balneários/WC Comunitários
43	BARRELA SOCIAL "Brigada de Intervenção em Salubridade Habitacional e Higienização"
44	Barronhos Project
45	BEJACOLHE - Cultura e Diversidade

46	Bem-Guardado
47	Benfeitas: BenViver, BenEnvelhecer
48	Biblioteca Viva
49	Binas na Alta
50	BRENHA + "SASTIPEN" (palavra Saúde no ROMANI - língua cigana)
51	CASA (Comunidade, Afetos, Sonhos, Ambições) - Juntos construímos a nossa casa!
52	Casas do Bairro ... com Dign(IDADE)
53	Centro de Estudos no Bairro - "Vitamina Mentes"
54	Centro de Recursos Digitais
55	CENTRO DESPORTIVO INTERGERACIONAL DO S. SALVADOR DO MUNDO
56	Circular - A Loja Colaborativa da EN2
57	Colo 100 Horas
58	comUN1DAde
59	COMUNIDADE ACTIVA 21
60	COMVIV-20 - Comunidade Viva!
61	Conscient(mente)
62	Conservar Afetos Femininos
63	Construindo futuros
64	Contentores2021
65	Coobi - Cooperativa de bicicletas
66	Crash
67	Crescer em Casa
68	Crescer Saudável
69	CriativaMente
70	CSPIN+perto
71	CUBA SOLIDÁRIA
72	Cuidar Carrazeda: saúde mental em contexto de pandemia
73	Cuidar com Afecto
74	Cuidar da Ca(u)sa Olival
75	Culatra Responsável
76	Da Terra à Mesa - um sal(to) que nos tempera
77	Dar as Mãos - Futuro Saudável
78	Dar CorAção à Vida
79	'Dar vida aos anos'. Um hino à população idosa da Freguesia de Vila Marim.
80	Desenhar a Terra Futura
81	Desenvolvimento comunitário participado através de obra de dois fogos para renda acessível.
82	Desporto no Bairro
83	Distâncias Off
84	Em rede
85	Encontros em Comunidade - Parque dos Encontros
86	Encosta Viva
87	Entre a Natureza e a Cidade: Percursos Pedonais do Monte Xisto
88	Entre Janelas para além delas
89	Entre o chão e o telhado: o bem estar e a cidadania como alvos de cuidado
90	ESCOLANOVA - Centro de Artes da Bordeira
91	Escuta o Bairro!
92	ESPAÇO COMUNIDADE
93	Espaço Comunitário 4 Crescente
94	Espaço Inspir_Ação+ - Projeto Comunitário para um Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável
95	Espaço Multi-recreativo do Largo da Nora
96	Esposende, comunidade amiga das pessoas com demência
97	Eu, Tu, Nós... Somos Seixo.
98	Famílias em ação: em busca de contextos de vida salutogénica
99	FAP no Bairro
100	Fica Bem Entre Linhas

101	Foco Mental
102	Gand(r)a Ação
103	GAPI - Gabinete de Apoio Psicossocial pela Igualdade
104	Gente Rija
105	GREEN MIND GREEN ADROANA
106	Há Centro na Periferia: Saber, Saúde e Saudade no Bairro da Jamaika
107	Há margem
108	Habitar para Agir
109	Hortas do Mar
110	Incentivar a Partilha na Cruz de Pau (ClaP)
111	INcluir
112	Integra(Ação)
113	Integrar - Estilos de vida saudáveis
114	INterlig@-te ao Emprego - Literacia digital e a promoção da empregabilidade em Vialonga
115	JARDINS TERAPÊUTICOS: Quem planta seus males espanta!
116	Laboratório de Inovação Comunitária - LIC
117	Laços Em Corrente (LEC)
118	Levantar a pedra para construir Pontes
119	LIGA-TE!
120	Live Ringe
121	MACS: Mães Ativas / Crianças Saudáveis
122	MALMEQUER
123	Mãos à Ópera
124	Marca um Golo para o Teu Futuro!
125	Matosinhos à volta da mesa
126	MATOSINHOS, + Movimento + VIDA 2021
127	Melhor Idade
128	Mentores Romani
129	MIXOEIRA_INOVA - Vizinhança Saudável e Solidária
130	MK 2.0 - Democracia Digital no Monte Kapta
131	Mobil.Idade
132	Môças da nossa Terra.
133	Moeda VEGetal
134	Mosteirinho Melhor = Território Melhor
135	Mulheres em Construção!
136	Mulheres Numa Só Voz
137	Na Quinta da Princesa As Mulheres Contam
138	Namaste Portugal
139	No coração do Bairro - Intervenções a crianças com necessidades educativas especiais e famílias
140	NÓMADA 3.0
141	Nutrimovere
142	Nutrir Para Reabilitar
143	Ó (B)izinha anda cá ver isto!
144	O Bairro está IN(clusivo)
145	O Crasto de janelas abertas à solidariedade
146	O Nosso Bairro
147	O NOSSO QUERIDO BAIRRO
148	Ó Vizinho!
149	O2 -Oportunidades para Tod@s
150	Oficinas de Organização e Ação do Programa "Nosso Bairro, Nossa Cidade"
151	Os Leixões das Memórias
152	Ouguela Convida
153	P.E.M. Saudável
154	P.rograma E.special de R.evitalização - Bajouca, Maia
155	Palácio da Imaginação

156	Parque Urbano de S. Sebastião
157	Passa a Palavra
158	Pátio dos 80
159	PeN - Parque das Nações
160	PERCURSOS ACOMPANHADOS - Projeto de intervenção social e comunitária
161	Percursos de Cidadania - Alfabetização Solidária e Literacias
162	Pharmácia Popular da Ajuda
163	PIC - Projeto de Intervenção com a Comunidade
164	PLAYSPOTS - VAMOS BRINCAR?
165	Pontes
166	PorTiArtista
167	Posto Comunitário
168	Projeto "Arco Íris" - "Vem Dar Cor à Tua Vida"
169	Projeto "Raízes"
170	Projeto "Voltar a Sorrir"
171	Projeto ÁS - Andorinhas Saudável
172	Projeto Fénix
173	Projeto LAR- Liderar, Aproximar, Revitalizar
174	Projeto Reação - Judo e Igualdade
175	Projeto SEMENTE
176	Projeto TOC TOC - Multi Serviços Porta a Porta
178	PRÓXIMA PARAGEM
179	Pulsando a Saúde - Projeto Integrado, Perspetiva Biopsicossocial de Promoção Saúde e Bem Estar
180	Rádio Pavão
181	Raízes
182	Raízes Baobá
183	Recriar em Comunidade - Espaço Intergeracional e Comunitário.
184	Reflexo do nosso Bairro
185	Régua é D'Ouro
186	Renascer das Borboletas
187	RENASCER o Bairro das Palmeiras
188	Requalificação da Tenda Multiusos do Núcleo Piscatório da Ilha da Culatra.
189	Requalificação de Moradias - Bairro Nossa Senhora do Castelo
190	ReSense - Memórias com Sentido(s)
191	Ribeira da Torregela Viva e Vivida
192	Ribeiras + Inclusiva
193	RICA VIDA: Resposta Informativa de Capacitação e Aprendizagem para Hábitos de Vida Saudáveis
194	RIDE - Rede de Informação sobre Drogas e Educação de pares
195	Ringue da Cruz da Picada
196	Ringue Saudável
197	Rizoma Cooperativa Integral
198	Romani Tehara (Ciganas de Amanhã) - Rumo ao Empowerment feminino nas comunidades ciganas
199	Rua Mais
200	Ruy de Carvalho sobe ao Palco (da cidadania)
201	SAFE - Saúde, Arte, Formação, Educação
202	Saibreiras - Pintar o Futuro Maior
203	São Félix na orla da cidadania
204	SAUDAR - Projeto Associativo de Consciencialização em Saúde Pública
205	Saúde Drive-in
206	Saúde no Bairro
207	Saudinha
208	SeaShore ANGEIRAS
209	SEIXO, Comunidade FIS - Feliz, Inclusiva e Saudável
210	Sem Adubos - Sustentabilidade e Economia Circular
211	SEMEAR AFETOS

212	Sempre Ligados
213	Serviço de Proximidade
214	Serzedo e Perosinho: A união faz o bairro. O Bairro combate o isolamento
215	Sigapé pela Saúde
216	Sintoniza-T - canal de comunicação comunitário
217	SOL DAS LEZÍRIAS
218	Somos Comunidade
219	SOU CAPAZ
220	Stayaway Cancro
221	SuperCasalinho - Comunidade Local
222	Tempo para Cuidar 2.0_Bonfim
223	Tempo para Cuidar 2.0_Campanhã
224	Tempo para cuidar 2.0_Sto.Ildefonso
225	Teto MAÏOR
226	The Guardians
227	Tinta de Limão
228	Torre PLSTIK
229	Transformar o Fim do Mundo
230	Traseiras do Monte Sovina
231	TREVO
232	Um Café com Asas
233	Um Jardim para Todos
234	Unir Comunidades
235	URBE HORTIS
236	Vamos Caminhar Juntos
237	Vamos dar vida à Gestosa
238	Vamos pôr a Relvinha no Centro!
239	Verde Bairro
240	Vida Melhor
241	Vidas Ubuntu Saudáveis
242	Viver a Ciência no Bairro: promover a literacia científica e ambiental no Bairro do Condado
243	Viver com Diabetes
244	Viver em Igualdade - Prevenção da violência contra as mulheres em bairros sociais de Lisboa
245	VôCrescer - uniões que não envelhecem
246	Zambujal +

Anexo B – Email template de convite para Entrevista Semiestruturada

Exmo Coordenador / Parceiro do projeto xxxx

O meu nome é Daniela Freitas, sou aluna de Doutoramento no Iscte-Instituto Universitário de Lisboa e encontro-me a fazer uma pesquisa sobre os projetos desenvolvidos na primeiro edição do Programa Bairros Saudáveis, no âmbito do meu doutoramento, sob a orientação da Professora Doutora Helena Belchior Rocha.

Enquanto entidade envolvida no desenvolvimento do projeto xxxxx gostaria de convidar o/a(s) técnico/a(s) a participar(em) numa breve entrevista sobre o tema da Sustentabilidade na Intervenção Comunitária.

A(s) entrevista(s) pode(m) realizar-se via online ou presencialmente, de acordo com a vossa preferência e disponibilidade.

Por favor, gostaria que indicasse o nome, profissão e endereço de email do/a(s) técnico/a(s) que estão/estiveram mais diretamente envolvidos no projeto infra, para que possa formalizar o pedido de participação no estudo e agilizar a entrevista.

Despeço-me com os melhores cumprimentos, agradecendo desde já a vossa melhor atenção e amabilidade face a este pedido.

Anexo C – Email template de convite para participar no Delphi

Boa tarde,

Sob orientação da Professora Doutora Helena Belchior-Rocha e, na qualidade de doutoranda do Curso de Doutoramento em Serviço Social do Iscte – Instituto Universitário de Lisboa, venho convidar Vossa Excelência a integrar um painel de especialistas na área da sustentabilidade e intervenção comunitária.

Pela sua experiência académica e profissional seria de todo relevante a sua participação na minha pesquisa doutoral, no âmbito do método Delphi.

Segue em anexo o Consentimento Informado com informações detalhadas sobre a sua participação neste estudo. Agradeço a leitura, assinatura e devolução do mesmo, demonstrando o seu interesse em participar.

Ao dispor para esclarecimentos adicionais.

Na esperança que aceite este convite, despeço-me com os melhores cumprimentos,

Anexo D – Grelha de Análise Documental (PBS)

DIMENSÕES	CATEGORIAS
Tipo de território	Urbano
	Rural
Áreas de Intervenção (Pilares da Sustentabilidade)	Social
	Ambiente
	Económico
	Relação entre os pilares (Quais e de que forma?)
Implementação do Projeto	Botton-up (envolvimento da comunidade)
	Top-Down (comunidade não envolvida)
	Métodos de intervenção usados
	Avaliação do projeto e seu impacto (que métodos)
Ações Desenvolvidas	Contemplam os pilares da sustentabilidade
	Principais ações em cada pilar da sustentabilidade
	Ações que relacionam e incluem os três pilares da sustentabilidade (Quais e de que forma)
População envolvida	Grupos específicos (fragmentação da comunidade)
	Comunidade como um todo

Anexo E – Processo de Codificação (PBS)

DIMENSÕES	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO	CITAÇÕES
Áreas de Intervenção (Pilares da Sustentabilidade)	Social	Ações que visam capacitação social, advocacy, participação, melhoria da qualidade de vida e co-criação de soluções para problemas específicos.	*visa facilitar a aprendizagem de jovens de competências que vão ao encontro da sua expressão identitária (2T2825)* *Tem o propósito de potenciar o pensamento crítico, a participação inclusiva e a prática reflexiva pela ação coletiva transformadora (Espaço Inspir_Ação+ LISBOA E VALE DO TEJO)* *Segundo uma lógica de aprender-fazendo e de desenvolvimento pessoal e social, recorrendo a metodologias já testadas, tal como o programa de educação alimentar "Prato Certo" e à experiência das entidades parceiras, será implementado um programa de aprendizagem contínua nos domínios já identificados como críticos e outros que os próprios participantes considerem importantes para o seu apoderamento (Projeto SEMENTE)* *Os técnicos irão apoiar os jovens e migrantes residentes na Gandra na elaboração do Currículo Vitae, carta de apresentação e motivação, na inscrição no IEFP e no conhecimento das ofertas de emprego e formação. (Gand(r)a Ação)*
	Ambiente	Ações relacionadas com a cuidado Ambiental (hortas comunitárias), uso eficiente de recursos naturais, reutilização, redução de desperdício e melhoria dos espaços verdes.	*Requalificação das hortas espontâneas existentes no interior e na periferia do bairro, dotando-os de recursos e competências técnicas, por forma a aumentar a sua produtividade, assim como, elevando o seu estatuto na paisagem. (Raízes Baobá)* *Vão ser promovidas diversas oficinas e workshops para a sensibilização e aumento de conhecimento sobre a Sustentabilidade Ambiental e Reutilização Criativa de Materiais (P.E.M. Saudável)* *Com o objetivo da sensibilização da comunidade para as temáticas ambiental e da reciclagem, prevê-se o desenvolvimento de Jornadas participadas de limpeza dos espaços públicos comuns, por forma a apelar à co(responsabilização) de todos para um bem comum, o território onde habitam. Pretende-se também com esta atividade, consciencializar para as problemáticas associadas à poluição e consequências para a saúde pública. (Unir Comunidades)* *Vamos envolver um artista local para desenvolver um processo criativo de peças de arte com o uso da sua especialidade em "Trash-art". Este artista utilizará todo o tipo de lixo que encontrar e criará, em conjunto com as famílias da comunidade, peças de arte únicas (Môces da nossa Terra)*

	Económico	Ações que promovem emprego, rendimento e outras atividades económicas baseadas na economia circula, solidaria e cooperativa	*Nesta atividade pretendemos realizar feiras de trocas, em que cada associação faz a recolha dos materiais, e por cada peça que cada pessoa da comunidade doar recebe X no valor de uma moeda social, com essas moedas sociais vai poder comprar produtos na feira, que será dinamizada pelas associações. (Alternativamente)* *Sessões de capacitação com a finalidade de dotar os participantes com conhecimentos impreteríveis ao sucesso da iniciativa de negócio em questão. Estas sessões visam que os mesmos adquiram competências administrativas, de gestão e de publicidade. Para isso, pretende-se definir e preparar a estrutura base; estabelecer o papel de cada pessoa envolvida na respetiva área; desenhar o logótipo da associação/negócio; criação de websites e das páginas nas redes sociais; elaboração de flyers publicitários e criação de vídeos promocionais. (Afro Gypsy Costura)* *Os Animadores dinamizarão grupos da Comunidade, sobretudo jovens, apoiando a sua integração e a abertura de novos projetos de vida, a partir de metodologias participativas e criativas. (comUNIDAde)* *Workshops sobre a temática da economia circular, social e solidária, com demonstrações práticas de sistemas alternativos para enfrentar a crise económica e social, por forma a capacitar as associações, pessoas da comunidade e a sociedade em geral, para que adquiram mais conhecimentos de uma forma prática e simples sobre esta temática, e em última instância que consigam aplicar estes mesmos conhecimentos. (Alternativamente)*
	Relação entre os pilares (Quais e de que forma)	Ações e projetos que articular diferentes ações com fins sociais, ambientais e económicos.	*Com esta ação pretendemos registar e divulgar esses jardins, bem como, saber da(s) pessoa(s) que o cuidam. Este registo será divulgado nas redes sociais do projeto, como forma de valorização da auto-estima das pessoas e de criação de um ambiente inspirador, favorável e motivador para o desenvolvimento de todo o projeto. (Jardins Terapêuticos - Quem planta seus males espanta)* *A produção hortícola visa contribuir para uma alimentação mais saudável com maior consumo de vegetais e de ervas aromáticas e para o cultivo de plantas medicinais, com base nos saberes locais, para reforçar a imunidade da comunidade. (Dar as Mãos - Futuro Saudável)* *Será criada uma Bolsa de Bens e Serviços a que as famílias possam aceder em troca pelas horas de trabalho na horta, de forma a dar resposta a outras necessidades que tenham: por exemplo, dificuldade de acesso a medicamentos, a cuidados dentários, etc. (Hortas do Mar)*

			Promover mercadinhos de produtores locais que abastecem a cantina escolar, abertos a toda a comunidade, no sentido de: - Promover os circuitos curtos de produção e consumo de alimentos; - Dinamizar a economia e a produção agroalimentar local mais sustentável; - fomentar o consumo de produtos locais, respeitando a sua sazonalidade (Ringue da Cruz da Picada) *As oficinas comunitárias (OC) serão espaços de promoção da cidadania e coesão social com iniciativas culturais, desportivas e de melhoria do desempenho energético, resultando em redes solidárias de vizinhança, hortas, 1 associação de pais e 1 de desenvolvimento comunitário. (Familias em ação)*
Implementação do Projeto	Botton-up (envolvimento da comunidade)	Ações e estratégias criadas ou lideradas pela população. Envolvimento da população através da auscultação e capacitação.	*Serão discutidas temáticas diversas sugeridas pelas participantes de acordo com as suas áreas de interesse (Mulheres numa Só Voz)* *Diagnóstico participado para auscultação das necessidades específicas da comunidade que podem ser respondidas pelo projeto (Hortas do Mar)* *Será feito um levantamento das temáticas a serem abordadas junto da população (Centro de Recursos Digitais)* *O projeto será concebido por forma a aproveitar a estrutura de posto de saúde e estabelecer a sua relação com o espaço público de forma participada, de acordo com as necessidades e desejos dos seus moradores. (Posto Comunitário)* *Desta forma, a Rádio Pavão pretende ser uma rádio local de cariz comunitário, concebida e produzida com os residentes como instrumento de intervenção participativa. (Rádio Pavão*
	Top-Down (comunidade não envolvida)	Ações desenvolvidas na comunidade, sem o envolvimento da mesma no seu desenho e planeamento.	Vários projetos são descritos sem referência ao envolvimento da população. Pela forma como são descritas as atividades sugere que estas foram pensadas sem o envolvimento da comunidade, principalmnete quando não há qualquer referência à realização de diagnósticos/auscultação da população visada. *Articulação Direta e Prioritária com as Equipas - Comunitárias de Saúde Mental e Hospitalização Domiciliária (Pulsando a Saúde - Projeto Integrado, Perspetiva Biopsicossoial)* *No presente momento observamos que os moradores dos dois bairros sociais têm o hábito de utilizar churrascos individuais para confecionar as suas refeições. Contudo, verifica-se uma degradação deste tipo de equipamentos no espaço público. A intenção de criar um espaço comum, permitirá uma maior interação social e partilha de experiências em termos de confeção de alimentos. (SEMEAR AFETOS)*

	Métodos de intervenção usados	Estratégias, técnicas ou abordagens de intervenção utilizadas.	*O processo assenta num modelo de co-criação comunitária, desde a escolha do local, à escolha das plantas, ao trabalho da sua implementação e na manutenção e cuidado dos mesmos. (Jardins Terapeuticos - Quem planta seus males espanta)* *Promoção de práticas e metodologias de CO-CRIAÇÃO, pelos quais amadores e profissionais de uma determinada área partilham o processo criativo do início ao fim (2T2825)* *Serão desenvolvidas através de dinâmicas de grupo e outras metodologias participativas de forma a provocar um auto-questionamento ao nível dos valores e atitudes subjacentes aos comportamentos discriminatórios. (910 fogos - espaços mentais, espaços reais)* *são implementadas metodologias participativas de aprendizagem informal/dinâmicas ajustadas ao contexto/perfil das participantes (MACS Mães Ativas - Crianças Saudáveis)*
	Avaliação do projeto e seu impacto (que métodos)	Estratégias e técnicas de acompanhamento e avaliação utilizadas.	*Reunião com os participantes/residentes de forma a auscultar os pontos positivos e negativos da implementação do projeto (BRENHA + SASTIPEN palavra Saúde no Romani)* *Dando continuidade ao trabalho participativo desenvolvido ao longo do projeto, pretende-se avaliar num encontro final entre, o grau de capital relacional e sentimento de pertença desta comunidade, com vista à criação de emergentes formas de governação local materializadas na criação de uma associação de moradores (PRÓXIMA PARAGEM)* *avaliação da influência do projeto nos beneficiários, nomeadamente a nível da melhoria das relações sociais e da sua inserção social. (CULTIVAR FUTUROS)* *Avaliação inicial e final com instrumentos lúdico pedagógicos e intervenção motivacional para superação de situações menos saudáveis. (Famílias em ação)*
População envolvida	Grupos específicos (fragmentação da comunidade)	Perspetiva de envolvimento de grupos específicos da comunidade, como crianças, idosos, desem-	*Este projeto prevê a interação dos animais com grupos específicos, nomeadamente, idosos e crianças com deficiência ou com necessidades educativas especiais com uma equipa especializada em terapias assistidas (SEMEAR AFETOS)* *Facilitar o trabalho e rendimento para grupos sociais mais desfavorecidos, diminuindo a pobreza e fomentando o empreendimento, saúde e bem estar nomeadamente junto de idosos, pessoas desempregadas ou sem-abrigo (CULTIVAR FUTUROS)*

		pregados ou imigrantes.	*Projeto ReSense visa o aumento da qualidade de vida das Pessoas com Demência e dos seus cuidadores que se encontram nos domicílios devido à situação de pandemia (ReSense - Memorias com Sentido)* *Este grupo será constituídos por 10 mulheres de etnias cigana e caucasiana. Será dinamizado por uma técnica e reunir-se-á preferencialmente todas as semanas para realizar atividades lúdicas (realização de tapetes, e outras definidas pelo próprio grupo), e intencionalmente, mas de forma informal e sincrónica com as preocupações do grupo, trabalhará em particular o planeamento familiar, a igualdade de género e prevenção da violência de género e doméstica. Prevê-se que estas mulheres sejam empoderadas nestas matérias e disseminem a informação interpares. (SAFE- Saúde, Arte, Formação Educação)* *projeto participativo que vai despoletar um movimento comunitário que envolve os seus habitantes num processo de atualização e revitalização socioeconómico (Ouguela Convida)*
	Comunidade como um todo	Perspetiva de envolvimento da comunidade como um todo e integração de diferentes grupos comunitários nas ações desenvolvidas.	*Trabalhar com os participantes no projeto, agregados familiares e redes de proximidade, os comportamentos alimentares, de trabalho cooperativo, de relacionamento social, de empreendedorismo, de autodeterminação alimentar (Projeto SEMENTE)* *Serão instalados no espaço equipamentos e materiais necessários para a exploração das temáticas referidas, divididos em diferentes estações de exploração, e com livre acesso a toda a comunidade do bairro. (A Ciência Chegou ao Bairro)* *Os espaços verdes em meio urbano são fundamentais para o bem-estar físico e emocional das populações, mas são também de extrema importância para a conservação da biodiversidade. Com o objetivo de sensibilizar a comunidade para estas questões, serão realizados 5 workshops para promover a biodiversidade no bairro, como a criação de canteiros com plantas nativas, construção e instalação de hotéis de insetos, ninhos e comedouros para aves. Os moradores terão uma participação ativa na concretização destas atividades e nas melhores formas de comunicar a sua importância junto de toda a comunidade. (Viver a Ciência no Bairro)*

Anexo F – Guião de Entrevista Semiestruturada

Guião de Entrevista a Profissionais envolvidos em Projetos Comunitários nos territórios selecionados a partir da análise qualitativa exploratória do PBS

Tese de Doutoramento em Serviço Social: "Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: A Intervenção Eco-Social"

Questões de Investigação a responder:

- A prática de intervenção comunitária dos assistentes sociais tem como objetivo a sustentabilidade social e ecológica?
- Os assistentes sociais participam com equipas multidisciplinares nos processos de elaboração e monitorização de projetos de desenvolvimento sustentável?
- A avaliação dos projetos de intervenção comunitários baseia-se numa escala de indicadores de sustentabilidade sociais e ecológicos?

Definição da População-Alvo (Dimensão da População e Universo de Análise): Amostragem não probabilística por conveniência de profissionais que participaram em projetos de intervenção social e/ou de desenvolvimento local (públicas e privadas), desenvolvidos no âmbito do PBS, de forma a identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica, em zonas urbanas e rurais em Portugal Continental (NUTS II). Seleção dos projetos, mediante análise documental realizada anteriormente.

Objetivos	Dimensões	Categorias de análise	Questões
	DADOS SOCIOGRÁFICOS	Género Idade Nacionalidade Qualificações Situação profissional Caracterização sociocomunitária	1. Quando e onde nasceu? 2. Onde se formou? 3. O que faz e onde trabalha? 4. Como descreve a comunidade com quem trabalha?
I. Interpretar e enquadrar o conceito de sustentabilidade social e ecológica na prática do Serviço Social.	**Conceito de Sustentabilidade** **Prática do Serviço Social**	Sustentabilidade Social Sustentabilidade Ambiental Sustentabilidade Ecológica Existência/ausência de promoção de sustentabilidade na prática profissional Formas de promoção de sustentabilidade	5. Que dimensões da sustentabilidade conhece? 6. Que pensa sobre a sustentabilidade? 6.1. E sobre sustentabilidade social e ecológica. 7. Enquanto profissional de intervenção comunitária considera que as dimensões da sustentabilidade estão inseridas na intervenção? 8. Como pode o Serviço Social contribuir para a sustentabilidade? 9. De que forma pode o assistente social promover sustentabilidade? 9.1. Em específico a sustentabilidade social e a ecológica? 10. De todas as áreas de atuação do Serviço Social, qual ou quais considera mais indicada para promover sustentabilidade?

II. Identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias.	**Intervenção Comunitária e promoção de sustentabilidade** **Práticas de Sustentabilidade**	Especificidades da intervenção comunitária Relação entre a intervenção comunitária e a promoção de sustentabilidade social e ecológica Práticas de sustentabilidade social Práticas de Sustentabilidade ecológica Condições necessárias e Constrangimentos Envolvimento da Comunidade	11. Esteve ou está envolvida num projeto de intervenção comunitário. Pode descrever-me o trabalho que tem desenvolvido/desenvolveu. 12. Que aspetos salienta na intervenção comunitária desenvolvida? 13. Considera que o tema da sustentabilidade surgiu neste projeto comunitário? Que tipo de sustentabilidade e de que forma? 13.1. Para promover sustentabilidade o que alteraria/acrescentaria ao projeto? 14. O que considera necessário para a promoção de sustentabilidade social e ecológica ao nível comunitário? 15. Quais as principais dificuldades/constrangimentos à promoção de sustentabilidade social e ecológica a nível comunitário? 16. Pode descrever-me com foi a participação da comunidade nas ações que visam a promoção de sustentabilidade social. 17. Que expetativas tinha sobre a participação da comunidade neste projeto? 17.1 Que estratégias de participação da comunidade salienta para a promoção de sustentabilidade social.
III. Comparar o contexto e as práticas de intervenção socioambiental e territorial em comunidades urbanas e rurais.	**Parcerias** **Poder Local**	Existência/Ausência de parcerias Importância das parcerias Equipas multidisciplinares Papel do poder local na promoção de sustentabilidade	18. Considerando que trabalha numa comunidade rural/urbana, de que forma essa situação potencia/dificulta o desenvolvimento de práticas de sustentabilidade social e ecológica? 19. Como caracteriza as parcerias no âmbito deste projeto comunitário? 20. Que tipo de profissionais estiveram/estão envolvidos neste projeto comunitário? 21. Considera que foram suficientes? Ou sentiu falta de alguma área profissional? 22. Quais os profissionais essenciais para a promoção de práticas de sustentabilidade social e ecológica a nível comunitário? 23. Tratando-se de um projeto comunitário numa zona rural/urbana, como caracteriza o papel do poder local neste projeto?

			24. Considera que o poder local visa a promoção de sustentabilidade a nível comunitário? O que poderia fazer mais em prol da sustentabilidade local? 25. Considera que a intervenção comunitária urbana/rural dispõe de mais recursos e condições para promover sustentabilidade social e ecológica? Porquê?
IV. Sistematizar as metodologias de intervenção e monitorização do Serviço Social em comunidades urbanas e rurais.	**Métodos de intervenção Comunitária** **Métodos de Monitorização da intervenção Comunitária**	Métodos participativos Existência/ausência de métodos de monitorização/avaliação	26. Olhando especificamente para o projeto desenvolvido, qual ou quais os métodos de intervenção que foram utilizados? 27. Consegue dizer com base em que critério recaiu a escolha por esse(s) método(s)? 28. No que respeita à monitorização e avaliação do projeto, que instrumentos e ferramentas foram utilizadas neste projeto? 29. Consegue dizer com base em que critério recaiu a escolha por esse(s) por esse(s) instrumento(s) de monitorização e avaliação? 30. Se estivesse no momento de planeamento do projeto o que faria diferente?

Anexo G – Consentimento Informado (Entrevista Semiestruturada)

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**, intitulado Serviço Social, intitulado "Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: A intervenção Eco-Social".

O estudo tem por objetivo analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal. A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência, consiste na realização de uma **entrevista** com duração de 30 a 45 minutos, com gravação áudio.

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento, [art.6, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados].

O estudo é realizado por Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt), que poderá contactar em caso de dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar este contacto para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utilização das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados até ao momento da transcrição da entrevista, após a qual serão anonimizados e, posteriormente destruídos (após a defesa da tese), garantindo-

se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou artigos científicos.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo. O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais e tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email *dpo@iscte-iul.pt*. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação àautoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPD].

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presente estudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim ☐ Não ☐

_____(local),_____/____/_____(data)

Nome:

_____

Assinatura:

_____

Anexo H – Debriefing da Entrevista Semiestruturada

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre as práticas de intervenção comunitárias que visam a sustentabilidade, sobretudo a social e pretende *analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal*. Mais especificamente, pretende-se identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias, efetuando-se uma comparação entre o contexto e as práticas de intervenção socio-ambiental e territorial em comunidades rurais e urbanas.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: *Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt) e Helena Rocha helena_rocha@iscte-iul.pt*.

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

Anexo I – Grelha de Análise Documental (Entrevista Semiestruturada)

DIMENSÕES	CATEGORIAS
Dados Sociográficos	Idade
	Género
	Área de formação
	Profissão
	Papel no Projeto
Conceito de Sustentabilidade	Sustentabilidade Social
	Sustentabilidade Ambiental
	Sustentabilidade Económica
Prática do Serviço Social	Existência/ausência de promoção de sustentabilidade na prática profissional
	Formas de promoção de sustentabilidade
Intervenção Comunitária e promoção de sustentabilidade	Especificidades da intervenção comunitária
	Relação entre a intervenção comunitária e a promoção de sustentabilidade social e ecológica
Práticas de Sustentabilidade	Práticas de sustentabilidade social e ecológica
	Condições necessárias e Constrangimentos/Obstáculos
	Envolvimento da Comunidade
Parcerias	Existência/Ausência de parcerias
	Importância das parcerias
	Equipas multidisciplinares
Poder Local	Papel do poder local na promoção de sustentabilidade
Métodos de intervenção Comunitária	Métodos de intervenção utilizados
Métodos de Monitorização da intervenção Comunitária	Existência/ausência de métodos de monitorização/avaliação

Anexo J – Processo de Codificação (Entrevistas Semiestruturadas)

DIMENSÕES	CATEGORIAS	DESCRIÇÃO DA CODIFICAÇÃO	CITAÇÕES
Conceito de Sustentabilidade	Sustentabilidade Social	Ideias sobre o conceito de sustentabilidade social	*Sustentabilidade, assim, tentando resumir, não é um conceito simples ou muito direto. Eu creio que a sustentabilidade está relacionada com o uso dos recursos de forma que não sejam sobre-explorados e, portanto, que conseguimos manter ou tentar regenerar também os recursos que utilizamos e que que tem de ser pela nossa existência no planeta, mas que é que está diretamente associado com isso. Tem várias dimensões também, tem a questão ambiental, tem a questão econômica, tem a questão da sociedade propriamente dito, portanto sei que existem outras tantas mais mas creio que estas três são as principais. (Participante 10)* *quando começo a pensar o que é isso, sustentabilidade, ali, que eu vejo é mesmo a capacidade que o projeto tinha de se manter. Não morrer, não estarmos ali. Havia dinheiro para levar lá pessoas, enquanto lá estávamos, alguém que tinha de funcionar de alguma maneira, mas depois a ideia era que aquilo se mantivesse. E é assim que eu vejo a sustentabilidade lá. E então, nesse ponto de vista, o projeto é sustentável. (Participante 7)* *É uma sustentabilidade social que efetivamente aconteceu. Ela nunca está feita, mas, de facto, houve um contributo para esta sustentabilidade social. Agora não pode, não podemos é ter, mais uma vez, projetos assim. Aconteceu, caiu, desapareceu, nunca mais houve, havia a expetativa que pudéssemos ter uma nova etapa e uma nova fase, que na minha opinião estamos hoje muito melhor preparados do que estávamos no início, e de repente ficámos entregues a nós próprios e vamos mantendo algumas coisas de funcionar, outras não são possíveis, mas eu acho que o país perde muito, ou perde oportunidades grandes a este nível quando nós assentamos muito numa base de projetos, que duram x tempo e depois acabam, e aqui ficou muito a atenção, no projeto, no nosso, ficou muita coisa, ficou coisas imateriais, também coisas materiais, ao nível de algumas infraestruturas que estão hoje a ser usadas e que estão à disposição da comunidade. (Participante 5)* *E muita coisa, não lhe sei explicar. Agora sim... O que eu consigo dizer é que na forma como nós trabalhamos a sustentabilidade acaba por ser algo inserido ali no nosso meio. Porquê? Porque nós começámos com muito pouco e ir aproveitando o que havia ali, aquele pequeno terreno, conseguirmos o contentor com a ajuda do financiamento dos bairros saudáveis, ir adquirindo os materiais também a de parcerias e apoios e... também com voluntários e tudo mais.*

			Até porque projeto, nós tínhamos também as ODS inseridas, tínhamos cinco, tínhamos a igualdade de gênero, a educação de qualidade, que ele... aí eu não me lembro, que tinha a ver com a pobreza; e as parcerias, tínhamos esses ODS inseridos. E para a nível de ambiente também trabalhámos um pouco disso, tentámos dos 17 objetivos trabalhar ainda um pouco que tivessem sido, ainda alguns foram. (Participante 8) *Tem uma componente social, obviamente ao nível do impacto e daquilo que é minimizar a componente negativa de muitos problemas sociais sobre o território. (Participante 3)* *O desenvolvimento da comunidade propriamente dito. Portanto, podemos ser ambientalmente muito sustentáveis, mas também depois se não tivermos aqui as questões sociais resolvidas não serve muito e, portanto, a sustentabilidade se não for efetivamente equilibrada não faz sentido. Em termos do social, temos também a questão da identidade, que é algo também no meu caso em particular tem uma expressão muito grande, que eles querem manter a sua identidade porque é isso que os caracteriza e que está também o direito de estarem onde estão e portanto diria que sim. (Participante 10)* *A sustentabilidade social não existe se não houver sustentabilidade ecológica. Porque a economia, antes de haver o mundo virtual, ela é material. E então todos nós dependemos da água que bebemos, do solo que comemos e de todas as atividades primárias que resultam também desse solo. Então nós não vamos ter uma economia florestal se os solos estiverem degradados, não vamos ter uma economia agroalimentar se os solos estiverem degradados. Portanto, muitas geografias que hoje são geografias com debilidade, com níveis sociais críticos, elas deram isso muito ao fato de as suas paisagens terem sido degradadas, durante muito tempo, às vezes, recente, outro muito longo. Ou seja, é resultado do texto histórico de degradação permanente que faz com que hoje as suas paisagens não sejam paisagens sustentáveis, do ponto de vista ecológico. Isso leva a migrações, deslocamentos em massa ou pontuais e a entropia que nós hoje sentimos naquilo que são os movimentos das pessoas. aqui, como falamos sobre emigrantes climáticos, às vezes pensamos que estão muito longe, estão em Norte de África, no Médio Oriente, se calhar existem hoje já emigrantes climáticos. Nós temos colegas que aguentaram um ano naquela geografia e despediram-se porque não suportam 4, 5 meses com médias de 40 graus, 45 graus. Portanto é muito exigente climaticamente para que as pessoas permaneçam. Desde logo não pode haver coesão social ou sustentabilidade social se o facto de não haver estas, sustentabilidade ecológica. Depois em termos sociais, um ponto que nós trabalhávamos muito era os modelos da governança colaborativo e a forma como nós temos de criar mecanismos de transparência entre várias instituições e de colaboração. E essa é uma grande alavanca naquilo que pode ser essa sustentabilidade social, porque faz com que as pessoas sintam mais conscientes sobre os desafios. Nesta tripéde ecológica, social e económica, estejam mais disponíveis para se ativarem e se envolverem e pode criar propriedades emergentes naquilo que são as possibilidades locais, económicas e afins. (Participante 9)*

	Sustentabilidade Ambiental	Ideias sobre o conceito de sustentabilidade ambiental	*tem uma componente ambiental que tem que ver com o dano e com a capacidade de não deixar dano do ponto de vista ambiental, do ponto de vista da pegada ecológica, etc (Participante 3)* *Então todos nós dependemos da água que bebemos, do solo que comemos e de todas as atividades primárias que resultam também desse solo. Então nós não vamos ter uma economia florestal se os solos estiverem degradados, não vamos ter uma economia agroalimentar se os solos estiverem degradados. Portanto, muitas geografias que hoje são geografias com debilidade, com níveis sociais críticos, elas deram isso muito ao fato de as suas paisagens terem sido degradadas, durante muito tempo, às vezes, recente, outro muito longo. Ou seja, é resultado do texto histórico de degradação permanente que faz com que hoje as suas paisagens não sejam paisagens sustentáveis, do ponto de vista ecológico. Isso leva a migrações, deslocamentos em massa ou pontuais e a entropia que nós hoje sentimos naquilo que são os movimentos das pessoas. em si, como falamos sobre emigrantes climáticos, às vezes pensamos que estão muito longe, estão em Norte de África, no Médio Oriente, aqui, se calhar existem hoje já emigrantes climáticos. Nós temos colegas que aguentaram um ano naquela geografia e despediram-se porque não suportam 4, 5 meses com médias de 40 graus, 45 graus. Portanto é muito exigente climaticamente para que as pessoas permaneçam. Desde logo não pode haver coesão social ou sustentabilidade social se o facto de não haver estas, sustentabilidade ecológica. Depois em termos sociais, um ponto que nós trabalhávamos muito era os modelos da governança colaborativo e a forma como nós temos de criar mecanismos de transparência entre várias instituições e de colaboração. E essa é uma grande alavanca naquilo que pode ser essa sustentabilidade social, porque faz com que as pessoas sintam mais conscientes sobre os desafios. Nesta tripéde ecológica, social e económica, estejam mais disponíveis para se ativarem e se envolverem e pode criar propriedades emergentes naquilo que são as possibilidades locais, económicas e afins. (Participante 9)*
	Sustentabilidade Económica	Ideias sobre o conceito de sustentabilidade económica	*tem uma componente mais económica, que tem que ver com a reutilização de recursos a favor de tê-los resultados e a capacidade de continuar a executar valor sem como remunerar as gerações futuras. (Participante 3)* *A sustentabilidade social não existe se não houver sustentabilidade ecológica. Porque a economia, antes de haver o mundo virtual, ela é material. E então todos nós dependemos da água que bebemos, do solo que comemos e de todas as atividades primárias que resultam também desse solo. Então nós não vamos ter uma economia florestal se os solos estiverem degradados, não vamos ter uma economia agroalimentar se os solos estiverem degradados. Portanto, muitas geografias que hoje são geografias com debilidade, com níveis sociais críticos, elas deram isso muito ao fato de as suas paisagens terem sido degradadas, durante muito tempo, às vezes, recente, outro muito longo. Ou seja, é resultado do texto histórico de degradação permanente que faz com que hoje as suas paisagens não sejam paisagens sustentáveis, do ponto de vista ecológico. Isso leva a migrações, deslocamentos em massa ou pontuais e a entropia que nós hoje*

			sentimos naquilo que são os movimentos das pessoas. aqui, como falamos sobre emigrantes climáticos, às vezes pensamos que estão muito longe, estão em Norte de África, no Médio Oriente, se calhar existem hoje já emigrantes climáticos. Nós temos colegas que aguentaram um ano naquela geografia e despediram-se porque não suportam 4, 5 meses com médias de 40 graus, 45 graus. Portanto é muito exigente climaticamente para que as pessoas permaneçam. Desde logo não pode haver coesão social ou sustentabilidade social se o facto de não haver estas, sustentabilidade ecológica. Depois em termos sociais, um ponto que nós trabalhávamos muito era os modelos da governança colaborativo e a forma como nós temos de criar mecanismos de transparência entre várias instituições e de colaboração. E essa é uma grande alavanca naquilo que pode ser essa sustentabilidade social, porque faz com que as pessoas sintam mais conscientes sobre os desafios. Nesta tripéde ecológica, social e económica, estejam mais disponíveis para se ativarem e se envolverem e pode criar propriedades emergentes naquilo que são as possibilidades locais, económicas e afins. (Participante 9)
Prática do Serviço Social	Existência/ ausência de promoção de sustentabilidade na prática profissional	Assistentes sociais promovem sustentabilidade através da sua prática	*Portanto, faltou-nos efetivamente isso. Eventualmente também, isso já falámos logo no início, alguém da área do serviço social, que embora aí tivemos indiretamente algum apoio da Caritas de Coimbra que nos ajudou a tentar encontrar alguns instrumentos para sinalizar as famílias, para isso não ser tudo ao molho e fé em Deus. (Participante 5)* *Com formação base de serviço social? Não. (Participante 3)* *Não. Numa fase inicial tivemos uma estagiária de serviço social,, mas depois ela terminou o estágio e ficou comigo a Beatriz, que é socióloga, que não é assistente social, é técnica social (Participante 1)* *Considero que podiam estar mais. Ou seja, o que eu observo é que… sobretudo ao nível das autarquias, que é aquilo que eu mais conheço, os técnicos de serviços social estão completamente envolvidos na resposta, de facto, a pessoas desfavorecidas, a pessoas vulneráveis, mas estão demasiado envolvidos em respostas diretas, objetivas e de momento, e com pouca disponibilidade para planear e para fazer intervenções de âmbito mais aprofundado mais ligadas com estas questões de sustentabilidade. Ou seja, são poucos para as necessidades que há. As necessidades são cada vez mais e cada vez maiores e, portanto, elas estão absorvidas no seu dia a dia, nesta luta por responder ao imediato, ao momento, ao caso. E, pronto, eu acho que, de facto, devíamos ir mais longe e ter, de facto, programas de apoio social muito mais estruturados e muito mais continuados no tempo, que, em minha opinião, daria um melhor resultado do que estas respostas, às vezes até um pouco dispersas, que têm que ser dadas, claro. (Participante 5)* *As questões sociais, depois, efetivamente, se tivermos a trabalhar de questões mais específicas, ligadas com, por exemplo, for o caso de trabalhar com idosos, depois eu acho que alguém de profissional da área social faz todo o sentido. Como, efetivamente, não tem sido esse o foco principal destas ações, a sociedade e a comunidade, digamos assim,*

			de uma forma muito holística que está a ser envolvida, mas não estamos a trabalhar diretamente com coisas problemáticas acaba por não ser tão essencial e por isso é que também acabou por não se identificar esse perfil como obrigatório nos projetos que trabalhamos. (Participante 10)
	Formas de promoção de sustentabilidade	Ações e estratégias dos assistentes sociais para promover sustentabilidade	Sabe se esteve envolvido algum técnico de SS no Projeto? *Não, diretamente não.* Indiretamente terá sido através dos parceiros? *Sim, estava a pensar-se eventualmente por parte do município de Faro que de certa forma também esteve associado, mas nunca assim com destaque ou com foco a acompanhar diretamente o projeto. (Participante 10)*
Intervenção Comunitária e promoção de sustentabilidade	Especificidades da intervenção comunitária	Descrição da intervenção comunitária, aspetos positivos	*Portanto, houve esta parte infraestrutural também na horta comunitária. Portanto, houve uma dinamização de um mercado de vizinhança na horta comunitária em que houve um conjunto de trocas comunitárias entre legumes e, promoveu-se um mercadinho de trocas…eu tenho tomates, o vizinho tem, lá, uma abóbora, então eles trocavam, então havia um conjunto de situações que foram promovidas e dinâmicas até que ficaram também, de vista da sustentabilidade. Depois, do ponto de vista não infraestrutural, aconteceram uma série de atividades, aconteceram uma dinamização de um gabinete de apoio ao estudo para as crianças para melhorar os resultados, ou resultados muito interessantes do ponto de vista da melhoria das notas das crianças e isso foi um projeto que depois nós até durante algum tempo ainda mantivemos mas depois acabamos por não conseguir continuar a manter. (Participante 3)* *Foi um ponto positivo tanto para a equipa e como para eles. Para a equipa, porque o projeto acabou por criar postos de trabalho. E para eles também porque a Câmara, depois do projeto ter terminado, continuou a fazer a mesma aquisição de serviços comigo, devido ao impacto positivo que houve no bairro com as famílias e as crianças. Podemos dizer que desde esse momento que os miúdos sempre participaram nas atividades, porque as nossas atividades eram de segunda a sexta de manhã, é tarde, que existe um maior número de miúdos a ir à escola, a querer participar não só das atividades atuais, mas quando sugerimos algo novo, eles têm um grande interesse em participar. E as famílias também se sentem confortáveis e com os filhos continuem a participar nessas atividades. (Participante 8)* *foi muito bonito ver pessoas com 70, 80 anos a participar em atividades, algumas atividades de pintura, tipo as muralhas no chão a pintar. Aquelas pessoas não pintavam, se calhar, desde sempre. Então foi muito bonito ver como é que também houve essa ativação múltipla(Participante 9)* *Fizeram uma outra coisa muito engraçada que foi aqui uma pequena tentativa de fomentar a sementinha do empreendedorismo. E a pouco quando me falou da sustentabilidade eu não falei desta situação. Tentou-se criar, não sei se é um projeto, não vamos dizer que é uma empresa, não está registada nem nada disso, mas envolver-se as mulheres a*

			criar, a fazer algo em termos de manualidades que fizessem sentido para elas, algo que pudesse ser vendável. (Participante 4) *Porque um dos objetivos do projeto Sou Capaz era abrir uma associação que nós depois fizemos e a associação continua a aberta-se a trabalhar. É uma associação sem fins lucrativos que criámos ali, utilizando o mesmo espaço que foi adquirido pelos bairros saudáveis, pelo projeto Sou Capaz, onde ajudamos as crianças a nível escolar, em apoio escolar e com materiais de escola, de saúde e higiene, que têm ainda continuado a trabalhar, assim, essa altura. (Participante 8)*
	Relação entre a intervenção comunitária e a promoção de sustentabilidade social e ecológica	Como equacionaram e enquadraram a promoção de sustentabilidade na intervenção comunitária	*Eu salientaria talvez aqui a questão da educação ambiental, portanto, teve um grande foco nas atividades de desenvolvimento comunitário e de fazer várias iniciativas que fossem apelativas, portanto tentou-se utilizar muito a arte para conseguir chegar às pessoas porque nem sempre, como disse, a escolaridade também não é muito elevada e para além disso era um público muito diversificado porque tentámos chegar a vários públicos da comunidade com diferentes taxas etárias e portanto tentámos também encontrar uma forma de chegar a todos e portanto a arte foi escolhida e portanto workshops e ações mais dinâmicas e muito práticas foram utilizadas. Além disso, tentámos também envolver os turistas, portanto o projeto, tinha também muito a ver com a questão de os turistas entenderem o sítio que estavam a pisar, porque é um sítio muito particular e muitas das vezes as pessoas nem sempre se apercebem e portanto foi criada também muita comunicação, voltada para os turistas de forma a fazer com que ficassem mais sensíveis e um bocadinho mais conscientes do seu papel também na Ilha. (Participante 10)* *acho que esta... economia circular, no fundo, efetivamente, aconteceu aqui, foi algo que ficou também como semente, portanto, lançámos a semente, obviamente, no espaço de um ano ou de nove meses, já não sei quanto tempo é que foi o projeto, mas ficou, de facto, esta semente para um uso mais eficiente dos recursos. E estando nós no meio local, numa aldeia rural, e nós usamos este exemplo muitas vezes, os nossos pais e os nossos avós, eram muito mais eficientes no uso dos recursos do que nós somos hoje. Eles não deitavam nada fora, até porque tinham os animais no quintal para depois mesmo os restos, etc (Participante 5)* *A questão ambiental está sempre muito presente, próprio território e as necessidades identificadas. A questão, por exemplo, mais da sustentabilidade económica, tentámos também, de alguma forma, ir de encontro a isso. Tivemos ao mesmo tempo que se fazia essa sensibilização ambiental, trabalhámos por exemplo também com os operadores turísticos no sentido também de perceberem que tinham também o potencial de exploração associada a aquilo que o território por si, toda esta iniciativa de transição energética que leva muita gente ao territorio e que traz muito reconhecimento também e trabalhámos também com o setor turístico, portanto, dentro daquilo que é possível aqui, que são basicamente os restaurantes, e trabalhámos com eles no sentido de reduzir os custos também com energia, com a água, e*

			portanto, tentámos também de alguma forma abordar as questões económicas, que sabemos que são importantes para eles. Fez-se também um estudo não avançou muito mais, porque também não havia condições para isso, da integração ou da criação de uma moeda social, que viesse também ajudar a dar resposta aqui a estes desafios e ficámos, efetivamente, só pelo estudo, mas também diria que foi assim uma pequena sementinha que ficou plantada que eventualmente mais cedo ou mais tarde acabará por dar os seus frutos e acho que trará benefícios económicos à comunidade. (Participante 10)
Práticas de Sustentabilidade	Práticas de sustentabilidade social e ecológica	Ações que visaram a promoção de sustentabilidade, sobretudo social e ecológica	*Semear para colher. Nós investimos numa estufa comunitária. Atualmente, ela utilizada pela população, até mesmo agora… Eu levo lá os jovens e ensino a fazer sementeira, explico o que é que é o processo todo, colocar a terra nas cuvetes até a germanização total. Aqui é uma série de aprendizagens. (Participante 2)*
	Condições necessárias e Constrangimentos/Obstáculos	Elementos que potenciam/dificultam a promoção de práticas de sustentabilidade	*Talvez o timing, foi muito mau. Também não permitiu aqui explorar ao máximo, que isto foi logo na altura do covid e pós-covid, portanto tirámos dificuldades a crescidas. Mas, efetivamente, talvez pudéssemos ter focado num público mais restrito, vou dizer assim. Porque foi um projeto ambicioso, efetivamente. Para se chegar a tantos públicos era preciso mais tempo e mais condições, mais meios humanos e mais recursos financeiros e humanos. Creio que talvez seria isso. (Participante 10)* *se calhar envolvimento, se calhar o maior envolvimento da empresa municipal. Sim, se calhar, por exemplo, determinadas práticas que foram implementadas com o projeto que se fossem reforçadas no hábito do próprio gestão do empreendimento e das pessoas que lá moram e de quem gera o empreendimento, porque para todos os efeitos o empreendimento é gerido pela empresa municipal, acho que era importante haver aqui uma maior continuidade. Realmente, nós começamos a fazer isto, era importante que continuássemos a ter essas práticas. (Participante 3)* *Ter aqui alguma ligeireza, alguma flexibilidade e uma maior duração no tempo. percebemos que há sementes que foram depositadas no projeto e que tiveram impacto, que germinaram e que possivelmente poderiam ter consolidado e ganhado espaço caso tivesse ido a outras edições do mesmo programa. (Participante 9)* *Não, da parte das atividades e de tudo que definimos, não. De todo. Eu mudaria se tivesse poder de orientação superior (PBS). Mas da nossa parte eu acho que não, não mudaria nada. (Participante 1)* *o termos de dimensão foi garantir que as pessoas vão ter efetivamente aquilo que se pretende, que é casas condignas. Essa eu acho que é a maior... A sustentabilidade das outras ações, como por exemplo, ao nível da separação do*

			lixo e outras coisas, depende também muito da capacidade que a comunidade tem para dar continuidade. E às vezes a capacidade não é tanta assim. São ações que se conseguem implementar, funcionam durante o tempo, mas depois se não houver alguma supervisão, as coisas já deixam de funcionar. (Participante 1) *Haver continuidade nesta, sim, mais uma geração, mas não uma geração de um ano. Não sei, eu e isto projetos de um ano, nós vemos, nós estamos em estruturas tão burocratizadas que para a recolha de uma assinatura que demora não sei quanto tempo. (Participante 4)* *o projeto teve algumas dificuldades no arranque. Não foi só o nosso, foram dificuldades administrativas…ás tantas nós já tínhamos o projeto a andar e os bairros saudáveis vieram nos dizer olha, isso fica tudo sem efeito porque isso tem que ser assinado outra vez e já não sabemos... E nós ficámos em pânico porque então nós já temos isso já temos isso tudo a andar porque quando assinamos, porque nós assinamos duas vezes o termo de aceitação, o contrato, já não lembro o que foi. E, pronto, e depois tivemos ainda menos tempo para executar e, portanto, menos para avaliar. (Participante 5)*
	Envolvimento da Comunidade	Perspetivas de envolvimento da comunidade (destinatários/recetores ou atores chave no desenho e desenvolvimento do projeto)	*nós já queríamos ter feito lá coisas e já tínhamos ido falar com a Câmara, mas quando apareceram os bairos saudáveis, fui eu que peguei em mim e fui lá falar com as pessoas, perguntar-se o que é elas achavam. E eles quiseram ir para frente comigo, pronto e fomos. Depois fizemos a candidatura com o interesse deles. (Participante 7)* *E nós tivemos conversas preparatórias com a vereadora x, ou quando sendo nós, ou sendo eu, estranho naquele território e na forma de poder aproximar aquelas comunidades, e ela foi essencial para que eu pudesse ter a sensibilidade de perceber...quais eram os melhores mecanismos de aproximação. Como é que nós podemos levar uma mensagem, mas podendo alinhar-nos com aquilo que são as identidades, as expectativas. (…)a melhor forma de nós abrirmos a um espaço para criarmos intimidade era a bater à porta das pessoas e pedir para elas nos mostraram os seus jardins, os seus vasos, as suas hortas. Então era a melhor forma para, mais do que estarmos com grandes apresentações sobre um projeto e sobre as ideias do projeto, era...perceber quem é que plantava, quem é que cuidava, ouvindo, respeitando e fazendo dessas pessoas cúmplices(Participante 9)* *Só para dar um exemplo de que as coisas deveriam ter sido mais conversadas e eram conversadas com as pessoas. A nossa ideia era que fossem sempre eles a decidirem. (Participante 7)* *Refiro-me, acima de tudo a questão da participação comunitária, da participação da comunidade, da participação das pessoas, ou seja, lançar um projeto que vem de fora para a comunidade, não faço parte do meu conceito. O meu*

			conceito é que o projeto tem que partir da comunidade, nascer da comunidade e ser desenvolvido com a comunidade. (Participante 5) *O projeto foi pensado com a comunidade ou com representantes da comunidade, digamos assim, portanto a Associação de Moradores faz parte do processo, entretanto também foi criada uma cooperativa com jovens da ilha e foi também, durante essa altura que se finalizou esse processo, portanto era um processo também que estava em andamento e que coincidiu também com essa altura. O projeto foi pensado efetivamente para eles, com eles, e tiveram sempre muito também a dizer. Atividades que vimos que não resultavam e foi também com sugestão deles que foram alteradas e, portanto, houve um trabalho sempre muito de proximidade e de tentar chegar aos seus gostos e às suas necessidades. (Participante 10)* *Então o desafio que nós hoje temos muito grande desde logo, vivemos um tempo onde a disponibilidade das pessoas para a participação é muito pouca. É muito pouca em termos de tempo e muito pouca em termos de vontade. Há um pouco algum egoísmo, algum viver a sua vida e há uma dificuldade, nos sentimos muito isso, há uma dificuldade enorme em captar, em cativar, em mobilizar pessoas para estas questões sociais e associativas a vários níveis, a todos os níveis quase. Eu acho que aqui é uma questão muito aqui, que é uma questão de mudança de mentalidade que é muito difícil. A verdade também é que esta mudança não se faz só com discursos, se faz com práticas. E o que nós vamos vendo é que quando as pessoas vão vendo que as práticas têm resultado, mobilizam-se muito mais para a participação. E essa foi uma das mais valias também, que o projeto ajudou, colaborou, portanto, incentivou, porque as pessoas viam afinal fazem as coisas interessantes, fazem as coisas muito úteis à comunidade, fazem as coisas onde a nossa participação é muito bonita, é engraçada, é útil e é realizadora também do ponto de vista pessoal. ((Participante 5)*
Parcerias	Existência/Ausência de parcerias	Funcionamento das parcerias (existiram de facto como descrito no documento de candidatura)	*Sobretudo o município e a saúde, sim, foram muito importantes. Depois há uma outra entidade, a Junta de Freguesia, e era um bocadinho quase forçada a fazer, mas essas duas entidades foram fundamentais, sem elas era impossível implementar o projeto, no todo. (Participante 1)* *Sim, muito positivas, quer as mais institucionais, com a câmara municipal, quer com...com a Junta de Freguesia, quer depois com as escolas, com o centro de bem estar infantil, com o agrupamento dos escuteiros, que nós temos aqui também um agrupamento grande (Participante 5)* *Depois também tivemos parcerias imprevistas que não estavam em candidatura e que robusteceram as nossas ações e que foram gratuitas, genuínas. Portanto houve também toda uma rede das relações que não estavam em candidatura e que se formalizou ao longo do tempo, porque as pessoas compreenderam o valor da proposta. Isso foi muito bom então. (Participante 9)*

	Importância das parcerias	Papel dos parceiros no projeto	*As instituições privadas e não privadas que foram nossas parceiras foram imensas. Portanto, principalmente até por causa das caminhadas, por causa do envolvimento, tivemos as farmácias que depois também fizeram aquelas parcerias, até mesmo privados na área do desporto também aceitaram e fizeram algumas atividades financiadas, outras não financiadas. Ficou ali toda a gente a querer ajudar de certa forma. Por isso é que também conseguimos acabar e terminarmos muito bem (Participante 2)* *A nossa maior entidade parceira foi a Câmara Municipal foi a melhor parceria que podíamos ter tido na altura porque ajudou muito, não só no nível material, mas o fato de depois de ter continuado a fazer a contratação de serviços perante os miúdos e também com materiais lá, acho que sim tivemos uma boa parceria. (Participante 8)* *A Junta de Freguesia tem um envolvimento com a Associação de Moradores Incrível, portanto, tem feito tudo o que é possível e ao alcance deles para trabalhar. (Participante 10)*
	Equipas multidisciplinares	Trabalho multidisciplinar e interinstitucional (que profissionais estiveram envolvidos na promoção de práticas d sustentabilidade	*Não houve assim nenhuma equipa constituída com uma diversidade de perfis para acompanhar o projeto do início ao fim, foi sempre muito dinâmico, também muito orgânico. (Participante 10)* *Eu acho, em termos genéricos há pessoas, não diria profissionais, é? Portanto, há pessoas que têm... O perfil, é? Que têm perfis de cuidado de compreensão dos desafios, de proatividade naquilo que são respostas aos desafios e há pessoas que não têm. Isto não tem de ver com áreas profissionais, tem ver com pessoas. Mas dentro daquilo que são áreas profissionais é verdade que há pessoas que têm mais fundamentos para lidar com esses desafios. Então, que a arquitetura paisagista é uma área importante porque falta-nos muito de facilitação no país. E a facilitação está em todo o lado, em todas as coisas. Mas quando nós falamos sobre paisagem, que é uma matriz socio ecológica, cultural, económica, é uma matriz de pensamento. É o nosso território, mas não é só o nosso território. É a nossa identidade, é a nossa projeção, o nosso desenho, é nossa participação sobre esse território. (Participante 9)*
Poder Local	Papel do poder local na promoção de sustentabilidade	Ações do poder local na promoção de sustentabilidade (ou tem um papel ausente nesta temática)	*eu diria que a Junta de Freguesia realmente tem um papel muito próximo também pelo seu carácter, pela sua natureza. O município, pois aí poderia dizer que poderia ser feito muito mais, inclusive há até situações em que parece que há uma certa bipolaridade, às vezes, em algumas decisões. Posso dizer, por exemplo, que todos têm estado a trabalhar connosco, com a iniciativa desde sempre, com as questões relacionadas com o excesso de turismo, e este ano, exemplo, aliás, no verão passado e houve um apoio ao turismo. Portanto, se queremos efetivamente trabalhar estas questões, se calhar temos de tomar outros tipos de decisões e nem sempre os seus objetivos passam pelos mesmos que a comunidade. (Participante 10)*

			Podiam ter, efetivamente, porque têm esse espaço para ter um papel muito mais de muito mais interventivo e com algum poder, eu vou-lhe dizer assim, de, efetivamente, alterar algumas coisas, mas é preciso que haja vontade política de fazer com que condições, efetivamente, existam agora também com todas as competências que têm atribuídas. (Participante 10) *eu diria que a Junta de Freguesia realmente tem um papel muito próximo também pelo seu carácter, pela sua natureza. O município, pois aí poderia dizer que poderia ser feito muito mais, inclusive há até situações em que parece que há uma certa bipolaridade, às vezes, em algumas decisões. Portanto, se queremos efetivamente trabalhar estas questões, se calhar temos de tomar outros tipos de decisões e nem sempre os seus objetivos passam pelos mesmos que a comunidade. (Participante 10)* *constrangimentos. foi, pronto, isso, depois foi a questão de ali com a junta. A junta era quem... é assim, a Câmara era o verdadeiro parceiro, mas a junta era quem estava mais próximo e a junta, pronto, já queria fazer ela e já não... já queria mostrar serviço e queria que as pessoas depois, pronto, que dissessem que tinha sido a junta. E então...Isso aí foi um bocadinho difícil, pois a relação com a Junta lá no início e tal. Depois não houve assim, grandes constrangimentos. (Participante 7)* *Eu penso que é muito esta ideia, é apoiar estas iniciativas base, por exemplo, a constituição das associações, é o ser parceiro em projetos, então se forem projetos submetidos por estas entidades, melhor ainda, porque serão eles próprios a garantir a realização localmente de atividades que fazem sentido para um determinado tipo de população. (Participante 4)*
Métodos de intervenção Comunitária	Métodos de intervenção utilizados	Estratégias, técnicas ou abordagens de intervenção utilizadas.	*Os métodos de intervenção foram diferenciados de acordo com o público-alvo e as atividades que se pretendiam implementar. Ao contrário, as atividades também foram em conta ao público-alvo e aos objetivos que se queriam alcançar. Portanto, nível de sensibilização, foram usadas várias formas de sensibilizar, como disse, tentámos utilizar a arte porque sabíamos que era algo que facilmente descriam a comunidade. Tentámos usar em termos de capacitação, por exemplo, com o setor turístico, tentámos utilizar algo que era muito fácil também de entender, porque isto falar de sustentabilidade às vezes também não é assim tão fácil e, portanto, tentámos ir, por exemplo, com a redução de custos a nível de faturas, fizemos auditorias, por exemplo, no caso dos restaurantes e analisar juntamente com as pessoas o que é que estavam a fazer e que práticas é que poderiam ter diferentes, portanto, ações muito concretas. E depois também tivemos aqui uma outra parte mais relacionada com a questão comunitária, que foi, por exemplo, a criação de um fundo de responsabilidade ambiental, que era também algo que já vinha no seguimento, portanto, basicamente usou-se este projeto também para dar a resposta a algumas das coisas que já estavam a ser feitas e, portanto, foi um boca-*

			dinho por aí. Portanto criou-se este fundo de responsabilidade ambiental, e criou-se o regulamento, criou-se forma de funcionar deste fundo que ainda não está... ou seja, fundo já existe, está criado, existe uma conta, já foram feitos donativos para esse fundo, o que ainda não está é o modelo de funcionamento implementado, também porque está diretamente associado à criação de uma comunidade energética, e o que acontece é que esse processo ainda se está também por implementar por motivos vários, por questões regulatórias, que ainda não avançou e, portanto, o objetivo deste fundo era fazer com que as famílias carenciadas também possam usufruir das questões de energéticas, por exemplo, a compra de painéis solares apoiados, eventualmente até depois a criação de microcrédito para essas aquisições ou para outras que se relacionem, por exemplo, também a questão dos telhados de amianto que ainda têm de ser removidos, portanto, ideia era depois ajudar essas pessoas. Esse fundo, ele está operacional, falta-lhe efetivamente agora quando se começar a dar andamento à comunidade energética, vai ser depois também o que vai alimentar a sustentabilidade também financeira de toda esta iniciativa, esse fundo está já criado. (Participante 10) *Métodos de intervenção. Não consigo salientar-se de um específico. Os nossos métodos de intervenção era por datas já definidas, na nosso cronograma de trabalho era sabermos que naquele timing tínhamos que dinamizar aquela atividade e focávamos naquilo. Ou seja, era quase seguir o cronograma. A metodologia era vamos cumprir prazos, depois nós temos prazos para execução das atividades, vamos executar os prazos que estão previstos. E depois era fazer uma série de contactos, e de diligências no sentido de que a atividade se concretizasse. Por isso que a metodologia era um caminho imposto também pelo próprio cronograma, porque havia timings a cumprir. E nós definíamos prioridades. Era uma questão de diariamente definir prioridades mediante o cronograma que estava estipulado. Mas a metodologia foi muito de proximidade, numa presença constante, numa presença nossa. Era muitas vezes mostrar, dar o exemplo também, estar lá quando colocaram os ecopontos e estou a referir isto porque nós estávamos lá. Estávamos lá, os técnicos estavam lá, explicámos, havia também esta participação de parte da equipa técnica, naquilo que eram as ações do projeto e estávamos no meio deles, isso era muito importante. (Participante 1)* *metodologia através da mediação, que visa estimular uma cidadania mais ativa e participativa. (Participante 4)* *foi sempre algo muito ativo. O apoio ao estudo, por exemplo, a metodologia de projeto, nomeadamente a componente mais arquitetónica, é mais psicossocial, mas foi muito à volta disto, desses métodos muito de trabalho comunitário, trabalho de projeto, da apresentação de resultados. (Participante 3)* *foi o método participativo e o colaborativo. E foi, acima de tudo, esse dois. E escolhemos esse porque sentimos que é aquele que tem mais resultados e é aquele que é mais possível ser executivo com os recursos que temos. Seus recursos eram poucos. Seu grande parque tinha que ser gratuito, digamos assim. Portanto, tínhamos que pôr as pessoas a colaborar e a participar. Para que se quisermos um lanche, se cada um levar um pouquinho, o lanche é fácil. Temos que par-*

			tilhar a mesa na comida, mas também partilhá-la quando pomos a mesa. E nós aqui temos muito esse exemplo, de partilhar na festa, de partilhar nas atividades, mas também de partilhar no trabalho. (Participante 5) *foi muito através da área artística, das artes, da música também, a criação da associação, o fato de termos pessoas de etnia a trabalhar connosco, que permitem uma maior aproximação. também acho que foi na altura foi o que nós conseguimos. (Participante 8)*
Métodos de Monitorização da intervenção Comunitária	Existência/ausência de métodos de monitorização/avaliação	Estratégias e técnicas de acompanhamento e avaliação utilizadas.	*Nós próprios tínhamos algumas metas que fomos monitorizando no sentido de perceber que estamos a chegar a dois terços do projeto, o que é que nos falta, o que é que conseguimos, mas eram metas pouco científicas, quer dizer, éramos nós próprios que sabíamos que, olha, aqui na atividade do centro de partilha temos que chegar a 100 pessoas apoiadas. Ok, então a dois terços do projeto em quantas estamos? Mas, por exemplo, deste ano, portanto, não tínhamos instrumentos científicos, digamos assim, para nos ajudar nisto. No final fizemos uma boa autoavaliação com todos os parceiros, antes, aliás, até chegar ao relatório final. É sempre mais ou menos uma prática que nós temos, até quase no final de cada atividade. Reunir imediatamente os parceiros envolvidos, os organizadores e tentarmos perceber o que é que ocorreu bem, o que é que não ocorreu e onde é que não tivemos, onde é que não estivemos bem. (Participante 5)* *Nós já temos internamente um sistema de monitorização, porque nós geralmente fazemos avaliações de processos, resultados, impacto. e o nesta aqui em especial, projetos fizemos muita avaliação do processo e de resultados. Então nós acabamos de ter sempre instrumentos, onde recolhemos alguns dados para alimentar indicadores e depois percebemos se temos mais ou menos desvios dos resultados que tínhamos comprometido à cabeça com o programa. (Participante 3)* *Nós fazíamos, depois da fase do covid mais tranquila, chegamos a fazer duas reuniões com a comunidade, com a participação, com o apoio também aqui dos colegas de equipa no sentido deles, eles também fazerem uma avaliação daquilo que estava a ser feito. Todas as semanas, às segundas-feiras de manhã, fazíamos uma pequena reunião de equipa técnica, também para avaliar, perceber o que estava a ser feito, o que não estava, o que é que tínhamos que reajustar. Foi basicamente isso, pois não houve entrevistas, não houve inquéritos… fazíamos reuniões, isso sim, tinha que ser(Participante 1)* *Eu não sei se nós chegámos a formalizar algum tipo de questionários com eles. A nossa avaliação para já, a questão de fazer aquilo que nos tínhamos proposto fazer: número de atividades, as atividades e o número de pessoas que tínhamos dito que apareciam e conseguimos ter. Essas coisas quantitativas, fizemos nos relatórios, fomos entregando, fomos fazendo. Eu acho que nós formalizámos em alguns momentos, com umas carinhas, fomos-lhes perguntando para*

			eles posicionarem em relação a alguns aspetos. Tenho ideia que fizemos isso, mas fizemos também, não demos assim, tanta importância. (Participante 7)

Anexo K – Consentimento Informado (Método Delphi)

O presente estudo surge no âmbito de um projeto de investigação doutoral a decorrer no **Iscte – Instituto Universitário de Lisboa**, intitulado Serviço Social, intitulado "Serviço Social e Desenvolvimento Sustentável: A intervenção Eco-Social".

O estudo tem por objetivo analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal.

A sua participação no estudo, que será muito valorizada, irá contribuir para o avanço do conhecimento neste domínio da ciência. Pela sua experiência académica e profissional foi considerado um especialista no tema deste estudo, podendo contribuir com o seu conhecimento num **painel de especialistas, no método Delphi**. A sua participação no estudo pressupõe que responda a um conjunto de questionários, inicialmente qualitativo e posteriormente quantitativos, realizados em pelo menos 3 rondas, ou mais até à obtenção de um nível mínimo de concordância de 67% entre o painel. Prevê-se uma duração de 4 a 8 meses para a realização da recolha de dados.

Ronda	***Tipo de recolha de dados***	***Prazo para o especialista responder***
1ªRonda	*Recolha Qualitativa: Link com Questionário online (4 questões abertas)*	*3 semanas*
2ª e demais Rondas	*Recolha Quantitativa: Link com Questionário online (escala de likert)*	*2 semanas*

O Iscte é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais, recolhidos e tratados exclusivamente para as finalidades do estudo, tendo como base legal o seu consentimento, [art.6, nº1, alínea a) do Regulamento Geral de Proteção de Dados].

O estudo é realizado por Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt), que poderá contactar em caso de dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Poderá utilizar este contacto para solicitar o acesso, a retificação, o apagamento ou a limitação do tratamento dos seus dados pessoais.

A participação neste estudo é **confidencial**. Os seus dados pessoais serão sempre tratados por pessoal autorizado vinculado ao dever de sigilo e confidencialidade. O Iscte garante a utiliza-

ção das técnicas, medidas organizativas e de segurança adequadas para proteger as informações pessoais. É exigido a todos os investigadores que mantenham os dados pessoais confidenciais.

Além de confidencial, a participação no estudo é estritamente **voluntária**: pode escolher livremente participar ou não participar. Se tiver escolhido participar, pode interromper a participação e retirar o consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais em qualquer momento, sem ter de prestar qualquer justificação. A retirada de consentimento não afeta a legalidade dos tratamentos anteriormente efetuados com base no consentimento prestado.

Os seus dados pessoais serão conservados até ao final das rondas, após a qual serão anonimizados e, posteriormente destruídos (após a defesa da tese), garantindo-se o seu anonimato nos resultados do estudo, apenas divulgados para efeitos estatísticos, de ensino, comunicação em encontros ou artigos científicos.

Não existem riscos significativos expectáveis associados à participação no estudo.

O Iscte não divulga ou partilha com terceiros a informação relativa aos seus dados pessoais e tem um Encarregado de Proteção de Dados, contactável através do email *dpo@iscte-iul.pt*. Caso considere necessário tem ainda o direito de apresentar reclamação àautoridade de controlo competente – Comissão Nacional de Proteção de Dados [CNPD].

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pela investigadora, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o presenteestudo e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora. **Aceito** participar no estudo e consinto que os meus dados pessoais sejam utilizados de acordo com a informações que me foram disponibilizadas.

Sim ☐ Não ☐

_____(local),_____/_____/_____(data)

Nome:

_____

Assinatura:

_____

Email onde pretende receber o link para as rondas:

_____

Anexo L – Questionário da 2ª ronda (Método Delphi)

Painel Delphi - 2ª Ronda - Intervenção Comunitária e Sustentabilidade

Investigação no âmbito do Doutoramento em Serviço Social, no ISCTE-IUL
Este questionário **é confidencial e anónimo**, sendo em todo o processo garantido o seu anonimato. A sua participação é voluntária e pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer explicação.
O estudo é realizado pela estudante Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt), sob orientação doutoral da Professora Doutora Helena Belchior Rocha (helena_rocha@iscte-iul.pt), que poderá contactar em caso de dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais. Agradecemos desde já a sua participação!

* Required

Participação na 1ª Ronda

De 28-01-2025 a 10-03-2025 esteve disponível o Forms da 1ª Ronda do Método Delphi.

1. Gostariamos de saber se participou/respondeu ao forms na 1ªRonda? *
   - ◯ Sim, respondi ao forms da 1ª Ronda.
   - ◯ Não, não consegui responder ao forms da 1ª Ronda. Já não me lembro se respondi.

Dimensões de Sustentabilidade presentes na Intervenção Comunitária

Na 1ªRonda os elementos do Painel Delphi identificaram as dimensões de sustentabilidade mais importantes na intervenção comunitária.

2. Com base na sua experiência e/ ou conhecimento, indique o seu grau de concordância com a importância das seguintes dimensões de sustentabilidade na intervenção comunitária: *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Social Económica	◯	◯	◯	◯	◯
Ambiental/ Planeta	◯	◯	◯	◯	◯
Cultural	◯	◯	◯	◯	◯
Saúde	◯	◯	◯	◯	◯
Territorial/ Espacial	◯	◯	◯	◯	◯
Educação	◯	◯	◯	◯	◯
Tecnológica	◯	◯	◯	◯	◯
Ética e Direitos Humanos	◯	◯	◯	◯	◯

Institucio-nal/Parce-rias/Gover-nança	◯	◯	◯	◯	◯
Justiça Política	◯	◯	◯	◯	◯
Pessoa/Individuo	◯	◯	◯	◯	◯
Prosperidade	◯	◯	◯	◯	◯
Paz	◯	◯	◯	◯	◯

3. Pensando na intervenção comunitária, ordene por grau de importância, de cima para baixo, da mais importante para a menos importante, as dimensões de sustentabilidade identificas: *

- Social / Pessoas
- Económica / Prosperidade
- Ambiental /Planeta
- Cultural
- Saúde
- Territorial / Espacial
- Educação / Tecnológica
- Política
- Ética e Direitos Humanos / Justiça
- Institucional / Parcerias /Governança

4. Acrescentaria alguma(s) dimensão(ões) de sustentabilidade além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

5. Gostaria de deixar algum comentário/observação sobre as dimensões de sustentabilidade identificadas? *

Subdimensões

Na 1ªRonda os elementos do Painel Delphi identificaram para cada dimensão de sustentabilidade algumas subdimensões.

6. Para a Dimensão "**Social**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Inclusão e Participação em Processos Colaborativos	◯	◯	◯	◯	◯
Níveis e Recursos Educacionais	◯	◯	◯	◯	◯
Equipamentos e Acesso a Saúde e bem-estar	◯	◯	◯	◯	◯
Equidade e Acesso a recursos e apoios sociais	◯	◯	◯	◯	◯
Segurança e níveis de criminalidade	◯	◯	◯	◯	◯
Empoderamento e Responsabilização da comunidade/população	◯	◯	◯	◯	◯
Qualidade de Vida comparável com a população em geral	◯	◯	◯	◯	◯
Equidade e Justiça Social	◯	◯	◯	◯	◯
Redes de apoio e parcerias	◯	◯	◯	◯	◯
Fortalecimento do capital social	◯	◯	◯	◯	◯
Inclusão da pessoa na comuniade	◯	◯	◯	◯	◯
Direitos humanos	◯	◯	◯	◯	◯
Voz Ativa/protagonismo da população	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso à Educação	◯	◯	◯	◯	◯

Saúde Pública	◯	◯	◯	◯	◯
Habitação adequada	◯	◯	◯	◯	◯
Inclusão Social e Pobreza	◯	◯	◯	◯	◯
Envolvimento Comunitário	◯	◯	◯	◯	◯
Bem-Estar e Qualidade de Vida	◯	◯	◯	◯	◯
Relações de Vizinhança	◯	◯	◯	◯	◯

7. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

8. Para a Dimensão "**Económica / Prosperidade**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Diversidade de agentes económicos	○	○	○	○	○
Acesso a bens básicos	○	○	○	○	○
Custo de vida, custos e acesso a habitação	○	○	○	○	○
Interação com mercados externos à comunidade	○	○	○	○	○
Inovação e Infraestruturas	○	○	○	○	○
Desenvolvimento de *Startups* Tecnológicas	○	○	○	○	○
Criação de Oportunidades de Emprego no Setor Digital	○	○	○	○	○
Níveis de Emprego/Desemprego	○	○	○	○	○
Nível de trocas/entre-ajuda na comunidade	○	○	○	○	○
Adoção de medidas de economia circular	○	○	○	○	○
Modelos de economia solidária e cooperativismo	○	○	○	○	○
Investimento em Pesquisa e Investigação	○	○	○	○	○
Emprego e Rendimento	○	○	○	○	○
Oportunidades para aumentar o rendimento	○	○	○	○	○
Estímulos ao desenvolvimento local	○	○	○	○	○

Dinâmica Económica Local	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso a serviços de apoio à dinâmica económica (financeiros e não financeiros)	◯	◯	◯	◯	◯
Valorização / Reforço do capital humano	◯	◯	◯	◯	◯
Garantia de recursos e sustentabilidade alimentar	◯	◯	◯	◯	◯

9. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

10. Para a Dimensão "**Ambiente / Planeta**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Qualidade do Ar e Emissões de gases e Efeito Estufa	◯	◯	◯	◯	◯
Clima e níveis de poluição	◯	◯	◯	◯	◯
Consumo da água e qualidade da água	◯	◯	◯	◯	◯
Consumo de energia	◯	◯	◯	◯	◯
Uso de energia renovável	◯	◯	◯	◯	◯
Práticas sustentáveis/promoção e educação ambiental	◯	◯	◯	◯	◯
Planeamento e Desenvolvimento urbano e rural	◯	◯	◯	◯	◯
Gestão sustentável de Resíduos	◯	◯	◯	◯	◯
Conservação da biodiversidade e desertificação	◯	◯	◯	◯	◯
Ecologia e Preservação dos recursos naturais e da biodiversidade	◯	◯	◯	◯	◯
Eficiência Energética em Edifícios	◯	◯	◯	◯	◯
Uso de Materiais sustentáveis	◯	◯	◯	◯	◯
Qualidade das infraestruturas/ Condições Habitacionais	◯	◯	◯	◯	◯

11. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

12. Para a Dimensão "**Cultural**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Nível de Literacia	◯	◯	◯	◯	◯
Diversidade Cultural e Inclusão	◯	◯	◯	◯	◯
Educação para a Diversidade Cultural	◯	◯	◯	◯	◯
Intercâmbio Cultural	◯	◯	◯	◯	◯
Produção e Educação Cultural	◯	◯	◯	◯	◯
Atividade/Práticas Culturais geradas na comunidades	◯	◯	◯	◯	◯
Valorização das identidades culturais e dos Saberes Locais	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso e Participação em Atividades Culturais	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso a Recursos Culturais	◯	◯	◯	◯	◯
Nível de difusão das atividades / recursos culturais	◯	◯	◯	◯	◯
Participação e Expressão Eclética	◯	◯	◯	◯	◯
Níveis de expressão pública	◯	◯	◯	◯	◯
Locais, Espaços e Atividades de uso comum	◯	◯	◯	◯	◯
Património e Diversidade Cultural	◯	◯	◯	◯	◯
Reconhecimento dos conhecimentos indígenas	◯	◯	◯	◯	◯
Diversidade Religiosa e Étnica	◯	◯	◯	◯	◯
Integração do Pa-	◯	◯	◯	◯	◯

trimónio Cultural em Projetos Digitais					
Educação Cultural Digital	◯	◯	◯	◯	◯
Promoção de Eventos Culturais Digitais	◯	◯	◯	◯	◯

13. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

14. Para a Dimensão "**Saúde**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Total-mente
Longevidade e Qualidade	◯	◯	◯	◯	◯
Mortalidade	◯	◯	◯	◯	◯
Médicos de Famí-lia	◯	◯	◯	◯	◯
Saúde e Se-gurança	◯	◯	◯	◯	◯
Saúde Mental	◯	◯	◯	◯	◯

15. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

16. Para a Dimensão "**Territorial/Espacial**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Planeamento de Espaços Flexíveis	◯	◯	◯	◯	◯
Organização do Espaço Público	◯	◯	◯	◯	◯
Espaços de Usos Público não taxados	◯	◯	◯	◯	◯
Reconhecimento de especificidades do território	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso a transportes coletivos	◯	◯	◯	◯	◯
Uso de ferramentas digitais no planeamento urbano	◯	◯	◯	◯	◯
Espaços para atividades de encontro informal	◯	◯	◯	◯	◯

17. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

18. Para a Dimensão "**Educacional e Tecnológica**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Níveis de escolaridade	◯	◯	◯	◯	◯
Acesso a Recursos Educacionais	◯	◯	◯	◯	◯
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas Inovadoras	◯	◯	◯	◯	◯
Adoção e Integração de Ferramentas de Design Computacional	◯	◯	◯	◯	◯
Implementação de Processos de Fabricação Digital	◯	◯	◯	◯	◯

19. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

20. Para a Dimensão "**Ética e Direitos Humanos / Justiça**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Combate às desigualdades estruturais	◯	◯	◯	◯	◯
Práticas para a Justiça Social	◯	◯	◯	◯	◯
Promoção da dignidade como princípio da intervenção	◯	◯	◯	◯	◯
Respeito pela autodeterminação das comunidades	◯	◯	◯	◯	◯

21. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

22. Para a Dimensão "**Política**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Formas de eleição e Democracia	○	○	○	○	○
Níveis de participação dos cidadãos	○	○	○	○	○
Legislação	○	○	○	○	○
Possibilidades de eleger e ser eleito	○	○	○	○	○
Governança participativa	○	○	○	○	○
Transparência e acesso à informação pública	○	○	○	○	○
Diversidade e proximidade de serviços públicos	○	○	○	○	○
Reforço Cívico e Institucional	○	○	○	○	○
Participação nos mídia	○	○	○	○	○
Políticas Públicas integradas com financiamento permanente a respostas de desenvolvimento local na ação social via autarquias	○	○	○	○	○
Mecanismos de Proteção Social	○	○	○	○	○

23. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

24. Para a Dimensão "**Institucional/Parcerias/Governança**" diga o seu grau de concordância com cada subdimensão identificada na 1ª ronda. *

	Discordo Totalmente	Discordo	Sem opinião	Concordo	Concordo Totalmente
Transparência e ética	◯	◯	◯	◯	◯
Justiça e transparência governamental	◯	◯	◯	◯	◯
Governança corporativa	◯	◯	◯	◯	◯
Gestão de Riscos	◯	◯	◯	◯	◯
Colaborações e Parcerias	◯	◯	◯	◯	◯
Instituições Fortes	◯	◯	◯	◯	◯

25. Acrescentaria mais alguma subdimensão além das acima identificadas? Indique qual(ais) e como a(s) decomporia em indicadores. *

Fim da Ronda - Método Delphi

Chegou ao fim do forms! Se quiser voltar atrás e rever alguma resposta ou acrescentar algum comentário, aproveite os campos de texto livre. Agradece-se mais uma vez pela sua participação e preciosa colaboração. Em breve daremos novidades para dar início à próxima Ronda.

Daniela Freitas & Helena Belchior Rocha

26. Deixamos este espaço para qualquer comentário adicional que pretenda fazer.

Anexo M – Análise da Consistência Interna - 2ªronda (Método Delphi)

RESULTADOS 2ªRONDA	
Dimensão de Sustentabilidade	**Estatística de Confiabilidade**
Social/Pessoas	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,920 — N de itens: 20
Económica/Prosperidade	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,903 — N de itens: 19
Ambiente/Planeta	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,940 — N de itens: 13
Cultural	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,918 — N de itens: 19
Saúde	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,734 — N de itens: 5
Territorial/Espacial	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,839 — N de itens: 7
Educação/Tecnológica	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,712 — N de itens: 5
Política	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,873 — N de itens: 11
Ética e Direitos Humanos/Justiça	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,747 — N de itens: 4

Institucional/Parcerias/Governança	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,883 — N de itens: 6
Confiabilidade Geral	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,983 — N de itens: 124

Anexo N – Questionário 3ª Ronda (Método Delphi)

Painel Delphi - 3ª Ronda - Intervenção Comunitária e Sustentabilidade

Investigação no âmbito do Doutoramento em Serviço Social, no ISCTE-IUL
Este questionário **é confidencial e anónimo**, sendo em todo o processo garantido o seu anonimato. A sua participação é voluntária e pode interromper a participação em qualquer momento sem ter de prestar qualquer explicação.

O estudo é realizado pela estudante Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt), sob orientação doutoral da Professora Doutora Helena Belchior Rocha (helena_rocha@iscte-iul.pt), que poderá contactar em caso de dúvida, partilhar algum comentário ou exercer os seus direitos relativos ao tratamento dos seus dados pessoais.

Com o objetivo de criar uma escala de sustentabilidade social e ecológica para a intevenção comunitária, soliciitamos que vossa excelência dê a sua opinião sobre os elementos a incluir em 5 secções da escala. Em cada secção
apresentamos um conjunto de afirmações que se referem a a aspetos essenciais para a promoção de sustentabilidade, criadas com base nos dados recolhidos nas rondas anteriores. Para cada afirmação deve indicar se concorda com a inclusão da mesma na secção/escala, utilizando a seguinte escala dicotomica: Sim / Não (onde "Sim" significa que concorda com a inclusão da afirmação e o "Não" significa que na sua opinião a afirmação não deve ser
incluída). Agradecemos desde já a sua participação!

Secção 1 "Tecido Social Forte e Governança Participativa"

Para cada uma das seguintes afirmações refira se concorda ou não com a sua inclusão na escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária, na secção Tecido Social Forte e Governança.

1. Na comunidade existe um sentimento de segurança, conforto e dignidade na convivência social *
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

2. A comunidade sente-se informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres *
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

3. A comunidade tem mecanismos próprios para perseguir seus ideais e objetivos *
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

4. A comunidade procura/cria soluções para responder às suas necessidades/dificuldades*
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

5. A comunidade promove ações de formação, capacitação e autonomização da sua população*
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

6. A comunidade promove ações para inclusão de grupos minoritários em atividades comunitárias *
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

7. A comunidade preocupa-se e promove ações de combate às desigualdades*
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

8. A comunidade adota medidas para combater a solidão *
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

9. Existem mecanismos de entreajuda instituídos na comunidade*
   - ◯ Sim
   - ◯ Não

10. Na comunidade existem redes de vizinhança fortes *
    - ◯ Sim
    - ◯ Não

11. Na comunidade existem instituições locais ativas e geridas pela mesma*
    - ◯ Sim
    - ◯ Não

12. As instituições locais procuram capacitar e autonomizar a comunidade *
    - ◯ Sim
    - ◯ Não

13. A comunidade sente-se ouvida pelas instituições locais *
    - ◯ Sim
    - ◯ Não

14. A comunidade considera-se parceira das instituições locais *

- ◯ Sim
- ◯ Não

15. A comunidade promove e desenvolve parcerias estratégicas e projetos colaborativos *

- ◯ Sim
- ◯ Não

16. Na comunidade são estabelecidas parcerias colaborativas *

- ◯ Sim
- ◯ Não

17. A comunidade participa nos conselhos e comissões comunitárias *

- ◯ Sim
- ◯ Não

18. A comunidade promove campanhas e movimentos sociais para defender os seus interesses*

- ◯ Sim
- ◯ Não

19. A comunidade é ativa e participativa em consultas públicas *

- ◯ Sim
- ◯ Não

20. A comunidade sente-se valorizada e importante na tomada de decisões *

- ◯ Sim
- ◯ Não

21. A comunidade tem mecanismos próprios para promover a inserção laboral *

- ◯ Sim
- ◯ Não

22. A comunidade promove a criação de empregos locais *

- ◯ Sim
- ◯ Não

23. Na comunidade existem medidas de incentivo ao negócio local *

- ◯ Sim
- ◯ Não

24. São promovidos auto-empregos na comunidade, através da criação de pequenos negócios locais *

- ◯ Sim
- ◯ Não

25. A comunidade tem conhecimento e capacidade para procurar financiamento para as ações que pretende desenvolver*

- ◯ Sim
- ◯ Não

26. A comunidade está comprometida e desenvolve programas de responsabilidade civi *

- ◯ Sim
- ◯ Não

27. A mudança e inovação social são priorizadas pela comunidade *

- ◯ Sim
- ◯ Não

28. A comunidade participa no planeamento, organização e desenvolvimento do espaço comum*

- ◯ Sim
- ◯ Não

29. Na comunidade existem oportunidade/momentos de partilha, escuta e feedback sobre as ações desenvolvidas pela mesma*

- ◯ Sim
- ◯ Não

30. Gostaria de deixar algum comentário sobre as afirmações anteriores? Algum aspeto em falta ou que gostaria de ver reformulado? Explicite a sua ideia. *

Secção 2 "Educação, Cultura e Tecnologia"

31. Para cada uma das seguintes afirmações refira se concorda ou não com a sua inclusão na escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária, na secção "Educação, Cultura e Tecnologia"*

	Sim	Não
A comunidade dispõe de equipamentos tenológicos e de competências para a utilização dos mesmos	○	○
Na comunidade existe acesso alargado à internet	○	○
A comunidade dispõe de mecanismos próprios para despoletar/ reforçar competências digitais	○	○
A comunidade é inclusiva na diversidade cultural	○	○
A comunidade valoriza e sente-se valorizada nas suas práticas e identidade cultural	○	○
Na comunidade existe espaço para reconhecimento de saberes e práticas culturais diferentes	○	○
A comunidade reconhece e preserva o património cultural existente	○	○
Na comunidade existe uma biblioteca e/ou espaços para a dinamização de eventos culturais	○	○
A comunidade tem mecanismos próprios para promover e aceder a atividades culturais	○	○
A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/ reforçar a educação para a diversidade e inclusão cultural	○	○
A comunidade preocupa-se e promove ações que vi-	○	○

sam o sucesso escolar da população mais jovem					
A comunidade procura reduzir o analfabetismo e o abandono escolar existentes	◯			◯	

32. Gostaria de deixar algum comentário sobre as afirmações anteriores? Algum aspeto em falta ou que gostaria de ver reformulado? Explicite a sua ideia. *

Secção 3 "Economia Circular e Estratégias Alimentares"

33. Para cada uma das seguintes afirmações refira se concorda ou não com a sua inclusão na escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária, na secção "Economia Circula e Estratégias Alimentares". *

	Sim	Não
Existem na comunidade medidas que visam reduzir o desperdício e consumismo	◯	◯
Na comunidade existem hortas comunitárias	◯	◯
A comunidade está envolvida no cuidado das hortas comunitárias	◯	◯
Na comunidade estão implementadas práticas de economia circular agroalimentar	◯	◯
Na comunidade existem práticas que visam a sustentabilidad e alimentar local	◯	◯
Na comunidade existem medidas de microcrédito para apoiar o comércio local	◯	◯
A comunidade desenvolveu/implementa estratégias de economia local	◯	◯
A comunidade tem modelos próprios de economia solidária	◯	◯
A comunidade tem modelos próprios de economia cooperativa	◯	◯
A comunidade tens instituídos mercados locais de trocas	◯	◯
A comunidade estimula e adota medidas de economia circular	◯	◯

34. Gostaria de deixar algum comentário sobre as afirmações anteriores? Algum aspecto em falta ou que gostaria de ver reformulado? Explicite a sua ideia. *

Secção 4 "Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar"

35. Para cada uma das seguintes afirmações refira se concorda ou não com a sua inclusão na escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária, na Secção "Infraestrutiuras, Habitação, Serviços e Bem-Estar *

	Sim	Não
A comunidade considera as infraestruturas existentes como adequadas e suficientes face as necessidades/ideais	◯	◯
Existe qualidade das Infraestruturas e são energeticamente e eficientes	◯	◯
As habitações têm acesso água potável, saneamento básico e a eletricidade	◯	◯
As habitações têm saneamento básico	◯	◯
As habitações têm eletricidade	◯	◯
As habitações são energeticamente eficientes	◯	◯
A comunidade procura eliminar as barreiras arquitetónicas existentes	◯	◯
A comunidade tem mecanismos próprios para combater a pobreza energética	◯	◯
A comunidade preocupa-se e está comprometida com a saúde da população	◯	◯
A comunidade tem acesso a serviços de saúde	◯	◯
Na comunidade existem médicos de família para toda a população	◯	◯
Na comunidade existem respostas de saúde para emergências médica	◯	◯

Na comunidade existe diversidade de serviços públicos próximos	◯	◯
A comunidade tem serviços de transportes públicos próximos e em quantidade que considera adequada	◯	◯
A comunidade tem acesso de água potável	◯	◯
A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a crianças	◯	◯
A comunidade tem acesso a serviços de ensino público para crianças e jovens	◯	◯
A comunidade tem acesso a serviços de apoio a jovens e adultos	◯	◯
A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a idosos	◯	◯
A comunidade tem mecanismos para promover um envelhecimento ativo	◯	◯

36. Gostaria de deixar algum comentário sobre as afirmações anteriores? Algum aspecto em falta ou que gostaria de ver reformulado? Explicite a sua ideia. *

Secção 5 "Recursos Naturais e Cultura Ambiental"

37. Para cada uma das seguintes afirmações refira se concorda ou não com a sua inclusão na escala de sustentabilidade para a intervenção comunitária, na secção "Recursos Naturais e Cultura Ambiental" *

	Sim	Não
A comunidade procura saber / conhece as especificidades ecológicas e sociais do seu território	○	○
A comunidade partilha uma consciência ambiental e ecológica	○	○
A comunidade é capaz de gerir a poluição do ar local e evita o agravamento da poluição global	○	○
A comunidade adota medidas para evitar a desertificação	○	○
A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/ reforçar a educação ambiental	○	○
Na comunidade existem práticas de uso de energias renováveis	○	○
A comunidade sente-se integrada no ambiente e cuida dele	○	○
Na comunidade existem jardins/espaços verdes	○	○
A comunidade está envolvida no cuidado dos jardins / Espaços verdes	○	○
Nas comunidades estão implementadas práticas de compostagem	○	○
A comunidade faz reciclagem e	○	○

existe gestão de resíduos		
A comunidade tem mecanismos próprios para preservar recursos naturais e a biodiversidade locais	◯	◯
A comunidade tem um plano de prevenção de riscos ecológicos locais	◯	◯
A comunidade desenvolveu/implementa uma estratégia de preservação ecológica	◯	◯
A comunidade tem mecanismos próprios para desenvolver práticas de cuidado ambiental e animal	◯	◯
Nas comunidades existem espaços verdes e espaços de uso comum e informal		
A comunidade utiliza os espaços verdes e espaços de uso comum e informal e cuida deles	◯	◯
A comunidade procura o desenvolvimento e a sustentabilidade local	◯	◯
A comunidade tem mecanismos próprios para promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade local	◯	◯
A comunidade desenvolve/ implementa uma estratégia de desenvolvimento sustentável	◯	◯

38. Gostaria de deixar algum comentário sobre as afirmações anteriores? Algum aspeto em falta ou que gostaria de ver reformulado? Explicite a sua ideia. *

39 **Chegou ao final do questionário. Mais uma vez muito obrigada pela sua participação!** Deixamos este espaço para acrescentar comentários adicionais.

Anexo O – Debriefing do Método Delphi

Muito obrigado por ter participado neste estudo. Conforme adiantado no início da sua participação, o estudo incide sobre a sustentabilidade na intervenção comunitária e pretende analisar e sistematizar dimensões de sustentabilidade, presentes nas práticas de intervenção comunitárias em Portugal. Mais especificamente, pretende-se identificar e categorizar práticas de sustentabilidade social e ecológica em intervenções comunitárias e elaborar uma escala de indicadores de sustentabilidade social para a intervenção comunitária.

A sua colaboração foi uma mais-valia para a prossecução dos objetivos desta investigação doutoral e permitiu elaborar um contributo na produção de conhecimento ao nível da intervenção comunitária e da sustentabilidade social da mesma.

Reforçamos os dados de contacto que pode utilizar caso deseje colocar uma dúvida, partilhar algum comentário, ou assinalar a sua intenção de receber informação sobre os principais resultados e conclusões do estudo: Daniela Freitas (daniela_oliveira_freitas@iscte-iul.pt) e Helena Rocha (helena_rocha@iscte-iul.pt).

Mais uma vez, obrigado pela sua participação.

Anexo P – Análise da Consistência Interna – 3ªRonda (Método Delphi)

RESULTADOS 2ªRONDA	
Secções da Escala	**Estatística de Confiabilidade**
Tecido Social Forte e Governança Participativa	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,904 — N de itens: 29
Educação, Cultura e Tecnologia	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,737 — N de itens: 12
Economia Circular e Estratégias Alimentares	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,718 — N de itens: 11
Infraestruturas, Habitação, Serviços e Bem-Estar	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,844 — N de itens: 20
Recursos Naturais e Cultura Ambiental	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,897 — N de itens: 20
Confiabilidade Geral	**Estatísticas de confiabilidade** Alfa de Cronbach: ,962 — N de itens: 92

Anexo Q – Instrumento Completo (Escala)

TECIDO SOCIAL FORTE E GOVERNANÇA PARTICIPATIVA	
1	Na comunidade existe um sentimento de segurança, conforto e dignidade na convivência social
2	A comunidade sente-se informada e esclarecida sobre os seus direitos e deveres
3	A comunidade tem mecanismos próprios para perseguir seus ideais e objetivos
4	A comunidade procura/cria soluções para responder às suas necessidades/dificuldades
5	A comunidade promove ações de formação, capacitação e autonomização da sua população
6	A comunidade promove ações para inclusão de grupos minoritários em atividades comunitárias
7	A comunidade preocupa-se e promove ações de combate às desigualdades
8	A comunidade adota medidas para combater a solidão
9	Existem mecanismos de entreajuda instituídos na comunidade
10	Na comunidade existem redes de vizinhança fortes
11	Na comunidade existem instituições locais ativas e geridas pela mesma
12	As instituições locais procuram capacitar e autonomizar a restante comunidade
13	A comunidade sente-se ouvida pelas instituições locais
14	A comunidade considera-se parceira das instituições locais
15	A comunidade promove e desenvolve parcerias estratégicas e projetos colaborativos
16	Na comunidade são estabelecidas parcerias colaborativas
17	A comunidade participa nos conselhos e comissões comunitárias
18	A comunidade promove campanhas e movimentos sociais para defender os seus interesses
19	A comunidade é ativa e participativa em consultas públicas
20	A comunidade sente-se valorizada e importante na tomada de decisões
21	A comunidade tem mecanismos próprios para promover a inserção laboral
22	A comunidade promove a criação de empregos local
23	Na comunidade existem medidas de incentivo ao negócio local
24	São promovidos autoempregos na comunidade através da criação de pequenos negócios locais
25	A comunidade tem conhecimento e capacidade para procurar financiamento para as ações que pretende desenvolver
26	A comunidade está comprometida e desenvolve programas de responsabilidade civil
27	A mudança e inovação social são priorizadas pela comunidade
28	A comunidade participa no planeamento, organização e desenvolvimento do espaço comum
29	Na comunidade existem oportunidades/momentos de escuta e feedback sobre as ações desenvolvidas pela mesma
EDUCAÇÃO, CULTURA E TECNOLOGIA	
1	A comunidade dispõe de equipamentos tenológicos e de competências para a utilização dos mesmos
2	Na comunidade tem acesso alargado à internet
3	A comunidade dispõe de mecanismos próprios para despoletar/reforçar competências digitais
4	A comunidade é inclusiva na diversidade cultural

5	A comunidade valoriza e sente-se valorizada nas suas práticas e identidade cultural
6	Na comunidade existe espaço para reconhecimento de saberes e práticas culturais diferentes
7	A comunidade reconhece e preserva o património cultural existente
8	Na comunidade existe uma biblioteca e/ou espaços para a dinamização de eventos culturais
9	A comunidade tem mecanismos próprios para promover e aceder a atividades culturais
10	A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/reforçar a educação para a diversidade e inclusão cultural
11	A comunidade preocupa-se e promove ações que visam o sucesso escolar da população mais jovem
12	A comunidade procura reduzir o analfabetismo e o abandono escolar existentes
ECONOMIA CIRCULAR E ESTRATÉGIAS ALIMENTARES	
1	Existem na comunidade medidas que visam reduzir o desperdício e consumo
2	Na comunidade existem hortas comunitárias
3	A comunidade está envolvida no cuidado das hortas comunitárias
4	Na comunidade estão implementadas práticas de economia circular agroalimentar
5	Na comunidade existem práticas que visam a sustentabilidade alimentar local
6	Na comunidade existem medidas de microcrédito para apoiar o comércio local
7	A comunidade desenvolve/implementa estratégias de economia local
8	A comunidade tem modelos próprios de economia solidária
9	A comunidade tem modelos próprios de economia cooperativa
10	A comunidade tens instituídos mercados locais de trocas
11	A comunidade estimula e adota medidas de economia circular
INFRAESTRUTURAS, HABITAÇÃO, SERVIÇOS E BEM-ESTAR	
1	A comunidade considera as infraestruturas existentes como adequadas e suficientes face as necessidades/ideais
2	Existe qualidade das Infraestruturas e são energeticamente eficientes
3	As habitações têm acesso água potável, saneamento básico e a eletricidade
4	As habitações têm saneamento básico
5	As habitações têm eletricidade
6	As habitações são energeticamente eficientes
7	A comunidade procura eliminar as barreiras arquitetónicas existentes
8	A comunidade tem mecanismos próprios para combater a pobreza energética
9	A comunidade preocupa-se e está comprometida com a saúde da população
10	A comunidade tem acesso a serviços de saúde
11	Na comunidade existem médicos de família para toda a população
12	Na comunidade existem respostas de saúde para emergências médicas
13	Na comunidade existe diversidade de serviços públicos próximos
14	A comunidade tem serviços de transportes públicos próximos e em quantidade que considera adequada
15	A comunidade tem acesso de água potável
16	A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a crianças
17	A comunidade tem acesso a serviços de ensino público para crianças e jovens
18	A comunidade tem acesso a serviços de apoio a jovens e adultos

19	A comunidade tem acesso a serviços de cuidado a idosos
20	A comunidade tem mecanismos para promover um envelhecimento ativo
RECURSOS NATURAIS E CULTURA AMBIENTAL	
1	A comunidade procura saber/conhece as especificidades ecológicas e sociais do seu território
2	A comunidade partilha uma consciência ambiental e ecológica
3	A comunidade é capaz de gerir a poluição do ar local e evita o agravamento da poluição global
4	A comunidade adota medidas para evitar a desertificação
5	A comunidade tem mecanismos próprios para despoletar/reforçar a educação ambiental
6	Na comunidade existem práticas de uso de energias renováveis
7	A comunidade sente-se integrada no ambiente e cuida dele
8	Na comunidade existem jardins/espaços verdes
9	A comunidade está envolvida no cuidado dos jardins/espaços verdes
10	Na comunidade estão implementadas práticas de compostagem
11	A comunidade faz reciclagem e existe gestão de resíduos
12	A comunidade tem mecanismos próprios para preservar recursos naturais e a biodiversidade locais
13	A comunidade tem um plano de prevenção de riscos ecológicos locais
14	A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de preservação ecológica
15	A comunidade tem mecanismos próprios para desenvolver práticas de cuidado ambiental e animal
16	Na comunidade existem espaços verdes e espaços de uso comum e informal
17	A comunidade utiliza os espaços verdes e espaços de uso comum e informal e cuida deles
18	A comunidade procura o desenvolvimento e a sustentabilidade local
19	A comunidade tem mecanismos próprios para promover o seu desenvolvimento e sustentabilidade local
20	A comunidade desenvolve/implementa uma estratégia de desenvolvimento sustentável